

*PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES
SOCIOESPACIAIS EM CIDADES MÉDIAS
AMAZÔNICAS: ANÁLISE DE SANTARÉM E
MARABÁ, PARÁ.*



JOVENILDO CARDOSO RODRIGUES



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Presidente Prudente

**PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM CIDADES
MÉDIAS AMAZÔNICAS: ANÁLISE DE SANTARÉM E MARABÁ - PARÁ.**

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho FCT/UNESP - Presidente Prudente-SP, sob orientação do Profº Drº Everaldo Santos Melazzo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Presidente Prudente - SP
Maio de 2015

FICHA CATALOGRÁFICA

R613p Rodrigues, Jovenildo Cardoso.
 Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias
 amazônicas : análise de Santarém e Marabá, Pará / Jovenildo Cardoso
 Rodrigues. - Presidente Prudente : [s.n.], 2015
 270 f. : il.

 Orientador: Everaldo Santos Melazzo
 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
 Ciências e Tecnologia
 Inclui bibliografia

 1. Desigualdade Socioespacial. 2. Espaços Urbanos. 3. Cidades Médias.
 I. Rodrigues, Jovenildo Cardoso. II. Melazzo, Everaldo Santos. III.
 Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV.
 Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas :
 análise de Santarém e Marabá, Pará.

Dedicatória

À minha querida mãe Maria Darcy, pelo amor incondicional.

À Ane, meus irmãos e sobrinhos.

Ao meu pai Joventino (*in memoriam*).

Agradecimentos

À Deus, razão da minha existência e esperança sempre renovadas.

Peço licença nesse momento, para tratar de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para a construção desta tese, que, diga-se de passagem, não foram poucas.

Início agradecendo à minha querida mãe Darcy pelos anos de dedicação e muito amor. *Je t'aime.*

À minha esposa Cleidiane "Ane", por me trazer de volta nos momentos em que eu me encontrava imerso nas "encruzilhadas do labirinto" da tese. Sua cumplicidade, companheirismo, paciência, estímulo, sugestões e críticas foram cruciais para melhoria de "nossa" tese. Perdão pela "presença ausente". Amo você.

Aos meus irmãos, amores de minha vida, Jussandra "menina", Josiene "Josi", Juliene "Juli", Jônix "Toti", Jondison "Dinho", Jackson "Jack", pelo amor partilhado, pelo apoio afetivo, pelo estímulo constante, enfim, por fazerem parte de minha vida. À Juli agradeço ainda pela revisão ortográfica desta tese. Ao Dinho pelas conversas e debates sempre acalorados, repletos de críticas e muitas ideias. À Jussandra, coube o papel de "mecenas" desta pesquisa, nos momentos de dificuldades. Obrigado querida irmã.

Aos meus sobrinhos Daniel, Luisa e Vitor, pelo afeto e muito amor compartilhado.

Ao meu pai Joventino, que com sua sabedoria de ribeirinho semi-analfabeto procurou me mostrar que o valor maior do ser humano não está na quantidade de dinheiro ou no conhecimento que um indivíduo possua, mas na sua sabedoria, honra e respeito para com o outro.

Esta tese não teria sido possível sem a orientação do professor Everaldo Melazzo, com quem partilho os méritos deste trabalho. Sua generosidade em nossos diálogos, a abertura para debatermos a tese, sua solidariedade, o tempo dedicado à leitura, as inúmeras revisões, e sobretudo, sua postura ética e profissional, são qualidades que respeito, admiro e tenho como inspiração em minha caminhada acadêmica e profissional. Um grande abraço e o meu muito obrigado.

A todos os meus professores da UNESP, pelo aprendizado. Um agradecimento especial à professora Carminha, por partilhar seus insights durante as disciplinas do

doutorado, pelas sugestões refinadas e instigantes durante a qualificação e ao professor Eliseu, pela amizade, pelo aprendizado. O meu respeito e profunda admiração a vocês.

Quero agradecer ainda aos meus amigos, professores Adolfo Oliveira Neto, Giovane Mota (Gio), Clay Anderson, João Márcio, Carlos Bordalo, Christian Nunes, João Nahum, Carmena França, pela amizade, pelo apoio, pelo estímulo nos períodos de dificuldades. Obrigado por tudo!

Agradeço também aos amigos Giovane Mota, Mauro Pantoja, Daniel Sombra e Madson Quaresma, pelo diálogo em nossas leituras sobre as obras de Karl Marx.

Aos meus amigos, Wagner Amorim, Edna Couto, Cláudio Smalley, vocês são muito especiais para mim!

Ao amigo Cássio Antunes, pelos momentos partilhados durante minha estada em Presidente Prudente.

Ao professor Márcio Catelan, pelas sugestões e ideias nas conversas informais.

Ao amigo Luciano Penha, pelo apoio, estímulo e ajuda indispensável na realização dos trabalhos de campo em Marabá. Também quero agradecer à minha amiga Francilete (Lete) pela ajuda indispensável durante as realizações de trabalho de campo em Marabá.

Não poderia deixar de agradecer à minha querida professora Rosa Acevedo Marin, pelos ensinamentos, pela postura ética, pela sensibilidade, humildade e humanidade.

Agradeço ainda aos meus amigos Nino Sobreiro, Mateus Monteiro Lobato, Mário Hélio, Vitor Camacho, Marlon Altavini.

Aos meus alunos do curso de Geografia, que durante os anos de 2013 e 2014 foram cúmplices desta tese, ao construirmos diálogos que me instigaram a refazer ideias e pensar novas perspectivas.

Um agradecimento especial ao amigo Carlos Jorge Castro, pela paciência nas inúmeras revisões das cartografias produzidas!

Agradeço ainda à Aline e Cintia, da Secretaria da Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp, pela paciência e atenção disponibilizadas.

Aos representantes do poder público municipal fica meu agradecimento, por me concederem informações importantes e entrevistas valiosas.

Quero ainda externalizar minha gratidão aos representantes dos Movimentos Sociais de Santarém e Marabá, que me receberam tão atenciosamente.

Para finalizar, quero agradecer e partilhar este momento com todos os meus amigos UNESPIANOS, do GASPERR, do CEMESPP, da ReCiMe e do NERA, que contribuíram para esta construção.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Vista da cidade de Santarém, no ano de 1908.	95
Foto 2 - Vista do Hidroporto da cidade de Santarém no ano de 1948.	96
Foto 3 - Vista da cidade de Santarém, na década de 1950.	97
Foto 4 - Cidade de Santarém: Travessa Barão do Rio Branco, na década de 1970.	103
Foto 5 - Vista da Ponte Deodoro de Mendonça, cidade de Marabá no ano de 1926.	111
Foto 6 - Rodovia Transamazônica, perímetro urbano de Marabá, 1980.	115
Foto 7 - Vista de casas no Núcleo Nova Marabá, no ano de 1980.	117
Foto 8 - Vista da Orla da cidade de Santarém.	147
Foto 9 - Vista parcial da Orla da cidade de Santarém.	148
Foto 10 - Vista do Rio Tapajós Shopping Center, na cidade de Santarém.	149
Foto 11 - Mercado informal na Praça matriz da cidade de Santarém.	150
Foto 12 - Supermercado Y. Yamada na cidade de Santarém.	151
Foto 13 - Avenida Rui Barbosa, Bairro Centro, Santarém.	152
Foto 14 - Rua B, Bairro Jaderlândia, Santarém.	153
Foto 15 - Casa na Rua Maicá, Bairro Maicá, cidade de Santarém.	154
Foto 16 - Orla da cidade de Marabá.	163
Foto 17 - Vista do Shopping Pátio Marabá.	164
Foto 18 - Ocupação urbana, Folha 5, às margens da PA-150, Próximo ao Rio Tocantins, Nova Marabá.	165
Foto 19 - Residência no Bairro Araguaia, Núcleo Nova Marabá.	166
Foto 20 - Espaço Residencial Fechado "Total Ville Condomínio Tocantins", Nova Marabá.	167
Foto 21 - Espaço residencial fechado "Solar das Castanheiras", Bairro das Castanheiras, Núcleo Cidade Nova.	168

Foto 22 - Residência na Rua Rio Grande do Norte, Núcleo Cidade Nova.	168
Foto 23 - Cruzamento entre a Rua Antônio Maia e Av. Presidente Vargas, Marabá Pioneira.	169
Foto 24 - Moradias na Av. Presidente Vargas, Núcleo Marabá Pioneira, próximo ao Rio Itacaiunas.	170
Foto 25 - Residencial Salvação, Bairro Nova Conquista, Santarém.	216
Foto 26 - Residencial Moçara I e II, Bairro Floresta, Santarém.	216
Foto 27 - Residencial Magalhães, Núcleo São Félix, Marabá.	216
Foto 28 - Residencial Vale do Tocantins, Núcleo São Félix, Marabá.	216
Foto 29 - Residencial Jardim do Edem, Morada Nova, Marabá.	217
Foto 30 - Residencial Tiradentes, às margens da BR-222, Núcleo São Félix, Marabá.	217

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - SANTARÉM E MARABÁ: Situação geográfica dos municípios e das cidades no estado do Pará.	23
Mapa 2 - Densidade demográfica no território paraense (2000-2010).	135
Mapa 3 - SANTARÉM: Expansão da mancha urbana da cidade (1661-2013).	142
Mapa 4 - SANTARÉM: Localização da Orla e do Rio Tapajós Shopping Center.	146
Mapa 5 - MARABÁ: Expansão da mancha urbana da cidade (1898-2013).	159
Mapa 6 - MARABÁ: Localização da Orla da cidade e do Shopping Pátio Marabá.	162
Mapa 7 - SANTARÉM: Habitantes por domicílio (2000-2010).	178
Mapa 8 - MARABÁ: Habitantes por domicílio (2000-2010).	179
Mapa 9 - SANTARÉM: Domicílios sem banheiro (2000-2010).	184

Mapa 10 - MARABÁ: Domicílios sem banheiro (2000-2010).	185
Mapa 11 - SANTARÉM: Domicílios ligados à rede de esgoto (2000-2010).	188
Mapa 12 - MARABÁ: Domicílios ligados à rede de esgoto (2000-2010).	189
Mapa 13 - SANTARÉM: Domicílios com quatro banheiros ou mais (2000-2010).	193
Mapa 14 - MARABÁ: Domicílios com quatro banheiros ou mais (2000-2010).	194
Mapa 15 - SANTARÉM: Chefes de família com rendimento até 1 salário mínimo (2000-2010).	199
Mapa 16 - MARABÁ: Chefes de família com rendimento até 1 salário mínimo (2000-2010).	200
Mapa 17 - SANTARÉM: Chefes de família sem rendimento (2000-2010).	203
Mapa 18 - MARABÁ: Chefes de família sem rendimento (2000-2010).	204
Mapa 19 - SANTARÉM: Chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos.	207
Mapa 20 - MARABÁ: Chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos (2000-2010).	208
Mapa 21 - SANTARÉM E MARABÁ: Localização dos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida.	215

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores de desigualdade	39
Quadro 2 - Elementos caracterizadores de cidades médias	76
Quadro 3 - Elementos de formação das cidades de Santarém e Marabá, Pará (meados do séc. XIX até a década de 1920).	128
Quadro 4 - Elementos de formação das cidades de Santarém e Marabá, Pará (décadas de 1920 a 1960).	129
Quadro 5 - Elementos de formação das cidades de Santarém e Marabá, Pará	130

(décadas de 1970 e 1980).

Quadro 6 - SANTARÉM: Crescimento físico-territorial da cidade.	141
Quadro 7 - MARABÁ: Crescimento físico-territorial da cidade.	156
Quadro 8 - Elementos de formação das cidades de Santarém e Marabá, Pará (a partir da década de 1990).	173
Quadro 9 - SANTARÉM E MARABÁ: Distribuição da estrutura espacial nas cidades.	197
Quadro 10 - SANTARÉM E MARABÁ: Renda do chefe de família	211

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População total no município de Santarém (1950-2010)	103
Gráfico 2 - População urbana e rural no município de Santarém (1950-2010)	106
Gráfico 3 - Taxa de urbanização no município de Santarém (1950-2010)	106
Gráfico 4 - População total no município de Marabá (1950-2010)	120
Gráfico 5 - População urbana e rural no município de Marabá (1950-2010)	121
Gráfico 6 - Taxa de urbanização no município de Marabá (1950-2010)	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - SANTARÉM: fragmentação territorial do município	105
Figura 2 - MARABÁ: Fragmentação territorial do município	119

SIGLAS

BASA - Banco da Amazônia

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEMESPP - Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas

GAsPERR - Grupo Produção do Espaço e Redefinições Regionais.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará

INCRA- Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego

MTLM - Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia

PDU - Plano Diretor Urbano

PFC - Projeto Ferro Carajás.

PHMIS - Plano de Habitação Municipal de Interesse Social

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

RAIS - Registro Anual de indicadores Sociais

RECIME - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias

SDDH - Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos

SEDURB - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional

SEFIN - Secretaria Municipal de Finanças

SEMINFRA - Secretaria Municipal de Infraestrutura

SEPOF - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

SEURB - Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional;

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNESP - Universidade Estadual Paulista

VALE - Companhia Vale do Rio Doce

RESUMO

A cidade e o urbano amazônico, deste início do século XXI, vêm passando por profundas transformações, associadas a determinações inerentes à reprodução do capital no espaço urbano-regional, ao avanço de novos agentes econômicos, à urbanização territorialmente seletiva, assim como a processos de "reestruturação urbana e reestruturação da cidade", elementos que têm contribuído para a produção das desigualdades socioespaciais. Na interpretação desses processos é imprescindível considerar que a urbanização, induzida pelo Estado, constituiu-se condição para a expansão da "fronteira econômica do capital" no território brasileiro e amazônico. Em escala local, as cidades médias de Santarém e Marabá, a partir dos anos de 1990, passaram a apresentar mudanças profundas e aceleradas nas suas estruturas urbanas, como produto da ampliação e intensificação no ritmo dos processos de "reestruturação urbana e reestruturação da cidade", nem sempre concomitantes, como meio para a expansão dos fluxos de realização do capital no território e como condição para a reprodução do capital em escala local. Levando em consideração os elementos apresentados, esta tese objetiva entender, comparativamente, a maneira como vem se configurando a produção das desigualdades socioespaciais nas cidades de Santarém e Marabá, no início do século XXI. No plano das particularidades, que se refere à condição de cidades médias na Amazônia, a mudança na natureza da produção do espaço de Santarém e Marabá vem contribuindo para a reprodução das desigualdades socioespaciais, que se apresentam de maneira mais acentuada na segunda cidade. No plano geral, relativo à urbanização, o acúmulo de tempos desiguais, a coexistência de antigas e novas temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, associadas ao ritmo, densidade e intensidade dos processos de transformações, engendram formas e conteúdos que expressam ações, diferenciações e desigualdades socioespaciais. Vinculada ao conjunto da produção em andamento no âmbito da ReCiMe, a tese procura pensar a diversidade urbana, não como diferenças espaciais, mas a diferença e a diversidade dos espaços urbanos, pelo viés da desigualdade socioespacial, processo complexo e repleto de múltiplas interfaces e determinações, vinculadas às particularidades da produção do urbano e suas manifestações espaço-temporais.

Palavras-chave: Desigualdade Socioespacial; Espaços Urbanos; Cidades Médias; Santarém; Marabá.

ABSTRACT

The city and Amazonian urban from this early twenty-first century are undergoing deep changes, associated with inherent determinations to the reproduction of capital in the urban-regional space, the advance of new economic agents, urbanization territorially selective, as well as the processes of "urban restructuring and city restructuring", elements that have contributed to the production of socio-spatial inequalities. In the interpretation of these processes is essential to consider that urbanization induced by the state constitute condition for the expansion of "economic frontier of capital" in Brazilian and Amazon territory. At the local scale, medium-sized cities of Santarém and Marabá, from the 1990s, began to show deep and fast changes in their urban structures such as product expansion and intensification in the rhythm of the processes of "urban restructuring and city restructuring", not always concomitant, as a mean for the expansion of the capital realization flows in the territory, and as a condition for reproduction of capital on a local scale. Taking into account the evidence presented, this thesis aims to understand, comparatively, how the production of socio-spatial inequalities in the cities of Santarém and Marabá in the early twenty-first century has been represented. In terms of features, as regards the medium-sized cities condition in the Amazon, the change in the nature of the space production of Santarém and Marabá has contributed to the reproduction of socio-spatial inequalities presented more strongly in the second city. Overall, related to the urbanization, the accumulation of unequal times, the coexistence of old and new temporalities and unequal urban spatiality associated to the rhythm, density and intensity of transformation processes engender forms and contents that express actions, differentiations and socio-spatial inequalities. Linked to the overall production in progress under RECIME (Researchers Network on Middle Cities), this thesis tries to think the urban diversity, not as spatial differences, but as the difference and diversity of urban spaces, from the perspective of socio-spatial inequality, complex process and full of multiple interfaces and determinations, linked to the peculiarities of the urban production and their space-time manifestations.

Keywords: Socio-spatial Inequalities; Urban Spaces; Medium-sized Cities; Santarém; Marabá.

RÉSUMÉ

La ville et le milieu urbain amazonien, au début du XXI^e siècle, subissent des grosses transformations associées à des déterminations inhérentes à la reproduction du capital dans l'espace urbain-régional, au développement de nouveaux agents économiques, à l'urbanisation territorialement sélective, ainsi qu'à des processus de « restructuration urbaine et restructuration de la ville », des éléments qui contribuent pour la production des inégalités socio-spatiales. Dans l'interprétation de ces processus il est indispensable de considérer que l'urbanisation, générée par l'État, s'est constituée la condition pour l'expansion de la « frontière économique du capital » dans le territoire brésilien et amazonien. Dans l'échelle locale, les villes moyennes de Santarém et Marabá, à partir des années 1990, ont souffert des changements profonds et accélérés dans leurs structures urbaines, comme produit de l'agrandissement et intensification du rythme des processus de « restructuration urbaine et restructuration de la ville », pas toujours concomitant, comme moyen pour l'expansion des fluxes de réalisation du capital dans le territoire et comme condition pour la reproduction amplifiée du capital dans l'échelle local. En tenant compte les éléments susmentionnés, cette thèse a pour objectif comprendre, comparativement, la manière par laquelle se caractérise la production des inégalités socio-spatiales dans les villes de Santarém et Marabá, au début du XXI^e siècle. Sur le plan des particularités, relatif à la situation des villes moyennes en Amazonie, le changement de la nature de la production de l'espace de Santarém et Marabá contribue à reproduction des inégalités socio-spatiales, qui se réalisent de façon plus élevées à Marabá. Sur le plan général, relatif à l'urbanisation, l'accumulation de temps inégaux, la coexistence de vieilles et de nouvelles temporalités et spatialités urbaines inégales, associées au rythme, densité et intensité des processus de transformations, créent formes et contenus qui expriment actions, différenciations et inégalités socio-spatiales. Liée à l'ensemble de la production en cours dans le cadre de la RECIME, notre thèse vise penser la diversité urbaine, non comme différences spatiales, mais la différence et la diversité des espaces urbains, par le biais de l'inégalité socio-spatial, processus complexe et plein de multiples interfaces et déterminations liées à des particularités de la production de l'urbain et ses manifestations spatio-temporelles.

Mots-clé: Inégalité Socio-spatiale; Espaces Urbains; Villes Moyennes; Santarém; Marabá.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Abordagem metodológica	28
CAPÍTULO 1 - DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS, ESTRUTURAÇÃO URBANA E CIDADES MÉDIAS	45
1.1. DIFERENCIAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL	46
1.2. URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	57
1.3. ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO URBANA: NOÇÕES E DEFINIÇÕES	65
1.4. CIDADES MÉDIAS: SIGNIFICADOS E TRANSFORMAÇÕES	72
1.4.1. As cidades médias no pensamento geográfico a partir dos anos de 1990	73
1.4.2. Cidades médias brasileiras no início do século XXI: desafios e proposições	83
CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS CIDADES DE SANTARÉM E MARABÁ	88
2.1. A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SANTARÉM (meados do séc. XVII, até a década de 1960)	90
2.2. URBANIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO URBANA E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE SANTARÉM (décadas de 1970 e 1980)	98
2.3. A FORMAÇÃO DA CIDADE DE MARABÁ (final do séc. XIX, até a década de 1960)	107
2.4. URBANIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO URBANA E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE MARABÁ (décadas de 1970 e 1980)	114
2.5. PRIMEIRA SÍNTESE COMPARATIVA DAS CIDADES	123
CAPÍTULO 3 - URBANIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO URBANA E REESTRUTURAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS	131
3.1. REESTRUTURAÇÃO URBANA E REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE SANTARÉM (1990 a 2013)	136
3.2. PRODUÇÃO DESIGUAL DAS FORMAS URBANAS NA CIDADE DE SANTARÉM	145
3.3. REESTRUTURAÇÃO URBANA E REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE MARABÁ (1990 a 2013)	154
3.4. PRODUÇÃO DESIGUAL DAS FORMAS URBANAS NA CIDADE DE MARABÁ	161
3.5. SEGUNDA SÍNTESE COMPARATIVA DAS CIDADES	171

CAPÍTULO 4 - DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES DE SANTARÉM E MARABÁ	174
4.1. DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DA ESTRUTURA ESPACIAL NAS CIDADES MÉDIAS DE SANTARÉM E MARABÁ	176
4.2. RENDA DOS CHEFES DE FAMÍLIA NAS CIDADES MÉDIAS DE SANTARÉM E MARABÁ	198
4.3. PRODUÇÃO HABITACIONAL RECENTE E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS	212
4.4. TERCEIRA SÍNTESE COMPARATIVA DAS CIDADES	223
 <i>CONCLUSÕES</i>	 226
 <i>REFERÊNCIAS</i>	 235
 <i>APÊNDICE</i>	 250

INTRODUÇÃO

[...] as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente (HARVEY, 2004a, p.111).

Ao se inserir no conjunto da produção em andamento no âmbito da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - RECIME, nossa tese objetiva contribuir com o debate a respeito da diversidade dos processos urbanos brasileiros, ao explorar, analiticamente, a realidade amazônica, não necessariamente do ponto de vista da diversidade urbana como diferença, mas pensando a diferença e a diversidade urbana enquanto desigualdade socioespacial, cujas manifestações espaciais apresentam particularidades na produção desigual dos espaços urbanos das cidades médias brasileiras e amazônicas.

Consideramos que a construção deste debate se faz necessária frente aos acelerados processos de urbanização capitalista, de reestruturação urbana (SOJA, 1993) e reestruturação de cidades (SPOSITO, 2004). Condição e resultado de determinações inerentes ao avanço da "mundialização do capital" (CHESNAIS, 1996), bem como de "[...] *formes modernes de la territorialisation de l'économie* [...]" (VELTZ, 1996, p. 197) que tendem a impactar substancialmente a cidade e o urbano amazônico.

Nessa perspectiva, as cidades constituem "nós" articulados em um conjunto hierárquico de redes econômicas, técnicas, urbanas, que tem seus papéis redefinidos continuamente como produto e condição da divisão internacional do trabalho, cuja base de reprodução se manifesta por intermédio do engendramento de uma racionalidade instrumental capitalista, racionalidade essa baseada na metamorfose de capitais em acelerada simbiose, (associação, concorrência e competição), em processos de acumulação embasados no valor de troca (VELTZ, 1996), bem como na produção e valorização do espaço construído (HARVEY, 2013).

Em escala mundial, a produção e reprodução do capital, no período atual, vêm se constituindo a partir de um conjunto de estratégias e de ações que objetivam promover o que Harvey (2005) denominou "salto das escalas". Uma produção de escalas espaciais para ações e estruturas territoriais do capital em âmbito planetário, com vistas à expansão de novos mercados e ampliação de processos de acumulação (SMITH, 1988; HARVEY, 2013).

A reprodução do capital pressupõe a realização de determinadas condições a partir das quais este capital pode se reproduzir. É dentro dessa perspectiva que a "*urbanisation du capital*" (HARVEY; 2003, 2004b) se torna um elemento processual de fundamental importância, enquanto condição para a realização de processos produtivos, para a concentração e acumulação do capital, tanto nos países centrais da moderna economia

capitalista, quanto nos países emergentes e de industrialização recente (BENKO, 2002; HARVEY, 2011).

A produção do espaço urbano em escala planetária vem sendo, portanto, significativamente impactada por processos de produção do capital baseados no crescimento econômico, na modernização tecnológica, na ampliação da rentabilidade do capital. Dentro dessa perspectiva, coadunamos com a pertinente reflexão de Piketty (2014) para quem a ampliação da remuneração do capital, em relação ao crescimento econômico, vem contribuindo para o aumento das desigualdades econômicas e sociais nas suas múltiplas escalas e diferentes dimensões, dentre as quais, a social e a econômica, em nível mundial (PIKETTY, 2014).

Ainda em escala mundial, os processos de concentração e centralização econômica não se realizam apenas enquanto movimentos de reprodução do capital financeiro na economia-mundo (HARVEY, 2005; HARVEY, 2011), mas também enquanto manifestação espacial, a partir da implantação de "sistemas de objetos e de sistemas de ações" (SANTOS, 1996) que se constituem em frações territoriais, contribuindo para a intensificação da divisão econômica e tecnológica do espaço mundial (SANTOS, 1996; VELTZ, 1996; PIKETTY, 2014) e para a produção de diferenciações e desigualdades econômicas e socioespaciais.

Na escala do território brasileiro, guardadas as devidas particularidades inerentes às formações urbano-regionais, identificamos um conjunto de transformações na cidade e no urbano. Estas transformações estão direta ou indiretamente relacionadas à divisão territorial do trabalho, às novas configurações da rede urbana brasileira, bem como às determinações do movimento de produção e reprodução desigual do espaço urbano e suas interfaces com a urbanização do território e a estruturação urbana (SANTOS, 1993; SPOSITO, 2010; VILLAÇA, 2001; DAMIANI, 2004; DAMIANI, 2006).

Considerando ainda a escala do território brasileiro, a urbanização, disseminada diferenciadamente a partir da segunda metade do século XX, não constituiu simplesmente resultado do processo de industrialização por substituição de importações, mas como condição para a disseminação do processo de industrialização no Brasil (SANTOS, 2013).

Dentro de tais circunstâncias, o Estado exerceu papel significativo no processo de transformações territoriais e de "urbanização extensiva" do território brasileiro, ao estabelecer um conjunto de estratégias e ações estruturais, com vistas à indução de processos de

industrialização seletiva em determinadas áreas do território (SANTOS, 1993; SANTOS, 1994; MONTE-MÓR, 1998).

Da mesma maneira, a aceleração da urbanização contemporânea (SANTOS 1993; LIMONAD, 1999) portanto, representa elemento indutor na produção de uma série de determinações relacionadas à divisão social e territorial do trabalho e à redefinição de usos, apropriação e consumo nas cidades brasileiras (CORRÊA, 1995).

Na escala do espaço regional amazônico, evidenciamos mudanças profundas, sobretudo a partir dos anos de 1990, como resultado do processo de reestruturação da rede urbana, da produção do espaço urbano de cidades e da inserção destes espaços no contexto de dinâmicas capitalistas globais (RIBEIRO, 1998; GONÇALVES, 2004; BECKER, 2010).

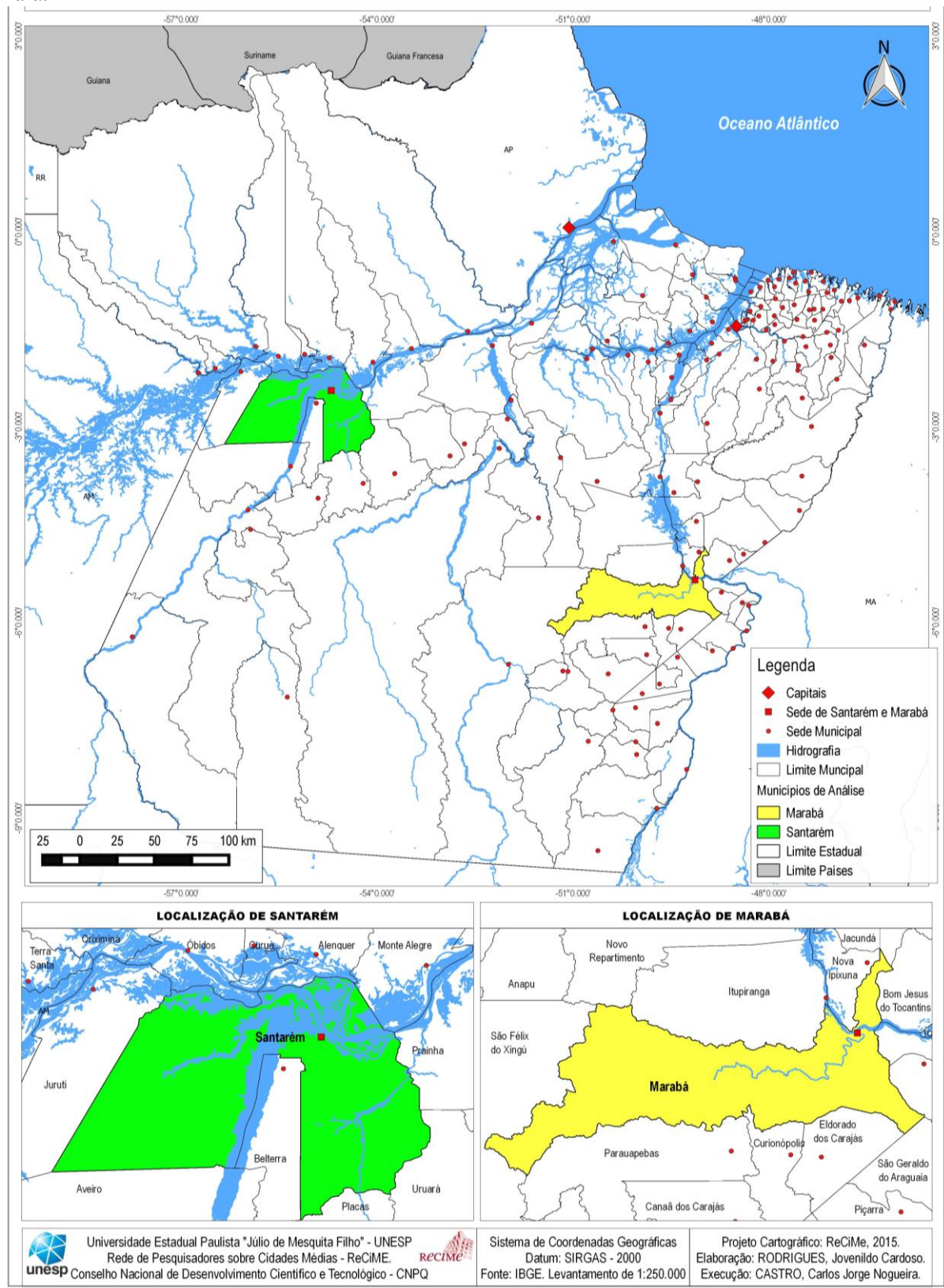
Produto e condição destes múltiplos processos articulados, a rede urbana amazônica e as cidades de Marabá e Santarém, em suas dimensões econômicas, constituem-se expressões dos papéis de acumulação e de concentração de capital no espaço amazônico (CASTRO, 2009).

Na escala local, as cidades de Santarém e Marabá, consideradas como cidades médias a partir dos trabalhos de Rodrigues (2010) e Pereira (2004) encontram-se situadas respectivamente no Oeste e no Sudeste do estado do Pará (conforme o mapa 01), a partir dos anos de 1990, vem passando por transformações aceleradas em suas formas espaciais e seus conteúdos urbanos. Tais transformações estão relacionadas a mudanças nas estruturas urbanas das cidades, como produto das condições gerais de realização do capital nos territórios destas cidades, bem como devido às implicações inerentes à presença e ações de tais capitais na produção desigual do espaço construído.

O fortalecimento da função das cidades acima mencionadas na rede urbana amazônica, associado ao avanço da urbanização, constituem, simultaneamente, condição e resultado da consolidação da centralidade urbana dessas cidades, com implicações na produção de suas estruturas urbanas.

As manifestações desse conjunto de metamorfoses podem ser evidenciadas por intermédio da produção de formas espaciais que expressam mudanças na estrutura urbana destas cidades, bem como pela produção de diferenciações e desigualdades na escala de cada cidade.

Mapa 1- SANTARÉM E MARABÁ: Situação geográfica dos municípios e das cidades no estado do Pará.



Elementos emblemáticos desse conjunto de transformações, associadas à produção desigual do espaço urbano, podem ser identificados nas cidades médias de Uberlândia (SOARES et al., 2010), Passo Fundo (SOBARZO, 2010), Mossoró (ELIAS e PEQUENO, 2010), Marília (MELAZZO, 2012), Campina Grande (MAIA et. al., 2013), Londrina (SILVA, 2013), a partir da expansão acelerada do tecido urbano, persistência e/ou aumento de ocupações urbanas espontâneas/informais e ilegais, a presença ou muitas vezes incremento do quantitativo de pessoas (sobre)vivendo em áreas com condições precárias de acesso a moradia e à cidade.

A motivação principal que resultou na construção desta tese de doutorado está relacionada à necessidade de promovermos reflexões críticas acerca de como o urbano, enquanto negatividade projeta-se e se reproduz nas sociedades amazônicas, produzindo espacialidades urbanas profundamente desiguais nas cidades médias paraenses de Santarém e Marabá, no início do século XXI.

Outra importante motivação deve-se à necessidade de preenchermos uma lacuna investigativa, relacionada à construção de abordagens comparativas das cidades brasileiras, de maneira a se pensar sua diversidade territorial. No que diz respeito aos estudos comparativos acerca da realidade amazônica, identificamos poucas e raras pesquisas, dentre as quais o trabalho desenvolvido por Tourinho (2011).

Por sua vez, a desigualdade socioespacial em cidades médias constitui temática importante, que merece ser amplamente debatida no campo acadêmico paraense em tempos de crise econômica global, de globalização acelerada e de aprofundamento das desigualdades.

Ao longo dos três últimos anos, efetuamos esforço no sentido de produzir um debate que permitisse estabelecer reflexões acerca das particularidades das cidades médias amazônicas. Contudo, esta pesquisa resulta de um conjunto de experiências acumuladas ao longo de sete anos, que teve seu marco inicial, a partir do ano de 2008, ainda no período do mestrado, quando comecei a realizar os primeiros trabalhos de campo na cidade de Marabá.

Dentro de uma perspectiva geral, três planos nortearam a elaboração da tese: o plano teórico, o plano histórico-geográfico e o plano empírico. No plano teórico, retomamos os diferenciados e complexos conceitos de urbanização, cidades médias, estruturação urbana e desigualdade socioespacial, de maneira a se promover uma reflexão a respeito da necessidade de se pensar não apenas o urbano brasileiro, do ponto de vista da diversidade enquanto diferença, mas a diferença e a diversidade urbana do ponto de vista das assimetrias

socioespaciais, horizonte no qual buscamos compreender elementos que permeiam a produção da desigualdade enquanto desigualdade socioespacial.

No plano histórico-geográfico, a perspectiva de se pensar as escalas no tempo e no espaço foram acionados, por meio da articulação entre a curta e a longa duração. Neste momento, buscamos a construção de uma leitura à luz de elementos do tempo e do espaço, a partir do estabelecimento de recortes temporais e espaciais.

A esse respeito, Sposito (2004) ressalta a necessidade de efetuarmos recortes, não apenas temáticos, mas também analíticos, territoriais, temporais, enquanto possibilidade para uma maior precisão, profundidade e coerência à investigação, em meio a um labirinto de possibilidades que a realidade nos apresenta.

Advertimos o leitor para o fato de que os recortes espaço-temporais aqui estabelecidos não foram efetuados de maneira arbitrária, como cronologias sobre a história geográfica das cidades, ainda que estas cronologias possam constituir elementos importantes em abordagens sobre a formação e trajetórias de cidades.

Procuramos estabelecer recortes espaço-temporais que levassem em consideração uma leitura de geografia histórica (ABREU, 1987), a partir da articulação entre fontes bibliográficas e fontes documentais, de maneira a identificar tempos e eventos, temporalidades e espacialidades significativas, para efeito de análise dos processos de produção desigual do espaço urbano destas cidades médias paraenses.

Para além das fontes documentais, os trabalhos de autores como Corrêa (1987), Vicentini (2004), Ribeiro (1998), Machado (1989) e Rodrigues (2010) constituíram bases importantes para que pudéssemos pensar, de maneira dialética e articulada, as escalas interurbana e a escala das cidades, mesmo tendo esta última como central e privilegiada, atentando para algumas particularidades do processo de produção desigual do espaço urbano.

Tais recortes resultaram na produção de quadros histórico-geográficos que devem ser compreendidos enquanto sínteses "espaciais-temporais-relacionais", considerando os momentos de grandes mudanças nas estruturas e rupturas com determinadas dinâmicas de organização e de produção do espaço urbano paraense.

Essa perspectiva de recortar o tempo e o espaço, entretanto, pode apresentar limites que estão associadas à escolha de determinados tempos e eventos como protagonistas, em detrimento de outros eventos e tempos que em determinadas circunstâncias poderiam se fazer de grande relevância para o entendimento de determinadas dinâmicas espaciais.

A opção por tais recortes possui a virtude de promover um momento de síntese explicativa acerca dos tempos desiguais, da coexistência entre antigas e novas temporalidades, bem como das espacialidades urbanas que se constituíram como elementos determinantes nos movimentos de rupturas, continuidades e descontinuidades, engendrando transformações na escala das cidades de Santarém e Marabá, atentando para suas semelhanças e diferenças.

Finalmente, no plano empírico, procuramos articular informações de natureza quantitativa (dados dos setores censitários) a informações de natureza qualitativa (observações sistemáticas qualitativas, registros fotográficos, entrevistas) obtidos a partir de trabalhos de campo.

Estes planos não devem ser compreendidos de maneira isolada, tampouco de maneira estanque, mas enquanto elementos que permitem pensar de maneira dialética e articulada, a realidade das cidades médias amazônicas estudadas.

A desigualdade socioespacial constitui a temática que protagoniza a construção desta tese. Como elementos basilares a serem acionados para a construção de reflexões acerca das desigualdades socioespaciais, encontram-se os processos de produção do espaço urbano, de urbanização, de estruturação e reestruturação urbana e de estruturação e reestruturação da cidade. Esses processos estão articulados e devem ser lidos e interpretados à luz de suas manifestações multiescalares.

A articulação dos processos em suas múltiplas escalas será crucial para a compreensão desta proposta de tese de doutorado que busca responder à seguinte problemática:

➤ De que maneira vem se configurando a produção das desigualdades socioespaciais nas cidades médias de Santarém e Marabá, a partir do final do século XX e início do século XXI?

A análise da problemática levantada requer que possamos efetuar desdobramentos a partir das seguintes questões norteadoras:

➤ De que maneira se deu a formação das cidades de Santarém e Marabá e sua articulação com a rede urbana paraense nos primeiros momentos de constituição?

➤ Como se configurou a urbanização e a estruturação urbana e das cidades médias de Santarém e Marabá, a partir dos anos de 1970?

➤ De que modo e com que intensidade a reestruturação urbana e das cidades médias de Marabá e Santarém, a partir do início do século XXI (que se transformam em

estratégias e ações estruturantes no espaço visando produzir novas configurações espaciais para o capital) vem contribuindo para a produção de desigualdades socioespaciais?

As sistematizações e análises desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa constituem elementos fundamentais para a defesa da seguinte tese:

No plano das particularidades, a mudança na natureza da produção das cidades médias de Santarém e Marabá vem contribuindo para a reprodução e, do ponto de vista espacial, para o aprofundamento das desigualdades nelas presentes.

No plano geral, o acúmulo de tempos desiguais, a coexistência de antigas e novas temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, associadas ao ritmo, densidade e intensidade dos processos de transformações socioespaciais, vem engendrando formas espaciais e conteúdos urbanos que expressam ações, diferenciações e desigualdades socioespaciais que encontram particularidades nas respectivas cidades médias paraenses.

Do ponto de vista da estrutura da tese, esta foi sistematizada com a construção de quatro capítulos. O primeiro capítulo objetiva apresentar as bases conceituais principais, ao tratar do arcabouço teórico relacionado à desigualdade socioespacial, urbanização, cidades médias, estruturação e reestruturação urbana. Neste capítulo, acionamos os instrumentais teórico-conceituais, de maneira a estabelecermos um conjunto de reflexões que levassem em consideração uma perspectiva de pensar a diversidade urbana brasileira e amazônica, permitindo-nos, ainda, articular os elementos de base teórica às abordagens histórico-geográficas e empíricas que se seguirão.

O segundo capítulo consistiu na construção de uma abordagem histórico-geográfica subdividida em dois momentos: em um primeiro momento centramos nossas discussões em uma análise acerca da formação das cidades de Santarém e Marabá, atentando para o papel exercido pelas mesmas em suas respectivas redes urbanas. Por sua vez, no segundo momento, procuramos abordar rupturas e descontinuidades nas estruturas urbanas das cidades, como produto e condição das manifestações dos processos de urbanização, de estruturação urbana e estruturação das cidades de Santarém e Marabá, a partir dos anos de 1970 e 1980.

O terceiro capítulo teve como cerne de discussão os processos de urbanização, reestruturação urbana e reestruturação das cidades, apresentando como recorte espaço-temporal o período que compreende entre os anos de 1990 e o início do século XXI, momento marcado por intensas rupturas nas estruturas urbanas das cidades, assim como pela aceleração nas suas dinâmicas econômicas e espaciais.

O quarto e último capítulo constitui-se em uma abordagem acerca das desigualdades socioespaciais e da produção da moradia nas respectivas cidades médias, a partir de uma leitura de alguns elementos empíricos selecionados, a saber as densidades de habitantes por domicílios, determinadas infra-estruturas urbanas e os rendimentos dos chefes de família nas respectivas cidades. Ainda neste momento, promovemos discussão acerca da produção habitacional recente do Programa Minha Casa Minha Vida, não para detalhar e debater longamente acerca do papel do Estado e das políticas territoriais na Amazônia paraense, mas apenas com o objetivo de apresentar a seletiva localização de tais empreendimentos que sinalizam o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Com exceção do primeiro capítulo, que apresenta uma natureza teórica, os demais capítulos terão, ao seu final, uma síntese comparativa das cidades, de maneira que possamos retomar o debate e estabelecermos as bases que nortearam a construção (semelhanças e diferenças) a respeito das desigualdades socioespaciais nas cidades estudadas, buscando cumprir com o objetivo de uma análise comparativa.

Finalizamos, com a apresentação das conclusões, que representam a síntese geral das construções e diálogos efetuados ao longo dos capítulos. Neste momento, foram apontados alguns caminhos e desdobramentos para futuras investigações.

Abordagem metodológica

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo (SOJA, 1993, p. 102).

As cidades médias paraenses vêm passando por transformações aceleradas nos últimos anos. Tais transformações estão associadas à produção do espaço urbano, à divisão territorial do trabalho, aos processos de urbanização acelerada, de reestruturação urbana, conformando um mosaico de múltiplas metamorfoses que tendem a produzir espacialidades urbanas diversas e desiguais.

Diante desta perspectiva, consideramos necessária a construção de nexos explicativos que permitam reconhecer e refletir criticamente acerca do movimento de determinações e contradições imanentes ao modo capitalista de produção e suas implicações na escala das cidades. Tal tarefa nos impõe um primeiro obstáculo, qual seja: como analisar o objeto de estudo do ponto de vista de um pensamento crítico?

Marre (1991) afirma que a construção do objeto de estudo, considerando descontinuidades e rupturas na história do pensamento científico, requer que se conheça não apenas o produto, mas igualmente as descontinuidades em que foram criados os produtos. Nosso trabalho compartilha desta perspectiva, pois entendemos que compreender descontinuidades, rupturas em processos, dinâmicas, ações e relações exige a elaboração de um tema de pesquisa, bem como de um caminho teórico-metodológico que permita investigar o objeto de estudo em maior profundidade.

Assim, a escolha da temática, bem como da metodologia de investigação, constitui elemento essencial para que possamos desenvolver algumas considerações que permitam, ainda que momentaneamente, entender semelhanças e diferenças, mudanças e permanências inerentes ao movimento de transformações da realidade social em seus aspectos gerais, em suas particularidades e singularidades.

Em relação ao processo de pesquisa, a abordagem metodológica desta tese foi realizada por meio do estudo comparativo, enquanto momento da atividade prático-cognitiva com vistas a analisar tempos, temporalidades e espacialidades, atentando para transformações nos ritmos e intensidades na/da produção das cidades de Marabá e Santarém.

A respeito da abordagem comparativa, Schneider e Schmitt (1998) fazem a seguinte afirmação:

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER e SCHMITT, 1998, p.1)

A ciência geográfica possui larga tradição na construção de reflexões que tratam do procedimento comparativo, com destaque para Humboldt, Ritter, Reclus, La Blache, Hartshorne, dentre outros. A esse respeito, apenas a título de exemplo, La Blache (2012)

discorre acerca das particularidades do território francês, no final do século XIX, em seus estudos acerca de *"Le principe de la geographie generale"*. Os elementos apresentados em suas reflexões seminais permitem pensar comparativamente fenômenos, processos, particularidades e singularidades concernentes aos múltiplos mosaicos que compõem as regiões e sub-regiões francesas.

O método comparativo nos estudos geográficos constitui estratégia de pesquisa importante à medida que permite reagrupar fatos aparentemente dissociados, estabelecer mediações no sentido de pensar a relação entre o todo e a parte, entre a unidade e a diversidade, de maneira a se compreender a relação entre produção de espaços da diferença e de espaços da semelhança.

Para o desenvolvimento de nossa tese, cinco elementos diferenciados no plano teórico-metodológico, mas articulados, (e que representam, a um só tempo, temas e conceitos) constituíram mediações analíticas essenciais: desigualdade socioespacial, urbanização, cidades médias, estruturação e reestruturação urbana e da cidade. Dentro dessa perspectiva, a desigualdade socioespacial constitui a temática protagonista na construção das reflexões aqui apresentadas.

Os respectivos conceitos constituem lentes analíticas primordiais para o desenvolvimento da nossa pesquisa, uma vez que são tanto instrumentais teóricos que permitem compreender mudanças e permanências, continuidades, descontinuidades, ações e contradições, como resultado da produção desigual do espaço das cidades.

Advertimos aqui para o fato de que tais mediações teórico-metodológicas não podem ser compreendidas enquanto instâncias estanques, desarticuladas ou mesmo hierarquizadas, mas enquanto perspectivas analíticas que se encontram articuladas e sobrepostas, conformando um caleidoscópio de múltiplas possibilidades de se pensar dialeticamente as espacialidades contemporâneas.

Considerando a necessidade de definir um caminho teórico-analítico, optamos aqui por uma abordagem baseada no movimento das contradições, que permeia a produção/reprodução do espaço urbano (LEFEBVRE, 1972). Esse caminho teórico-metodológico constitui possibilidade analítica importante para uma reflexão acerca do objeto em movimento, atentando para o desenvolvimento de múltiplas determinações da realidade social, de tal maneira que possamos identificar movimentos de transformações que

conduziram e conduzem a mudanças gerais, às particularidades e singularidades (LEFEBVRE, 1999).

Articuladamente a esta perspectiva, necessitamos fazer um movimento regressivo, rumo a tempos e temporalidades passados, de modo a reconhecer a relevância de processos históricos anteriores e sua relação com a realidade material, possibilitando-nos compreender elementos da sociedade urbana em sua diversidade (LEFEBVRE, 1999).

Nesse sentido, os processos de produção das desigualdades socioespaciais, urbanização, produção do espaço urbano, estruturação e reestruturação urbana e das cidades encontram centralidade nas nossas reflexões, em razão da potencialidade analítica que tais processos assumem enquanto expressões materiais da produção e reprodução desigual do espaço urbano no capitalismo contemporâneo.

Por sua vez, a construção e análise do objeto de estudo, enquanto tentativa de entendimento de como o objeto científico se realiza na relação entre “dialética ascendente” (que vai da apreensão do tema empírico para a construção de hipóteses teóricas) e “dialética descendente” (partindo da elaboração teórica, em busca de verificação empírica) (MARRE, 1991), remete a outro dilema, qual seja: a necessidade de definir um recorte analítico.

A esse respeito, Sposito (2004) afirma que o espaço, enquanto realidade multidimensional, dotada de complexas ações, relações e determinações, atinge um nível demasiadamente amplo, de tal maneira que tende a inviabilizar o processo de pesquisa. Diante de tais circunstâncias, convém que estabeleçamos um recorte analítico mais adequado para o desenvolvimento da pesquisa.

Optamos pela análise das dimensões econômica e espacial. Esta opção não significa dizer que as demais dimensões sejam menos relevantes do ponto de vista do pensamento científico-geográfico, ou mesmo para o processo de pesquisa. Tal escolha decorre, antes de mais nada, do reconhecimento das nossas limitações para analisarmos todas as dimensões analíticas em profundidade.

Além disto, na construção de reflexões da tese, por exemplo, não buscamos tecer maiores aprofundamentos acerca do conceito de rede urbana, ainda que em determinados momentos tenhamos acionado este conceito de maneira transversal, à medida que o debate central tornasse-o necessário.

Considerando a necessidade de uma abordagem introdutória que reúna historicidade e *praxis* (LEFEBVRE, 1972) enquanto possibilidade analítica para considerar articulações,

sobreposições e coexistências entre espacialidades e temporalidades histórico-geográficas, retomamos as reflexões de Santos (2005), para quem a história não se inscreve fora do espaço, posto que o espaço é social em sua essência.

Compartilhamos dessa perspectiva, pois consideramos que a construção de uma análise espacial acerca dos processos de transformações e de produção das cidades médias paraenses requer pensarmos articulações de tempos, temporalidades, espacialidades, bem como particularidades inerentes à formação geográfico-histórica dessas cidades médias.

A análise dos processos de reestruturação urbana, reestruturação da cidade, urbanização, produção do espaço urbano e desigualdade socioespaciais exige ainda que possamos acionar, de maneira articulada, as **escalas** cartográficas, espaciais, temporais (SPOSITO, 2006), enquanto instrumentais teórico-metodológicos necessários à compreensão das particularidades de realização dos respectivos processos e suas manifestações espaciais na escala das cidades médias.

Ainda segundo Sposito (2006), a análise das dinâmicas atuais pressupõe que façamos a articulação entre diversos momentos históricos (considerando a escala temporal), não enquanto sucessão de acontecimentos, mas enquanto imbricamento articulado e, ao mesmo tempo conflituoso entre os diversos momentos históricos e sua relação com as escalas espaciais, permitindo a apreensão das relações espaço-temporais.

A esse respeito, Melazzo e Castro (2008) ressaltam que a escala geográfica remete ao debate sobre os fenômenos e suas organizações espaciais, ou seja, à compreensão sobre a estruturação do mundo e a complexidade social. Neste sentido, cada processo social deve ser estudado segundo sua própria escala e esta deve ser selecionada de maneira coerente ao objeto a ser estudado (MELAZZO e CASTRO, 2008).

Ainda segundo Melazzo e Castro (2008), dentro de uma perspectiva das relações capitalistas de produção, as escalas podem se constituir produtos do capital, instâncias de concretização e de negação de seus movimentos internos. Estas são diferenciações do espaço, engendradas pelo capital para superar momentaneamente suas contradições. Desse ponto de vista, as escalas representam expressões e hierarquizações contidas na estrutura do capital, integrando os diferentes processos de produção e de circulação do capital (MELAZZO; CASTRO, 2008).

A construção do processo de pesquisa pressupõe, ainda, a escolha de algumas **variáveis** que nos permitiram analisar o objeto de estudo com maior profundidade. Nesse

sentido, decidimos pelo uso das seguintes variáveis operacionais, adaptadas a partir da proposição de Sposito (2007a): 1) Características populacionais, dinâmica da população (urbana e rural); 2) Grau de urbanização; 3) Infraestrutura urbana; 4) Condições de domicílio; 5) Renda.

As variáveis elencadas foram apresentadas em capítulos específicos, porém articulados a outros capítulos, sendo que tais variáveis são acionadas no percurso de construção da tese, como possibilidade para conduzirmos as reflexões e afirmações levantadas neste trabalho.

A análise da desigualdade socioespacial nas cidades médias paraenses de Santarém e Marabá, enquanto particularidade processual resultante de transformações espaço-temporais, da produção e reprodução do modo capitalista de produção, requer pensar um conjunto de estratégias metodológicas e operacionais que permitam analisar e interpretar algumas manifestações espaciais desse processo na produção do urbano.

Do ponto de vista de leitura quantitativa, como ler as desigualdades socioespaciais nas cidades médias paraenses? Que metodologias podemos adotar? Que indicadores devemos acionar para a produção de investigações que abordem a desigualdade socioespacial?

O espaço urbano das cidades médias brasileiras apresenta particularidades complexas, fato que exige a construção de instrumentos analíticos específicos, capazes de capturar elementos da desigualdade socioespacial, bem como suas expressões territoriais.

Melazzo e Guimarães (2010) levantam a importância de se desenvolver uma cultura da produção e do uso da informação geográfica e da modelagem de Sistemas de Informação Geográfica¹ (SIG) para a produção de interpretações espaciais sobre a desigualdades sociais. Compreendemos relevante considerar alguns critérios fundamentais para a produção e uso de tais indicadores, quais sejam: grau de cobertura, confiabilidade, sensibilidade, inteligibilidade, historicidade e periodicidade.

Ainda segundo Melazzo e Guimarães (2010), os dados do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, produzido diretamente pelo governo federal e o Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas, lançado pelo Instituto Brasileiro de

¹O Sistema de Informação Geográfica (SIG) constitui base de dados computadorizada que contém informação espacial (SENDRA, 1992). Os Sistemas de informação geográficos são produzidos e armazenados a partir de um sistema de Hardware, software e procedimentos elaborados para facilitar a obtenção, gestão, manipulação, análise, modelagem, representação e saída de dados espacialmente referenciados para resolver problemas complexos de planificação e gestão (SENDRA, 1992).

Geografia e Estatística (IBGE) apresentam informações de diferentes naturezas (sociais, econômicas e outras), oriundas de diferentes fontes (censos e/ou registros administrativos) e segundo diferentes recortes territoriais/escalas (Estados, municípios, setores censitários etc.), constituindo-se importantes bases de dados para a produção de um conjunto de análises interpretativas espaciais.

Por sua vez, Vieira (2009) ressalta a relevância de se desenvolver diferentes indicadores de desigualdade, sejam eles econômicos, sociais ou geográficos, como possibilidade que permita revelar elementos inerentes a transformações socioespaciais em determinadas cidades médias. Esta perspectiva pressupõe entender que os indicadores sociais são dotados de características que ajudam a pensar a desigualdade.

Acerca da relevância de indicadores sociais, enquanto recurso metodológico para a análise da realidade, Januzzi (2001) afirma que constitui:

Uma medida em geral qualitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou pragmático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando [...] (JANUZZI, 2001, p.14).

Ainda segundo Januzzi (2001), a análise dos indicadores sociais possibilita o monitoramento das condições de vida da população, por parte do poder público e da sociedade civil, além de permitir o aprofundamento das investigações acadêmicas sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Não obstante, o aprimoramento de novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas, principalmente na escala local, tem reacendido o debate desde a década de 1980 (MELAZZO e GUIMARÃES, 2010). Neste sentido, Sindicatos, Universidades e centros de pesquisa passaram a empreender esforços para o refinamento conceitual e metodológico de instrumentos de quantificação e qualificação das condições de vida, visando instrumentalizar os programas de combate à desigualdade social e à pobreza (MELAZZO, 2006).

Segundo Vieira (2009), os indicadores sociais apresentam, como potencialidade analítica o dimensionamento de carências dos serviços públicos, de maneira a subsidiar o poder público na tomada de decisões.

[...] os indicadores revelam o quadro atual da realidade, detectando os problemas, dimensionando as carências, revelando a demanda por determinados serviços públicos. Ao mesmo tempo permite definir áreas prioritárias de intervenção da política pública a ser implementada e os recursos necessários para atingir os objetivos determinados (VIEIRA, 2009, p.103).

Concordamos com esta afirmativa do autor, pois compreendemos que os indicadores socioespaciais constituem elementos de natureza quantitativa importantes para as análises interpretativas dos processos de produção das desigualdades socioespaciais.

Não obstante, entendemos que a vida urbana apresenta uma diversidade e complexidade de elementos que não permitem afirmações definitivas, mesmo para pesquisas de natureza especificamente qualitativa uma vez que a produção do espaço, enquanto realidade em realização, apresenta fenômenos, determinações, movimentos de intensidades diversas que não podem ser capturadas em sua totalidade pelas lentes dos indicadores.

Como lidar com tais dificuldades? Necessitamos entender que toda e qualquer metodologia adotada para pesquisas acadêmicas apresenta potencialidades e limites, e que a escolha por um determinado caminho metodológico poderá ser marcada por avanços e dificuldades analíticas associadas a possíveis limitações teórico-metodológicas.

Ainda assim, consideramos que os indicadores sociais e urbanos apresentam a relevância de demonstrar, a partir de um conjunto de metodologias, uma dimensão analítica importante que não deve ser de maneira alguma negligenciada, mesmo para os trabalhos que apresentem uma natureza especificamente qualitativa, sob pena de fragilizar as reflexões a serem apresentadas.

Os indicadores sociais, neste sentido, também urbanos, não surgem separados de uma elaboração teórica e conceitual, pois a montagem de um sistema de indicadores sociais e urbanos envolve uma série de decisões metodológicas, abrangendo tanto elementos conceituais de caráter abstrato, a temática que se refere ao sistema de elaboração, como especificidades relacionadas às suas dimensões, formas de interpretação e abordagem desse sistema (VIEIRA, 2009). A partir de tais definições, é possível construir os indicadores e compor um sistema que traduz o conceito inicialmente selecionado (VIEIRA, 2009).

Januzzi (2001) e Koga (2003) ressaltam a necessidade de análise das metodologias de construção de indicadores sociais, de maneira a desvendar as teorias e objetivos a elas referidas. Ainda segundo Januzzi (2001), a partir desse balizamento teórico e metodológico,

torna-se possível o uso mais consistente dos indicadores sociais, evitando transformá-los em resposta definitiva, expressão exata ou ideal dos conceitos abordados.

A preocupação conceitual também é necessária para evitar o caminho inverso, ou seja, a elaboração de indicadores, para posteriormente relacioná-los a uma abordagem conceitual (VIEIRA, 2009).

Januzzi (2002) ressalta que um indicador social consistente deve se pautar em um modelo teórico, ou mesmo em um modelo de intervenção social mais geral em que estejam explicitadas as variáveis e categorias analíticas relevantes, bem como ao encadeamento causal ou lógico que as relaciona.

Para o caso desta tese, entendemos que os indicadores sociais e urbanos constituem o elo entre o conceito analisado e a realidade empírica, social e espacial. Dessa maneira, os indicadores urbanos permitiram-nos interpretar as desigualdades socioespaciais nas cidades médias de Santarém e Marabá, associando tais elementos às implicações da urbanização desigual, da reestruturação urbana e da cidade, na escala das respectivas cidades médias paraenses.

Segundo Moraes e Lima (2001), para além das dificuldades de confiabilidade, de comparação dos dados da pesquisa, um sistema de indicador deve ser suficientemente flexível para superar os possíveis atrasos, descontinuidades e problemas de cobertura ou desagregação desses dados.

O exercício de elaboração de indicadores sociais não constitui tarefa das mais simples, principalmente em razão de haver relativamente poucas fontes de dados e estatísticas confiáveis, tanto no que tange à periodicidade, quanto à confiabilidade.

Compreendemos, como de fundamental importância, que a elaboração de indicadores sociais de desigualdade deva levar em consideração as características das cidades médias brasileiras.

Assim considerando, procuramos escolher os dados censitários do IBGE, os quais, em nossa interpretação, foram os apropriados e transmitiram maior confiança e potencialidade para a interpretação das desigualdades socioespaciais na escala das respectivas cidades médias paraenses.

Os indicadores socioespaciais permitiu-nos demonstrar a maneira como as desigualdades socioespaciais vêm se reproduzindo nas cidades médias paraenses. Esse sistema de indicadores elaborado será apresentado em formato cartográfico. Esta opção

adotada busca fazer um resgate deste importante instrumento metodológico, enquanto possibilidade para uma leitura espacial de elementos inerentes a manifestações espaciais.

Segundo Melazzo (2006), os mapas produzidos por meio de indicadores sociais se constituem como um importante instrumento de leitura da realidade, à medida que o mapa cria a possibilidade de se ler a cidade a partir de uma perspectiva espacial, relacional e processual (MELAZZO, 2006).

Para o caso de nossa tese, a cartografia pensada e produzida no contexto do projeto cartográfico ao longo da pesquisa, possibilitou-nos articular tanto as escalas cartográficas, quanto as geográficas e as temporais.

Uma advertência deve ser feita a possíveis limitações dos mapas elaborados para a leitura das desigualdades socioespaciais nas duas cidades médias paraenses. Tal advertência está relacionada ao fato de que tais representações cartográficas, por estarem baseadas nos setores censitários², eventualmente, poderão resultar na produção de representações cartográficas que atribuem a um determinado setor grandes extensões territoriais, induzindo o leitor a interpretar o tamanho da extensão territorial e cartográfica a tendências de concentração espacial e demográfica. Tentamos minimizar estas limitações relacionadas à produção da base disponibilizada pelo IBGE, na medida do possível, fazendo a atualização da base cartográfica, sobreposições dos setores com as malhas urbanas das cidades e dos eixos da principais ruas, de maneira a alertar o leitor sobre possíveis imprecisões.

Tendo como ponto de partida a metodologia produzida pelo CEMESPP, procuramos definir os indicadores fundamentais, que, segundo nosso entendimento, permitem interpretar a produção das desigualdades socioespaciais nas cidades médias de Santarém e Marabá.

Para tanto, elencamos sete indicadores sociais e urbanos no sentido de investigar a situação e as características relativas aos domicílios e aos chefes de famílias nas respectivas cidades paraenses estudadas, o que nos possibilitou abordar as dimensões econômica, social e espacial.

² O setor censitário corresponde a menor unidade territorial, apresentando limites espaciais identificáveis em campo, com dimensão adequada à operação de pesquisas desenvolvidas pelo IBGE e cujo conjunto procura abarcar a totalidade do território Nacional, fato que permite uma cobertura significativa na escala do País (IBGE, 2000, 2010). Ainda segundo o IBGE (2000, 2010), os arquivos agregados por setor censitário foram originalmente concebidos como cadastros básicos de áreas para a seleção de amostras para as pesquisas domiciliares. Dessa maneira, as variáveis de divisão territorial brasileira e algumas variáveis de porte ou tamanho dos setores representam escala com interessante potencialidade, para análise da divisão territorial do trabalho, o que pressupõe uma divisão social do espaço nas cidades brasileiras.

Do ponto de vista da produção e sistematização das informações levantadas, optamos pelo uso da metodologia da dispersão dos indicadores, para cada setor censitário da cidade. Em outras palavras, para cada uma das variáveis calculamos o percentual de sua ocorrência ou não, em cada setor censitário, em relação ao total de possibilidades (domicílios, pessoas, chefes de família) do mesmo setor. A partir dos resultados obtidos, definimos quatro classes diferentes, com os valores variando em cada um dos indicadores.

Dessa maneira, optamos por trabalhar com a metodologia dos quartis. Tal escolha decorreu, primeiramente, pelo fato desta metodologia já ter sido testada com sucesso em diversos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas - CEMESPP, como nas pesquisas de Melazzo (2006), Vieira (2009), Melazzo e Guimarães (2010). Segundo, porque esta metodologia trouxe resultados interessantes para efeito de análises comparativas acerca da produção das desigualdades nas duas cidades médias paraenses pesquisadas.

A metodologia dos quartis permite-nos identificar os setores com melhores, intermediários ou piores condições em todas as variáveis, sem exceção, possibilitando uma visualização geral das condições de desigualdade socioespacial na qual se estruturam as cidades médias, na medida em que classifica os setores censitários urbanos em quatro classes distintas (VIEIRA, 2009, p.113).

Dessa maneira, a metodologia dos quartis permitiu-nos uma leitura escalar interessante das desigualdades socioespaciais, uma vez que torna possível o agrupamento de setores censitários em cada uma das quatro classes diferentes.

A partir das quatro classes diferentes, obtivemos quatro conjuntos de setores subdivididos da seguinte maneira:

- 1) Setores que apresentam os piores índices sociais relativos a cada variável;
- 2) Setores intermediários piores, os quais apresentam percentuais variados para cada indicador e se aproximam daqueles setores classificados com os piores indicadores;
- 3) Setores intermediários melhores, que possuem setores censitários com percentuais próximos daqueles setores classificados com os melhores indicadores;
- 4) Setores que apresentam os melhores indicadores sociais, comparativamente aos demais setores.

As representações cartográficas produzidas foram analisadas considerando não apenas os percentuais de cada indicador social, mas sua distribuição espacial, de acordo com a intensidade relativa de sua ocorrência.

Os indicadores obtidos junto ao IBGE foram mapeados e sistematizados através do uso do software ARCGis 1.0 e do Quantum Gis 2.4, versão CHUAK, com auxílio do Google Earth, que nos ajudou a representar cada indicador selecionado na base cartográfica digital dos setores censitários urbanos de Santarém e Marabá.

A produção de uma cartografia multitemporal realizada nesta tese resultou da construção de mapas por setor censitário de cada indicador social e sua associação, articulação, sobreposição com as malhas urbanas das cidades, encontrando-se representados no gradiente de cores, de acordo com a especificidade de cada variável.

Para o caso das variáveis com piores indicadores, referentes a domicílio e chefes de família, optamos pelo uso de cores quentes, representadas da seguinte maneira: vermelho (setor pior), alaranjado (setor intermediário pior), amarelo (setor intermediário melhor), bege (setor melhor). Já para o caso das variáveis com melhores indicadores, referentes às variáveis domicílios e chefes de família, optamos pelo uso de cores frias, assim representadas: azul royal (melhor indicador), azul (intermediário melhor), azul celeste (intermediário pior) e azul claro (pior indicador).

Para o desenvolvimento de nossa interpretação, acerca da produção das desigualdades socioespaciais, fizemos uso de sete indicadores:

Quadro 1: Indicadores de desigualdade

1) Habitantes por domicílio	Permite identificar o crescimento de habitantes por domicílios na cidade e no setor censitário.
2) Domicílios sem banheiro;	Possibilita demonstrar as piores condições dos domicílios na cidade e no setor censitário.
3) Domicílios ligados à rede de esgoto;	Propicia a localização de domicílios com pior e melhor infraestrutura de esgotamento sanitário.
4) Domicílios com quatro banheiros ou mais;	Permite demonstrar as melhores condições de domicílios na cidade e no setor censitário.
5) Chefes de família com rendimento de até um salário mínimo;	Possibilita a localização de chefes de família com rendimento na cidade e no setor censitário.
6) Chefes de família sem rendimento.	Propicia localizar os chefes de família que possuem pior rendimento na cidade e no setor censitário.

7) Chefes de família com rendimento acima de vinte salários mínimos.	Permite localizar chefes de família que apresentam melhor rendimento nominal mensal na cidade.
--	--

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Compreendemos que a relevância destes indicadores habitacionais encontra-se na possibilidade de se determinar a localização das diferentes segmentos sociais no espaço urbano das cidades médias analisadas. Além disso, pudemos verificar a qualidade e as características de locais de moradia, pela análise dos indicadores de domicílios.

Fizemos uso, ainda, de observações sistemáticas qualitativas e entrevistas, com vistas ao embasamento na construção de nossas reflexões e análises explicativas.

Os procedimentos metodológicos adotados se encontram articulados em quatro momentos dispostos da seguinte maneira:

Em um primeiro momento, efetuamos levantamento e análise bibliográfica e documental acerca das temáticas, cidades médias, urbanização, estruturação/reestruturação urbana, desigualdade socioespacial. O aporte teórico-conceitual que permeia as respectivas temáticas possibilitou-nos a construção de algumas reflexões preliminares acerca dos respectivos processos de transformações nas cidades médias de Marabá e Santarém.

Efetuamos ainda, neste momento, levantamento e análise de documentos históricos a respeito do processo de formação das respectivas cidades, obtidos junto ao Arquivo Público do Pará, Arquivo Público do município de Belém, à Fundação Biblioteca Nacional, à Biblioteca Central da UFPA, à Biblioteca Central da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), à Biblioteca Central da Universidade do Oeste do Pará (UFOPA), ao Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR). Essa abordagem histórico-geográfica permitiu-nos pensar antigas e novas espacialidades, semelhanças, diferenças e as desigualdades socioespaciais.

No segundo momento da pesquisa, realizamos levantamento e análise de dados secundários acerca de indicadores demográficos, socioeconômicos e espaciais junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos censos de 2000 e 2010 e, mais especificamente, dos setores censitários urbanos em cada cidade, para efeito de análise comparativa da estrutura espacial e da renda dos chefes de família nas cidades.

Fizemos uso, também, de indicadores obtidos junto à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Pará; à Secretaria Executiva de

Planejamento, de Orçamento e Gestão do Estado do Pará (SEPOF); Documentos de instituições e órgãos de planejamento e gestão em nível municipal também constituíram fontes de dados importantes, a saber, as fontes documentais referentes aos Planos Diretores, relatórios e diagnósticos técnicos dos municípios de Marabá e Santarém e Planos de Habitação de Interesse Social.

No terceiro momento, efetuamos observações sistemáticas qualitativas para o levantamento e análise das formas-conteúdo presentes no espaço das respectivas cidades, atentando para as antigas e novas espacialidades urbanas, de modo a identificar e analisar a produção das desigualdades socioespaciais nas cidades pesquisadas.

Ainda neste momento do processo de pesquisa, foram efetuados registros fotográficos das referidas cidades. Tais registros permitiram analisar particularidades, temporalidades histórico-geográficas que coexistem e se manifestam na escala das cidades. A dinâmica das formas urbanas dessas cidades médias constituiu ponto de partida importante para a identificação de algumas mudanças e permanências nas formas de uso e apropriação do solo urbano, na divisão social do espaço e suas expressões territoriais.

Realizamos o mapeamento da estrutura urbana atual de Marabá e Santarém, a partir da metodologia de modelização gráfica, utilizando como recurso o programa ARCGIS, com vistas a identificar e interpretar alguns elementos de formação, a produção de continuidades e descontinuidades territoriais na escala destas cidades médias, a distribuição desigual da estrutura espacial e da renda dos chefes de família das cidades.

Articuladamente aos respectivos procedimentos de coleta e produção de dados, fizemos uso da técnica de modelização gráfica, a partir da utilização do programa ARCGIS, do geoprocessamento e da geoestatística, a fim de obtermos a produção de uma "Cartografia Geográfica Crítica"³. Isso resultou na produção de mapas com o entrecruzamento de dados importantes acerca da renda dos chefes de domicílios, da estrutura espacial das respectivas cidades médias.

A produção e uso de representações cartográficas, decorrentes do entrecruzamento de bases cartográficas e bases estatísticas, constitui procedimento metodológico de significativa potencialidade enquanto instrumento e possibilidade para a produção de interpretações acerca

³A "Cartografia Geográfica Crítica" consiste em abordagem metodológica embasada na adoção da teoria crítica do mapa, que consiste no uso do mapa para interpretar ambivalências, contradições e desigualdades expressas, a partir de representações do espaço (GIRARDI, 2008). Nesse sentido, o mapa deve ser pensado enquanto parte da análise do discurso geográfico.

de representações do espaço (RODRIGUES, 2013). Compartilhamos dessas reflexões, uma vez que compreendemos o mapa como um instrumento que possibilita análises interpretativas de mudanças e permanências, de semelhanças e diferenças, de ações, relações e contradições inerentes à produção desigual do espaço de cidades.

A produção das representações cartográficas referentes às condições da estrutura espacial, renda dos chefes de família de Santarém e Marabá, aqui apresentadas, são resultado de um esforço no sentido de interpretar os novos movimentos de transformação nas escalas dessas cidades médias paraenses. Utilizamos a metodologia desenvolvida pelo Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas – CEMESPP da FCT/Unesp – Presidente Prudente. Tais elementos foram essenciais para a produção das representações cartográficas e para o delineamento de suas interpretações.

O uso desse procedimento metodológico, associado aos demais procedimentos já elencados anteriormente, auxiliaram-nos na produção e análise de algumas tendências processuais inerentes à produção do espaço dessas cidades médias, assim como na elaboração de mapas que permitiram interpretar algumas tendências de estruturação urbana, de produção das desigualdades socioespaciais e suas manifestações particulares nas cidades de Santarém e Marabá.

No quarto momento, para efeito de operacionalização da pesquisa qualitativa⁴, efetuamos trabalho de campo nas duas cidades em estudo, a fim de identificar mudanças e permanências, semelhanças e diferenças, espacialidades e temporalidades relacionadas ao processo de produção das desigualdades socioespaciais nas cidades médias paraenses, a partir dos anos de 2000. Nessas circunstâncias, as observações sistemáticas qualitativas, como instrumento operacional, possibilitaram-nos obter informações importantes sobre os usos do solo urbano.

⁴Para Pope e Mays (1995), a metodologia qualitativa traz como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho relacional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. Lakatos (2004) afirma que a metodologia qualitativa consiste em instrumento que tem como preocupação a análise e interpretação de aspectos mais profundos da realidade social, atentando para a análise de processos e não apenas restringindo-se aos resultados e ao produto final. Por sua vez, Gunther (2006) ressalta que a metodologia qualitativa apresenta quatro bases teóricas essenciais, quais sejam: a) a realidade social que é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições “objetivas” de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

Ainda dentro do processo de produção de informações para materialização da pesquisa aqui proposta, utilizamos a entrevista⁵. A opção pela entrevista decorre da possibilidade de produzirmos informações, de caráter qualitativo, relevantes para o desenvolvimento de pesquisa.

Realizamos entrevistas com informantes específicos: representante do poder público, representante dos movimentos sociais urbanos e representante dos agentes econômicos. Este momento da pesquisa consistiu em instrumento essencial para a construção de uma abordagem qualitativa, enquanto perspectiva relevante para a apreensão de determinadas tendências processuais, estratégias, ações e estruturas no espaço das respectivas cidades médias.

Efetuamos entrevistas com os seguintes agentes produtores do espaço urbano, quais sejam: em Marabá, com um representante dos agentes econômicos (Engenheiro responsável da HF, construtora que atua na produção das casas do Programa Minha Casa, Minha Vida em Marabá); com dois representantes do poder público municipal (Gilson Guia, Superintendente de Desenvolvimento Urbano do município de Marabá; e Luiz Carlos Pies, Vice-prefeito de Marabá) a fim de obter informações específicas acerca dos projetos de intervenção urbanas direcionadas a produção de moradia nas cidades (Minha Casa, Minha Vida).

Em Santarém, entrevistamos um representante dos agentes econômicos (Fernando Mendonça, engenheiro da Construtora EMCASA, responsável pela execução das obras do Programa Minha Casa, Minha Vida que se localiza às margens da Rodovia Fernando Guilhon, na cidade de Santarém); um representante do poder público municipal (Coordenador Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de Santarém); liderança do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM), Dona Margarete Ferreira; a fim de obter informações específicas acerca dos projetos de intervenção urbanas direcionadas a produção de moradia nas cidades (Minha Casa, Minha Vida).

A articulação entre elementos de natureza quantitativa e qualitativa nos permitiu analisar, por uma lente teórico-metodológica específica, e, portanto, com seus limites e

⁵ A esse respeito, Thiollent (1980); Colognese e Mélo (1998) afirmam-nos que a entrevista, enquanto procedimento operacional para efetivo de desenvolvimento da pesquisa, deve ser entendida não enquanto prática a ser executada para obtenção de informações, mas sobretudo enquanto processo de pesquisa em movimento, baseado na relação entre entrevistador e entrevistado. Thompson (1992) elucida ainda que o entrevistador bem sucedido deve possuir as seguintes qualidades: interesse e respeito pelos outros e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, finalmente, mas não menos importante, a disposição para ficar calado e escutar.

possibilidades analíticas, os processos de produção das desigualdades socioespaciais na escala das cidades de Santarém e Marabá, a partir dos anos de 2000.

CAPÍTULO 1. DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS, ESTRUTURAÇÃO URBANA E CIDADES MÉDIAS

[...] No que se refere às diferenças naturais, nenhuma delas impede o capital de tomar o seu lugar e fazê-la seu próprio corpo, uma vez que nenhuma exclui a determinação do valor de troca e da mercadoria (MARX, 2011, p. 212).

1.1. DIFERENCIAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

Diferenciação e desigualdade são termos que apresentam uma perspectiva multidimensional (THERBORN, 2000), sendo utilizados nos mais diversos campos de investigação, seja para expressar distintos processos químicos e/ou biológicos, seja para explicar um conjunto amplo e diverso de relações humanas, para analisar particularidades de uma região em relação a outra ou mesmo para compreender singularidades e contradições sociais inerentes a uma respectiva dimensão da realidade.

O Dicionário francês Larousse define diferenciação como "action de différencier des êtres ou des choses ou fait pour des choses ou des êtres de se différencier" (LAROUSSE, 2014, s.p.).

Dentro de uma perspectiva disciplinar, a biologia define diferenciação associada "Apparition, au cours du développement d'un individu animal ou végétal pluricellulaire, d'un nombre croissant de types différents de cellules, de tissus et d'organes, constituant des structures vivantes, toujours plus complexes"(LAROUSSE, 2014, s.p.).

Por sua vez, a Geologia relaciona o conceito a "Évaluation d'une unité géologique vers ensembles chimiquement distincts à la suite de processus divers"(LAROUSSE, 2014, s.p.). Por outro lado, a psicologia define como "Capacité de distinguer deux stimulus différents, qui se traduit dans un comportement; acquisition de cette capacité" (LAROUSSE, 2014, s.p.).

No campo da economia, Perroux (1960) considera que a diferenciação está associada ao domínio da organização, da especialização de diferentes portes de uma empresa, consistindo em crescimento das funções e das unidades produtivas.

O sociólogo Birou (1966), compreende o termo diferenciação enquanto "Différenciation sociale, phénomène qui répartit les gens dans l'échelle sociale et dont la stratification sociale est comme l'aboutissement, la hiérarchie que toute différenciation sociale tend à produire "(LAROUSSE, 2014, s.p.).

No pensamento geográfico, a terminologia **diferenciação** foi definida de maneira diversa, segundo a perspectiva teórico-metodológica adotada. A esse respeito, La Blache (2007 [1903]) considera que as análises acerca das transformações regionais no território francês pressupõem entender o caráter geral e as particularidades em suas conexões, conformando o mosaico de paisagens que permitem revelar as modificações e a diversidade das áreas, as diferenciações de cultivos e a organização social dos agrupamentos humanos.

Ainda para La Blache (2007 [1903]), as divisões regionais e regionalizações concebidas ou em implementação reforçam a necessidade de se pensar as diferenciações dos subespaços, regionais, posto que, mesmo as regiões naturais, apresentam especificidades que, para serem compreendidas, necessitam ser pensadas em suas particularidades e singularidades.

Ao seu modo, Hartshorne (1939), ao tratar de análises relacionadas ao objeto de estudo da geografia, em seu trabalho "Perspectives on the nature of Geography", enfatiza que o olhar geográfico deve se centrar na apreensão das áreas, de maneira a entender a diferenciação das mesmas na superfície terrestre. O termo *areal differentiation* é entendido por Hartshorne enquanto perspectiva analítica e uma possibilidade a ser considerada para pensar os processos de organização e o caráter funcional de divisão do espaço regional.

The kinds of phenomena present in regions, the particular manner in which they are present, and the nature of their interrelations, both within each unit area and across unit divisions, determine the particular forms and the functions of the area. Though most students agree in theory that these are of coordinate importance, much of the work of recent decades tends to emphasize the study of forms to the neglect of functions (HARTSHORNE, 1939, p.445).

A abordagem hartshorniana privilegiou uma leitura de diferenciação de áreas enquanto base para se refletir sobre as diferenciações e funcionalidades dos espaços urbano-regionais, compreendendo o espaço como receptáculo que conteria coisas. Em obra denominada "Location as a Factor in Geography", por exemplo, publicada no ano de 1927, Hartshorne (1927) ressalta a necessidade de pensarmos a relevância do fator localização na diferenciação e na organização da cidade.

As abordagens de La Blache (2007 [1903]) e Hartshorne (1939), guardadas as suas devidas especificidades, retomam o debate da diferenciação a partir de uma perspectiva analítica das diferenciações geográficas, considerando a análise de processos e funções das áreas no âmbito da divisão regional.

Por sua vez, o termo **desigualdade** apresenta um mosaico de interpretações associadas aos mais diversos campos disciplinares. Neste sentido, Therborn afirma que

A desigualdade acontece de diversas formas e em diferentes grupos sociais, além disso, deve ser concebida como multidimensional, [...]. A desigualdade assume diferentes formas sociais, que derivam de modos distintos de

produzir valores. As principais são a exploração, hierarquia, exclusão e segmentação (THERBORN, 2000, p.151)

A desigualdade constitui, portanto, termo controverso, dotado de significados que vão da escala do corpo, ao pensarmos diferenças entre indivíduos ou grupos de indivíduos, até a escala da divisão internacional do trabalho, quando refletimos sobre o "desenvolvimento geográfico desigual" no capitalismo contemporâneo. Essa noção é permeada de polissemias que estão relacionadas tanto ao tempo-espço de construção do pensamento, quanto às diversas perspectivas disciplinares, concebidas a partir de vários horizontes teórico-metodológicos.

O Dicionário Français Larousse define desigualdade da seguinte maneira:

[...] l'inégalité devant le travail apparaît aux travailleurs eux-mêmes comme l'inégalité fondamentale, que les disparités de revenus ne font sans doute que refléter: le travail constitue la source principale des revenus, en dépit de l'importance croissante des revenus sociaux; les formes de travail sont inégalement pénibles ou gratifiantes, et le travail le plus rebutant est souvent le plus faiblement rémunéré; enfin, le travail distingue celui qui l'exerce. Pour ces raisons, l'inégalité devant le travail est le véritable fondement de la stratification sociale (LAROUSSE, 2014, s.p.).

Ainda segundo o mesmo dicionário, a terminologia pressupõe compararmos as diferenças de renda entre pessoas, entre salários maiores e menores, de forças, podendo ser interpretadas aqui como forças econômicas, políticas que se estabelecem a partir de ações dos agentes que se encontram em condições de superioridade no contexto da hierarquia institucional, econômica, estrutural, urbana.

Le inégalité explicité ou non, désigne des pers ou des choses comparées entre elles. Inégalité des forces, des fortunes, des richesses, des salaires, des revenus; inégalité de deux hauteurs, de plusieurs parts; inégalité d'âge. C'est ce mouvement oblique qui forme l'inégalité de ses jours et de ses nuits [de la terre]. (LAROUSSE, 2014, s.p.).

Outro sentido apresentado pelo dicionário Larousse considera o termo como elemento que permite pensar

[...] fait de présenter une ou des différences de qualité, de valeur. Inégalité des capacités, des chances, des charges, des classes, des conditions, des droits, des facultés, des hommes, des intelligences, des peines, des races, des talents; inégalités choquantes, criantes; atténuer, corriger des inégalités. Fait de présenter une ou des différences de droits et de devoirs (LAROUSSE, 2014, s.p.)

As abordagens apresentadas até este momento, acerca da noção de desigualdade e diferença, permitem pensar, a partir de um ponto de vista teórico, a necessidade de compreendê-las como pares dialéticos que se interpenetram, complementando-se na medida em que a sociedade capitalista se reproduz, produzindo diferenciações sociais que em última instância, podem se constituir em desigualdades sociais e espaciais, bem como contradições.

É dentro dessa perspectiva que os termos diferenciação e desigualdade socioespacial vêm sendo retrabalhados no sentido de acompanhar o movimento de transformações, contradições e implicações inerentes ao "desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988) e ao processo de reprodução do modo capitalista de produção.

A esse respeito, Corrêa (2007a) afirma-nos que o termo diferenciação vem apresentando diversos significados e proposições ao longo do tempo espacial. Nesse sentido, o autor afirma que:

[...] a diferenciação sócio-espacial se constitui em foco inicial pelo qual o homem procurou conhecer e avaliar a sua existência e a do outro, incluindo os territórios seus e de outros grupos sociais. Sem essa diferenciação sócio-espacial não haveria geografia nem as demais ciências sociais, tais como hoje nós a definimos (CORRÊA, 2007a, p.62).

A diferenciação sócio-espacial⁶ nos é apresentada pelo autor enquanto movimento processual que se articula com a divisão do trabalho constituindo, ainda, nexos compreensivos apreendidos pelo pensamento que permite explicar como, ao longo do tempo histórico, as sociedades produziram mudanças e permanências, relações e contradições.

Considerando a produção do espaço da cidade, Lefebvre (1972) elucida que a divisão do trabalho intensificou diferenciações, aprofundou o processo de produção e reprodução da cidade, redefinindo tendências, complexificando as estruturas produtivas e as relações de produção, enfim, modificando substancialmente a reprodução do modo de vida.

⁶ O termo sócio-espacial com "hífen" na perspectiva de Corrêa (2007a) procura estabelecer uma abordagem a respeito da dimensão econômica e suas implicações na produção do espaço urbano. Por sua vez, o termo "sócio-espacial" é concebido por Souza (2008) com um significado diferente e mesmo divergente da construção teórica concebida por Corrêa (2007a). Segundo Souza (2008), a noção "sócio-espacial" remete a uma leitura geográfica que leva em consideração as relações sociais e sua articulação com o espaço social, permitindo-nos pensar as relações sociais e o espaço, não enquanto subconjuntos, mas enquanto dimensões dialeticamente articuladas que se complementam ao se realizarem, no contexto da concreticidade social como totalidade.

No decurso desse processo a cidade gera algo de diferente, algo que a ultrapassa: no plano econômico, gera a indústria; no plano social, gera a propriedade privada dos bens móveis (não sem transigir com as formas feudais de propriedade e de organização); no plano político, finalmente, gera o Estado. Esse o resultado da primeira grande luta de classes e das formas sociais na Europa: cidade contra campos, burguesia contra feudalismo, propriedade de bens móveis e propriedade privada contra propriedade fundiária e comunitária (LEFEBVRE, 1972, p.44).

A diferenciação da cidade representa, ao mesmo tempo, resultado da materialização da divisão social e territorial do trabalho expressa na redefinição das funções de comando das forças produtivas, quando se considera a relação campo e cidade, assim como a possibilidade da construção de um projeto hegemônico amparado em diferenciações de segmentos sociais.

Corrêa (2007a), ao enfatizar as diferenças sócio-espaciais, ressalta o caráter inevitável das mesmas para a produção do capitalismo.

No passado, até aproximadamente o final da primeira metade do século XIX, as diferenças em questão resultavam da força de organizações socio-culturais fortemente enraizadas territorialmente e do pequeno desenvolvimento de forças produtivas que o capitalismo iria criar e difundir a partir da segunda metade do século XIX. A partir de então, e de modo contínuo, o capital industrial e financeiro iria simultaneamente refragmentar e articular a superfície terrestre, estabelecendo instáveis diferenças sócio-espaciais, passíveis de apreensão em diversas escalas, entre elas a da rede urbana e a do espaço intra-urbano (CORRÊA, 2007a, p.63).

A diferenciação sócio-espacial permite-nos pensar, a um só tempo, na divisão econômica do espaço da cidade e na divisão social do espaço da cidade. Não obstante, ambas estarem fortemente articuladas, por mais que não existam relações lineares entre elas, tendem a apresentar interdependência entre si.

A divisão econômica do espaço caracteriza-se por padrões de uso do solo definidores do núcleo central de negócios, de setores da zona periférica do centro, de centros resultantes do desdobramento do núcleo central de negócios, de áreas e eixos comerciais espontâneos ou planejados, hierarquizados ou especializados, de áreas industriais distintas de acordo com a localização, idade, dimensão e conteúdo produtivo, e a franja rural-urbana, entre outros usos. Mecanismos vinculados à competição por localizações rentáveis, e às economias de aglomeração, entre outros, são responsáveis pela diferenciação sócio-espacial de natureza econômica do espaço intra-urbano (CORRÊA, 2007a, p.65-66).

Em síntese, Corrêa (2007a), ao privilegiar a dimensão econômica para efeito de análise, bem como o tempo histórico relacionado ao modo capitalista de produção,

compreende a diferenciação sócio-espacial como processo que pressupõe pensar a articulação entre as escalas da cidade e da rede urbana, entre outros.

Tal perspectiva permite-nos a análise de processos espaciais como resultante da ação de agentes econômicos, de relações entre dinâmicas capitalistas que estabelecem diferenciações hierárquicas e buscam promover a divisão econômica do espaço, de maneira a atender aos interesses de reprodução do capital.

Ao seu modo, Souza (2007), afirma que a expressão e a tradição da geografia da "diferenciação de áreas", modernizada como "diferenciação espacial" e depois, como "diferenciação socioespacial" apresenta limitações, uma vez que, esta exprime uma visão de sobrevôo, muito distanciada da prática social dos atores.

Souza (2007), não pretende sugerir que a visão de sobrevôo (compreendida como "olhar de longe") seja sempre algo absolutamente reprovável. O autor afirma que o problema reside em adotar com exclusividade o "olhar de longe". A solução, portanto, não consiste em simplesmente substituir de maneira absoluta o "olhar de longe" pelo "olhar de perto", mas sim combinar as escalas (de análise e de ação) de modo a não abrir mão de nenhuma delas, combinando os olhares (SOUZA, 2007).

Souza (2007), propõe a noção de diferenciação "sócio-espacial" "com hífen", enquanto possibilidade para uma leitura geográfica das relações sociais e sua articulação com o espaço social, permitindo-nos pensar as relações sociais e o espaço, não enquanto subconjuntos, mas enquanto dimensões dialeticamente articuladas que se complementam ao se realizarem, no contexto da concreticidade social como totalidade.

Com efeito, a passagem do exame da "diferenciação socioespacial", compreendida como diferenciação do espaço social; para a "diferenciação sócio-espacial", em sentido mais pleno; ou seja, no sentido da diferenciação social e sua articulação dialética com o espaço social, constitui um caminho frutífero identificado por Souza (2007), para se apreender a produção do espaço a partir da interação entre os sujeitos, agentes e atores em uma escala que o autor considera como verdadeiramente humana.

Catalão (2011), analisando a abordagem de Souza (2007), ressalta que este autor, ao diferenciar o termo "socioespacial" atribuindo-o ao espaço social, e "sócio-espacial" associado-o à ideia de espaço social e relações sociais simultaneamente articuladas, pode recolocar uma divisão na relação espaço-sociedade que a Geografia tem tentado superar nas

últimas três décadas, posto que, ao falarmos de espacial já estaríamos nos referindo a relações sociais, na medida que o espaço do qual estamos tratando é forçosamente social.

Dessa maneira, o sentido atribuído a "sócio-espacial" já se encontraria plenamente contido no termo "socioespacial" (CATALÃO, 2011). Ainda segundo Catalão (2011), a diferenciação proposta por Souza até poderia ter algum sentido nos anos de 1970 e 1980, quando se começavam a debater com mais frequência a respeito da dialética espaço-sociedade. Esse não seria o caso no período atual, ainda que sejamos eventualmente obrigados a reiterar a dialética socioespacial, quando seu uso pode obscurecer algum significado, seja ele social, geográfico (CATALÃO, 2011).

Segundo Catalão (2011), utilizar apenas espacial já inclui em si um conteúdo social, ao passo que o termo socioespacial pode ser admitido em referência às relações sociais e ao espaço social.

Assim, a "diferenciação socioespacial" tem sido historicamente tratada, no sentido de uma diferenciação espacial de áreas, sendo necessário que essa seja compreendida em um sentido mais amplo e complexo, uma vez que, pensar a diferenciação socioespacial constitui elemento importante para que possamos compreender a natureza da produção social do espaço no período contemporâneo.

A excessiva preocupação de Souza, em dar visibilidade à dimensão social a partir do uso semântico de "sócio" para dar sentido ao termo "sócio-espacial" associando-o a relações sociais e sua articulação com o espaço social, bem como, a diferenciação socioespacial à idéia de diferenciação de área é louvável. Porém, tal esforço não permitiu que o referido autor pudesse refletir mais detidamente a respeito dos recentes avanços na perspectiva de pensar o espaço e o "espacial" enquanto totalidade social dotada de historicidade e práxis em permanente processo de transformação e resignificação.

Por sua vez, Carlos (2007) compreende a diferenciação socioespacial, como construção teórico-metodológica importante, uma vez que esta permite introduzir uma qualidade ao tema da diferenciação, provocando um deslocamento da análise, configurando uma essência e uma orientação para a compreensão do processo espacial enquanto prática social. Isso pressupõe pensarmos a dimensão socioespacial enquanto elemento dialético e dialógico que permite o entendimento de determinadas contradições que se impõem em um determinado momento histórico no âmbito da relação sociedade/espaço.

Ainda para Carlos (2007), a diferenciação no interior da prática social pressupõe considerarmos a relevância da ação humana enquanto modo de apropriação, de resistência e de preservação (diante do processo de rupturas e transformações), elementos centrais para a apreensão da dialética sociedade-espço, enquanto possibilidade necessária para a existência humana, assim como para a compreensão do processo de produção da vida.

Carlos (2007), ao privilegiar a dimensão social da produção do urbano para efeito de análise e a articulação entre as escalas mundial, metropolitana e local, permite-nos compreender a diferenciação socioespacial enquanto produto, meio e condição da reprodução da relações sociais de produção.

Considerando a análise do par desigualdade/diferença, Carlos (2007) considera que a desigualdade produz a diferenciação socioespacial na medida em que a cidade torna-se valor de troca, mercadoria cujo preço tende a limitar a possibilidade de consumo do espaço, produzindo, dessa maneira diferenciações, hierarquizações e fragmentações socioespaciais.

A respeito da relação das escalas de análise necessárias para a compreensão dos processos de produção espaço urbano, a autora ressalta o papel e a importância daquelas que se encontram articuladas e superpostas, quais sejam:

[...] o espaço mundial, que aponta a direção, a virtualidade do processo de reprodução contínuo, onde o mundial, não como produto da hierarquia entre as escalas, mas como interação, invade e se realiza no próprio local. [...] No plano intermediário de mediação entre o local e o mundo, encontramos a metrópole. Esta revela [...] a contradição entre espaços integrados e desintegrados ao capital mundial, centro e periferia (CARLOS, 2007, p.56).

Os elementos apresentados por Carlos (2007) nos possibilitam refletir a respeito das particularidades de produção do espaço urbano. Para além da escala da metrópole, precisamos pensar a diversidade urbana, atentando para as escalas não metropolitanas, uma vez que elas possuem especificidades que estão vinculadas a dinâmicas, processos particulares, ainda que elementos da escala mundial sejam realizados no local.

Por sua vez, a diferenciação socioespacial, enquanto concreticidade material, constitui produto social da desigualdade que está na origem do processo de produção do espaço, revelando, espacialmente, as estratégias de classe.

[...] a diferenciação como imanente à produção espacial obriga-nos a desvendar os conteúdos dos processos constitutivos da “produção social do espaço” fundada na contradição entre a produção social do espaço e sua

apropriação privada – posto que se trata de uma sociedade de classes. Neste sentido, a diferenciação socioespacial é ao mesmo tempo, pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção, vivida concreta e praticamente a escala do lugar. Tal situação implica em entender as mediações que se impõem num determinado momento histórico é a relação sociedade/espço. A principal revela a propriedade (como processo) no seio do processo de reprodução da sociedade (CARLOS, 2007, p.49).

Considerando tal perspectiva, a diferenciação socioespacial constitui resultado e condição do movimento de engendramento da desigualdade no âmbito do modo capitalista de produção, pautado na acumulação do capital. Assim, ao longo do processo histórico de constituição da hegemonia do capitalismo, a desigualdade constituiu o elemento produtor do processo de diferenciação que ocorre no âmbito da produção do espaço urbano, ao mesmo tempo em que a diferenciação reproduz e expressa a desigualdade em realização.

Carlos (2011b) ressalta a potencialidade analítica, quando pensamos sobre a passagem ou mesmo o deslocamento da diferenciação do nível específico do espaço (escala dos fenômenos) para o nível da diferenciação que nos possibilita compreender e refletir a respeito da prática espacial como social, enquanto possibilidade para análise do conteúdo das práticas socioespaciais.

A abordagem da autora constitui reflexão bastante interessante sobre uma perspectiva da produção do espaço urbano metropolitano. Não obstante, a compreensão da realidade urbana brasileira, enquanto processo complexo e de múltiplas determinações e contradições, pressupõe considerarmos a diversidade urbana, os movimentos de engendramento das cidades, os papéis das mesmas na divisão social e territorial do trabalho, suas relações e articulações no âmbito das redes urbanas.

Necessitamos pensar também e, paralelamente às abordagens metropolitanas, as particularidades dos espaços não metropolitanos, enquanto especificidades emergentes que se realizam exercendo papéis na divisão social e territorial do trabalho, produzindo relações e contradições.

Uma quarta perspectiva de reflexão analítica a respeito da diferenciação nos é apresentada por Sposito (2011), para quem diferenciação socioespacial necessita de uma reflexão que leve em consideração três níveis de análise, quais sejam: o da urbanização e divisão do trabalho, o da rede urbana e divisão do trabalho; e, finalmente, o da reestruturação das relações entre as cidades.

Tal perspectiva pressupõe refletirmos sobre a realidade, a partir das relações e distinções entre diferenciação e desigualdade socioespacial, tendo em vista a ampliação da abrangência das relações espaciais. Sposito (2011), chama atenção para o fim da idéia de cidade como unidade espacial, uma vez que a cidade não constitui apenas espaço homogêneo, mas também fragmentado e hierarquizado, como resultado de ações, interações espaciais construídas no âmbito do movimento desigual de produção capitalista do espaço.

Para Sposito (2011), a diferenciação socioespacial é a marca das cidades desde os primórdios da urbanização. Dessa maneira, as cidades, enquanto formas-conteúdo constituem produto de uma divisão social do trabalho, o que pressupõe uma divisão territorial do trabalho historicamente constituídas ao longo do processo de urbanização.

No início do processo de urbanização, a divisão social do trabalho era relativamente simples e se estabelecia, no plano territorial, sobretudo entre a cidade e o campo. Ainda que houvesse também diferenciação socioespacial própria e atinente aos espaços urbanos e aos espaços rurais, o que se quer destacar é que, no plano político, as interações espaciais estabeleciam-se a partir de cidades-Estado, ou seja, cada cidade comandava seu espaço rural, de onde provinha o excedente que a sustentava. A escala geográfica da vida política, econômica e social era coincidente e, sobretudo, restrita a pequenas extensões territoriais (SPOSITO, 2011, p.124).

A autora, ao tratar do debate relacionado ao desenvolvimento geográfico desigual, destaca a tendência ao estabelecimento do primado da desigualdade sobre a diferença, como recorte a partir do qual muitos compreendem o mundo, a saber, Estados, grupos econômicos, grupos políticos, grupos sociais, entidades, associações, instituições, intelectuais. Esta perspectiva de compreensão pode se traduzir em confusão, ou mesmo em incapacidade de distinguirmos as relações entre desigualdades e diferenças, que apresentam muitos níveis de determinação, que estão associadas:

A ampliação dos espaços sob domínio do modo capitalista de produção, articulados em escala internacional, que nunca chega a ser completamente mundial, no sentido de incluir todos os espaços e todas as pessoas, enseja e exige a comparação entre realidades socioespaciais que, historicamente, distinguem-se e são, em suas essências, diferentes entre si, uma vez que resultam de processos diversos (SPOSITO, 2011, p.128).

Por sua vez, no plano ideológico, as desigualdades tendem a serem lidas como diferenças que se relacionam com a ideia de progresso ou de atraso, de capital cultural e de

capital social, a ser mensurado pela participação de todos na sociedade do consumo (SPOSITO, 2011).

A esse respeito, Sposito (2011) faz a seguinte afirmação:

Nesses termos, as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto as desigualdades, assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço. Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual (SPOSITO, 2011, p.129).

Por outro lado, quando adotamos critérios e parâmetros, que são adequados apenas para tratar das desigualdades, restringimo-nos às possibilidades de ler, de fato, as diferenças, enquanto processo complexo, dotado de potencialidade analítica para refletir e compreender a realidade socioespacial. Por sua vez, ainda segundo Sposito:

As desigualdades assim monitoradas pela sociedade e, por ela, apreendidas, sendo expressão do interesse de anulação das diferenças, recolocam essas diferenças em pauta, como conflitos que ocorrem em número crescente e, nas cidades, aparecem sob diversas matizes (SPOSITO, 2011, p.129).

Seguindo a proposição da autora, consideramos necessário compreender o par desigualdade ↔ diferença enquanto processos que se transmutam e se interpenetram, a partir de uma relação dialética que tende a contribuir para o entendimento da produção social do espaço e da precariedade da vida urbana.

Em síntese, Sposito (2011) considera fundamental analisarmos a produção do espaço urbano e da cidade por meio de uma abordagem multiescalar que considere as articulações entre escalas espaciais e escalas de tempo. A autora esclarece, ainda, a importância de pensarmos o tempo enquanto processo histórico de longa duração, cuja gênese remonta aos primórdios da divisão social do trabalho, de divisão territorial do trabalho, bem como das articulações e imbricações dos processos de produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais, como possibilidades para a apreensão da produção da cidade e do urbano.

Por sua vez, ao dar ênfase maior às dimensões econômica e espacial, Sposito (2011) propõe um caminho teórico-metodológico bastante significativo para a explicação da realidade socioespacial, enquanto possibilidade para o entendimento de conflitos que se

estabelecem entre os interesses econômicos e aqueles da realização da vida, em outras palavras, entre reprodução capitalista e reprodução social.

A autora em questão compreende a desigualdade como um fato histórico, um *resultado* de determinações processuais no âmbito do modo capitalista de produção. Compreendemos esta perspectiva como relevante para pensarmos as transformações socioespaciais.

Não obstante, a perspectiva adotada nesta tese se difere da abordagem de Sposito (2011), uma vez que compreendemos a desigualdade socioespacial não apenas como resultado ou fato histórico, mas como *produto* de temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, *meio* para a reprodução das relações sociais de produção e *condição* para a realização da reprodução do capital no espaço.

Tal concepção possibilita-nos considerar a necessidade de pensarmos, a um só tempo, a diversidade urbana do território brasileiro e as particularidades de produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais em realização nas cidades e, como será visto a seguir, em especial nas cidades médias.

Essa perspectiva permite que possamos estabelecer uma construção analítica acerca do urbano amazônico, de maneira a pensarmos as particularidades da produção da diferenciação e da desigualdade socioespacial, sem perdermos de vista alguns dos elementos da diversidade urbana que se realizam no território brasileiro.

Ainda nesse sentido, as análises do processo de produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais necessitam de uma leitura que considere a articulação entre a longa e a curta duração das cidades; dos processos de urbanização, estruturação e reestruturação urbana, de maneira que possamos apreender algumas das principais mudanças nas estruturas urbanas, nas dinâmicas e processos de produção desigual do espaço urbano em cidades médias paraenses.

1.2. URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Pensar a urbanização, atualmente, não constitui tarefa das mais fáceis. Uma das dificuldades que enfrentamos está relacionada à amplitude e diversidade de significados que este termo abarca. Tal diversidade e amplitude constitui resultado de sua incorporação por parte de diversos campos disciplinares e não disciplinares, sendo utilizado, inclusive e mesmo

que de maneira reduzida, pelo poder público, para denominar ações interventivas no plano do planejamento urbano da cidade.

Apenas para iniciar o debate, a enciclopédia Morador Internacional define urbanização da seguinte maneira:

[...] é a modificação do ambiente natural (natural ou rural), por meio de infra-estruturas artificiais; por outro, é o ingresso de massas sempre maiores de indivíduos na civilização urbana, seja no sentido de verdadeiras migrações para as cidades, seja no sentido de ampliação e difusão de centros urbanos, ou seja, enfim, no sentido de difusão generalizada do modo de vida e costumes urbanos (ENCIPLOPÉDIA INTERNACIONAL MORADOR - COLORAMA, 1973, p.2376)

Por sua vez, Beaujeu-Garnier (1997) concebe a urbanização como um movimento amplo e diverso de crescimento da população urbana e da cidade. Ainda segundo Beaujeu-Garnier (1997), este amplo movimento, iniciado na Europa, passou a se expandir pelo mundo, provocando aumento da população das cidades.

Ao seu modo, Castells (1983) concebe urbanização como forma espacial da organização social em constante transformação, cuja expressão se materializa nas modificações evidenciadas no meio ambiente edificado, como resultado da ação humana.

O termo urbanização refere-se ao mesmo tempo, à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa de atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana (CASTELLS, 1983, p.46).

Em que pesem as diferenças de perspectivas apresentadas por Beaujeu-Garnier (1997) e Castells (1983) baseadas em movimentos de crescimento da população urbana e em concentrações significativas de atividades, populações e difusão de uma cultura urbana respectivamente, estes autores nos permitem uma reflexão a respeito das manifestações espaciais, expansão e concentração, da urbanização e suas implicações territoriais na escala das cidades.

Harvey (2004c), por sua vez, considera a urbanização enquanto processo sócio-histórico que produz impulsos e transformações. Ainda segundo Harvey (2004c), o processo de urbanização vem se apresentando como uma possibilidade para a reprodução do capital, ao

interferir continuamente na redefinição do espaço construído, fato que vem repercutindo em mudanças espaciais e tensões sociais cada vez mais profundas.

A esse respeito, Harvey (2004c) ressalta ainda que:

[...] l'urbanisation implique un certain mode d'organisation humaine dans l'espace et dans le temps, mode qui peut comprendre toutes ces forces discordantes non pas pour les réconcilier, mais pour les canaliser vers les nombreuses possibilités d'une transformation sociale tant créatrice que destructrice. Il y a bien plus en jeu ici que de simples intérêts de classes. [...] l'urbanisation capitaliste présuppose la possibilité de mobilisation du processus urbain au profit de configurations à même de favoriser la perpétuation du capitalisme (HARVEY, 2004c, p.65).

A perspectiva apresentada por Harvey (2004c) permite-nos pensar o papel que vem exercendo a urbanização, enquanto processo de transformações espaciais que se realiza como resultado e condição para a reprodução do capital no espaço.

Porém, a partir das reflexões de Lefebvre (1999), se torna possível observar que a urbanização muda de natureza, evidenciando uma intensificação na divisão social e territorial do trabalho, bem como uma aceleração do processo de diferenciações na escala da cidade. Esta pensada agora como mercadoria, valor de troca, que tende a realizar o processo de acumulação do capital (LEFEBVRE, 1999).

A urbanização necessita ser pensada enquanto processo de disseminação do urbano que se amplia e se generaliza em escala mundial, como expressão da produção das relações sociais, ao mesmo tempo em que incide sobre as próprias relações (LEFEBVRE, 1972).

O respectivo processo constitui, portanto, uma condensação de processos sociais e espaciais que permitem ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção. É dentro dessa perspectiva que a própria sobrevivência do capitalismo está baseada, na produção de um espaço social crescentemente abrangente, mistificado e instrumental (LEFEBVRE, 1991).

Acerca da problemática urbana no capitalismo, considerando o par urbanização ↔ cidade, Soja (1993) argumenta que a urbanização se tornou um elemento fundamental para desvendarmos a dinâmica capitalista atual, diante do intenso processo de transformações da economia mundial; ao passo que a cidade assume importância similar, uma vez que passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo como centro de produção e acumulação, mas também como ponto de controle e reprodução da sociedade capitalista, tanto em termos da força de trabalho, quanto no que tange aos padrões de consumo (SOJA, 1993).

Por sua vez, Sposito (2004) considera que a urbanização constitui processo, e, enquanto tal, deve ser lido, considerando a perspectiva do movimento espaço-temporal. Ainda neste sentido, a urbanização necessita ser compreendida como um processo de longa duração que tem sua gênese relacionada ao aparecimento das primeiras cidades e que se desvela a partir dos diferentes modos de produção, sob diversas formas e manifestações (SPOSITO, 2001, 2004).

Essa perspectiva analítica pressupõe que possamos compreender o processo de urbanização e sua expressão, a partir da existência de uma divisão social e territorial do trabalho, cujas múltiplas faces podem ser evidenciadas nas formas, funções e estruturas inerentes à formação socioespacial.

Coadunamos com esta perspectiva, pois, compreendemos que determinadas particularidades do processo de produção da cidade podem ser melhor apreendidas à luz da articulação entre a longa duração e a curta duração do tempo histórico-geográfico, atentando para os engendramentos intrínsecos a mudanças nas formas, funções e estruturas urbanas.

Considerando as novas dinâmicas urbanas peculiares ao processo de urbanização no período contemporâneo, Sposito (2004) afirma-nos que:

Na urbanização contemporânea a mescla, superposição ou maior grau de articulação entre o urbano e o rural, muitas vezes expressos por menor distinção entre o campo e a cidade, não são indicadores de uma superação do modo capitalista de produção no sentido de construção de uma outra sociedade ou de retomada da humanização por esse caminho. Muito pelo contrário, essa tendência revela o **aprofundamento das bases desse modo de produção**, uma vez que expressa a ampliação da divisão técnica e social do trabalho e da complexidade da teia de relações espaciais que essa divisão exige, tanto do ponto de vista do aumento da especialização dos territórios, cada vez mais diferenciados pela presença ou ausência neles dos meios técnico-científico-informacionais, como do ponto de vista da intensidade e da amplitude das articulações entre diferentes escalas geográficas (SPOSITO, 2004, p.41).

Os elementos apresentados por Sposito possibilitam-nos refletir acerca do fato de que a urbanização e sua expressão material, a forma de ampliação da divisão técnica e social do trabalho, da complexidade da teia de relações espaciais inerentes a esta divisão, assim como o aumento da especialização dos territórios, vem contribuindo para o fortalecimento das bases do modo de produção e para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Considerando ainda o debate sobre a urbanização, Damiani (2004), ressalta que ela vem produzindo intensas mudanças na escala da cidade. Dentro dessa perspectiva, a urbanização tem sua expressão material na cidade, por meio da produção de:

[...] espaços do habitat e dos negócios, que negam o homem; espaços de desumanização e sujeição social e individual. De modo fenomênico, as cidades tomam-se sujeitos sociais; em sua essencialidade, é o processo de urbanização [...]. Não há o sujeito e seu habitat, como moradia degradada; há o habitat, negando o habitante, no interior de uma economia, que nega contraditoriamente, o trabalho (DAMIANI, 2004, p. 311).

A perspectiva apresentada por Damiani (2004), nos permite pensar acerca do fato de que a urbanização - enquanto elemento relacionado ao avanço do processo de modernização do território e de implementação de uma racionalidade instrumental, inerente à produção do valor e à reprodução do capital na escala das cidades tem contribuído para a intensificação da divisão social do espaço, para a produção da cidade como valor de troca e para o engendramento de espaços urbanos profundamente desiguais.

Por sua vez, a urbanização apresenta graus, intensidades e ritmos muito diferentes, de acordo com as condições locais. Nesse aspecto, a urbanização, compreendida enquanto processo geral que se manifesta nas diversas cidades brasileiras a partir de uma lógica e uma racionalidade instrumental, não se realiza necessariamente sem levar em consideração as especificidades da escala local.

Desse modo, é como resultado do encontro, e, por vezes, do confronto entre elementos gerais e as singularidades do lugar, que a urbanização, em sua particularidade, irá se realizar na escala local. Isso requer que levemos em consideração a formação das cidades, como possibilidade para compreender tanto a particularidade das cidades, quanto a diversidade urbana brasileira.

Ainda para Damiani (2004), dialetizar a urbanização pressupõe compreendê-la como concepção de espaço que permita enriquecer lógica e socialmente a apreensão de seus conteúdos, permitindo que nos aprofundemos, conceitualmente, no desvendamento das contradições espaciais.

A razão e a práxis revoltas expõem as possibilidades e impossibilidades do devir social e, internamente, incluem a necessidade de um pensamento crítico sobre a urbanização da sociedade, implicado no desvendamento das contradições espaciais (DAMIANI, 2004, p.309).

Considerando o papel do processo de urbanização na produção do território brasileiro, Santos (1993) elucida que o período contemporâneo está marcado por um momento particular de transformações territoriais aceleradas, associadas à urbanização do território, depois de um longo período de urbanização social e territorialmente seletiva.

Como resultado dessas transformações, a cidade, enquanto relação social e materialidade, vem se tornando produtora da pobreza (SANTOS, 1993). É dessa maneira que o processo de urbanização brasileira revela uma crescente associação com a pobreza. Podemos considerar, ainda, que o processo de urbanização se encontra vinculado à produção das desigualdades socioespaciais, uma vez que tanto a estrutura econômica, quanto a estrutura política e espacial, encontram-se profundamente vinculadas ao fortalecimento das estruturas de poder e aos interesses de manutenção do modo de produção vigente, pautados na reprodução do capital no espaço.

Dentro dessa perspectiva, a urbanização, como processo avassalador de ritmos, intensidades e contradições, contribuiu decisivamente para a produção de centralidades tanto na escala das cidades, quanto na escala da rede urbana brasileira, redefinindo fluxos e interações espaciais necessárias ao processo de produção capitalista do espaço (SANTOS, 1993).

A urbanização, como processo contraditório e excludente, torna-se crítica à medida que demandas sociais de significativas parcelas da população brasileira são negligenciadas em razão de interesses particulares e/ou projetos de intervenção urbana, que tendem a atender interesses econômicos relacionados à lógica de revalorização do espaço. Essa prática contribui para o processo de produção capitalista do espaço urbano e para a intensificação das desigualdades socioespaciais (LIMONAD, 1999, 2008).

As manifestações contemporâneas do urbano, no território brasileiro, apresentam uma complexidade e uma densidade associadas à diversidade de formas espaciais e conteúdos urbanos inerentes às formações territoriais específicas, que se estabelecem como condição e resultados de processos estruturantes, articulados.

A urbanização possui papel significativo na produção capitalista do território brasileiro, seja como expressão de processos de modernização do território, seja enquanto meio a partir do qual a produção capitalista pôde se reproduzir, seja, ainda, como condição para a reprodução do capital nas escalas regionais e locais.

A esse respeito, Santos (2013) afirma que, sobretudo a partir da década de 1970, o Brasil precisou se urbanizar para dar suporte ao desenvolvimento industrial. É dentro dessas circunstâncias que a urbanização do território brasileiro constitui condição para a urbanização da economia. Ainda segundo Santos (2013), o avanço antecipado da urbanização constituiu importante dispositivo de amplificação dos níveis de utilização do capital e de expansão das taxas de rentabilidade do capital empregado.

Nessas circunstâncias, o Estado passou a exercer papel significativo, como indutor de transformações territoriais. A esse respeito, Santos argumenta que:

[...] completava-se a iniciativa estatal, atribuindo-se à indústria, sobretudo estatal de base, o caráter missionário de promover a urbanização do território e dos fatores econômicos como condição da abertura de novas oportunidades para a realização de investimentos lucrativos (SANTOS, 2013, p. 68).

Dessa maneira, o processo de urbanização, realizado por meio da expansão da fronteira urbana (BECKER, 1982), tendeu a avançar de maneira sistemática, produzindo antecipações ao próprio processo de acumulação e inversão de capital nas escalas regionais e locais.

Em síntese, a urbanização expandida do território e dos fatores de acumulação constituiu processo politicamente induzido, como condição para realização do excedente capitalista. Ela se deu por meio da produção expandida do espaço urbano e sobre a forma de expansão da fronteira urbana, que se tornou sinônimo de reposição das condições de desenvolvimento desigual na escala ampliada do território brasileiro.

Do ponto de vista da particularidade do território amazônico, a urbanização, enquanto processo espaço-temporal ocorreu, com maior intensidade, a partir dos anos de 1970 por intermédio de políticas de modernização e da urbanização seletiva do território, nos lugares escolhidos que funcionariam como mancha diante da extensão territorial da região, com base na intervenção política do Estado (BECKER, 1990, 1991; PEREIRA, 2012).

Dentre as principais características das ações estruturantes do Estado na produção da urbanização, destacam-se: controle dos recursos naturais; criação de um conjunto de instituições de planejamento, gestão, financiamento e disponibilização de recursos públicos para os empreendimentos privados; mobilização de mão-de-obra, por meio de projetos de colonização e apoio àqueles projetos realizados pelos agentes econômicos; regulamentação do mercado de terras em bases assalariadas; construção de infraestrutura como estradas, portos,

aeroportos; constituição das cidades como fronteiras urbanas que serviram de base para a ocupação da região (PEREIRA, 2012).

Segundo Becker (1987, 1990, 1991) e Corrêa (1987), a urbanização da fronteira amazônica, entre os anos de 1970 e 1980 produziu as seguintes características: 1) expansão e consolidação de centros regionais, sub-regionais e locais que serviram de base para projetos produtivos impulsionados pelo investimento estatal; 2) concentração da população nas capitais estaduais (Belém e Manaus); 3) multiplicação de núcleos dispersos ligados à mobilidade da força de trabalho; 4) retração de antigos núcleos, localizados às margens dos rios, que perderam importância com a abertura das estradas; além da 5) implantação de franjas avançadas, que correspondem às "cidades das companhias".

Com efeito, os elementos aqui abordados, acerca da urbanização do território, não tiveram objetivo de produzir um debate teórico. Objetivamos tão somente apresentar um resgate e diálogo com algumas das principais abordagens, de maneira a situar o leitor no âmbito de algumas das reflexões que vêm sendo produzidas sobre esse tema.

A partir dessa discussão, adotamos, para efeito de desenvolvimento das reflexões desta tese, o conceito de urbanização concebido por Harvey (2008), para quem, este termo necessita ser entendido como processo, e, enquanto tal, deve ser compreendido à luz da longa duração do tempo histórico-geográfico, considerando o par urbanização↔desigualdade, suas expressões na forma de segmentações sociais e espaciais, bem como, a produção/distribuição desigual do espaço construído.

Nossa abordagem encontra-se alinhada a esta perspectiva, à medida que compreendemos a urbanização e a desigualdade como processos dialéticos co-determinantes, cuja expressão espacial se manifesta na produção desigual do espaço urbano das cidades, no período contemporâneo.

Compreendemos ainda que a diversidade urbana e a urbanização devem ser apreendidas à luz da formação histórico-geográfica das cidades pesquisadas, como possibilidade para refletir a particularidade da produção da cidade e do urbano na Amazônia brasileira.

1.3. ESTRUTURAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO URBANA: NOÇÕES E DEFINIÇÕES

Antes de adentrarmos em uma perspectiva geográfica de análise das noções de estruturação e reestruturação urbana, convém advertirmos o leitor para o caráter polissêmico e para os significados elementares que norteiam e compõem os termos.

De um ponto de vista etimológico, a noção de reestruturação remonta ao termo estruturação, que significa estruturar novamente. Por sua vez, estruturação origina-se a partir da noção de estrutura (do latim *structura*, construção, edificação), comportando tanto um sentido arquitetônico (por exemplo, de construção de um edifício), quanto mental, de ordenação das ideias, do pensamento (ENCICLOPÉDIA LOGOS, 1989).

Ainda de um ponto de vista etimológico, estrutura significa disposição e ordem das partes de um todo, ao passo que a estruturação representa ato ou efeito de estruturar (NOVO DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA, 2010).

O termo estrutura está associado a diversos domínios do conhecimento, a uma atitude científica, a um método de objetivação de fenômenos observados. Neste sentido, a referida noção está relacionada à ideia de sistema, de modelo e de forma (ENCICLOPÉDIA LOGOS, 1989).

Considerando o caráter disciplinar, a noção de estrutura, na sociologia, é frequentemente associada à corrente estrutural-funcionalista (Radcliffe-Brown; Talcott Parsons), evocando a solidariedade funcional dos elementos que integram o todo dos sistemas sociais, culturais e da personalidade (ENCICLOPÉDIA LOGOS, 1989)⁷.

Por sua vez, alguns economistas falam, por exemplo, de metodologia estrutural a propósito da maneira de abordar a homologia entre processos inflacionários e as variações de oferta e de procura no mercado (ENCICLOPÉDIA LOGOS, 1989).

No campo da Biologia, a noção de estrutura ocupa um lugar privilegiado, sendo utilizada para classificar e caracterizar seres vivos, desde o nível mais elementar, das macromoléculas, ao nível mais complexo, dos organismos, ao analisar o ser vivo como conjunto estruturado de elementos (ENCICLOPÉDIA LOGOS, 1989).

⁷ Radcliffe-Brown; Talcott Parsons, constituem representantes da corrente estrutural-funcionalista, exercendo influência significativa na construção de um modelo analítico que se preocupa em compreender a lógica interna da estrutura social. Esta perspectiva se apresentou como dominante entre antropólogos e sociólogos nos anos de 1940, 1950 e 1960 (MELO, 2012; OLIVEIRA, et al., 2014).

A estrutura concebida como um conjunto de elementos articulados entre si, que compõe um sistema, passou a fazer parte de uma base central do pensamento estruturalista, sobretudo a partir da década de 1950 (BASTIDE, 1971).

Segundo Peters (2000), o termo "estruturalismo", concebido originalmente por Roman Jakobson entre o final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930, a partir de uma perspectiva linguística, estabelecia uma abordagem estrutural-funcional de investigação científica que consistia na tentativa de revelar leis internas de um determinado sistema.

Segundo Dosse (2007), o estruturalismo consistiu em uma abordagem que influenciou de maneira significativa o pensamento científico, sobretudo a partir dos anos de 1950, sendo adotada inicialmente por três ciências que postulavam o inconsciente como lugar da verdade, quais sejam: a linguística geral, a antropologia e a psicanálise. Posteriormente, o estruturalismo influenciaria outros campos disciplinares como a Sociologia e, por fim, a Geografia (DOSSE, 2007).

Lévi-Strauss (1958) afirma que a estrutura, não sendo a realidade empírica, não faz menos parte da mesma, uma vez que possui um fundamento objetivo, constituindo-se real e tornado inteligível por organização lógica.

Ainda segundo Lévi-Strauss (1958), para se falar da terminologia importa que entre os elementos e relações de vários conjuntos surjam relações invariantes, de maneira que possamos passar de um conjunto para outro, por meio de uma transformação.

Já para Althusser (1998), cujas obras se inscrevem no contexto do estruturalismo marxista, em que pese o fato deste autor conferir o primado da sincronia em detrimento da diacronia, tal concepção de estrutura social não se esgota nas relações opositivas binárias, como em Levi-Strauss, mas em uma complexidade de sobredeterminações nas quais os diferentes níveis sociais constituem uma hierarquia, ou seja, um sistema de subordinação.

Althusser (1998) compreende como essencial determinar o "tempo complexo" próprio de uma concepção dialética, que não poderia ser compreensível sob uma forma contínua e linear, fundada em uma epistemologia empirista.

Lefebvre (1955), se contrapôs à abordagem Althusseriana, não para reforçar uma leitura linear fundada na empiria, mas para ressaltar o excessivo caráter historicista desenvolvido pelo respectivo autor e sua negligência em relação ao espaço e à compreensão das novas manifestações do modo capitalista de produção.

No âmbito da crítica, Lefebvre (1955) compreende que o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou a relações sociais de posse e de propriedade, uma vez que representa uma multiplicidade de dimensões sócio-materiais.

Ao seu modo, Castells (1983) considera que não existe uma teoria específica do espaço, havendo simplesmente um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, de maneira a explicar as características da forma social particular do espaço e sua articulação com outras forças e processos historicamente constituídos. Segundo esta perspectiva, a estrutura social seria usada para explicar as formas espaciais a serem produzidas. A esse respeito, o autor afirma ainda que:

[...] Analisar o espaço como uma expressão da estrutura social equivale, pois, a estudar sua formação por elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico, e por suas combinações e pelas práticas sociais que derivam deles (CASTELLS, 1983, p.126).

A perspectiva adotada por Castells tende a culminar em uma omissão do próprio espaço de assentamento, ainda que esse mesmo autor tenha se recusado a descartar o termo "urbano" em seus escritos. Há, nesse sentido, certa confusão na abordagem adotada por ele, no que se refere ao uso do conceito de "urbano"; a terminologia é compreendida como parte dos elementos estruturais que compreendem a organização social, o qual inclui produção, consumo, classes sociais e Estado, mas este "urbano" nunca é definido e assume a conotação de "crise" (GOTTDIENER, 2010).

Assim, o "urbano" de Castells se caracteriza mais como um processo que se acha no âmago de problemas sociais, do que como um produto do desdobramento da estrutura social do espaço.

Por sua vez, Lefebvre (1955, 1991), ao propor uma perspectiva de pensar o urbano a partir de uma leitura da produção do espaço, possibilita-nos compreender a espacialidade enquanto parte das forças produtivas, das relações de produção e da maneira pela qual interagem os níveis ou estruturas da sociedade.

Ainda para Lefebvre (1955, 1991), a estrutura necessita ser lida a partir da articulação entre a totalidade e as partes. Partindo desse princípio, esta perspectiva nos desperta para a reflexão sobre o todo e as partes como unidades dialéticas que somente podem ser compreendidas a partir de uma concepção que apreende a totalidade enquanto totalidade aberta, em movimento. Uma totalidade infinita de totalidades parciais igualmente abertas e

articuladas entre si, que considera ainda a relação entre abordagem teórica e abordagem histórica (LEFEBVRE, 1955, 1991).

Segundo essa visão, a noção de estrutura necessita ser compreendida em sua articulação com as noções de forma, de função e conteúdos; elementos dinâmicos que compõem o mosaico complexo da totalidade social, permitindo-nos analisar o movimento dialético da sociedade (LEFEBVRE, 1971, 1991).

Lefebvre (1971), considera que as noções de forma, função e estrutura levam-nos a distinguir os momentos do todo, de tal maneira a se apreender na realidade, a diversidade, as coexistências de tempos históricos, bem como as contradições que se desenvolveram historicamente ao longo do processo de formação da sociedade capitalista.

Com efeito, Lefebvre (1971) estabelece uma crítica radical à ideia de sistema, propondo pensarmos a totalidade como totalidade aberta e em movimento, cuja análise permite-nos compreender as contradições engendradas no espaço e as tensões inerentes às coexistências.

No período atual, marcado por aceleradas transformações, as noções de estruturação ou reestruturação tornaram-se termos cada vez mais utilizados para a construção de análises. Não obstante, tentativas forçosamente inadequadas de uso consciente ou inconsciente, em determinadas circunstâncias, têm contribuído para esvaziar os sentidos e significados profundos que estes conceitos possuem.

Fala-se em estruturação ou reestruturação de empresas, da economia, das finanças, dos mercados, do espaço urbano, do espaço regional, das cidades, do imobiliário; reestruturação industrial, social, organizacional, produtiva, quase que como um mero recurso semântico, para o desdobramento de abordagens de base empírica. No entanto, não se chega a explicar, de maneira mais clara e objetiva, os significados, as relações e processos associados a estes conceitos.

Do ponto de vista de uma leitura da produção social do espaço urbano, Gottdiener (2010) apresenta-nos um conjunto de reflexões que avançam no sentido de refletirmos a natureza integral das relações espaciais, das transformações estruturais, dos processos de produção e reprodução do capitalismo.

Gottdiener (2010) afirma que precisamos rejeitar formulações estruturalistas que desenvolvem uma avaliação abstrata e nominalista do espaço, circunscrita exclusivamente em

torno da "localidade", de maneira a repensarmos a natureza qualitativa do espaço enquanto espaço de relações sociais.

[...] uma visão sintética da produção de espaço requer um entendimento integral tanto da natureza tridimensional da organização sócio-espacial na medida em que desenvolve ligações hierárquicas com os lugares, quanto das relações contextuais ou interativas, como as que promovem a aglomeração (GOTTDIENER, 2010, p.198).

Segundo Gottdiener (2010), a organização socio-espacial está ligada a relações conjuntas, contíguas e hierárquicas. Sendo assim, o processo de desenvolvimento socioespacial, associado à fase atual do capitalismo contemporâneo, produz uma forma distintiva de espaço.

Gottdiener (2010) esclarece-nos que tal apreensão pode ser evidenciada por meio de uma teoria que estude o papel da ação, de um lado, e da estrutura, de outro, na produção de fenômenos e formas espaciais, uma vez que estas últimas constituem produtos contingentes da articulação dialética entre **ação↔estrutura**.

Ainda nos dizeres de Gottdiener (2010), a produção do espaço é mais bem apreendida como a complexa articulação entre estrutura e ação, que está sempre em movimento. Dessa maneira, ressalta como essencial discutir a natureza da ação na produção social do espaço, especialmente as suas manifestações capitalistas tardias.

Tais elementos compreendem a organização e desenvolvimento de preocupações espaciais e permitem demonstrar a interseção destas ações com os processos estruturais do desenvolvimento capitalista, enquanto produtores das formas espaciais.

Considerando ainda a perspectiva apresentada por Gottdiener (2010), o processo contingente de produção do espaço deve estar sempre no centro da análise, de maneira a focalizar a economia política do desenvolvimento capitalista em suas manifestações espaciais.

Para entender a produção do espaço, é necessária uma abordagem que se estenda para além dos dois polos da estrutura e da ação, de maneira a unir ambas em uma explicação da articulação entre espaço e sociedade (GOTTDIENER, 2010). Gottdiener ressalta, ainda, que as formas espaciais são produtos epifenomenais diretos, de forças contenciosas, pertinentes a sistemas de organização espacial, sendo produzidas pela articulação entre **ação ↔ estrutura**.

Com efeito, a perspectiva da produção social do espaço especificada por essa articulação dialética, concebida por Gottdiener, considera que as formas do espaço são

produzidas pela articulação entre "**estruturas capitalistas**" e **ações** do setor da propriedade, particularmente de grupos econômicos e do Estado que tendem a canalizar e induzir fluxos econômicos e demográficos para determinados espaços, contribuindo para a produção de processos de estruturação.

Do ponto de vista de uma leitura geográfica, Soja (1993) promove importante reflexão a respeito do conceito de reestruturação. Segundo Soja (1993), no plano geral, o termo reestruturação remete a uma noção de ruptura com tendências seculares, associadas a mudanças em direção a arranjos e configurações significativamente diferentes da vida política, social e econômica, o que invoca uma combinação sucessiva de derrocamento e refazimento, de desconstruções e reconstituições inerentes a imperfeições, perturbações nos sistemas de pensamento e ações hegemônicas.

Soja (1993) considera que a reestruturação não constitui elemento mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Ela deve ser considerada, a um só tempo, como proveniente e reagente a graves choques imanescentes a circunstâncias contingentes e não contingentes, além de práticas sociais e espaciais preexistentes que tendem a desencadear intensas lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida sócio-material. Isso implica em fluxos, transições, ações ofensivas e defensivas, em um mosaico complexo e indeterminado de contigüidades e transformações (SOJA, 1993).

A reestruturação é compreendida por Soja como processo de transformações socioespaciais que se transfigura e se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre um conjunto de situações de normalidade e algo completamente distinto, sendo deflagrada por uma sucessão de crises políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais, urbanas.

Ao discorrer sobre a ligação entre reestruturação e espacialização, Soja argumenta que o momento contemporâneo constitui recente tentativa de reestruturar as matrizes espaciais e temporais do capitalismo, a partir do estabelecimento de "arranjos" voltados para a sobrevivência e reprodução do modo capitalista de produção.

Ao seu modo, Lencioni (1998) ressalta que a análise da reestruturação socioespacial necessita incorporar a noção de forma, função e conteúdo à construção de uma perspectiva de concepção de totalidade como totalidade dialética, posto que a realidade apresenta múltiplas

dinâmicas, contradições, tensões, descompassos, temporalidades e espacialidades que imprimem movimentos particulares à realidade social.

A análise dos descompassos permite-nos ver os deslocamentos entre forma e função, fato que possibilita estabelecer ruptura com a falsa ideia de sincronia entre ambas, assim como em relação à compreensão simplista de que a cada reestruturação social haveria uma reestruturação espacial (LENCIONI, 1998).

Ainda segundo Lencioni (1998), as estruturas não são fixas e nem estáveis, muito pelo contrário, encontram-se em equilíbrio provisório, e na medida que este equilíbrio é abalado pode ocorrer desestruturação-reestruturação, produzidas na base da própria estrutura (LENCIONI, 1998). Dessa maneira, a tríade estruturação-desestruturação-reestruturação se constitui em um movimento dialético único (LENCIONI, 1998).

Compartilhamos, nesta tese, das reflexões de Soja (1993) e Gottdiener (2010), para os quais a reestruturação socioespacial necessita ser compreendida não apenas como ato ou efeito de estruturar novamente, mas como processo complexo de transformações socioespaciais, que se reproduz a partir do movimento dialético entre **ações ↔ estruturas**. Elementos que compõem, a um só tempo, o concreto pensado e a materialidade em metamorfose, a totalidade e as partes, constituindo elemento que nos possibilita analisar descompassos entre formas, funções e conteúdos, transformações estruturais de desenvolvimento capitalista e, sobretudo, a natureza da ação na produção social do espaço urbano contemporâneo.

Ao seu modo, Sposito (2004) ressalta que para que possamos acompanhar o caráter dinâmico das estruturas, dando ênfase aos processos e formas espaciais, necessitamos recorrer ao termo "estruturação". Ainda segundo Sposito,

[...]para se [...] contemplar a idéia de que as estruturas mudam continuamente, pareceu-nos mais adequada a opção pela terminologia "estruturação", [...] acompanhada dos adjetivos "urbana" e "da cidade", conforme se preferiu dar maior ênfase nos processos ou nas formas [...] (SPOSITO, 2004, P.312).

A adoção da expressão estruturação ajuda a estabelecer a passagem da concepção de processo contínuo, múltiplo e contraditório que, por essas qualidades, contém sua própria negação (SPOSITO, 2004). Sposito adverte, ainda, para o fato de que a estruturação não

constitui apenas expressão territorial de acréscimos nos usos do solo urbano, mas também destruição de formas urbanas, e mesmo negação de usos do solo urbano.

Ainda dentro dessa perspectiva, Sposito (2004) enfatiza que, para efeito de maior precisão em análises sobre a produção da cidade e o urbano, necessitamos pensar a estruturação urbana e a estruturação da cidade como pares dialéticos. Trata-se de uma perspectiva vista como a articulação entre processos que se realizam em escalas diversas e as formas espaciais que se reproduzem nas escalas locais.

Por sua vez, a expressão reestruturação deve ser guardada, a fim de que façamos referência aos períodos nos quais o conjunto das mudanças que orientam os processos de estruturação urbana e estruturação das cidades foram amplos e profundos (SPOSITO, 2004).

Os elementos apresentados por Sposito (2004), acerca do par estruturação urbana↔estruturação da cidade, constituem perspectiva primordial para a construção de nossa tese. Tal importância encontra-se relacionada à necessidade de refletirmos a respeito das particularidades de produção do espaço da cidade, sem perdermos de vista os processos urbanos que atuam em escala regional, nacional, e mesmo, internacional. Processos esses que apresentam determinações significativas na produção da cidade e do urbano, em espaços não metropolitanos de fronteira.

1.4. CIDADES MÉDIAS: SIGNIFICADOS E TRANSFORMAÇÕES.

O início do século XXI tem sido marcado por intensas transformações espaciais, tanto na escala interurbana, quanto na escala das cidades brasileiras. As respectivas transformações estão relacionadas a múltiplos processos socioespaciais, dentre os quais destacamos: a expansão da urbanização acelerada, de reestruturação urbana e reestruturação da cidade nos termos debatidos no item anterior. Esses elementos contribuem, significativamente, para a redefinição de usos, apropriações do solo urbano, bem como para a reprodução de diferenciações e desigualdades socioespaciais na escala das cidades.

A complexidade e a diversidade de processos de produção do espaço urbano, em cidades brasileiras, exigem esforço no sentido de estabelecermos reflexões e mediações analíticas, para apreendermos não apenas a respeito das modificações na estrutura produtiva

ou no tamanho das cidades, mas, sobretudo, na natureza e nos papéis de tais cidades no contexto da rede urbana e no sistema urbano brasileiro.

Diante desse conjunto de intensas transformações nos espaços urbanos metropolitanos e não metropolitanos, como podemos pensar a cidade média no início do século XXI? Que perspectivas podem ser adotadas enquanto elementos teóricos para pensarmos a particularidade e a diversidade do urbano?

Dentre os debates que têm encontrado ressonância e intensidade no campo acadêmico geográfico, encontram-se os estudos sobre as cidades médias. A relevância e intensidade diferenciada deste debate permite evidenciarmos um intrincado mosaico de perspectivas de abertura para agendas de pesquisa com considerável relevância para o campo acadêmico geográfico, enquanto tentativas de construção de uma unidade integradora que permita apreender, no plano geral, as cidades médias, sem perder de vista as particularidades e singularidades dessas cidades como partes de uma realidade em realização.

Tendo em vista a construção proposta para esta tese, que possui como um dos elementos temáticos basilares a abordagem das cidades médias, estabelecemos diálogos com um conjunto de reflexões a respeito das cidades médias. Reflexões que serviram de fio condutor para a construção de perspectivas analítico-explicativas que permitam pensar mudanças e permanências, semelhanças e diferenças.

Nesse debate com algumas abordagens, atentamos para a gênese, para os antigos e os novos significados do conceito em construção de cidades médias, diante das transformações do urbano contemporâneo.

As reflexões a serem desenvolvidas no percurso deste item do primeiro capítulo encontram-se subdivididas em dois momentos, quais sejam: um primeiro momento, marcado pela revisitação e diálogo com um conjunto de perspectivas a respeito da noção de cidades médias; e, um segundo momento no qual buscamos tecer considerações sobre que perspectivas precisamos adotar para discutirmos a diversidade e a particularidade das cidades médias no início do século XXI.

1.4.1. As cidades médias no pensamento geográfico a partir dos anos de 1990.

Os anos de 1990 marcam um momento de intensas transformações no território brasileiro. É neste contexto espaço-temporal, marcado por transformações simultâneas

evidenciadas na realidade urbana brasileira, que o debate acadêmico sobre as cidades médias é retomado.

Dentro dessa perspectiva, cabe enfatizarmos os trabalhos de Santos (1993), Santos (1994), Andrade; Serra (2001), Santos e Silveira (2004), Sposito (2001), Silveira (2002), particularmente os estudos de Santos (1993), dentre outros autores que passaram a atualizar as discussões acerca das cidades médias. Discussões essas que já vinham sendo produzidas desde a década de 1970 por alguns geógrafos brasileiros.

A esse respeito, enfatizamos a importante e pioneira contribuição de Amorim Filho (1973), através de trabalho denominado “*Contribution a l’étude des Villes moyennes au Minas Gerais: Formiga et Le Sud-Ouest Du Minas Gerais*” (AMORIM FILHO, 1973); além dos debates produzidos por Andrade e Lodder (1979), acerca da evolução dos estudos sobre as cidades médias no campo do planejamento urbano-regional brasileiro.

Amorim Filho e Serra (2001) afirmam que, ao longo do processo de evolução dos estudos acerca das cidades médias no Brasil, foram constituídos critérios para sua definição. Tais critérios estão relacionados aos limiares demográficos, à organização interna das cidades e suas relações externas.

Alguns estudos efetuados nos anos de 1970, como os de Andrade e Lodder (1979), apresentaram-nos caracterização baseada no patamar demográfico, considerando “cidade média” os centros urbanos que apresentassem aglomerações populacionais entre 50 mil e 250 mil habitantes. Ainda segundo a perspectiva de Andrade e Lodder (1979), o tamanho populacional de uma cidade apresentava, implicitamente, dimensões funcionais, assim como níveis de complementaridade e complexidade econômica.

Os debates contemporâneos apontam para os limites do critério exclusivamente demográfico na definição de cidades médias. A esse respeito, Costa (2002), em seus estudos sobre as cidades médias portuguesas, enfatiza que diante da intensificação do processo de urbanização dos espaços das cidades européias, particularmente França, Itália e Espanha, o critério quantitativo é insuficiente para identificar elementos subjacentes à diversidade urbana das cidades.

Para Costa (2002), um dos fatores que explicam a dificuldade de se definir as cidades médias, a partir do patamar demográfico, relaciona-se ao fato de que tanto Estados-nações (unidades federativas territoriais), quanto instituições e organizações nacionais e internacionais, definem cidades médias por meio de tamanhos diferentes. Organismos

internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, consideram o limiar demográfico, para a definição das cidades médias, entre 100 mil e 2 a 3 milhões de habitantes.

Na França, considera-se como critério quantitativo o patamar entre 30 mil e 200 mil habitantes, ao passo que na Itália as aglomerações urbanas oscilam entre 140 mil e 270 mil habitantes; em Portugal, o limiar demográfico populacional das cidades médias oscila entre 100 mil e 250 mil habitantes (COSTA, 2002).

Santamaria (2000), ao promover uma abordagem acerca das cidades médias francesas, afirma-nos que

Em France, les villes moyennes sont donc généralement définies par exclusion des autres catégories de villes. Elles se situent en termes fonctionnels entre la métropole régionale, dont le rôle organisateur s'exprime à cette échelle, et la petite ville cantonnée à la desserte locale (SANTAMARIA, 2000, p.230).

Considerando tal perspectiva, as cidades médias necessitam serem reconhecidas em seu status organizativo como " [...] vie régionale au niveau intermédiaire qui leur est propre" (COMMERÇON, 1990, p.1).

Ainda sobre as características elementares de la "villes moyennes", Santamaria esclarece que:

Pour Jouer ce rôle important dans l'organisation de l'espace, elles disposent le plus souvent d'une administration diversifiée (municipale, préfectorale, judiciaire), d'un système domaines de la santé (cliniques, hôpitaux, médecins spécialistes) et plus généralement de services étendus aux personnes et aux entreprises. Elles sont également dotées d'usines, de magasins spécialisés et de grandes surfaces. Elles connaissent une vie intellectuelle du fait d'une population assez diversifiée et, parfois, de la présence d'équipements universitaires et d'outils spécifiques de communication (journal, radio). Malgré des profils de dominantes fonctionnelles différents d'une ville à l'autre (villes industrielles, villes tertiaires, villes tertiaires et industrielles ...) l'on se réfère généralement à une dénomination englobante, et de ce fait un peu caricaturale, en considérant ces villes come des centres régionaux de second ordre (SANTAMARIA, 2000, p. 230)

Santamaria (2000) considera que os limites de certas categorias relacionam-se ao espaço-tempo de análise do pesquisador e à relatividade da evolução demográfica do espaço urbano pesquisado, sintetizando alguma diferenças entre os países (Quadro 2).

Quadro 2: Elementos caracterizadores de cidades médias.

Définition de la "ville moyenne"	Relative a la Taille	Relative au rôle fonctionnel
Em France	Entre 20.000 à 200.000 habitants dans l'agglomération (limites les plus larges)	Entre le centre local e la métropole régionale
Em Espagne	Entre 20.000 à 100.000 habitants dans le "municipio" (limites le plus larges)	De la ville desservant le milieu rural au centre sous-régional
Au Royaume-Uni	Par approximation entre 25.000 et 100.000 (environ) dans l' "urban area"	Em partie et par interprétation: centre urban d'une région non dominée par une des plus grandes agglomérations du pays - Freestanding FR - (pour les autres: critères de taille uniquement).

Fonte: Frederic Santamaria (2000, p.237)

O quadro-síntese elaborado por Santamaria (2000) permite fazer algumas aproximações acerca dos elementos que, em grande medida, são considerados para a definição de cidades médias nos respectivos países europeus. Neste sentido, evidenciamos o tamanho demográfico e o caráter funcional, no contexto da rede urbana, como elementos considerados importantes para entendermos as cidades médias na França, Espanha e Reino Unido.

Ballet Sanfeliu (2009), refletindo acerca das cidades médias na Espanha elucida que os limites do critério demográfico encontram-se associados ao fato de que sua produção expressa contextos histórico-geográficos diversos. Dessa maneira, defini-las pressupõe também entendermos seu papel e as relações que se dão na escala específica do território (BALLET SANFELIU, 2009).

Na escala da América do Sul, cidades médias podem ser tanto aquelas cidades com pouco mais de 56 mil habitantes, como Ovalle, no Chile; Tiquipaya, na Bolívia, com 3 mil habitantes; e San Miguel de Tucuman, na Argentina, com mais de 650 mil habitantes (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002).

Na escala do território brasileiro, Andrade e Serra (2001) adotam três extratos demográficos para as cidades médias, quais sejam: os centros com população entre 50 mil e

100 mil habitantes; as aglomerações urbanas com população entre 100 mil e 250 mil; e as cidades médias com população entre 250 mil e 500 mil habitantes.

Santos (1993); Santos e Silveira (2004) procuraram atualizar os patamares demográficos para a realidade brasileira, ao ressaltarem a necessidade de redefinirmos os limiares demográficos, em face ao intenso processo de urbanização e de transformações espaciais vivenciadas pela sociedade brasileira, atualmente.

Considerando tal afirmativa, os referidos autores sugerem a ampliação das faixas populacionais, que neste momento estariam entre 100 mil e 500 mil habitantes, de acordo com o crescimento populacional apresentado pelo censo demográfico de 1991.

A respeito do parâmetro exclusivamente demográfico e a propósito deste debate para a realidade amazônica, Oliveira (2008a) ressalta que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸ são insuficientes para compreender a complexa realidade socioespacial da Amazônia Ocidental Brasileira, em razão da particularidade da rede urbana da “Calha do Amazonas”⁹. Tal particularidade encontra-se relacionada a tempos, temporalidades e espacialidades urbanas, ao ritmo e intensidade de inserção das cidades amazônicas na divisão territorial do trabalho.

Ainda segundo Oliveira (2008a), a partir dos anos de 2000 a tipificação do IBGE para os municípios brasileiros denota alterações nos critérios. Nesse sentido, as cidades pequenas passaram a apresentar limiares demográficos entre 1000 e 10.000 habitantes, ao passo que as cidades médias entre 100.001 e 500.000 e as cidades grandes, acima de 500.000 habitantes.

Levando em consideração este critério demográfico hierárquico, existiriam no estado do Amazonas, somente cidades de pequeno porte e uma cidade de grande porte, Manaus (OLIVEIRA, 2008a). Diante disso, Oliveira (2008a) ressalta a necessidade de associarmos o parâmetro demográfico a outros critérios de ordem histórica, econômica, social e de funcionalidade.

Ainda para Oliveira (2008a), uma análise mais detalhada e precisa do perfil urbano de cada cidade e de sua inserção na rede urbana pressupõe que se considerem não somente os

⁸ Segundo o IBGE (2000), cidades pequenas são aquelas que possuíam entre 1000 e 50000 mil habitantes, ao passo que as cidades médias representavam os limiares demográficos compreendidos entre 50001 e 250000. Acima desse limiar demográfico, são consideradas cidades grandes.

⁹ Oliveira (2008a) se refere ao conjunto de 25 cidades no trecho entre os Rios Solimões-Amazonas, no estado do Amazonas, quais sejam: Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Jutai, Santo Antônio do Içá, Amaruré, Tonantins, Fonte Boa, Uarini, Tefé, Alvarães, Coari, Codajás, Anori, Anemã, Manacapuru, Iranduba, Careiro da Várzea, Manaus, Itacoatiara, Silves, Urucunituba, Itapiranga, Urucará, Paritins.

parâmetros quantitativos, em termos demográficos, mas também os parâmetros qualitativos, em termos relacionais, a partir da estruturação da rede urbana de cada região.

Com efeito, Oliveira (2008a) afirma que para que possamos compreender melhor o urbano na Amazônia, necessitamos construir uma análise que articule os arranjos institucionais, na perspectiva de explicitar as funcionalidades e as interações espaciais que essas cidades estabelecem entre si e com outras cidades, situadas fora da região.

Ao seu modo, Sposito (2001) afirma que o critério demográfico serve como primeira aproximação, contribuindo, em pouco, para uma nova forma de abordagem sobre a temática, por duas razões, quais sejam: uma primeira razão relaciona-se ao fato de que não há relação direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana, posto que cidades com mesmo porte demográfico podem desempenhar papéis de natureza e de importância diferenciados, de acordo com dada região.

Uma segunda razão diz respeito ao fato de que existem cidades que muito embora não estejam no limiar demográfico definido como cidade média, exercem papéis de suporte no âmbito de determinada estrutura econômica, política e social na região das quais estão inseridas (SPOSITO, 2001).

Por sua vez, Castelo Branco (2007) afirma que a definição de cidades médias não deve se vincular apenas à classificação de um ponto de vista do porte populacional. Deve estar relacionado, também, às funções urbanas e, principalmente, ao papel que estas cidades desempenham na rede urbana regional, nacional ou internacional.

Castelo Branco (2007) destaca algumas características como elementos importantes para a definição deste grupo de cidades: tamanho populacional e econômico, grau de urbanização, centralidade e qualidade de vida.

Dessa maneira, o tamanho populacional da cidade constitui elemento que contribui para uma aproximação nas análises sobre cidades médias, não se constituindo elemento definidor da cidade média (CASTELO BRANCO, 2007).

Quanto à característica concernente ao tamanho econômico, este é considerado relevante à medida que nos auxilia como indicativo da dinâmica econômica do centro, responsável pela existência de infraestrutura necessária ao poder de atração locacional e ao papel de intermediação que caracterizam as cidades médias (CASTELO BRANCO, 2007).

Ainda segundo Castelo Branco (2007), o grau de urbanização é igualmente importante para definirmos as cidades médias, posto que as atividades necessárias para o desempenho das

funções urbanas, tais como a de articulação do sistema urbano, as de centro de atividades produtivas de prestação de serviços, constituem características tipicamente urbanas (ibid).

Essa autora considera a centralidade como elemento fundamental na definição desta categoria de cidade, uma vez que, por intermédio da mesma categoria é possível compreender o poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos, a sua atuação como centro de oferta de bens e serviços para uma área de influência, e como nó de diferentes tipos de redes.

Castelo Branco (2007) argumenta, ainda, que a qualidade de vida se configura como outro elemento relevante para a definição da cidade média, por levar em consideração a oferta de infraestrutura urbana, segurança, facilidade de deslocamento, dentre outros atributos; constituindo, assim, fator de atração locacional para indivíduos e também para a instalação de unidades de produção de grupos capitalizados.

Não obstante, esta última característica exige outra abordagem e outro dimensionamento quando consideramos a realidade das cidades médias amazônicas e o contexto de inserção delas na divisão social e territorial do trabalho, cujas características podem ser expressas nas formas urbanas marcadas pela proliferação de aglomerações urbanas precárias, dotadas de infraestrutura altamente deficitária para o atendimento das demandas mínimas às populações locais.

Segundo Corrêa (2007b), resultado de um processo de urbanização inerente a um mundo desigualmente fragmentado e articulado, a particularidade da cidade média reside no pressuposto de uma combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano.

Ainda segundo Corrêa (2007b), a combinação dos elementos supracitados permite-nos identificar dinâmicas econômicas e espaciais envolvendo a cidade e seu espaço de atuação, maior ou menor nível de desenvolvimento de funções urbanas ou atividades básicas direcionadas essencialmente para fora da cidade, e de atividades não básicas voltadas para o consumo da própria cidade.

Corrêa (2007b), afirma ainda que um olhar sobre a cidade média pressupõe compreendê-la no contexto da rede urbana da qual faz parte, bem como a partir da articulação desta rede e desta cidade com outras redes de cidades nas diversas escalas espaciais.

Ao seu modo, Sposito (2001) ressalta que para compreendermos a cidade média necessitamos considerar o papel desempenhado pelas cidades na divisão territorial do trabalho interurbano e suas articulações com outras cidades.

Sposito (2004), defende que necessitamos estabelecer diferenciação entre cidade de porte médio e cidade média ou intermediária, uma vez que as denominações de cidades médias, cidades intermediárias, cidades de porte médio, centros urbanos médios, centros intermediários, cidades de posição intermediária na hierarquia urbana, cidades de extrato intermediário, têm sido abordadas de maneira similar. Para efeito de exemplificação, podemos citar os trabalhos de Andrade e Lodder (1979), bem como as pesquisas de Andrade e Serra (2001).

Segundo Sposito (2004), as cidades médias ou intermediárias são aquelas que se colocam em um intervalo de hierarquia urbana entre as principais cidades regionais e as cidades locais, podendo ou não assumir importância regional. Ainda dentro dessa perspectiva, as cidades médias devem ser compreendidas pela condição que assumem em determinada estrutura urbanorregional, como centro sub-regional capaz de polarizar um número significativo de centros menores.

Por sua vez, as cidades de porte médio compreenderiam o grupo de cidades que apresentam limiar demográfico entre 100 mil e 500 mil habitantes, constituindo-se partes de aglomerados metropolitanos (SPOSITO, 2001). A esse respeito, Sposito afirma que:

Enquanto para caracterizar “cidade de porte médio” o tamanho demográfico é o suficiente, para adotar a noção de “cidade média” de um conteúdo conceitual é fundamental que se estudem os papéis desempenhados por cidades deste nível, para que este aspecto prevaleça sobre o do tamanho demográfico [...] (SPOSITO, 2004, p.327).

Com efeito, em caráter provisório, Sposito (2004) apresenta-nos alguns elementos que permitem caracterizar cidades médias: 1) a posição geográfica em relação às outras cidades de mesmo porte; 2) a distância maior ou menor das cidades de maior porte; 3) o número de cidades pequenas que estão em sua área de influência, posto que as empresas e as instituições tendem a se orientar pelos limites entre as áreas de mercado.

Levando em consideração os elementos propostos acima, as cidades de porte médio que compõem áreas metropolitanas não se constituem cidades médias, uma vez que as metrópoles são notadamente marcadas por grandes dimensões territoriais, por aglomeração

humana densa, bem como por uma centralidade que se manifesta por meio de seu poder de polarização nas escalas regional, nacional e mesmo internacional. Esse fato tende a anular, em grande medida, a centralidade das cidades de porte médio (SPOSITO, 2004).

Uma análise acerca da natureza das cidades médias, segundo Silveira (2002), contextualizando o movimento de transformações evidenciadas nos espaços urbanos, exige que concebamos reflexões sobre as cidades médias de maneira que repensemos acerca dos conteúdos do novo meio geográfico contemporâneo, compreendendo as especificidades no contexto da totalidade. Neste sentido, cidades médias não podem e nem devem ser entendidas em si mesmas, mas enquanto partes de uma totalidade em realização, em movimento (SILVEIRA, 2002).

Silveira (2002), considera, ainda, que o movimento desencadeado pelo processo de globalização, que se caracteriza, entre outros aspectos, pela incorporação de conteúdos de ciência, tecnologia e informação, pela aceleração das trocas, assim como pela profusão de discursos de “modernização inevitável”, tende a induzir a localização de novas infraestruturas, a imposição de novas formas de regulação e a redefinição de papéis em muitas cidades médias.

Levando em consideração o papel exercido pelas cidades médias, no contexto atual, Santos e Silveira fazem a seguinte afirmação:

As cidades médias são os pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades. Elas oferecem os meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas. Assim, elas funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p.280).

Ainda segundo esta perspectiva, as cidades médias constituem, a um só tempo, lugar de oferta destinada ao atendimento das demandas, seja do “consumo consumptivo”, seja do “consumo produtivo”¹⁰ (SANTOS e SILVEIRA, 2004).

¹⁰ Como formas de consumo consumptivo, podemos incluir o consumo de educação, de saúde, de lazer, de religião, de informação geral ou especializada, de consumo político, na forma do exercício da cidadania (SANTOS e SILVEIRA, 2004). Por sua vez, entre as formas de consumo produtivo estão: consumo de ciência, consumo de consultorias. Assim, as cidades cumprem o papel de responder às necessidades da vida de relações, que recentemente aumentaram quantitativamente e se diversificaram qualitativamente (SANTOS e SILVEIRA, 2004).

Esta perspectiva permite-nos refletir sobre as cidades médias de fronteira, na Amazônia brasileira, uma vez que estas exercem papel de "cidade de responsabilidade territorial" (BITOUN, 2010), quando se trata de cidades pequenas e/ou mesmo de povoados e vilas sob sua área de influência, que demandam por produtos, serviços urbanos essenciais a estas cidades médias.

Considerando as particularidades regionais, as cidades médias representam, ainda, condição para a reprodução do capital no espaço, ao mesmo tempo que tendem a contribuir para a fluidez das atividades econômicas em escala regional, nacional e mundial, tal como expresso por Catelan (2012).

Ainda para Catelan (2012), para além das hierarquias urbanas, é preciso refletir acerca das "heterarquias urbanas", visando compreender as articulações segundo as quais as cidades são vistas pela diferenciação e importância de cada uma, de suas funções e de seus papéis na rede urbana.

O processo de globalização que vem se configurando no período atual tem sido marcado pela redefinição das estruturas de constituição das redes urbanas nacionais e regionais, a partir das mudanças nos papéis das cidades médias. Neste sentido, precisamos considerar que a ampliação das relações econômicas, em larga escala, pode incorrer em alterações de papéis de cidades de diferentes portes e diferentes níveis de participação na complexa divisão do trabalho, podendo alcançar a escala internacional e redefinir as relações entre cidades na escala regional e nacional.

Assim, levando em consideração os elementos apresentados, compartilhamos dos enfoques interpretativos de Sposito (2004), Santos e Silveira (2004), para os quais compreender as cidades médias, no período atual, demanda o entendimento da natureza da cidade média, a partir do estudo de elementos processuais que transcendam o horizonte da simples demografia, indo ao encontro de um exercício dialético-explicativo que permita analisar a importância e o papel das mesmas cidades no movimento de transformação da realidade urbana.

Com efeito, compreendemos que o conceito de cidades médias pressupõe que devemos considerar o limiar demográfico, como ponto de partida, e associá-lo a outros elementos de ordem histórica, econômica, social e de funcionalidade, levando em consideração as especificidades de cada região ou lugar.

1.4.2. Cidades médias brasileiras no início do século XXI: desafios e proposições.

O profícuo debate sobre cidades médias, disseminado no campo acadêmico brasileiro, na primeira década do século XXI, sobretudo a partir das interlocuções promovidas pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - RECIME, tem contribuído substancialmente para a construção de reflexões que buscam unidade integradora a esta noção, não enquanto pensamento homogeneizador, mas enquanto perspectiva teórica que busca compreender generalidades, particularidades e singularidades das cidades médias em suas semelhanças e diferenças, relações e contradições. Isso pressupõe pensarmos a relação entre processos gerais e as singularidades locais, bem como as particularidades da produção do espaço das cidades médias brasileiras.

A diversidade do urbano brasileiro, resultante de processos de transformações territoriais diferentes, com graus, ritmos, intensidades, associados às novas espacialidades e temporalidades produzidas, tende a ampliar os níveis de complexidade no debate e em análises da realidade urbana do território brasileiro.

Sposito (2010) considera fundamental, ao se refletir sobre o objeto de estudo cidades médias, pensarmos a relação entre quantidade e qualidade, quando tomarmos como referência a dimensão espacial das dinâmicas e processos, enquanto possibilidade para apreendermos a natureza das formas espaciais e dos conteúdos urbanos presentes nas referidas cidades.

O par quantidade↔qualidade constitui dois níveis analíticos indissociáveis e substancialmente importantes para entendermos a intrínseca relação entre formas espaciais e conteúdos urbanos, na medida em que o aumento do tamanho da população, do território, da economia, em dado momento e em determinadas circunstâncias, não apenas intensifica a ocorrência de dinâmicas, de processos, mas pode alterar a natureza dos mesmos.

A esse respeito, Sposito (2010) enfatiza a necessidade de considerarmos os elementos quantitativos, enquanto aproximações que, em sua relação com uma abordagem qualitativa, possibilita-nos pensar os múltiplos processos e dinâmicas de produção do espaço urbano em cidades médias brasileiras.

Considerando o estabelecimento de uma nova divisão territorial, técnica e econômica do espaço, bem como suas implicações na divisão social do espaço, retomamos aqui o debate a respeito da estruturação e reestruturação urbana, como possibilidade para pensarmos a

produção do espaço das cidades médias no período contemporâneo, notadamente marcado por intensas e profundas transformações socioespaciais.

A esse respeito, Sposito (2010) propõe pensarmos no par dialético: reestruturação urbana e reestruturação da cidade. Segundo a autora, a reestruturação urbana, como mediação analítica, concebe-nos a reflexão sobre as novas espacialidades das cidades médias enquanto "produto, meio e condição" (CARLOS, 2011a) do avanço de dinâmicas e processos amplos, acelerados por transformações espaciais que se reproduzem nas diversas escalas geográficas, com expressões e implicações na escala local, no contexto da rede de cidades.

Por sua vez, a reestruturação da cidade, em uma perspectiva teórica, permite que possamos apreender alterações e processos de diferenciações nas estruturas internas do espaço das cidades, como expressão e resultado da redefinição da divisão interna do trabalho, da produção e reprodução do espaço.

A perspectiva proposta por Sposito (2010) requer que vejamos, portanto, reestruturação urbana e reestruturação da cidade como processos articulados, complementares e multiescalares essenciais para a apreensão das transformações socioespaciais na cidade e no urbano.

Outro importante ponto ressaltado por Sposito (2010) diz respeito à necessidade de considerarmos as temporalidades e coexistências entre tempos, ritmos, densidades, complementaridades dos movimentos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade enquanto pares que se articulam, muito embora não sejam coincidentes.

Assim, quando a reestruturação urbana é reconhecida, é possível observar mudanças profundas na estruturação da cidade, como expressão e condição da primeira. No entanto, não se pode afirmar que a da cidade sucede sempre a urbana ou lhe é simultânea. Conforme as alianças estabelecidas entre as forças econômicas e políticas locais e regionais pode-se notar decisões e ações que dão orientação a alterações importantes no mosaico da distribuição dos usos de solo e das relações entre eles (SPOSITO, 2010, p.11).

Com efeito, os respectivos movimentos processuais, aqui ressaltados, possibilita que pensemos o que há de particular nessas cidades, o que implica em estudá-las em si e em suas relações de diferentes naturezas com outras cidades. Isso pressupõe uma análise das cidades médias para além da hierarquia urbana convencional, estabelecendo um marco teórico e relacional que considere o conjunto de formas e de conteúdos materiais, relacionais, que se manifestam e se produzem a partir de interações espaciais, que remontam a um pensamento

que considera a articulação entre características quantitativas e qualitativas. Essa é a compreensão que Sposito (2010) define como “cidades médias em globalização”.

Ainda dentro dessa perspectiva, a construção dessa noção e a consolidação dessa temática de pesquisa tem sido objeto de uma série de debates críticos, bastante salutares, no sentido de possibilitar o avanço rumo a novas possibilidades de se pensar as cidades médias. Não obstante, há certo consenso em relação à necessidade de considerar as variáveis quantitativas, como ponto de partida para a construção da temática, que, em sua articulação com uma abordagem qualitativa, permita-nos acompanhar, ainda que de maneira momentânea e por lente teórica específica, as particularidades das cidades médias.

Pensarmos as cidades médias, do ponto de vista teórico, pressupõe, portanto, acompanharmos o movimento de transformações da realidade socioespacial, resignificando interpretações de acordo com as mudanças e permanências que constituem resultado, meio e condição da produção do espaço urbano atual.

Considerando tal perspectiva, as cidades médias apresentam intensidades, ritmos, diferenciações, lógicas, processos, dinâmicas específicas, quando consideramos a comparação delas com as metrópoles ou pequenas cidades. Tais elementos estão relacionados tanto ao tamanho, à centralidade que exercem no contexto da subregião da qual fazem parte, quanto à natureza de processos de produção, circulação e consumo do espaço.

Quando consideramos, ainda, a diversidade urbana do território brasileiro, uma reflexão bastante significativa sobre as cidades médias foi concebida por Jan Bitoun (2010), para quem tais cidades constituem “cidades de responsabilidade territorial”¹¹, em função do papel exercido pelas mesmas no atendimento de demandas sociais às populações residentes em cidades pequenas e que, de alguma maneira, demandam produtos e serviços das cidades médias.

Considerando os elementos apresentados, coadunamos com a perspectiva apresentada por Sposito (2004), para quem as cidades médias devem ser apreendidas a partir da articulação entre o processo de reestruturação urbana e reestruturação das cidades médias, como horizonte teórico que permite pensarmos as dinâmicas e os processos acelerados de transformações socioespaciais e suas realizações em escala local.

¹¹ O termo “cidade de responsabilidade territorial” foi concebido por Jan Bitoun em palestra denominada “Observar em redes: implicações políticas, geopolíticas e técnico-científicas”, realizada no Seminário Internacional Cidades na Floresta, em 01 de dezembro de 2006, Belém, Pará.

As cidades médias, enquanto objeto de estudo dinâmico e diverso, em sua natureza, apresentam singularidades relacionadas a temporalidades histórico-geográficas muito específicas. Tal fato tende a contribuir para o estabelecimento de comparações entre cidades, e, nesse sentido, para a construção de um conceito que permita analisar a realidade urbana como conjunto de relações dialéticas resultantes do encontro, do desencontro e do confronto entre universalidades e singularidades materializadas na forma de um concreto-pensado, resultante do processo de produção da cidade e do urbano.

A construção de uma leitura reflexiva sobre a diversidade e a particularidade do urbano requer que estabeleçamos uma abordagem sobre a formação das cidades.

Silveira (2014) ressalta ainda que estamos vivenciando uma temporalidade amplificada por múltiplos movimentos e ações, que tendem a transformar aceleradamente conteúdos e formas socioespaciais. Diante disso, a totalidade tende a tornar-se mais complexa e difícil de ser decifrada.

Considerando as observações da autora, compreendemos que a perspectiva da formação socioespacial concebe-nos a capacidade de uma análise, como potencialidade analítica, da produção das cidades médias na articulação entre a curta e longa duração do tempo histórico-geográfico, identificando dinâmicas e processos que contribuíram significativamente para a produção de particularidades e singularidades.

A partir da formação socioespacial podemos identificar elementos processuais gerais que, ao se realizarem, como resultado do encontro entre universalidades, particularidades e singularidades, contribuíram para intensificar ritmos e acelerar mudanças nas estruturas urbanas das cidades, ampliando diferenças e aprofundando desigualdades socioespaciais.

Os diálogos construídos ao longo deste subcapítulo não tiveram a pretensão de produzir teorizações acerca do termo cidades médias. Os elementos apresentados a respeito da temática objetivaram situar o leitor no âmbito do debate que vem sendo produzido no campo acadêmico geográfico, sobretudo, partindo dos estudos produzidos pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - RECIME.

As contribuições mais recentes da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - RECIME, através de publicação de quatro volumes denominados "Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional", dando ênfase particular aos trabalhos de Sobarzo (2010) sobre Passo Fundo; Elias e Pequeno (2010) em suas reflexões sobre Mossoró; as contribuições de Henríquez Ruiz; Arenas Vásquez e Henríquez Fernández (2012) sobre

Chillán; as abordagens de Melazzo (2012) sobre Marília; além das perspectivas sobre as cidades médias de Tandil, concebidas por Diana Lan; Santiago Linares; Josefina Di Nucci e López Pons (2010), e Uberlândia, concebida por Soares et. al. (2010), integram o conjunto de estudos que tratam das transformações recentes nas respectivas cidades médias, e trazem contribuições significativas para pensarmos as cidades médias a partir da perspectiva da reestruturação urbana, reestruturação das cidades e suas particularidades.

Esse conjunto de trabalhos representa a um só tempo, uma tentativa bem sucedida de promover diálogos e troca de experiências acerca desta temática de pesquisa; o reconhecimento da necessidade de se compreender melhor os processos de produção dos espaços urbanos não metropolitanos; e a consolidação da RECIME em nível internacional, como uma rede de pesquisadores bastante articulada e atuante na construção de reflexões e debates a respeito do objeto de estudo "cidades médias".

Com efeito, os elementos apresentados aqui, buscam estabelecer os marcos conceituais que conduziram as abordagens histórico-geográficas e empíricas de nossa tese, de maneira que o leitor possa refletir a respeito das diferenças e semelhanças entre cidades médias, das relações e contradições, assim como as particularidades das cidades médias no âmbito da diversidade urbana brasileira.

A seguir, promoveremos a construção de uma abordagem sobre a formação das cidades de Santarém e Marabá, de maneira que o leitor possa identificar dinâmicas e processos que contribuíram para mudanças nas estruturas urbanas e na natureza da produção das cidades pesquisadas.

CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS CIDADES DE SANTARÉM E MARABÁ.

*Entre os diferentes tempos da história, a longa
duração se apresenta assim como um
personagem embaraçante, complicado,
amiúde inédito (BRAUDEL, 1992, p.52).*

A construção de uma abordagem histórico-geográfica, que nos permita analisar a formação das cidades de Santarém e Marabá, pressupõe pensarmos a espessura da "*longue durée*" (BRAUDEL, 1995) e sua articulação com elementos do "tempo curto", identificando as temporalidades e espacialidades associadas aos ritmos, densidades e intensidades de processos socioespaciais.

Considerando essa perspectiva teórico-metodológica, concebemos uma periodização acerca da formação das cidades de Santarém e Marabá, a partir das leituras de Braga (1915), Corrêa (1987), Machado (1989), Pereira (2012) e Rodrigues (2010)¹².

A referida periodização encontra-se subdividida nos seguintes momentos: 1) o período entre meados do século XIX, até a segunda década do século XX; 2) o período que corresponde entre as décadas de 1920 a 1960; 3) o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980; 4) e, finalmente, o período entre os anos de 1990 e 2013.

Reconhecemos que a escolha desta periodização, ao estabelecer os mencionados recortes temporais, pode implicar em privilégios quanto a alguns tempos e eventos, em detrimento de outros igualmente relevantes para a compreensão histórico-geográfica das cidades estudadas.

Não obstante, a opção por estes recortes relaciona-se à possibilidade de identificarmos elementos de continuidade e rupturas nas estruturas socioespaciais, bem como reconhecermos acelerações nos ritmos, na densidade e intensidade dos processos de transformações dessas cidades, como resultado de mudanças na natureza da produção de seus espaços ao longo do tempo histórico.

Os três primeiros períodos, elencados respectivamente, foram analisados em conjunto, ao longo deste capítulo; ao passo que o quarto período, proposto aqui, foi desenvolvido no terceiro capítulo de nossa tese.

¹² Associada a tais leituras, promovemos pesquisa em documentos históricos obtidos junto ao Centro Cultural Tancredo Neves - CENTUR, Arquivo Público do Pará, dentre os quais destacamos o Álbum dos municípios paraenses.

2.1. A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SANTARÉM (meados do séc. XVII, até a década de 1960)

Situada na confluência entre os rios Tapajós e Amazonas, na mesorregião do Baixo Amazonas, no estado do Pará (Mapa 1), a cidade de Santarém possui sua gênese relacionada ao processo de expansão colonial portuguesa, a partir do século XVII, quando a coroa portuguesa passou a incorporar, sistematicamente, territórios ao controle metropolitano e às dinâmicas do capital mercantil.

O local que hoje conforma parte da cidade de Santarém (Bairro da Aldeia), no início do século XVII constituía aldeamento indígena onde habitavam índios da tribo dos Tapajós (REIS, 1979). Elementos representativos do processo de formação de Santarém começaram a se materializar a partir da instalação da missão Jesuíta na Aldeia dos Tapajós, no ano de 1661, pelo Padre João Felipe Bettendorff, com a promoção de práticas de "amansamento" e "catequização" essenciais ao projeto colonizador da metrópole portuguesa (DIAS, 1970).

O processo de expansão colonial portuguesa ocorreu por meio da ocupação militar na embocadura do Rio Amazonas e em alguns pontos estratégicos às margens das redes de outros rios, com a fundação de Fortins como o Forte do Presépio, que deu origem à formação da cidade de Belém (na embocadura do Rio Amazonas) em 1616. Além disso, houve a instalação de outras bases militares (fortins), ao longo do Rio Amazonas, como o Forte do Tapajós, no ano de 1697, elementos importantes no processo de incorporação da nova área à base geográfica, estratégica frente aos anseios da metrópole portuguesa (DIAS, 1970; BRAGA, 1915).

Nessas circunstâncias histórico-geográficas, as formas de uso e apropriação do espaço regional amazônico associavam-se ao tempo lento dos modos de vida das populações tradicionais que habitavam em aldeias ao longo do Vale amazônico, a saber, Tapuyas, Tupinambás, Mundurucus, Carajás, dentre outros (REIS, 1979) e que apresentavam uma relação com a natureza baseada no trabalho enquanto elemento gerador de valores de uso para a subsistência.

A situação geográfica privilegiada da localidade, onde teve origem o povoado de Santarém, e a função estratégica deste povoado para a coroa portuguesa, que buscava estimular a inserção de novos núcleos coloniais no âmbito das dinâmicas mercantis, contribuiu para que este local, lugar antes constituído pela Aldeia dos Tapajós, fosse elevada à condição de Vila de Santarém, no ano de 1758, pelo consulado pombalino (REIS, 1979).

Nesse período, a referida vila passou a assumir a função de ponto estratégico condicionado ao desenvolvimento da atividade do comércio que se abria entre o Mato Grosso e o Alto Amazonas (REIS, 1979).

Com efeito, do período que compreende entre meados do século XVII, até a primeira metade do século XIX, as cidades paraenses configuravam-se como "embriões" da rede urbana, posto que não haviam articulações e sinergias intensas entre as mesmas (MACHADO, 1989).

O período que compreende entre os anos de 1850 a 1920 corresponde a um momento marcado por uma série de transformações socioespaciais no espaço amazônico. Transformações estas marcadas por uma nova divisão internacional do trabalho que inseriu a região amazônica como espaço da produção extrativa (produtos primários), buscando integrar o território amazônico no âmbito das determinações do circuito produtivo do capital em escala mundial, como fornecedor de produtos primários (MACHADO, 1989; PRADO JUNIOR, 1987; CORRÊA, 1987; CANO, 1988).

O período em questão foi marcado, em escala mundial, pelo crescimento acelerado da produção industrial, associada ao "terceiro ciclo sistêmico de acumulação do capital" (ARRIGHI, 1996) e ao movimento da segunda revolução industrial, pautado no avanço de conhecimentos técnico-científicos que possibilitaram o aumento do consumo de matérias-primas (ARRIGHI, 1996; WEINSTEIN, 1993).

O final do século XIX, em nível internacional, marca momento de ampliação do consumo de látex, produto necessário à fabricação de sapatos, pneumáticos, dentre outros artefatos necessários à indústria bélica em ascensão nos países centrais do capitalismo (WEINSTEIN, 1993). Tal fato contribuiu para o avanço de agentes econômicos em direção ao território amazônico, em busca de matérias-primas necessárias para a ampliação do processo de produção capitalista (MACHADO, 1989).

Na escala regional amazônica, tais ações se deram a partir do estabelecimento de relações capitalistas e não capitalistas de cooperação, concorrência, competição entre agentes que passaram a compor o sistema de aviamento¹³, a saber, donos das casas aviadoras,

¹³Consistiu em um conjunto de relações de troca desiguais que se estabeleceu entre os donos das casas aviadoras, seringalistas, regatões (comerciantes que adquiriam produtos nas casas comerciais em Belém para revender tais produtos junto aos seringueiros) e seringueiros (WEINSTEIN, 1993). Uma relação de espoliação que se caracterizou pela prática do endividamento e da dependência do seringueiro em relação ao seringalista. Tal prática de endividamento se deu, seja em razão da desvalorização de seu produto (borracha coletada na floresta), frente aos produtos vendidos pelo dono do barracão (alimentos, roupas, instrumentos para coleta), seja por

seringalistas, regatões e o seringueiro (mão de obra responsável pela extração e coleta do respectivo produto).

Dessa maneira, a extração da goma elástica (*Hervea Brasiliensis*) se deu, em grande medida, a partir de práticas de exploração da mão de obra, seja indígena, nordestina e/ou ribeirinha, com vistas ao atendimento das demandas do mercado internacional (VELHO, 1981).

Ainda na escala amazônica, o período que compreende entre os anos de 1850 e 1920 corresponde momento no qual dinâmicas relacionadas ao "ciclo da borracha" (1850-1920) contribuíram, de maneira significativa, para demarcar novos movimentos incessantes do capital no território amazônico, com intensificação das relações de trocas econômicas desiguais (WEINSTEIN, 1993).

O "boom da borracha" contribuiu, também, para o revigoramento econômico e demográfico de algumas cidades (tendo como principais beneficiadas as cidades de Belém e Manaus, e, em menor proporção, Santarém e Óbidos), para a intensificação das relações entre núcleos de povoamento que estavam diretamente inseridos nas dinâmicas de produção da atividade gomífera, para a ampliação do fluxo migratório inter-regional (inclusive com a chegada de migrantes europeus) além de reforço ao sistema de aviação (WEINSTEIN, 1993; VELHO, 1981; PEREIRA, 2012).

A esse respeito, convém ressaltar o papel exercido pela seca no Ceará, em fins do século XIX, como um fator que contribuiu para o aumento do fluxo demográfico da região nordestina em direção ao território amazônico (PENTEADO, 1967; MOREIRA, 1989).

Ainda nessas circunstâncias histórico-geográficas, os usos e a apropriação do espaço regional amazônico, associados ao valor de troca, para além de redefinir as formas de uso da natureza pela imposição de lógicas de trabalho e sobre(vivência) às comunidades tradicionais, denotam momento marcado pela ampliação de dinâmicas capitalistas que contribuíram para a urbanização em escala regional, para a dinamização do mercado de trabalho de algumas cidades e, conseqüentemente para transformações na estrutura das cidades. (MACHADO, 1989; CORRÊA, 1987).

trapaças relacionadas a cobranças indevidas (balanças viciadas, alteração do preço de produtos), ações que tenderam a produzir um endividamento permanente do seringueiro em relação ao seringalista WEINSTEIN, 1993).

Machado (1989) considera que, a partir de meados do século XIX, ocorreu, de maneira efetiva, o surgimento da rede urbana amazônica que apresentou como núcleos urbanos primazes as cidades de Manaus e Belém.

Como resultado desses movimentos de expansão de formas capitalistas de produção no território amazônico, em escala local, o crescimento da importância política, econômica e da rede de relações de trocas contribuiu para alçar a Vila de Santarém à condição de Cidade, no ano de 1848, como a denominação de Santarém (REIS, 1979). A esse respeito, Reis ressalta que:

Santarém com a escolha para agasalhar a expedição do Amazonas, recuperara-se a posição que perdera, por momentos, para Óbidos. Funcionara de então em diante como a capital do Baixo Amazonas. Era o centro urbano de transição entre o Pará e o Amazonas. A 24 de outubro de 1848, pela lei 145, voltava ao nome de Santarém. [...] ascendia à condição político-administrativa de cidade (REIS, 1979, p.119).

Belmar traça interessante descrição acerca das formas espaciais da cidade de Santarém e suas particularidades nos anos de 1850:

La vile est aujourd'hui ornée d'élégantes maisons parfaite ment alignées. On y remarque même divers édifices construits avec une sorte de luxe, une église cathédral qui est la plus belle de la province, un hôpital, une fontaine, une maison commune. La population de Santarém qui n'était que de 4 mille âmes en 1854, est aujourd'hui de 6 à 7 mille, et représente un mélange de blancs, d'indiens et de métis. Le principal commerce du pays consiste en caoutchouc, en cacao, dont il produit tous les ans plus de 20 mille arrobes; en pirarucú, dont il sale environ 100 mille tonnes; en drogues médicinales et marchandises importées d'Europe. Chiefement dans les bois de Santarém qu'on recueille, de mururé, dont la pharmacie fait un grand usage (BELMAR, 1861, p.51-52).

As descrições de Belmar permitem-nos identificar uma cidade dinâmica para os padrões amazônicos no século XIX. Permite, ainda, evidenciar não apenas o crescimento demográfico da cidade de Santarém, mas o fortalecimento da função desta cidade, na rede urbana paraense, com importante papel de polo comercial da produção voltada para o extrativismo da borracha, do cacau e de drogas do sertão na Província do Grão-Pará, durante o final do século XIX.

Nos dizeres de Reis (1979), o Rio Tapajós era um dos principais rios utilizados para navegação e transporte de borracha (REIS, 1979). Tal fato, associado à situação geográfica privilegiada da cidade de Santarém, contribuiu para mudanças tanto na função desta cidade na

rede urbana, na base logística para o escoamento da produção da goma elástica (REIS, 1979), como na produção de novas formas urbanas.

Dentro dessa perspectiva, Paul Walle, em narrativa datada de 1908, fez interessante descrição das formas urbanas da cidade de Santarém:

Santarém, qui a dia 20.000 habitantes inverno, est destine à prendre un certain développement en raison de sa situation, des terres fertiles qui l'environnent, et de son bon climat. Déjà, d'ailleurs, elle se donne des airs de grande ville; elle possède un théâtre, de belles maisons et un marché bien pourvu. Santarém est le grand centre commercial de toute la région baignée par le fleuve Tapajos, région qui fournit en abondance la noix du Brésil [...] (WALLE, 1908, p.94)

A narrativa de Walle identifica formas espaciais como teatro, casas em dois pavimentos, além de funções da cidade de Santarém no contexto da rede urbana amazônica, como entreposto comercial¹⁴.

Segundo Reis (1979), os levantamentos censitários realizados ao longo de algumas décadas do final do século XIX, e na primeira metade do século XX, apontaram para o fato de que Santarém, no ano de 1862, possuía 8.749 habitantes, saltando para 41.546 habitantes, no ano de 1920 (REIS, 1979). Por sua vez, no ano de 1940 este número alcançou 47.559 habitantes (REIS, 1979).

A Foto 1 reforça a narrativa de Walle (1908), ao demonstrar características das formas espaciais da cidade de Santarém que apresentavam alguns elementos pontuais como a presença de edificações em dois pavimentos, estabelecimentos comerciais, associados a um segmento social privilegiado baseado nas dinâmicas econômicas locais, regionais e internacionais. Ao mesmo tempo, existiam residências pequenas e simples nas bordas da cidade, habitadas por segmentos sociais empobrecidos economicamente. As formas espaciais identificadas na foto, apresentam indícios do surgimento de diferenças espaciais enquanto expressões de desigualdades sociais e espaciais.

¹⁴ A cidade de Santarém exercia a função de entreposto comercial para a comercialização da borracha, da castanha da terra (castanha do Brasil), do pirarucu (WALLE, 1908).

Foto 1: Vista da cidade de Santarém, no ano de 1908.



Fonte: Arquivo Público do Pará, 1908.

O período que compreende entre os anos de 1920 e 1960 constituiu momento marcado por uma série de transformações em escala mundial. Dentro desse conjunto de transformações, podemos identificar o esgotamento do regime de acumulação pautado na "mão invisível" e no não intervencionismo estatal na economia (ARRIGHI, 1996).

Esse fator, associado a um cenário internacional marcado por uma crise de superprodução e de transformações aceleradas nas economias industriais dos países capitalistas centrais, engendrou numa crise sistêmica global (HARVEY, 1989), que passou a se desenvolver de maneira mais acentuada, sobretudo a partir da década de 1920, e perdurou de maneira mais evidente até meados da década de 1940 (ARRIGHI, 1996).

Por sua vez, o período que compreende entre meados da década de 1940, até a década de 1960, foi marcado pela ascensão e consolidação do regime de acumulação fordista (que consistiu, grosso modo, em um conjunto de "racionalidades instrumentais" e valores culturais implementados no processo produtivo e de consumo) e pelo modo de regulamentação keynesiano, o qual consistiu em um conjunto sistemático de intervenções governamentais na economia, que objetivaram promover a retomada do crescimento da economia global (HARVEY, 1989).

Na escala do território brasileiro, tais crises contribuíram para a uma queda abrupta do preço do café e da borracha no mercado internacional (principal produto de exportação brasileiro) e para a configuração de novas estratégias, por parte de agentes capitalistas e pelo próprio Estado nacional, que passaram a promover investimentos na formação de um modelo

de base urbano-industrial (TAVARES, 1972; MELO, 1984; CANO, 1988; LENCIONI, 2008a).

Em escala regional amazônica, o período entre as décadas de 1920 e 1960 representou momento de nova estagnação econômica e da rede urbana, resultante da desvalorização do preço da borracha no mercado internacional e do aumento de sua oferta, bem como da concorrência com as plantações de borracha da Malásia (MACHADO, 1989, SANTOS, R. 1980).

Como resultado da estagnação econômica, da redução de demandas por produtos primários, particularmente da borracha no mercado internacional, ocorreram refluxos populacionais, diminuição absoluta de contingentes populacionais de pequenas cidades amazônicas, prosperidade urbana restrita a poucas cidades (as quais conseguiram adaptar as suas estruturas produtivas às demandas do mercado nacional e internacional) (CORRÊA, 1987).

Na escala local, a cidade de Santarém, entre os anos de 1920 e 1960, constituiu em uma das poucas cidades amazônicas que permaneceu com relativa dinâmica de crescimento econômico, em razão da produção e exportação de Juta¹⁵, para o mercado nacional e internacional (RAMOS, 2004) e por sua condição de entreposto comercial no contexto da rede urbana Amazônica.

Foto 2: Vista do Hidroporto da cidade de Santarém no ano de 1948.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (IHGTap.).

¹⁵ A Juta (*Corchorus capsularis*) é uma planta muito utilizada como matéria-prima na indústria de sacaria. As fibras de Juta, por possuírem grande resistência, são utilizadas para a produção de estofados de automóveis. Suas fibras secas são também muito utilizadas em algumas indústrias moveleiras, que empregam tecidos feitos com Juta como revestimento.

A Foto 2, do ano de 1948, permite identificar a presença de Hidroporto para pouso e desembarque de passageiros de "aviões planadores". A foto registra, ainda, a presença de embarcações de grande porte, para os padrões amazônicos naquelas circunstâncias histórico-geográficas, que faziam transporte de produtos, principalmente, da Juta.

A esse respeito, Pinto (2010) afirma que Santarém constituiu-se aglomeração populacional de considerável importância na confluência entre os rios Amazonas e Tapajós, no final dos anos de 1940, 1950 e 1960, apresentando uma dinâmica econômica particular, pautada, em grande medida, na comercialização da borracha, até os anos de 1945, para o mercado internacional, como também da Juta, da madeira e das atividades de garimpo.

As dinâmicas econômicas, associadas ao processo de produção do capital mercantil, na escala da cidade de Santarém, durante os anos de 1950 e 1960, contribuíram para o fortalecimento da função desta cidade na rede urbana (PEREIRA, 2012).

Foto 3: Vista da cidade de Santarém, na década de 1950.



Fonte: Arquivo Público do Pará.

Naquele momento, as formas urbanas da cidade de Santarém passaram a apresentar mudanças significativas, como expressão de mudanças na estrutura econômica.

A esse respeito, a Foto 3 permite identificar a área central como espaço no qual se localizavam muitos estabelecimentos comerciais, residências luxuosas, habitadas pelas elites políticas e econômicas locais, bem como os espaços de expansão da cidade, notadamente marcados por construções e residências menores e mais simples.

Essa foto possibilita que identifiquemos, ainda, um padrão espacial que podemos considerar como monocêntrico, expressão de processos de uso, apropriação do solo urbano, de diferenciações e desigualdades socioespaciais nesta "cidade da temporalidade ribeirinha".

Os elementos histórico-geográficos, apresentados até o presente momento, constituem algumas aproximações importantes para o entendimento do processo de produção desta cidade, no período atual.

2.2. URBANIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO URBANA E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE SANTARÉM (décadas de 1970 e 1980).

O período que compreende entre as décadas de 1970 e 1980 constitui momento marcado por uma série de transformações, na escala do espaço mundial, relacionadas à mundialização do capital, ao avanço de um meio técnico científico-informacional (SANTOS; 1993, 1996), a processos de urbanização, de concentração e centralização econômica (LIPIETZ, 1988; BENKO, 2002), a crises sistêmicas inerentes ao "desenvolvimento geográfico desigual", bem como pela revolução dos meios de transportes e comunicações (HARVEY, 1989, SMITH, 1988).

Tais processos contribuíram significativamente para uma série de acelerações contemporâneas, associadas a uma nova divisão territorial do trabalho e novas estruturas urbano-regionais do espaço mundial (HARVEY, 1989, SMITH, 1988).

Na escala nacional, o território brasileiro, como resultado de múltiplos e incessantes movimentos de inserção da economia brasileira no contexto da nova divisão internacional do trabalho e das determinações inerentes à reprodução do modo capitalista de produção, passou por intensos processos de desconcentração concentrada do capital industrial e de centralização de capitais em algumas (poucas) frações do território brasileiro (DINIZ, CROCCO, 1996; CANO, 1988; LENCIONI, 2008b).

As décadas de 1970 e 1980 também são marcadas por momento de avanço do processo de urbanização do território brasileiro, como condição para a realização do processo de industrialização. A esse respeito, Santos (2013) afirma que:

A urbanização do território foi, nesse momento, o resultado e a condição de uma relação afirmativa entre Estado e economia a partir dos quais, os excedentes capitalistas podiam ser absorvidos e reciclados com lucro num

mercado em expansão. A produção do urbano vai aparecer como forma primordial mais geral de absorção lucrativa dos excedentes gerados numa economia industrial com problemas endógenos de realização (SANTOS, 2013, p.6).

Dentro dessa perspectiva, o Estado brasileiro exerceu papel decisivo como indutor do processo de expansão da urbanização do território brasileiro, enquanto condição para a modernização do território e para a expansão da economia urbano-industrial.

Na escala regional amazônica, o período que compreende entre os anos de 1970 e 1980 corresponde a momento de muitas transformações na urbanização e na estruturação urbana (BROWDER e GODFREY, 2006) .

Nesse contexto, o espaço regional amazônico passou por uma série de mudanças e reconfigurações relacionadas à divisão territorial do trabalho, à estruturação de uma "rede urbana anastomosada"¹⁶, conjunto de redes superpostas, articuladas e complementares (rede elétrica, hidrelétrica, de comunicações, rodoviária) que avançam sobre o território amazônico, a partir dos anos de 1970, ao mesmo tempo que tendem a estabelecer algumas rupturas com o padrão de organização constituído desde o período colonial e que predominou até os anos de 1960.

Ainda dentro dessa perspectiva, as dinâmicas de fluidez, associadas às redes dendríticas, que ditavam o “tempo lento” da mobilidade e das relações de troca, passaram a coexistir com o "tempo veloz", associado à redes complexas, bem como a um conjunto avançado de redes técnicas, fato que possibilitou o avanço do grande capital em direção à região (CORRÊA, 1987; BECKER, 1991; RIBEIRO, 1998).

Esse período foi marcado pela ação intensiva de empresas capitalistas na exploração de recursos da região (sobretudo a partir dos anos de 1970), a saber: a Camargo Correa (que atuou na construção da Rodovia Transamazônica, da BR-230, na construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí), a Companhia Vale do Rio Doce, dentre outros agentes de capital nacional e internacional (COELHO, 1997) que buscaram explorar os recursos da região.

Convém ressaltar a presença marcante do Estado, por meio de incentivos fiscais, da criação de órgãos de planejamento (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM) e financiamento (Banco de Desenvolvimento da Amazônia - BASA), os quais se constituíram nos "braços fortes" do Estado no estímulo à política desenvolvimentista, de

¹⁶ Corrêa (1987) compreende "rede anastomosada" como o conjunto articulado de redes urbanas, rodoviárias, elétrica, comunicações, que se estabeleceram no âmbito do processo de estruturação do espaço amazônico, a partir dos anos de 1970.

maneira a viabilizar projetos de colonização agropecuários e agrominerais na região (BECKER, 1982).

Segundo Gonçalves (2004) e Becker (1979), a partir dos anos de 1970, foram evidenciadas, portanto, um conjunto de novas transformações na escala da região amazônica, como resultado e condição do avanço da urbanização social e territorialmente seletiva.

O período em questão é marcado pela forte concentração metropolitana em Belém e Manaus, a partir do incremento das atividades industriais e incentivos fiscais, pelo surgimento de cidades vinculadas à exploração mineral (Parauapebas, Curionópolis, Eldorado dos Carajás), surgimento e crescimento de núcleos urbanos ao longo das rodovias, estagnação econômica de algumas cidades não vinculadas às frentes de expansão que tenderam a se desenvolver com o avanço das redes rodoviárias (Breves, Cachoeira do Arari, Soure, Salvaterra), além de revigoração de centros urbanos articulados a uma nova dinâmica local e microrregional, como é o caso de Santarém. (CORRÊA, 1987; PEREIRA, 2004; RODRIGUES, 2010).

Como resultado desses múltiplos processos articulados, a cidade de Santarém, que já exercia centralidade no contexto do Oeste paraense desde o período do “boom da borracha” no final do século XIX (PENTEADO, 1967), a partir da década de 1970 teve sua função fortalecida na rede urbana amazônica (CORRÊA, 1987). Esta cidade se constituiu como espaço estratégico para investimentos governamentais, dentro do programa de Polos de Desenvolvimento, direcionados ao estímulo do processo de integração, de indução de fluxos econômicos e migratórios para região (PONTES, 2001).

Na escala local, essas décadas foram marcadas por um intenso processo de estruturação urbana e estruturação da cidade de Santarém, como resultado da indução do Estado na expansão do processo de urbanização, do avanço de agentes econômicos capitalistas em direção a esta cidade, assim como da intensificação de fluxos migratórios para a região, constituindo-se em condição para a expansão e reprodução do capital na escala desta cidade amazônica.

Dentre as ações adotadas pelo governo federal que contribuíram no processo de estruturação urbana e estruturação da cidade de Santarém, convém destacarmos a denominada “Operação Tapajós”, que consistiu em programas e projetos de investimentos para a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), da Hidrelétrica de Curuá-Una (localizada acerca de 70 Km da cidade de Santarém, município de Santarém), além da construção do

Porto de Santarém (PINTO, 2010) e estímulo a projetos de colonização, como os que deram origem ao núcleo de colonização Mojuí dos Campos, mais tarde elevado à condição de município, em 2012 (PINTO, 2010).

Tais elementos contribuíram, significativamente, para o aumento do fluxo migratório em direção a Santarém (PINTO, 2010), para o fortalecimento das funções da cidade no contexto da rede urbana paraense (CORRÊA, 1987) e para a expansão de sua área urbana, uma vez que novos fluxos demográficos (madeireiros, garimpeiros, comerciantes) e econômicos tenderam a se deslocar em direção a esta “fronteira urbana”¹⁷ amazônica”.

Além disso, o êxodo rural, resultante de conflitos fundiários no campo e o avanço de alguns agentes econômicos representaram outros fatores que contribuíram para a redefinição de usos e apropriação nos espaços rurais, para novas formas de uso e apropriação do espaço da cidade de Santarém, contribuindo, também, para a sua expansão territorial (OLIVEIRA, 2008a).

As ações do governo ditatorial, dentre as quais se destacam a elevação de Santarém à condição de "Área de Segurança Nacional" e território de atuação direta do governo federal, a partir de final da década de 1960 e início da década de 1970, com nomeação de interventor pelo governo federal, contribuíram para mudanças nas estruturas político-econômicas. Houve o enfraquecimento relativo das elites tradicionais¹⁸ que exerciam o poder local, seja como representantes políticos (prefeitos, vereadores) seja como comerciantes importantes em nível mesorregional seja como proprietários de grandes extensões de terras urbanas e rurais (REIS, 1979; PINTO, 2010).

Pinto (2010) ressalta, ainda, que a construção da Rodovia Transamazônica contribuiu para mudanças na cidade de Santarém durante os anos de 1970. A esse respeito, esse autor faz a seguinte afirmação:

Nos últimos anos a intensa expansão demográfica provocou o aparecimento de núcleos extremamente pobres na periferia de Santarém: surgiram os assaltos a mão armada e os roubos de carro, fatos até então desconhecidos na cidade, assim como o custo de vida encareceu. E o índice de analfabetismo aumentou. Tomando esses fenômenos como indicadores do progresso, já não se batem mais palmas a cada máquina que desembarca, como antes era feito[...]. (ESTADO DE SÃO PAULO, 20 de outubro de 1976, p.10).

¹⁷ Becker (1991) compreende a "fronteira urbana" como espaço não plenamente estruturado, mas potencialmente atraente para a ação e estruturação de dinâmicas capitalistas.

¹⁸ Segundo Pinto (2010), as famílias Corrêa, Coimbra, Soretheau, Colares, constituem os grupos familiares que exerceram grande influência e poder político e econômico tanto na cidade de Santarém, quanto em nível regional, seja atuando em funções políticas (prefeitos, vereadores) seja como importantes comerciantes locais.

A narrativa de Pinto (1976) permite-nos identificar intensas mudanças nas estruturas urbanas da cidade de Santarém associadas ao acentuado êxodo rural e a fluxos populacionais de mobilidade do trabalho de outras regiões em direção a esta cidade. Tais elementos constituem expressão e resultado dos processos de estruturação urbana que desencadeiam, também, processos de estruturação da cidade, marcados pela produção desigual do espaço construído na cidade de Santarém, a partir do aumento do processo de ocupações nas franjas urbanas da cidade.

Acerca do avanço de agentes econômicos nos espaços às margens da BR-163, nos anos de 1970, Pinto ressalta que:

Mesmo incompleta, a Cuiabá-Santarém seria ainda foco de tensões sociais em consequência de irregularidades praticadas por companhias que venderam terras hoje disputadas por diferentes proprietários. Nos conflitos envolveram-se igualmente os índios, que tiveram suas áreas invadidas por posseiros (ESTADO DE SÃO PAULO, 20 de outubro de 1976, p.10).

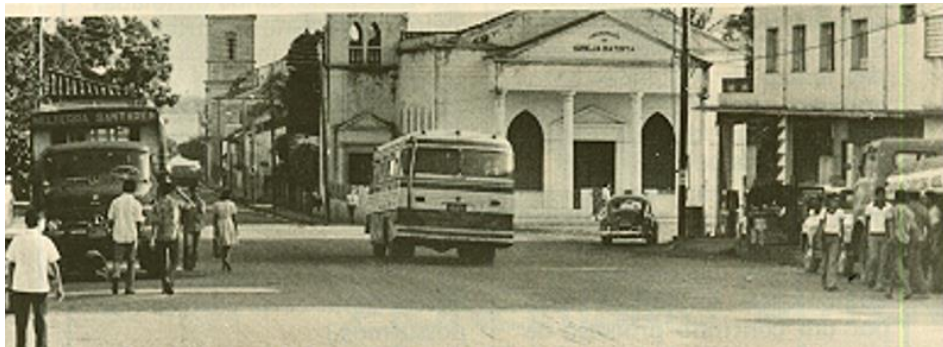
Foi durante o governo de Ernesto Geisel que se inaugurou, oficialmente, a BR-163 no ano de 1976, o atual aeroporto Maestro Wilson Fonseca, no ano de 1977 e a Hidrelétrica de Curuá-Una (localizada no município de Santarém). Trata-se de objetos técnicos que expressam ações intensivas por parte do poder público federal, no sentido de estimular novos fluxos não apenas para os espaços da cidade de Santarém, mas também para áreas rurais, a partir do estímulo ao processo de colonização dirigida, que teve na figura do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) seu instrumento essencial (PINTO, 2010).

Evidenciamos, ainda, entre os anos de 1970 e início dos anos de 1980, um avanço significativo do número de garimpeiros no Oeste paraense, em razão da retomada da prática de garimpagem que já se desenvolvia no Vale do Tapajós desde o final dos anos de 1930 (PINTO, 2010; PEREIRA, 2012).

O novo "surto" de crescimento da atividade garimpeira, baseada na extração do ouro, na década de 1970 e 1980, está relacionado a um cenário de valorização deste produto no mercado internacional, à implementação de processos de mecanização (fato que possibilitou a prospecção desse metal em outras áreas), à possibilidade de acesso a jazidas e mercados para escoamento do produto, bem como em razão da abertura da BR-163 e Transamazônica (PEREIRA, 2012). Tal atividade tinha como principais bases logísticas as cidades de Itaituba e Santarém (PINTO, 2010).

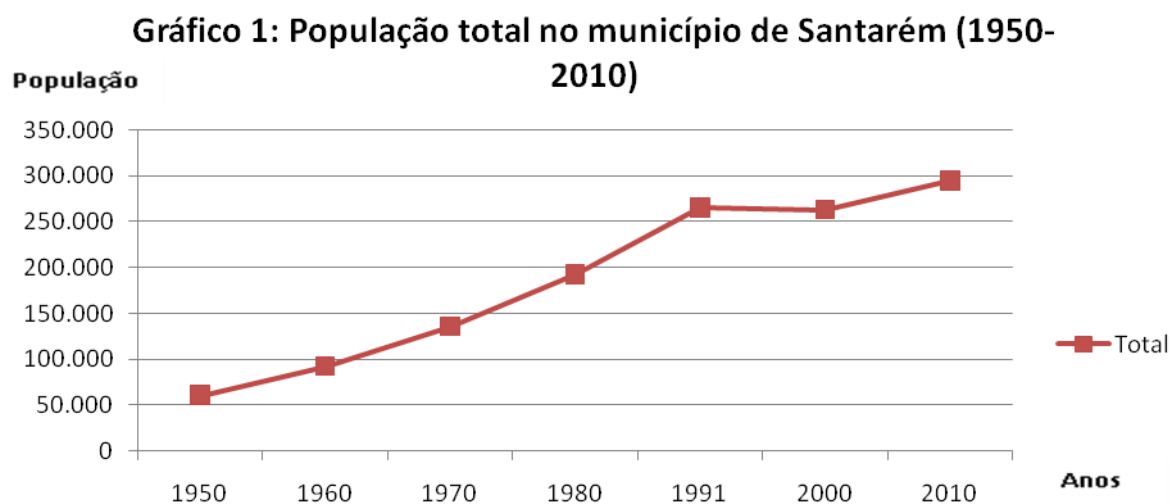
Ainda nesse período histórico-geográfico, a Foto 4 permite-nos identificar uma das vias mais movimentadas da cidade de Santarém, a Travessa Barão do Rio Branco, na década de 1970.

Foto 4- Cidade de Santarém: Travessa Barão do Rio Branco, na década de 1970



Fonte: Centro Cultural Tancredo Neves - CENTUR.

Nesse contexto de transformações rápidas, a cidade de Santarém apresentou níveis de urbanização mais acelerados. As dinâmicas populacionais permitem expressar o ritmo de crescimento demográfico da cidade de Santarém.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1950-2010)

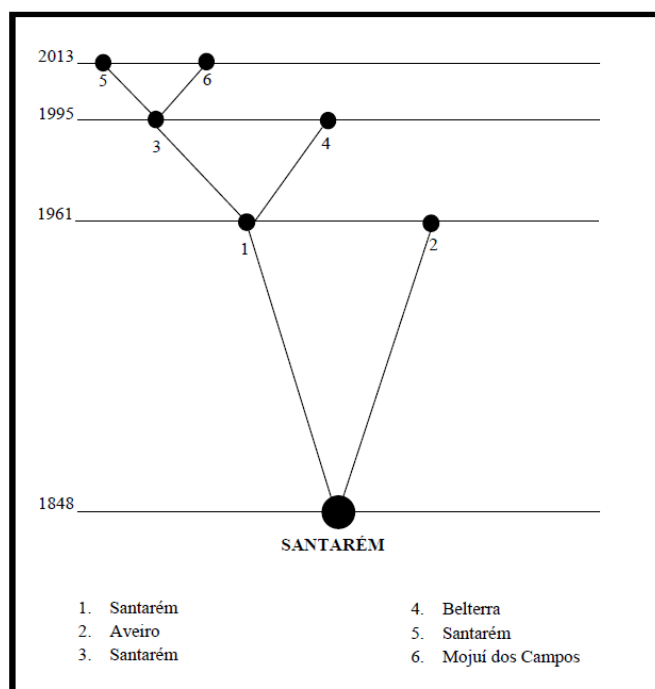
A partir do Gráfico1 é possível identificar o crescimento acelerado da população total do município, ao longo das décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 seguido de uma relativa estabilidade do crescimento demográfico no censo de 1991 que registrou um contingente populacional da ordem de 265.105 habitantes, quando comparado com o censo de 2000, que registrou uma população de 262.538 habitantes. O censo de 2010 demonstrou uma retomada do crescimento demográfico da população de Santarém, que saltou para 294.580 habitantes.

Quando se considera a comparação entre o censo de 1950, no qual a população deste município era da ordem de 60.229, saltando para 294.580 habitantes a partir de 2010, verifica-se um aumento populacional de 489%, em que pesem os processos de fragmentação territorial deste município e a criação de novos municípios que se intensificou a partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. Isso como resultado da nova Constituição Federal de 1988 e dos novos critérios para criação e emancipação de municípios no território brasileiro (ROCHA, 2008). A esse respeito, Rocha afirma que:

Não é por menos que, no Estado do Pará, 81 municípios existiam em 1970 e, atualmente, têm-se 143. Desse total, 21 emergiram entre 1982 e 1988; 26 em 1991, 3 em 1994 e 9 em 1996. As emancipações ocorreram de forma difusa em todo território estadual, sendo que, indiscutivelmente, a maioria dos novos municípios é de espaços que sofreram os processos de modernização. [...] A partir da Constituição Federal de 1988, a alteração do sistema fiscal e tributário possibilitou maiores recursos para a gestão municipal, transformando municípios em executores das tarefas federais, convertendo-os em protagonistas do planejamento econômico, da reestruturação urbana e das políticas sociais (ROCHA, 2008, p.24-5).

Do ponto de vista do processo de mudanças político-administrativo, a Figura 1 ilustra que o município de Santarém não apresentou um intenso processo de fragmentação territorial: divide-se no ano de 1961, para dar origem ao município de Aveiro. Posteriormente, no ano de 1995, ocorreu nova divisão territorial, resultando na formação do município de Belterra, e, finalmente, no ano de 2012, ocorreu a emancipação do município de Mojuí dos Campos.

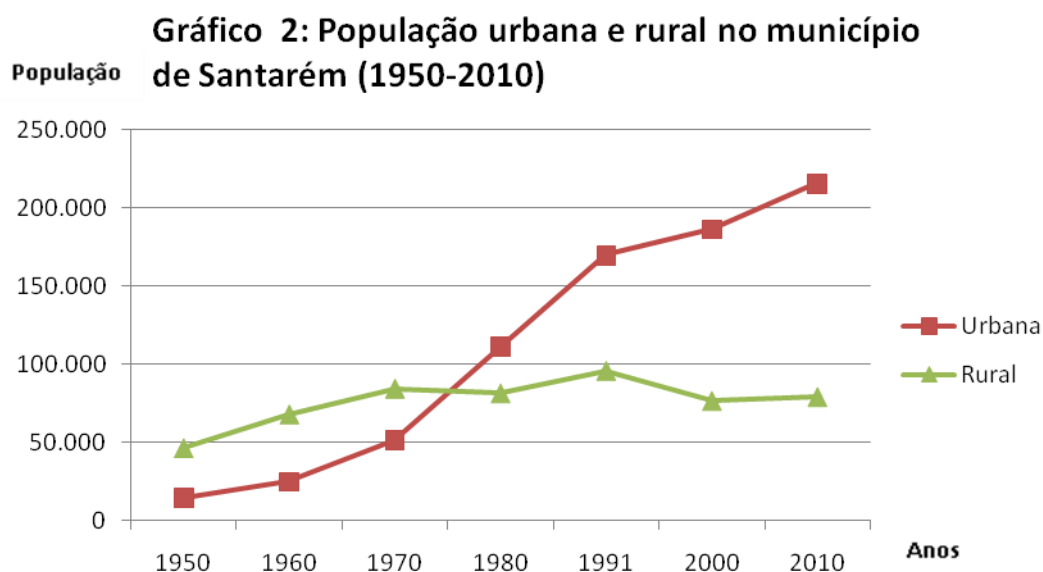
Figura 1- SANTARÉM: Fragmentação territorial do município.



Fonte: Adaptado a partir do IBGE

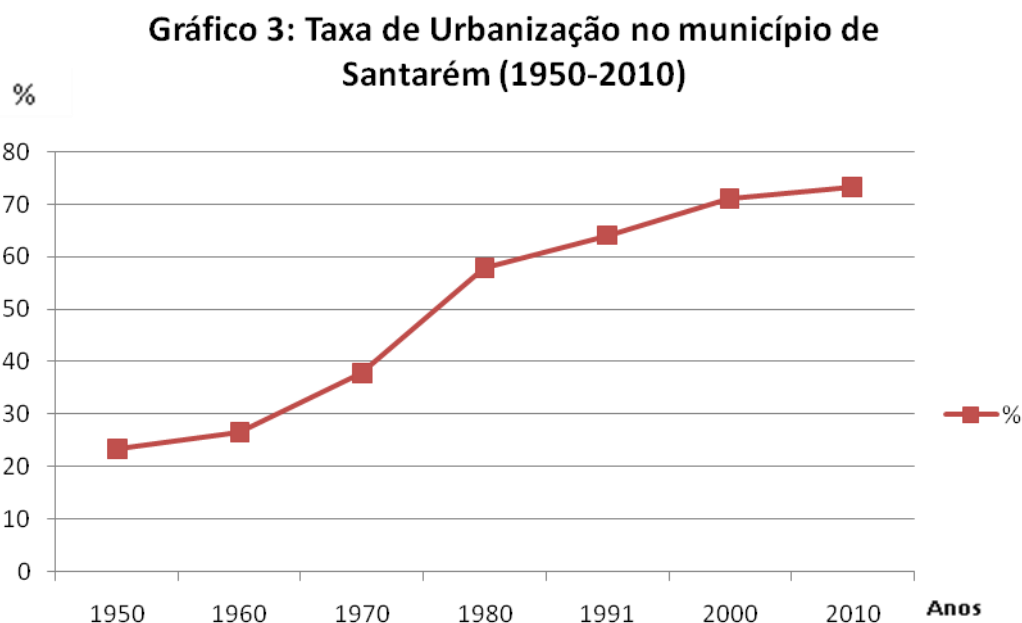
Ainda do ponto de vista da interpretação da dinâmica populacional, a partir do Gráfico 2 é possível inferir os anos de 1980 como ponto de inflexão no contexto de êxodo rural e de mobilidade do contingente demográfico no município de Santarém, quando então a população urbana passou a representar 57,76%, ao passo que a população rural alcançou 42,24% da população do município de Santarém.

A partir desse período, intensificou-se o crescimento da população urbana, que superou os 215.000 habitantes, em 2010, enquanto a população rural tendeu a apresentar relativa estabilidade, identificada no censo de 2010, atingindo o patamar de 78.790 habitantes.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1950-2010)

Por sua vez, o Gráfico 3 permite evidenciar a taxa de urbanização no município de Santarém, que obteve crescimento significativo nas décadas de 1970 e 1980, na ordem de 37,81% e 57,76%, respectivamente, alcançando, a partir de 2000, índice superior a 70% da população do município.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1950-2010)

Os gráficos apresentados permitem interpretar algumas tendências de urbanização deste espaço da fronteira urbana amazônica. Neste sentido, os movimentos de crescimento acelerado das taxas de urbanização, a ampliação do crescimento da população urbana do município de Santarém e uma tendência de retração da população rural, permitem inferir que a dinâmica de urbanização desta cidade média assume uma particularidade e um grau diferenciado no espaço amazônico, quando se compara com as demais cidades sob sua área de influência (Alenquer, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Prainha, Aveiro, Jacareacanga, Rurópolis, Trairão, Faro, Terra Santa, Itaibuba, Oriximiná).

Tal particularidade encontra-se associada a importância e ao papel exercido por esta cidade média no contexto do Oeste paraense, bem como, a ações do Estado no sentido de induzir fluxos econômicos e demográficos com o objetivo de promover a modernização do território.

2.3. A FORMAÇÃO DA CIDADE DE MARABÁ (final do séc. XIX, até a década de 1960).

Situada na confluência entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, no Sudeste do estado do Pará (Mapa 1), a cidade de Marabá possui sua gênese e formação no final do século XIX e está relacionada às dinâmicas inerentes aos movimentos incessantes de reprodução do capital em nível mundial e à inserção do espaço amazônico na divisão internacional do trabalho, como fornecedora de produtos primários, sobretudo a partir do final do século XIX e início do século XX.

Tal gênese resulta, ainda, do avanço de frentes pioneiras que tenderam a migrar das regiões Nordeste e Centro-Oeste para o Sudeste do Pará e se estabeleceram em algumas áreas nas proximidades da confluência entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, no final do século XIX, conformando aldeamentos que deram origem ao núcleo urbano de Marabá.

Naquelas circunstâncias histórico-geográficas, o avanço de agentes do capital mercantil tendeu a contribuir para a produção de novas formas de uso e apropriação da natureza no espaço regional amazônico e para processos de aniquilamento/etnocídio de populações indígenas (tribos Gavião) que viviam em áreas hoje compreendidas pelo município de Marabá.

Como condição e resultado das novas intencionalidades e ações do capital, em escala regional, o espaço amazônico passou a ser, novamente, território de grande cobiça por parte

de agentes econômicos de capital internacional, induzindo relações de trocas econômicas (BECKER, 2004) pautadas no estímulo à mercantilização da natureza e na lógica do valor de troca (ALMEIDA, 2001).

Na escala local, o período que compreende entre os últimos anos do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX marcam momento de gênese do assentamento que deu origem ao núcleo urbano de Marabá. Isso como resultado de um conjunto de dinâmicas que se encontravam direta ou indiretamente articuladas ao avanço de agentes econômicos em direção ao espaço amazônico, em razão da valorização da borracha no mercado internacional, da localização deste núcleo como ponto estratégico para a expansão da atividade mercantil do caucho (*Hevea Castilhoa*)¹⁹, do aumento da demanda por mão de obra, do crescimento de fluxos migratórios e do povoamento de agrupamentos humanos em frações do espaço amazônico (VELHO, 1981).

Tais fatores contribuíram decisivamente para transformações no espaço de assentamento urbano de Marabá que, muito embora apresentasse formas espaciais dotadas de intensa precariedade, passou a exercer a função de centro comercial mais importante do Sudeste do Pará, a partir do início do século XX (RODRIGUES, 2010).

A situação geográfica privilegiada de Marabá, associada à função de centro comercial importante do Sudeste paraense, contribuiu para o estabelecimento de novos fluxos em direção a este núcleo urbano, para onde passou a convergir parte considerável da produção extrativa da borracha e da castanha, advinda dessa região (YOSCHIOKA, 1986).

A esse respeito, Emmi (1999) ressalta que o início do século XX constituiu momento no qual o núcleo urbano de Marabá passou a apresentar expressivo crescimento econômico, expansão das atividades comerciais associadas à extração do látex, intensos fluxos migratórios, advindos de diversos Estados brasileiros, dentre os quais se destacaram os dos estados do Maranhão e de Goiás (EMMI, 1999).

O núcleo urbano de Marabá estabelecido no início do século XX, como já ressaltado, apresentava formas de usos e apropriação da natureza baseadas em processos de acumulação via espoliação, uma vez que o extrativismo da borracha se deu a partir de relações de trabalho pautadas no sistema de aviamento, sob a égide e forte atuação de agentes econômicos-

¹⁹ A *Hevea Castilhoa* representa uma modalidade de planta que produz uma seiva semelhante à *Hevea Brasiliensis*, a partir da qual pode ser transformada em látex, matéria-prima para a indústria de pneumáticos que tendeu a expandir-se na Inglaterra, nos Estados Unidos, a partir do final do século XIX. A extração deste tipo de seiva requer o sacrifício da árvore, pois, apenas a partir do corte integral desta árvore pode-se extrair a referida seiva (TOURINHO, 1991).

políticos, denominados por Emmi (1999), de "Oligarquia do Tocantins". Neste momento, evidenciaram-se diversos conflitos em Marabá, produtos de resistências à situação de espoliação da mão de obra local e de disputas pelo poder local (VELHO, 1981).

Convém ressaltar que os conflitos que se estabeleceram naquelas circunstâncias histórico-geográficas não apresentavam relação aparente com a posse da terra, constituindo-se disputas pelo controle dos seringais, fontes de látex, e, portanto, pela riqueza gerada (EMMI, 1999). Esta autora ressalta, ainda, que a ascensão de uma oligarquia local constituiu instrumento político que possibilitou a estruturação de bases logísticas necessárias ao avanço e consolidação do capital mercantil.

Tais fatores contribuíram, significativamente, para alçar o então assentamento de Marabá à condição de Município, no ano de 1913²⁰, desmembrado do município de São João do Araguaia (VELHO, 1981). Dentro dessa perspectiva, a estrutura econômica deste núcleo urbano produziu-se em bases fortemente atreladas à inserção deste espaço na divisão territorial do trabalho, como fornecedor de matérias primas para o mercado internacional.

Convém aqui ressaltarmos o papel significativo dos rios Tocantins e Itacaiunas, enquanto meios para a articulação de Marabá com outras cidades ou regiões, no início do século XX (EMMI, 1999). "Elos entre mundos" diversos, as redes de rios ditavam o tempo e os ritmos de muitas relações sociais, dos fluxos de deslocamento de mercadorias, de pessoas, de troca com outros mercados, além de constituir-se em *locus* de reprodução da vida ribeirinha.

Na escala local, Velho (1981) ressalta que a desvalorização do preço da borracha e a própria diminuição relativa da demanda pelo mesmo produto repercutiu em intensa crise das atividades comerciais na cidade de Marabá, a partir da década de 1920, contribuindo para a intensificação de processos de mobilidade do trabalho, com um grande despovoamento do mesmo núcleo urbano. (RODRIGUES, 2010).

Corrêa (1987) afirma que a crise econômica, na região Amazônica, não se manifestou de forma homogênea em todas as sub-regiões e cidades que compunham a rede urbana amazônica (CORRÊA, 1987).

A capacidade de adequação dos agentes econômicos locais ao novo momento da crise estrutural do capital, as novas demandas do mercado contribuíram para que o núcleo urbano de Marabá, à semelhança de Santarém, tivesse suas funções na rede urbana amazônica

²⁰Marabá passou a se constituir município no ano de 1913, desmembrando do município de São João do Araguaia, que, por sua vez, fora anteriormente desmembrado do então município de Baião (VELHO, 1981).

fortalecida, ainda que a crise econômica mundial tenha impactado diretamente muitas das cidades da Amazônia brasileira (CORRÊA, 1987; YOSCHIOKA, 1986).

Nesse sentido, agentes do capital mercantil local passaram a estimular o extrativismo da Castanha²¹ do Pará, em Marabá e na sub-região Sudeste paraense. Este produto já vinha sendo exportado para mercados nacionais, mas exercia papel secundário, como produto exportado, quando do auge da atividade gomífera. Dessa maneira, tal produto passou a exercer papel importante enquanto atividade produtiva, contribuindo para o incremento de nova dinâmica no mercado local e sub-regional paraense (EMMI, 1999).

O período compreendido entre as décadas de 1920 e 1960 representou momento marcado pela decadência da economia da borracha, com tentativas de superação das crises econômicas, a partir de estímulo a outras atividades produtivas que pudessem induzir ciclos de crescimento econômico (MENDES, 1974; PENTEADO, 1967; MOREIRA, 1988). A crise da borracha engendrou redução relativa do contingente demográfico de Marabá (VELHO, 1981), porém permaneceu como importante centro comercial no contexto do sudeste paraense.

Diante do crescente papel exercido por este núcleo urbano nesse contexto, enquanto centro comercial que tendeu a polarizar a sub-região da qual este núcleo era parte integrante, bem como em razão da crescente influência e pressão política exercida pelos agentes políticos locais junto ao governo estadual, Marabá foi elevada à categoria de cidade, no ano de 1913 (VELHO, 1981).

A respeito do papel exercido por representantes dos agentes locais nas novas configurações políticas, Emmi (1999) ressalta que o período que compreende entre as décadas de 1920 até mais ou menos o final da década de 1940 caracterizou-se pela dominação exercida pelo grupo político liderado por Deodoro de Mendonça, importante comerciante de castanha e secretário de governo durante a segunda gestão do governador do estado do Pará, Lauro Sodré, entre os anos de 1917 e 1921.

²¹ Fruto obtido a partir de coleta em árvore da família das *Lecythidaceas*, gênero *Bertholletia*, que, por sua vez, apresenta as espécies *Exccelsa* e *Nobilis* (YOSCHIOKA, 1986; VELHO, 1981).

Foto 5: Vista da Ponte Deodoro de Mendonça, cidade de Marabá no ano de 1926.



Fonte: Acervo da Casa de Cultura de Marabá.
Autor: Photo Bastos.

Do ponto de vista das formas espaciais da cidade de Marabá, a Foto 5 constitui registro fotográfico que permite expressar elementos das formas urbanas da cidade de Marabá na década de 1920. Essa foto ilustra arruamento em terra batida, área de várzea e a Ponte Deodoro de Mendonça, onde se localiza, atualmente, o Estádio Municipal Zinho Oliveira, no Núcleo Marabá Pioneira.

O respectivo registro fotográfico permite identificarmos, ainda, características das formas espaciais de algumas residências disseminadas pela cidade, a saber: casas erguidas em madeira e pau a pique (estruturas em madeira, argila e cobertas com palhas), iluminação pública feita por meio de lampiões.

As dinâmicas econômicas, associadas ao crescimento da importância e do papel da cidade de Marabá no respectivo período histórico-geográfico, porém, não se refletiram em transformações significativas nas formas espaciais desta cidade. A esse respeito, Paternostro (1945) descreve a cidade de Marabá como

[...] um acampamento de arrendatários de castanhais, de comerciantes e de apanhadores de castanha. É um centro com todas as características sociogeográficas da produção extrativa vegetal (PATERNOSTRO, 1945, p.109).

Ainda segundo as narrativas de Paternostro (1945), as elites locais, formadas por arrendatários e comerciantes, controlavam a atividade produtiva do caucho e da castanha, a partir de relações de troca, de coerção e violência.

[...] Os arrendatários controlam o produto [...] que desce pelos rios, os comerciantes fiscalizam os indivíduos aos quais lhes fornecem mercadorias pelo trabalho na safra e os apanhadores de castanha encontram em Marabá, aguardente, mulheres e jogo que não existem nas matas (PATERNOSTRO, 1945, p.109).

Os elementos descritivos do autor permitem evidenciar as relações de poder que se estabeleceram entre agentes econômicos e políticos locais, os quais conduziam os rumos de muitas das transformações futuras da cidade e os apanhadores de castanha; trabalhadores extrativistas que estavam submetidos a relações de trabalho espoliativas, associadas ao sistema de aviamento (RODRIGUES, 2010).

As descrições de Paternostro (1945), acerca daquelas circunstâncias histórico-geográficas, permite-nos identificar uma cidade cujas formas espaciais estavam fortemente marcadas por habitações precárias, como expressão da produção de processos de diferenciações e desigualdades socioespaciais.

Dentre as muitas ações de controle socioterritorial sobre os usos do solo, por parte dos agentes econômicos e políticos de Marabá, e sua hinterlândia realizada entre os anos de 1920 e 1960, encontra-se o estabelecimento da prática de aforamento perpétuo de terras devolutas do Estado para a indústria extrativa de produtos vegetais²² (EMMI, 1999).

A partir dos anos de 1925 foi introduzida uma nova forma de controle dos castanhais em Marabá, tratava-se de uma espécie de aluguel (arrendamento) da terra por safra (EMMI, 2002). Tal modalidade se generalizou a partir dos anos de 1930, constituindo-se instrumento usado pela oligarquia castanheira para exercer o poder político e econômico sobre alguns médios e pequenos produtores que se dedicavam à coleta da castanha (EMMI, 2002).

Concomitante a esta forma de uso e apropriação dos castanhais, permanecia garantida por lei a "extração livre" nos denominados castanhais de servidão pública ou "castanhais do povo" (EMMI, 2002). Nesses castanhais, os coletores, mediante o pagamento de uma taxa às prefeituras locais, podiam coletar castanha em pequenas quantidades para a subsistência²³ (EMMI, 2002).

²² A Lei estadual nº 1947, do ano de 1921, previa o aforamento perpétuo de terras devolutas do estado do Pará para a indústria extrativa de produtos vegetais (EMMI, 1999).

²³ Segundo Emmi (1999), havia, em todo o estado do Pará, 27 castanhais de serventia pública, distribuídos em 11 municípios, conformando uma área total de 169.770 hectares. Em Marabá, esses "castanhais do povo" compreendiam uma área total de 29.890 hectares (EMMI, 1999).

As estratégias de atuação política das oligarquias locais consistiam, portanto, no controle de acesso à terra e a seus bens de subsistência, pelo exercício da dominação do poder institucional (EMMI, 1999). A concessão de aforamentos contribuiu para a formação de um cenário de intensa concentração da estrutura fundiária e para a constituição de grandes latifúndios indispensáveis à manutenção do poder e controle territorial exercido pelas oligarquias locais (EMMI, 1999).

O processo de formação da estrutura fundiária, concentrada no Sudeste do Pará, no período que compreende entre os anos de 1920 e 1960, não foi constituído de maneira pacífica, muito pelo contrário, constituiu-se como resultado de uma série de conflitos entre trabalhadores rurais (coletores) e oligarcas da castanha (RODRIGUES, 2010).

Nessas circunstâncias, as redes de rios, que representavam elos de mediação entre a cidade de Marabá e as diversas outras cidades que compunham a rede urbana paraense, exerceram papel significativo no âmbito de organização do espaço sub-regional.

Na escala da cidade de Marabá, o monopólio dos meios de produção, amparados na força do aparelho político local, perdurou até aproximadamente o final dos anos de 1960 e entrou em declínio a partir da década de 1970 diante dos vetores da urbanização, das novas dinâmicas de estruturação urbana, de estruturação da cidade de Marabá. Isso como resultado do avanço de novos agentes econômicos, de ações do poder público federal que contribuíram, significativamente, para a desestruturação de um conjunto de relações de trabalho, para o estabelecimento de uma nova divisão social do trabalho, contribuindo para a redefinição de formas de usos e apropriação do espaço da cidade de Marabá.

Do ponto de vista espacial, até o final dos anos de 1960, a cidade de Marabá possuía um único núcleo urbano, denominado de Marabá Pioneira. A partir da década de 1970, como resultado de Políticas de Integração Nacional, bem como dos Projetos de Colonização e estímulo à expansão da fronteira amazônica; surgiram os núcleos Nova Marabá e Cidade Nova, que paulatinamente, passaram a assumir a condição de assentamentos com características complexas (TOURINHO, 1991).

Com efeito, tais elementos colaboraram para desencadear novas relações de produção que repercutiram no declínio das respectivas elites político-econômicas locais e a ascensão de novos agentes que passaram a interferir de maneira significativa nas transformações, delineadas a partir de então.

2.4. URBANIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO URBANA E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE MARABÁ (décadas de 1970 e 1980).

As transformações socioespaciais resultantes do processo de estruturação do território brasileiro contribuíram, significativamente, para a configuração de novas tendências de urbanização na Amazônia Oriental a partir dos anos de 1970, quais sejam: maior incremento da urbanização regional, estruturação de uma rede urbana complexa (CORRÊA, 1987; RIBEIRO, 1998), surgimento e crescimento de núcleos urbanos e povoados ao longo das rodovias ou ligados a projetos de colonização, surgimento de cidades ligadas à exploração mineral, urbanização concentrada na capital, estagnação das cidades em áreas de pouco impacto das frentes de expansão econômica (cidades marajoaras), implantação de “*Company Towns*” (cidades de companhias), consolidação do processo de metropolização de Belém, além de revigoração de centros articulados a uma nova dinâmica local, como Marabá e a já citada Santarém (CORRÊA, 1987; VICENTINI, 2004; TRINDADE JÚNIOR e PEREIRA, 2007).

Os elementos processuais citados contribuíram decisivamente para mudanças significativas no papel exercido pela cidade de Marabá no contexto do Sudeste Paraense. Essa cidade já possuía centralidade nessa região desde o início do século XX, mas teve sua centralidade urbana fortalecida a partir desse momento (RODRIGUES, 2010).

A implantação dos eixos rodoviários, a partir da década de 1970, configurou elemento que exerceu forte implicação em dinâmicas urbanas de muitas cidades ribeirinhas na Amazônia brasileira que não estavam conectadas via rede rodoviária (RIBEIRO, 1998; PEREIRA, 2004), a exemplo de cidades Marajoaras como Soure, Salvaterra, Breves, Cametá, que tiveram seus papéis enfraquecidos no contexto da rede urbana.

O avanço do processo de estruturação urbana e estruturação da cidade de Marabá, associado à implantação dos eixos rodoviários, à produção de um conjunto de novas transformações processuais, de intensas interações espaciais contribuíram, em grande medida para que esta cidade se inserisse no movimento de ruptura com o padrão de organização baseada nas redes de rios (GONÇALVES, 2004), predominante até o final da década de 1960, pautado em dinâmicas ribeirinhas e nas redes dendríticas que ditavam os ritmos dos movimentos, dos fluxos e das relações de trocas econômicas.

As múltiplas configurações territoriais que se realizaram nesta cidade, a partir dos anos de 1970, constituem resultado do processo de urbanização do território e de estruturação urbana, contribuindo para o fortalecimento da função de Marabá na rede urbana amazônica.

Elemento emblemático que sintetiza as novas configurações inerentes ao espaço marabaense, a “malha programada” implementada (conjunto de redes rodoviárias, rede elétrica, rede ferroviária, de comunicações) (BECKER, 1982), neste território, constituíram-se elementos que contribuíram significativamente para a estruturação urbana e estruturação da cidade de Marabá (RODRIGUES, 2010). A esse respeito, a Foto 6 ilustra a importância da rodovia para os fluxos migratórios e para o deslocamento de pessoas que, naquelas circunstâncias histórico-geográficas, transitavam pela Rodovia Transamazônica, no Perímetro urbano de Marabá. A Foto revela elementos da condição desta fronteira urbana, como espaço que se reproduz precariamente.

Foto 6: Rodovia Transamazônica, perímetro urbano de Marabá, 1980.



Fonte: Casa da Cultura de Marabá.
Autor: Noé Von Atzingen.

O advento das redes tecno-políticas (rede rodoviária, rede de transporte, redes elétricas, redes de comunicações) (BECKER, 1982, 1991), provenientes de ações do Estado, o avanço de frentes de expansão atreladas a ações de agentes econômicos diversos, como fazendeiros, madeireiras, migrantes camponeses (HÈBETTE, 2004) contribuiu para a produção da "fronteira urbanizada" (BECKER, 1991), para a constituição de um processo de estruturação urbana e da cidade de Marabá, cujas marcas se fizeram presentes nas formas urbanas desta cidade (RODRIGUES, 2010).

Fatores fisiográficos relacionados a presença de rios (Tocantins e Itacaiunas) entrecortando a cidade, bem como áreas de várzea, dificultaram a expansão contínua da mancha urbana da cidade. Em razão disso, tal expansão desenvolveu-se de maneira descontínua, porém acelerada, assim como o crescimento demográfico, contribuindo para a intensificação de processos de ocupação na cidade (IDESP, 1977; RODRIGUES, 2010).

O acelerado processo de estruturação urbana e estruturação da cidade de Marabá, nesse momento, associado às ações do Estado, de agentes produtores do espaço urbano, engendraram novas formas urbanas que passaram a se articular às antigas formas urbanas, evidenciando um mosaico, por vezes sobreposto, de manifestações espaciais. É no contexto dessas dinâmicas e processos que outros dois núcleos urbanos, relativamente descontínuos, foram produzidos: Nova Marabá e Cidade Nova (YOSCHIOKA, 1986).

O núcleo Nova Marabá, constituído como resultado de ações do poder público federal, foi concebido para ser um “núcleo urbano de equilíbrio”, atendendo demandas de contingentes populacionais advindos do núcleo Marabá Pioneira, bem como servindo de espaço de "retenção" para fluxos demográficos que se deslocavam para o sudeste paraense (TOURINHO, 1991).

O núcleo urbano Nova Marabá, apresentava arruamentos cujo traçado assemelhava-se a "folhas de Castanheira" (TOURINHO, 1991; VICENTINI, 2004) e as condições de saneamento básico eram precárias, as incipientes ações do poder público, no sentido de promover infraestrutura adequada para a população residente neste núcleo urbano são elementos que nos permitem ilustrar a precariedade das condições de moradia no local (TOURINHO, 1991).

A esse respeito, a Foto 7 revela as condições de moradia e de infraestrutura urbana no núcleo Nova Marabá, no ano de 1980. Essa foto permite identificarmos um cenário marcado por precariedades, no que diz respeito às condições dos arruamentos, com traçados irregulares e em chão de terra batida.

Foto 7: Vista de casas no núcleo Nova Marabá no ano de 1980.



Fonte: Casa da Cultura de Marabá (2010)

Por sua vez, a estruturação do Núcleo Cidade Nova²⁴ está relacionado ao fortalecimento do papel que passou a exercer a cidade de Marabá no contexto da rede urbana amazônica, como aglomeração urbana que passou a se expandir rapidamente, produto da intensificação de fluxos econômicos, demográficos em direção a essa cidade (TOURINHO, 1991; RODRIGUES, 2010).

Dentro dessa perspectiva, o fracasso da política de colonização oficial empreendida pelo governo federal, via INCRA, ao longo da Rodovia Transamazônica, contribuiu para o aumento da mobilidade populacional de parcela dos residentes das Agrovilas, Agrópolis, que passaram a se deslocar em direção à Marabá, cidade que polarizava um conjunto de relações e apresentava uma dinâmica urbana diferenciada no contexto do sudeste paraense. Tais elementos contribuíram para a aceleração do ritmo de transformações na escala desta cidade média paraense.

Diante da crescente expansão do núcleo urbano Cidade Nova, do aumento das demandas e reivindicações sociais dos moradores, esse Núcleo foi inserido no perímetro urbano do município, por meio da Lei nº 742, de 15 de dezembro de 1976 (IDESP, 1977).

²⁴Segundo Tourinho (1991), o espaço da cidade de Marabá tem sua importância reforçada no sudeste paraense, uma vez que se constituiu como ponto estratégico para a implantação do projeto de “urbanismo rural” conduzido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (TOURINHO, 1991). Como resultado da política de colonização, baseada nos polos agropecuários implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, nas proximidades de Marabá, o núcleo urbano Cidade Nova sofreu processo de expansão, com aumento da ocupação espontânea neste núcleo (TOURINHO, 1991).

As formas urbanas do núcleo Cidade Nova, durante a década de 1970, com arruamentos e residências improvisadas, ausência de saneamento básico adequado, de energia elétrica, são elementos que expressam a precariedade das condições de moradia nesse lugar (IDESP, 1977).

A condição de Marabá como centro no qual se localizavam um conjunto de serviços urbanos, associada ao crescente aumento da importância política, econômica e estratégica para a reprodução do capital no território paraense, nas décadas de 1970 e 1980, contribuiu para o fortalecimento da centralidade urbana da cidade no sudeste paraense.

A década de 1980 representou momento de significativas mudanças no território amazônico. Tais mudanças estão associadas a um conjunto de estratégias do Estado no sentido de promover a modernização do território. Dentro dessa perspectiva, o Estado estimulou amplamente a implementação do Programa Grande Carajás (PGC), que teve como ponto de referência e território de extração direta do minério o município de Marabá (PALHETA DA SILVA, 2004).

A construção do corredor ferroviário que vai do município de Marabá até o porto de Itaquí, no Maranhão (COELHO, 2005), objetivando a exploração e exportação do minério de ferro, além de ações sistemáticas visando promover a modernização do território amazônico, trouxeram consigo implicações econômicas e espaciais à cidade.

Do ponto de vista das implicações econômicas e espaciais da atividade mineradora no sudeste paraense, o estabelecimento de uma "racionalidade instrumental" capitalista, empreendida e induzida pela mineradora VALE²⁵, resultou na piora das condições de vida das populações dos meios urbano e rural que vivem no território do sudeste paraense (PALHETA DA SILVA, 2014).

O intenso papel estruturador exercido pela VALE, a partir dos anos de 1980, contribuiu para que a cidade de Marabá tenha se constituído em espaço de fluidez das atividades econômicas modernas, com vistas a atender as novas demandas da empresa (RODRIGUES, 2010; PALHETA DA SILVA, 2014).

Elemento emblemático das ações associadas a dinâmicas econômicas e ao poder estruturador da VALE pode ser evidenciado a partir da capacidade que ela possui na indução de fluxos econômicos e demográficos para o sudeste paraense empresas e indústrias que

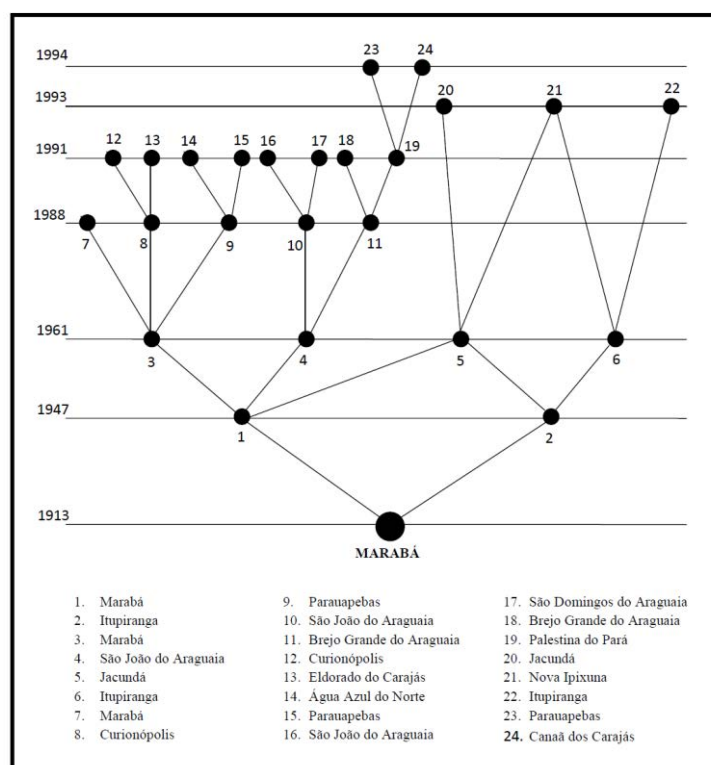
²⁵ Em 2008, a Companhia Vale do Rio Doce deixou de usar a sigla CVRD, passando a usar a denominação VALE. Tal mudança consistiu em estratégia visando mudar a imagem construída pela empresa durante décadas, associada à degradação ambiental, controle territorial e exploração desenfreada dos recursos naturais.

passaram a se localizar nesta cidade média, produzindo atividades econômicas, de maneira a atender demandas da corporação (PETIT, 2003).

Segundo Palheta da Silva (2004), o processo de modernização do território, empreendido pelos grandes projetos, particularmente o Projeto Ferro Carajás (PFC), contribuiu para o desenvolvimento de uma lógica de regulação do território da cidade de Marabá pela VALE, uma vez que as atividades industriais, de comércio e serviços estavam direta ou indiretamente relacionadas e direcionadas ao atendimento das demandas da respectiva mineradora.

Do ponto de vista do processo de fragmentação político-territorial, o município de Marabá, nos anos de 1980, passou por uma intensa fragmentação político-territorial, como resultado dos processos de urbanização, estruturação urbana.

Figura 2 - MARABÁ: Fragmentação territorial do município



Fonte: Adaptado a partir do IBGE

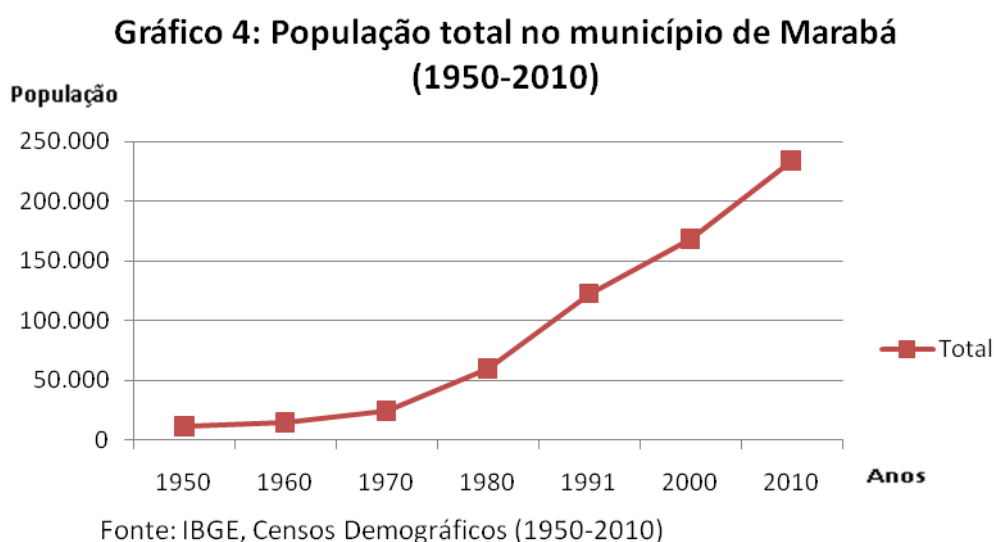
A Figura 2 permite ilustrar as inúmeras fragmentações territoriais do município de Marabá ao longo dos mais de 100 anos de sua existência. Os dados da Figura 2 permitem

inferir que 12 municípios do sudeste paraense surgiram a partir da fragmentação territorial do município de Marabá. Essa figura demonstra, ainda, o início dos anos de 1990 como momento no qual ocorreu maior fragmentação territorial e formação de novos municípios.

A esse respeito, convém ressaltar que a condição particular da fronteira urbana do sudeste paraense, enquanto espaço conflituoso imbricado e produzido a partir de relações de poder que se estabeleceram a partir de interesses econômicos, políticos e por intensa atuação dos movimentos sociais, são elementos que interferiram, significativamente, nos processos de emancipação territorial e formação de novos municípios (PALHETA DA SILVA, 2014).

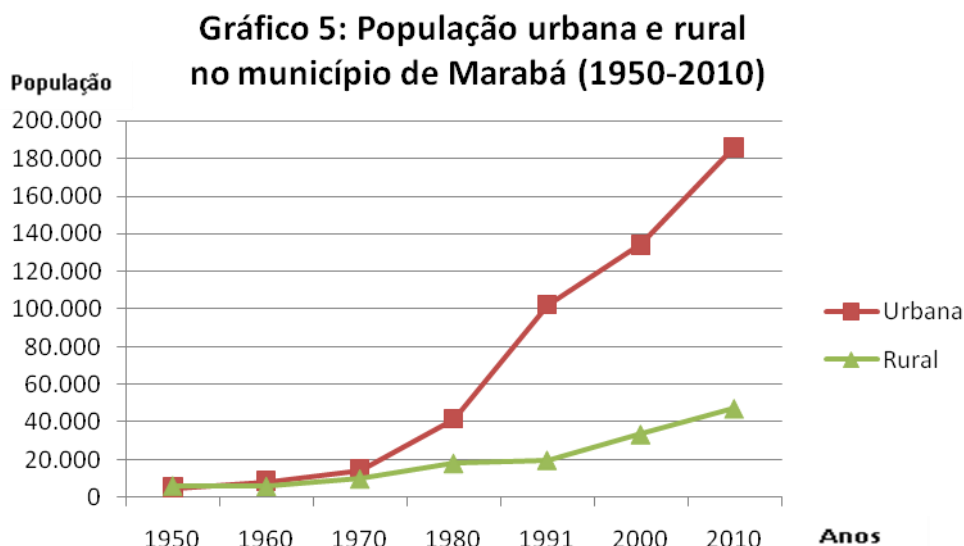
Cabe apontar a influência e o interesse da mineradora VALE, no âmbito desse processo de fragmentação territorial do município de Marabá, uma vez que tal fragmentação representou a fragilização das elites políticas tradicionais que dificultavam as ações da mineradora (PALHETA DA SILVA, 2004).

Do ponto de vista da dinâmica populacional, inerente à urbanização, os dados dos censos do IBGE, evidenciados no Gráfico 4, demonstram, a partir da curva de crescimento, que o respectivo município sofreu um incremento populacional entre as décadas de 1970 e 1980, da ordem de 245%, passando de 24.474 habitantes, para 59.915 habitantes.



O Gráfico 4 apresenta uma curva ascendente, o que demonstra o acelerado crescimento demográfico apresentado pelos censos do IBGE. Quando se compara os dados estatísticos de evolução populacional do município de Marabá, das décadas de 1970 e 2010,

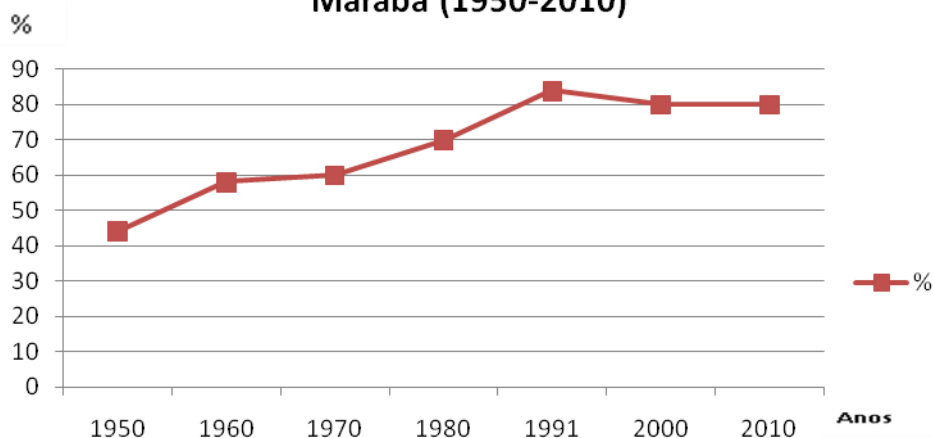
constata-se crescimento demográfico da ordem de 954%, com a população do município passando de 24.474 habitantes, em 1970, para 233.669 habitantes, em 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1950-2010)

Por sua vez, o Gráfico 5 demonstra que as curvas de crescimento da população urbana e rural encontravam-se relativamente estáveis, nas décadas de 1950. Os anos de 1960 constituem ponto de inflexão, do ponto de vista do predomínio da população urbana sobre a população rural no município de Marabá, posto que o crescimento da população rural tendeu a crescer em patamares bastante inferiores em relação à população urbana. Esta passou a crescer de maneira bastante acelerada, superando os 180.000 habitantes urbanos, ao passo que a população rural era inferior a 50.000 habitantes.

Gráfico 6: Taxa de Urbanização no município de Marabá (1950-2010)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1950-2010)

O Gráfico 6, que trata da taxa de urbanização no município de Marabá, aponta a década de 1960 como momento em que as taxas de urbanização foram bastante aceleradas, saltando de 44%, em 1950, para 58%, em 1960; 70%, em 1980, e, finalmente, em 1991, alcançando 84% da população do município, para em seguida estabilizar-se na faixa dos 80%.

Em síntese, o processo de estruturação urbana na Amazônia paraense evidenciada nas décadas de 1970 e 1980 relacionada a ações do Estado na indução de vetores da urbanização do território, ao avanço de agentes econômicos em confronto com os interesses de populações tradicionais, migrantes (camponeses, garimpeiros, grileiros, fazendeiros) desencadearam um conjunto de conflitos pela posse da terra, contribuindo para a reprodução das desigualdades socioespaciais em escala regional.

Tais processos, associados a singularidades locais irão contribuir para desencadear um conjunto de mudanças espaciais profundas, relacionadas ao processo de estruturação da cidade, a saber, expansão da mancha urbana da cidade, crescimento demográfico acelerado, redefinição de usos do solo urbano, crescimento acelerado das franjas urbanas da cidade.

Com efeito, os elementos apresentados ao longo deste capítulo permitem que possamos pensar as transformações socioespaciais das cidades de Santarém e de Marabá, bem como as espacialidades urbanas diferentes e desiguais de sua produção.

2.5. PRIMEIRA SÍNTESE COMPARATIVA DAS CIDADES.

O período que compreende entre meados do século XIX até a segunda década do século XX, permite-nos identificar algumas **semelhanças** entre as cidades de Santarém e Marabá. Neste sentido, no início do século XX, a produção das formas urbanas nessas cidades apresentavam alguns elementos pontuais de coexistência do moderno e do tradicional.

Além disso, a produção das formas urbanas dessas cidades, nesse período, estavam associadas, ainda, em grande medida, a tempos e temporalidades ribeirinhas e ao modo de vida tradicional, marcados predominantemente, pelo "tempo lento" nas relações de trocas. Ainda do ponto de vista das semelhanças, no início do século XX, Santarém e Marabá exerciam funções na rede urbana, como base logística para a comercialização da borracha e suas estruturas (física, política, social, econômica, espacial) que estavam relacionadas à posse dos meios de produção e ao poder exercido pelos grupos políticos locais. Por sua vez, as formas de uso e apropriação do solo, predominantes na cidade, estavam associadas às dinâmicas econômicas locais, mas articuladas com capitais regionais e internacionais que influenciavam nos rumos das atividades desenvolvidas nas cidades.

As formas urbanas das cidades de Santarém e Marabá, nas primeiras duas décadas do século XX, enquanto expressões das estruturas econômicas, denotam diferenciações associadas a articulações interescares, a temporalidades e espacialidades de reprodução desigual do capital no espaço construído.

Do ponto de vista da **diferença** entre as respectivas cidades médias, em 1848, a Vila de Santarém alçava a condição de cidade cuja origem remontava ao ano de 1661; ao passo que a Vila de Marabá elevava-se à condição de cidade, no ano de 1913, cuja origem era do ano de 1898.

Dentro dessa perspectiva, a cidade de Santarém apresenta uma espessura de tempo mais acentuado em relação a Marabá, em razão daquela cidade apresentar uma formação histórico-geográfica mais antiga, o que significa dizer que a precedência de determinadas dinâmicas de trocas se manifestaram primeiramente em Santarém.

No início do século XX, as formas espaciais em Santarém foram marcadas pela presença de estabelecimentos comerciais, teatro, mercado público, iluminação pública, calçadas, presença de casas em dois pavimentos na área central da cidade, casas construídas em madeiras e taipa, nas bordas da cidade; diferenciando-se de Marabá, que apresentava

formas espaciais, cuja expressão predominante eram os barracões e casebres improvisados auto-construídos às margens do Rio Tocantins, hoje chamado Marabá Pioneira ou Cidade Velha.

Ainda nas duas primeiras décadas do século XX, a produção das formas urbanas apresentava maior diversidade de elementos de modernização em espaços centrais (próximos à orla) da cidade de Santarém, quando comparados com espaços centrais em Marabá (Orla das cidades).

No período em questão, a cidade de Santarém exercia função de importante entreposto comercial para o desenvolvimento das atividades extrativas, da pecuária, da pesca; ao passo que o vilarejo de Marabá exercia a função de ponto para embarque e desembarque de borracha.

Nas duas primeiras décadas do século XX, as formas espaciais permitem identificar estruturas urbanas que expressam diferenciações e segmentações sociais e espaciais em Santarém (presença de prédios em dois pavimentos, casas com cumeeiras); enquanto que as formas espaciais na cidade de Marabá, no início do século XX, expressam estruturas espaciais predominantemente marcadas por precariedades nas condições de moradia.

Santarém exercia função mais consolidada na rede urbana paraense, quando comparada com Marabá. O papel exercido por Santarém está relacionado ao seu processo de formação mais antigo, associado a tempos e temporalidades, que constituem condição para a realização de dinâmicas econômicas de comercialização diversificada, quando se compara com Marabá.

A situação geográfica constituiu elemento que importante para a produção de diferenciações socioespaciais associadas às configurações territoriais, ritmos, interações espaciais, densidade de transformações e ações de agentes produção da das cidades.

O período que compreende entre a segunda década do século XX, até a década de 1960, do ponto de vista da **semelhança** entre as cidades de Santarém e Marabá, foi marcado por formas urbanas que passaram a apresentar maior diferenciação socioespacial, enquanto expressão das desigualdades na moradia. Ainda considerando as formas espaciais, estas cidades apresentavam predomínio do padrão monocêntrico.

A função exercida pelas cidades estavam relacionadas à importância e ao papel exercido pelas mesmas na rede urbana e nas suas interações intra-regionais.

As estruturas (física, política, social, econômica, espaciais, urbanas) estavam relacionadas ao poder exercido pelos grupos políticos locais, a intensa articulação entre estrutura política e estrutura econômica. Neste sentido, as estruturas econômicas baseavam-se não apenas no extrativismo mercantil (vegetal e mineral), mas também nas atividades de comércio com alcance sub-regional.

As estruturas urbanas, sobretudo no final da década de 1960, passaram a sofrer as primeiras mudanças, como resultado do avanço da urbanização, da estruturação urbana e das cidades, elementos que contribuíram para o crescimento demográfico e expansão da mancha urbana das cidades de Santarém e Marabá.

Da segunda década do século XX, até a década de 1960, do ponto de vista da **diferença** entre Santarém e Marabá, as respectivas cidades apresentaram formas espaciais e conteúdos urbanos diferentes, resultado do acúmulo de tempos histórico-geográficos de formação das cidades. Ainda neste sentido, as "formas-conteúdo", das respectivas cidades, constituem expressão de processos de diferenciação e desigualdades socioespaciais particulares que passaram a se estabelecer paulatinamente.

Nas décadas de 1950 e 1960, a cidade de Santarém apresentava função importante no Oeste do Pará e na rede urbana paraense, desenvolvendo interações espaciais diversificadas e apresentando nexos de modernização, como aeroporto, diversas ruas da área central pavimentadas, residências e edificações ao estilo Art Nouveau, como o teatro Vitória; enquanto Marabá apresentava-se com importante papel na rede urbana paraense, no Sudeste paraense, exercendo a função de entreposto comercial para o desenvolvimento da produção da castanha e do ouro, este segundo produto, em menor proporção.

Nas décadas de 1970 e 1980, do ponto de vista das **semelhanças** entre essas cidades médias, as formas de ocupação do solo urbano estavam fortemente associadas à ação do Estado. As cidades passaram a exercer a função de polos comerciais, de serviços, com vistas a atender demandas de projetos agropecuários e agrominerais, fortalecendo a função das cidades de Santarém e Marabá na rede urbana amazônica.

As sinergias entre as dinâmicas de estruturação urbana e estruturação das referidas cidades, nos anos de 1970 e 1980, constituíam condição para a reprodução do capital na escala das cidades. Por sua vez, a urbanização do território amazônico, induzida pelo Estado, constituía condição para a expansão do capital nos territórios. Estes processos supracitados, associados a um momento de profundas mudanças políticas (redemocratização do País,

disputas políticas) em nível nacional e regional, contribuíram para o processo de fragmentação territorial e criação de novos municípios a partir de Marabá e Santarém.

Os respectivos processos acima citados contribuíram para a estruturação das cidades de Santarém e Marabá, tendo sua expressão na produção desigual do espaço construído das cidades, a partir do aumento do processo de ocupações nas franjas urbanas.

Identificamos mudanças nas estruturas urbanas tradicionais e estabelecimento de novas estruturas urbanas, com permanências de elementos das velhas estruturas. Ainda dentro dessa perspectiva, evidenciamos estruturação espacial e indução de novas dinâmicas econômicas e demográficas para a cidade. A título de exemplificação, temos a estruturação de redes técnicas (rodoviária, comunicação, elétrica), no território das cidades, e intensificação do processo de expansão de assentamentos urbanos nas periferias das cidades.

Do ponto de vista das **diferenças** entre as cidades médias de Santarém e Marabá, as décadas de 1970 e 1980 marcam momento de intensas mudanças nas formas espaciais, fato que resultou na produção de uma mancha urbana espalhada. Para o caso de Marabá, resultou na formação de três assentamentos diferenciados e complementares, quais sejam, Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova); ao passo que em Santarém permaneceu a apresentando padrão relativamente concentrado.

A urbanização do território, induzida pelo Estado, entre as décadas de 1970 e 1980, teve expressão no espaço construído a partir do aumento de áreas ocupadas nas franjas urbanas da cidade de Santarém e Marabá, com maior intensidade de fluxos demográficos para Marabá.

O padrão rodoviarista implementado pelo Estado contribuiu para a estruturação urbana na Amazônia paraense entre as décadas de 1970 e 1980, fato que interferiu direta ou indiretamente na dinâmica econômica e espacial de "cidades das estradas" e de "cidades ribeirinhas".

Para o caso das cidades médias pesquisadas, tal implementação resultou no enfraquecimento das interações espaciais, via rede de rios, para o caso de Marabá, ao passo que Santarém, ainda que tenha estabelecido um novo padrão de fluidez territorial baseado na rede rodoviária, continuou apresentando forte relação com as redes de rios sobretudo no que concerne às suas interações espaciais com as cidades ribeirinhas de sua respectiva área de influência (Oeste paraense).

A presença e ação da mineradora VALE, com a construção do entroncamento rodoferroviário e a condição de sede do mais importante dos quatro polos industriais planejados pelo PFC (PROJETO FERRO CARAJÁS), contribuiu para que a cidade de Marabá pudesse apresentar uma maior diversificação das suas estruturas produtivas, com fortalecimento dos setores secundário e terciário; Santarém, por sua vez, teve fortalecida a sua estrutura produtiva, baseada no setor terciário (comércio e serviços).

No contexto de transformações político-territoriais, nas décadas de 1970 e 1980, identificamos que o processo de fragmentação territorial do município de Marabá foi mais intenso, quando comparado com o município de Santarém, que não sofreu fragmentação territorial neste período.

Quadro 3 - Elementos de formação das cidades de Santarém e Marabá, Pará (meados do séc. XIX até a década de 1920).

PERÍODOS	CONFIGURAÇÕES DE FORMAÇÃO DA REDE URBANA PARAENSE	CONFIGURAÇÕES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS DE FORMAÇÃO DAS CIDADES DE SANTARÉM E MARABÁ	
		Semelhanças	Diferenças
A partir de meados do século XIX até a segunda década do século XX.	- Do período que compreende entre meados do século XVII, até a primeira metade do século XIX, as cidades paraenses configuravam-se como "embriões" da rede urbana, posto que, não havia articulações e sinergias intensas entre as mesmas; - A partir da segunda metade do século XIX até a segunda década do século XX, ocorreu o surgimento e/ou crescimento de centros urbanos como resultado do "boom" da borracha; - A segunda metade do século XIX e início do século XX é marcada por prosperidade da rede urbana e de cidades como Belém, Santarém, Óbidos e Marabá, além de aparecimento de pequenas cidades, cuja base produtiva estará amparada na extensa cadeia comercial de exportação da borracha <i>in natura</i> e na importação de bens de consumo; - Conexão entre a economia da borracha e a expansão da grande indústria nos países centrais do capitalismo; - A estrutura produtiva e comercial se refletia na estrutura da rede urbana, segundo a qual a posição hierárquica de cada aglomeração urbana constituía "nó" que exercia uma função e apresentava uma posição na cadeia de comercialização.	- No início do século XX a produção das formas urbanas nas cidades apresentava coexistências entre o moderno e o tradicional em espaços centrais (próximos à Orla das cidades) associados a dinâmicas econômicas locais, regionais e internacionais; - A produção das formas urbanas estavam associadas ainda, em grande medida, a tempos e temporalidades ribeirinhas e ao modo de vida tradicional, marcados por um conjunto de precariedades; - As cidades exerciam funções na rede urbana, como base logística para a comercialização da borracha; - As estruturas (física, política, social, econômica, espacial) estavam relacionadas à posse dos meios de produção e ao poder exercido pelos grupos políticos locais; - As formas de uso e apropriação do solo predominantes na cidade estavam associadas às dinâmicas econômicas locais, mas articuladas com capitais regionais e internacionais, que influíam nos rumos das atividades desenvolvidas na cidade; - Estrutura econômica local baseada no extrativismo para atender demandas do mercado externo; - As formas urbanas das cidades de Santarém e Marabá, enquanto expressão das estruturas, denotam diferenciações associadas a articulações interescares, a temporalidades e espacialidades de reprodução desigual do capital no espaço construído.	- Em 1848, a Vila de Santarém alça a condição de cidade cuja origem remonta ao ano de 1661; ao passo que a Vila de Marabá alça à condição de cidade no ano de 1913, cuja origem remonta ao ano de 1898; - A cidade de Santarém apresenta uma espessura de tempo mais acentuada em relação à Marabá, em razão daquela cidade apresentar uma formação histórico-geográfica mais antiga, o que significa dizer que a precedência de determinadas dinâmicas de trocas se manifestaram primeiramente em Santarém. - No Início do século XX as formas espaciais em Santarém são marcadas pela presença de estabelecimentos comerciais, teatro, mercado público, iluminação pública, calçadas, presença de casas em dois pavimentos na área central da cidade, casas construídas em madeiras e taipa, nas bordas da cidade; diferenciando-se de Marabá, que constituía vilarejo, cuja expressão predominante são os barracões improvisados auto-construídos às margens do Rio Tocantins, no que hoje é chamado Marabá Pioneira ou Cidade Velha; - A cidade de Santarém exercia função de importante entreposto comercial para o desenvolvimento das atividades extrativas, da pecuária, pesqueira, ao passo que o vilarejo de Marabá exercia a função de ponto para embarque e desembarque de borracha; - Início do Século XX - As formas espaciais permitem evidenciar estruturas (políticas, econômicas sociais, espaciais, agrárias) que expressam diferenciações e segmentações sociais e espaciais em Santarém (presença de prédios em dois pavimentos, casas com cumieiras); ao passo que as formas espaciais em Marabá no início do século XX expressam estruturas sociais e espaciais predominantemente marcadas por elementos de precariedades. - As condições dos arruamentos denotam diferenças socioespaciais e segmentação social mais visível em Santarém do que Marabá. - Santarém exercia função mais consolidada na rede urbana paraense quando comparada com Marabá, em razão de seu processo de formação mais antiga associada tempos e temporalidades, que constituem condição para a realização de dinâmicas econômicas de comercialização diversificada; - A produção de diferenciações socioespaciais estão associadas às configurações territoriais, ritmos, interações espaciais, densidade de transformações e ações de agentes produtores do espaço das cidades;

Org. Jovenildo Cardoso Rodrigues com base em Corrêa (1987); Pereira (2012); Vicentini (2004); Velho (1981); Weinstein (1993); Machado (1989); Rodrigues (2010).

Quadro 4 - Elementos de formação das cidades de Santarém e Marabá, Pará (décadas de 1920 a 1960).

PERÍODOS	CONFIGURAÇÕES DE FORMAÇÃO DA REDE URBANA PARAENSE	CONFIGURAÇÕES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS DE FORMAÇÃO DAS CIDADES DE SANTARÉM E MARABÁ	
		Semelhanças	Diferenças
Da segunda década do século XX à década de 1960	• Estagnação econômica em decorrência da crise da atividade da borracha que gerou efeitos na rede urbana; • Prosperidade urbana relativa restrita a algumas cidades da rede urbana amazônica, em virtude do desenvolvimento de atividades comerciais associadas à produção de juta, no caso de Santarém; ou da produção da Castanha para o caso de Marabá. • A área de influência de Marabá no sudeste paraense torna-se a maior produtora de castanha da região sudeste Paraense; • As configurações da rede urbana paraense estavam associadas às redes dendríticas;	• As formas urbanas passam a apresentar maiores diferenciações socioespaciais enquanto expressão das desigualdades; • As cidades exerciam papéis importantes na rede urbana e nas suas interações intra-regionais; • As estruturas (física, política, social, econômica, espaciais) estavam relacionadas ao poder exercido pelos grupos políticos locais; • Intensa articulação entre estrutura política e estrutura econômica; • Estrutura econômica baseada não apenas no extrativismo mercantil (vegetal e mineral), mas também nas atividades de comércio com alcance mesorregional; • "Cidade da temporalidade ribeirinha"; • As cidades apresentam formas urbanas diferenciadas, com predomínio do padrão espacial monocêntrico;	• As cidades apresentam formas espaciais e conteúdos urbanos diferentes como resultado do acúmulo de tempos histórico-geográficos; • As "formas-conteúdo" das respectivas cidades constituem expressão de processos de diferenciação e desigualdades socioespaciais particulares que passam a se estabelecer paulatinamente; • Santarém apresentava função importante no Oeste do Pará, desenvolvendo interações espaciais diversificadas e apresentando nexos de modernização, como aeroporto, diversas ruas da área central pavimentadas, residências e edificações (como o teatro Vitória); ao passo que a cidade de Marabá apresentava-se como importante cidade no sudeste paraense, exercendo a função de entreposto comercial para o desenvolvimento da produção da castanha e do ouro, este segundo produto, em menor proporção;

Org. Jovenildo Cardoso Rodrigues com base em Corrêa (1987); Pereira (2012); Vicentini (2004); Velho (1981); Weinstein (1993); Machado (1989); Rodrigues (2010).

Quadro 5 - Elementos de formação das cidades de Santarém e Marabá, Pará (décadas de 1970 e 1980).

PERÍODOS	CONFIGURAÇÕES DE FORMAÇÃO DA REDE URBANA PARAENSE	CONFIGURAÇÕES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS DE FORMAÇÃO DAS CIDADES DE SANTARÉM E MARABÁ	
		Semelhanças	Diferenças
Décadas de 1970 e 1980	- Estruturação da rede urbana complexa/anastomosada, das redes rodoviárias, de telecomunicações, elétrica); - Fortalecimento da rede urbana paraense; - Maior incremento da urbanização regional com forte concentração metropolitana (Belém e Manaus); - Revigoração de centros articulados a uma nova dinâmica local (Marabá, Santarém); - Processo de decadência do transporte fluvial e hegemonia do vetor de transporte rodoviário; - Processo de implantação do Projeto Grande Carajás; - Intensificação do processo de fragmentação territorial de municípios do sudeste paraense; - Intensificação do processo de urbanização (tomado por exemplo a partir da taxa de urbanização);	- Tendência de consolidação da hegemonia da temporalidade do capital na escala da cidade; - As dinâmicas de estruturação urbana e estruturação das cidades de Santarém e Marabá a partir dos anos de 1970 constituem condição para a reprodução do capital na escala das cidades; - A urbanização do território amazônico, induzida pelo Estado, constitui condição para a expansão do capital nos territórios, tendo sua expressão na produção desigual do espaço construído das cidades, a partir do aumento do processo de ocupações nas franjas urbanas das cidades; - Formas de ocupação e de ordenamento territorial urbano fortemente associadas à ação do Estado; - Mudanças nas estruturas urbanas tradicionais e estabelecimento de novas estruturas urbanas, com permanências de elementos das velhas estruturas; - O fortalecimento da função das cidades de Santarém e Marabá na rede urbana amazônica; - As cidades passaram a exercer a função de pólos comerciais, de serviços de maneira a atender demandas de projetos agropecuários e agrominerais. - Estruturação espacial e indução de novas dinâmicas econômicas e demográficas para a cidade; - Estruturação de redes técnicas (rodoviária, comunicação, elétrica) no território das cidades; - Intensificação do processo de expansão de assentamentos urbanos nas periferias das cidades;	- A estruturação urbana e estruturação das cidades resulta na produção de formas urbanas diferentes; - A cidade de Santarém apresenta forma espacial concentrada; ao passo que a cidade de Marabá passou a apresentar uma forma espacial com três núcleos de assentamentos diferenciados e articulados ; - A urbanização do território, induzida pelo Estado, terá expressão no espaço construído, a partir do aumento de áreas ocupadas nas franjas urbanas da cidade de Santarém e Marabá, com maior intensidade de fluxos demográficos para Marabá; - O padrão rodoviário contribuiu para a estruturação das cidades pesquisadas, com enfraquecimento das interações espaciais via rede de rios, para o caso de Marabá; ao passo que a cidade de Santarém, ainda que tenha estabelecido um novo padrão de fluidez territorial baseado na rede rodoviária; esta continuou apresentando forte relação com as redes de rios, sobretudo no que concerne às suas interações espaciais com as cidades ribeirinhas de sua respectiva área de influência (Oeste paraense); - A presença e ação da mineradora VALE, a construção do entroncamento rodoviário e a condição de sede do mais importante dos quatro pólos industriais planejados pelo PFC (PROJETO FERRO CARAJÁS) contribuiu para que a cidade de Marabá pudesse apresentar uma maior diversificação das suas estruturas produtivas com fortalecimento dos setores secundário e terciário, ao passo que a cidade de Santarém teve fortalecida a sua estrutura produtiva, baseada no setor terciário (comércio e serviços); - Maior intensidade do processo de fragmentação territorial do município de Marabá, quando comparado com o município de Santarém; - Mudanças nas estruturas urbanas tradicionais e estabelecimento de novas estruturas urbanas, com permanências de elementos das velhas estruturas; - As políticas de governo produziram maiores transformações em Marabá do que em Santarém; - Impulsionado pelos Grandes Projetos, a migração apresentou ritmo mais acelerado em direção a Marabá do que em Santarém.

Org. Jovenildo Cardoso Rodrigues com base em Corrêa (1987); Pereira (2012); Vicentini (2004); Velho (1981); Becker (1982); Tourinho (1991); Pinto (2010); Rodrigues (2010).

CAPÍTULO 3 - URBANIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO URBANA E REESTRUTURAÇÃO DAS CIDADES

MÉDIAS

[...] a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo [...] (SMITH, 1988, p.151).

[...] As diferenças qualitativas na natureza se traduzem em diferenças qualitativas e quantitativas na organização social; a divisão social do trabalho expressa-se espacialmente[...] (SMITH, 1988, p.153).

As décadas de 1990 e 2000 constituem momentos de intensas acelerações contemporâneas, notadamente relacionadas ao avanço de um meio técnico científico-informacional (SANTOS, 1993), a mudanças na dinâmica da mundialização do capital e à expansão de novas fronteiras econômicas (HARVEY, 2004a).

Como resultado e condição para a reprodução das novas determinações inerentes à mundialização do capital, o espaço mundial vem passando por rápidas transformações associadas à urbanização e reestruturação urbano-regional, elementos que tendem a contribuir para o "desenvolvimento geográfico desigual" (SOJA, 1993; HARVEY, 2004b)

Segundo Bellet Sanfeliu (2009), estamos assistindo a um processo de urbanização que poderíamos classificar como global acelerado, posto que, segundo dados das Nações Unidas, no ano de 2009, pela primeira vez na história, a proporção da população que vive em áreas urbanas ultrapassou a faixa dos 50% da população mundial. Dentro de tais circunstâncias, Bellet Sanfeliu (2009) ressalta que:

La urbanización es um processo global y acelerado que se da a escala planetária y sigue ritmos y caminos desiguales y diferentes pero que conducen a uma misma realidad compleja y diversa: la construccion del planeta ciudad o planeta de ciudades (BELLET SANFELIU, 2009, p.22).

Ainda segundo a autora, a expansão contínua do urbano está muito relacionada com as inovações e melhoramentos nos meios de transportes.

Lo que sí es nuevo esse fenômeno de expansión urbana es la intensidad (los ritmos y el alcance territorial) y el caracter que toma em los últimos decênios, convirtiéndose em um proceso que genera paisages urbanos cada vez más dispersos, fragmentados y privatizados (BELLET SANFELIU, 2009, p. 27).

A produção e expansão do urbano, no período contemporâneo, pressupõe a seleção de lugares e territórios em função da acessibilidade e da presença de grandes infraestruturas viárias, das características do entorno e da disponibilidade do solo (BELLET SANFELIU, 2009).

El proceso de globalización introduce una dinámica territorial que combina dispersión com la concentración urbana, produciéndose esta última em espacios seleccionados. Por uma parte, hay una dispersión territorial de la actividad económica en los ámbitos metropolitano y regional, facilitada por el desarrollo de las telecomunicaciones, que contribuye a uma espécie de

expansión de las funciones centrales; es decir, los procesos productivos se fragmentan em el espacio, com que se favorece el proceso de suburbanización y difusion urbana de tareas productivas y de servicios de carácter rutinario y menos espacializadas, que a su vez pueden localizarse em zonas más periféricas (BELLET SANFELIU, 2009, p.28).

Como resultado desse processo, as cidades tendem a se constituir em função de uma divisão territorial do trabalho, assumindo papéis específicos. Tais especificidades repercutem na redefinição da condição da mesma no âmbito da hierarquia urbana e do sistema de cidades.

Na escala do território brasileiro, o processo de urbanização e estruturação urbano-regional desencadeado de maneira mais nítida a partir dos anos de 1970, notadamente marcado por rupturas com padrões estruturais das redes urbanas, por processos de concentração e desconcentração econômica e espacial, passam a ser ampliados e aprofundados. Isso aconteceu nos anos de 1990 e de 2000 (SANTOS e SILVEIRA, 2004) e marcaram o processo de reestruturação urbano-regional.

Na escala do espaço amazônico, no período que compreende entre a década de 1990 e o início do século XXI, este passou por um intenso processo de reestruturação do espaço urbano-regional, como condição e resultado de uma nova divisão territorial do trabalho, da inserção mais acentuada desta região no contexto do processo de mundialização do capital e das determinações inerentes à reprodução capitalista no espaço.

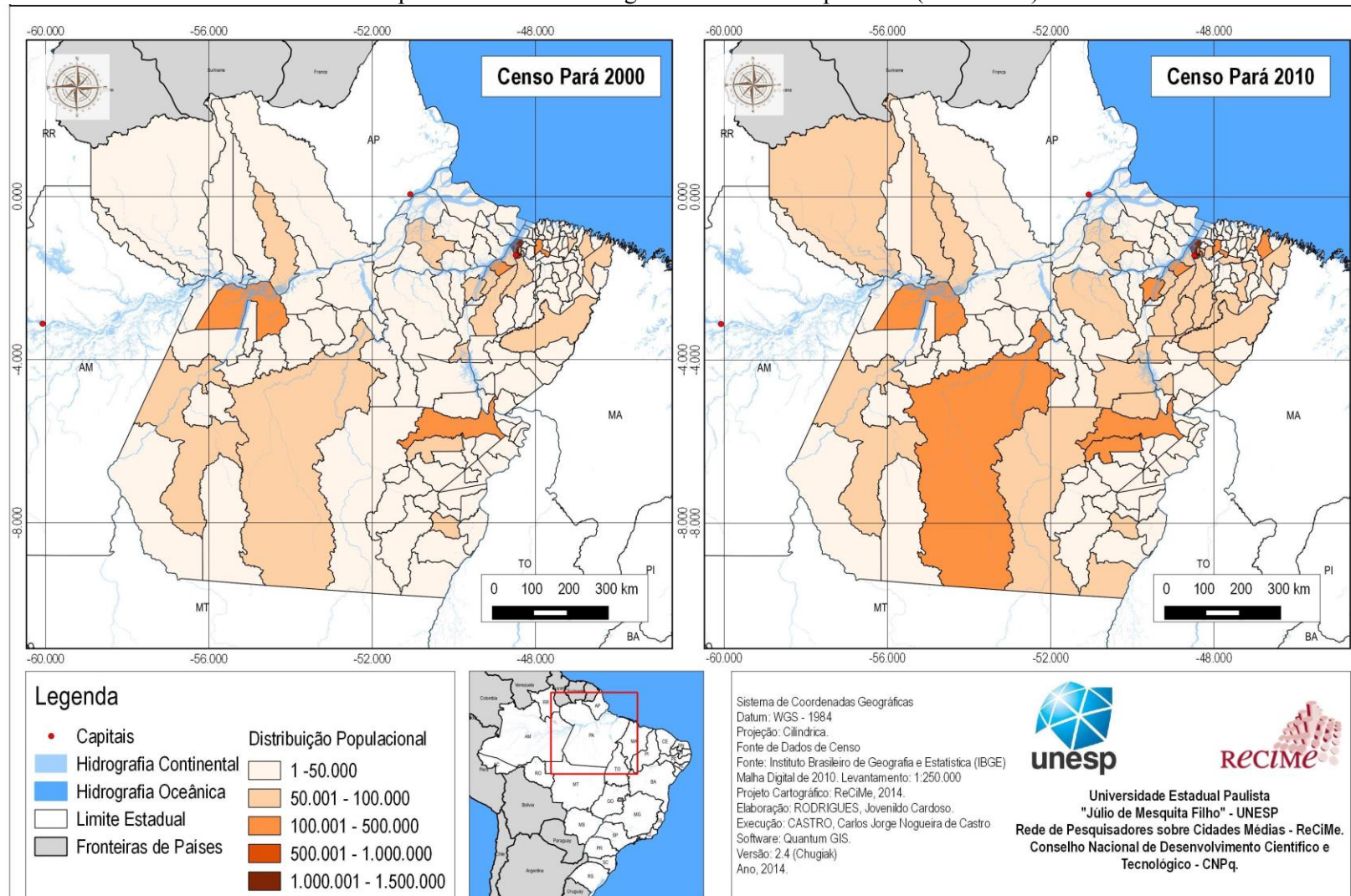
Dentro dessa perspectiva, identificamos uma tendência de avanço da nova urbanização e de agentes econômicos em direção a esta "fronteira urbana", em busca de novas articulações produtivas e novos mercados consumidores. Tais elementos vêm contribuindo para a reestruturação da rede urbana, com rebatimentos intensos em municípios e cidades com maiores níveis de centralidade urbana, a exemplo de Santarém e Marabá.

Algumas tendências de configuração da rede urbana paraense, no início do século XXI, são: 1) Reforço ao papel das cidades médias e de porte médio ligadas às redes rodoviárias; 2) Consolidação dos novos centros regionais (Santarém, Marabá, Altamira, Castanhal); 3) Crescimento econômico e modernização de cidades situadas em zonas de expansão do agronegócio (Marabá, Santarém, Itaituba, Redenção, Paragominas); 4) Manutenção da condição de decadência econômica de cidades não inseridas no circuito produtivo de modernização do território (a exemplo de Breves, Monte Alegre, Bagre, Chaves, Anajás, Ponta de Pedras, Afuá); 5) Fortalecimento do papel de "Cidades das Estradas" ligadas

a projetos agro-minerais (Parauapebas, Canãa dos Carajás) e as ligadas à construção hidrelétrica, a exemplo de Altamira.

Do ponto de vista das dinâmicas de urbanização, o Mapa 2 permite-nos identificar algumas tendências de mudanças na dinâmica populacional do território paraense do ano de 2000 para 2010. Um primeiro elemento identificado referente a esses anos diz respeito a uma tendência de crescimento do número de municípios de tamanho demográfico entre 50.000 e 100.000, que saltou de 15 municípios, no ano de 2000, para cerca de 27 municípios, no ano de 2010.

Mapa 2 - Densidade demográfica no território paraense (2000-2010).



Uma segunda tendência que identificamos foi a de crescimento do número de municípios no patamar entre 100.000 e 500.000, que saltou de quatro, no censo de 2000, para oito municípios, no censo demográfico de 2010.

Os elementos quantitativos aqui apresentados exprimem tendências de crescimento da urbanização do território paraense identificadas, sobretudo, pelas dinâmicas populacionais na escala intrarregional, permitindo pensar no crescimento do número de cidades de porte médio²⁶. Por sua vez, os municípios de Parauapebas e Altamira apresentaram mudanças no patamar demográfico, saltando do contingente populacional entre 50 e 100 mil, para o patamar entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Essa condição de crescimento populacional acelerado está relacionada, em grande medida, à indução de fluxos econômicos e demográficos resultantes das dinâmicas dos Grandes Projetos Agrominerais (extração do minério de ferro em Carajás), para o caso de Parauapebas; e dos Grandes Projetos de Infraestrutura (construção da Hidrelétrica de Belo Monte), para o caso de Altamira e extração mineral em Canaã dos Carajás.

Com efeito, ainda que tenha ocorrido um aumento no número de municípios com patamar demográfico acima de 100 mil habitantes, os dados da representação cartográfica 2 permitem inferir que o estado do Pará possui 135 municípios com contingentes populacionais inferiores a este patamar.

Tendo tais elementos em vista, este capítulo retorna à análise das cidades de Marabá e Santarém buscando os elementos centrais que permitem compreender, nas citadas cidades, seus processos de reestruturação, ou seja, as transformações recentes que apresentam a força dos processos urbanos e também na escala geográfica das cidades.

3.1. REESTRUTURAÇÃO URBANA E REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE SANTARÉM (1990 - 2013).

O período que compreende entre a década de 1990 e o início do século XXI foi marcado por uma série de transformações no Sudoeste do Pará, sobretudo na área circunscrita pela BR-163 (OLIVEIRA, 2005). Tais transformações estão associadas a ações do poder

²⁶ As cidades de porte médio diferenciam-se das cidades médias na medida em que estas não compõem áreas metropolitanas (SPOSITO, 2004). Neste sentido, a aglomeração humana densa, bem como a centralidade da metrópole interfere em escalas regional, nacional e mesmo internacional, enfraquecendo e interferindo no poder de polarização das cidades de porte médio em nível regional (SPOSITO, 2004), ao passo que as cidades médias apresentam centralidade urbana no contexto de sua respectiva região de influência (SPOSITO, 2004).

público, objetivando produzir conexões de maneira a viabilizar o escoamento da atividade do agronegócio da região Centro-Oeste.

O avanço de um meio técnico-científico informacional, a divisão territorial do trabalho inerente ao processo de urbanização, bem como as novas configurações da rede urbana amazônica tendem a contribuir para a redefinição de centralidades urbanas e reforçar o papel de algumas cidades como, por exemplo, a cidade de Santarém, que já se constituía como cidade principal do baixo Amazonas, no século XIX.

O início dos anos de 1990 constitui momento de arrefecimento da atividade garimpeira no Vale do Tapajós, Oeste do Pará (OLIVEIRA, 2005). Tal fato desencadeou um processo de êxodo rural (de garimpeiros, de populações residentes no meio rural) em direção às cidades do Sudoeste do Pará, dentre as quais, a cidade de Santarém. Isso contribuiu para o crescimento demográfico e espacial desta cidade média, que apresentava uma população urbana de 111.023 habitantes (cerca de 57,76% da população do município), no ano de 1980, saltando para 169.665 habitantes (64% da população do respectivo município), no ano de 1990 (IBGE, 1980,1990).

O final da década de 1990 e início do século XXI marcaram o avanço do agronegócio nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país (OLIVEIRA, 2005). A expansão de novos agentes econômicos em direção ao espaço sub-regional do Oeste do Pará, que tem como representantes principais pecuaristas e madeireiros, a partir da prática da grilagem de terras públicas e do estabelecimento de uma série de conflitos fundiários no campo e expulsão de populações tradicionais de suas terras, contribuíram/contribuem para o aumento do êxodo rural e para o crescimento demográfico da cidade de Santarém (OLIVEIRA, 2005).

A esse respeito, o censo do IBGE mostra que a população urbana apresentou um crescimento da ordem de 27,18%, do ano de 1991 para o ano de 2010, o que equivale a um aumento de 46.125 habitantes (IBGE, 1991, 2010).

Acerca das transformações socioespaciais e do avanço de novos agentes econômicos no Sudoeste do estado do Pará, a partir dos anos de 1990, Oliveira faz a seguinte afirmação:

Na onda da grilagem vieram aventureiros, fazendeiros, madeireiros, comerciantes, camponeses sem terra etc., formando uma sociedade atravessada pelas contradições do mundo moderno. Sua articulação com o garimpo decadente e com a extração da madeira em expansão formou o tripé que constitui a base social da região (OLIVEIRA, 2005, p.145).

O avanço de fazendeiros, comerciantes, grileiros, camponeses em direção ao Sudoeste paraense, intensificaram o ritmo de transformações e conflitos nos espaços rurais e urbanos de algumas cidades do Oeste paraense.

Essas transformações sucessivas e aceleradas encontram-se fortemente associadas à inserção da cidade de Santarém na divisão territorial do trabalho, ao avanço da nova urbanização que conduzem à ampliação da reestruturação urbana e reestruturação da cidade, mesmo que não concomitantes, e que são analisadas, processos amplos e profundos que interferem de maneira significativa na produção desta cidade média.

Tais transformações estão relacionadas, ainda, à função de centralidade exercida pela cidade de Santarém na rede urbana paraense, como a capital regional do Oeste paraense, a ela se articulando os municípios ribeirinhos de Faro, Óbidos, Juruti, Oriximiná, Terra Santa, Alenquer, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Prainha, Almerim, Porto de Móz; e via eixos rodoviários Itaituba, Placas e Rurópolis (OLIVEIRA, 2005).

A importância da cidade de Santarém está relacionada à sua situação geográfica e sua condição estratégica para a expansão do movimento de circulação do capital, na confluência entre os rios Tapajós e Amazonas e pela sua articulação com o Centro-Oeste via BR-163.

A construção do terminal portuário da Cargill²⁷, no início dos anos de 2000, em parte da Orla da cidade de Santarém constitui elemento emblemático da presença das ações do grande capital transnacional na região. A respeito do processo de transformações e avanço de novos agentes econômicos na cidade de Santarém, Pinto faz a seguinte afirmação:

Um simples passeio pela orla da cidade já oferece uma explicação para essa opção. Lado a lado, o acanhado porto público, construído primeiro, como elemento de uma tríade de desenvolvimento, com a BR-163 e a hidrelétrica [...] e o dilatado terminal particular, construído pela multinacional Cargill para servir de transbordo a um produto especializado, a soja, trazida do Planalto Central para chegar ao litoral norte e ganhar o mundo na competição internacional. A diferença nas dimensões dos dois portos já sugere quem é o ator principal nesse enredo (PINTO, 2010, p.357).

Esse autor permite refletir a respeito do papel exercido pelas cidades médias da fronteira amazônica como espaços inseridos no circuito de reprodução do capital. Ainda na escala da cidade de Santarém, evidenciamos um conjunto de transformações nas estruturas

²⁷ Corporação transnacional de capital norte-americano do ramo do agronegócio que opera em 67 países, atuando nos ramos de agricultura, alimentos, industrial e financeiro.

urbanas, que tem interferido na redefinição de "novos conteúdos" da cidade (PEREIRA, 2004).

Os respectivos processos socioespaciais, enquanto resultado da articulação, do encontro e do confronto entre antigas e novas espacialidades urbanas, contribuíram para redefinição de formas de uso e apropriação do solo urbano e na produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais na escala da cidade de Santarém.

Para interpretarmos tais processos e elementos, faz-se necessário a retomada da formação da cidade de Santarém. Para tanto, foi produzida uma espacialização da expansão da mancha urbana da cidade.

A produção da respectiva cartografia multitemporal (Mapa 3) tem como base as informações extraídas do Plano de Habitação de Interesse Social da Prefeitura Municipal (PHMIS) de Santarém, os trabalhos de Silva (2001), Ramos (2004) e de Oliveira (2008b), além de documentos históricos acerca da formação da cidade de Santarém.

Os recortes espaço-temporais produzidos pelas fontes que utilizamos nos auxiliaram na construção da periodização, à medida que podemos identificar elementos e eventos significativos para a compreensão das transformações socioespaciais da cidade nos dias atuais.

A produção desta cartografia possui como potencialidade a possibilidade de identificarmos a influência dos "ciclos econômicos", das dinâmicas econômicas, demográficas e espaciais, e sua relação com a expansão da mancha urbana da cidade de Santarém.

Neste sentido, o Quadro 6, adaptada a partir de periodizações de Oliveira (2008b), possibilita identificar cinco momentos de formação da mancha urbana da cidade de Santarém, quais sejam: o primeiro momento, que tem como recorte o período entre 1661 e 1940; o segundo momento, que vai de 1941 a 1950; o terceiro momento, compreendido entre 1951 a 1986; o quarto momento, correspondente a 1987 e 1994 e, finalmente, o quinto momento que apresenta como recorte espaço-temporal o período entre 1995 e 2013 (Mapa 3).

Nos anos entre 1661 e 1940 a cidade apresentou pequeno crescimento de sua mancha urbana, passando a apresentar uma dimensão espacial aproximada de 1,64 Km², sendo o "ciclo da borracha" o processo que mais contribuiu para produção da mancha urbana da cidade de Santarém.

Ainda naquelas circunstâncias histórico-geográficas, Santarém apresentou uma lógica de organização espacial fortemente associada às redes dendríticas que, em grande medida,

ditavam o tempo da circulação, das relações de trocas econômicas, fatores que influenciaram na produção de formas de uso e apropriação no espaço na cidade (PEREIRA, 2004).

Por sua vez, entre os anos de 1941 a 1950, a mancha urbana da cidade de Santarém teve um crescimento da ordem de 70%, quando se considera o período anterior, saltando de 1,64 Km² para 2,32 Km² (Quadro 6). Esse momento é marcado por processos de mobilidade do trabalho em direção ao espaço amazônico (principalmente de nordestinos, em particular os de origem no Estado do Ceará, fugidos da "seca" e da "cerca" (RAMOS, 2004), induzidos pelo discurso governamental, pautado na suposta relevância do trabalho dos chamados "soldados da borracha" para a nação brasileira (PEREIRA, 2012)).

É nesse contexto que se desencadeou a retomada, com maior intensidade, da atividade da borracha, sobretudo durante a segunda guerra mundial, entre 1943 e 1945, para atender às demandas do mercado norte-americano. O desenvolvimento do extrativismo mineral, particularmente do ouro na região Sudoeste do estado do Pará, constituiu outro elemento indutor de processos de mobilidade do trabalho para a respectiva região, no período em questão. A cidade de Santarém passou a ser um núcleo urbano de muita relevância para o atendimento das demandas de garimpeiros e de trabalhadores que se aventuraram em outras atividades (PINTO, 2010).

O período que compreende entre os anos de 1951 a 1986 corresponde ao tempo histórico-geográfico de maior expansão da mancha urbana da cidade de Santarém, com um crescimento significativo que saltou de 2,32 Km² no período anterior, para 23,74 Km², respectivamente (Quadro 6).

A migração de nordestinos para a região de Santarém, o ciclo do ouro na Região do Tapajós, durante as décadas de 1950 e 1960 e a intensificação da produção da Juta por meio de processos industriais, contribuíram para a expansão da mancha urbana da cidade (RAMOS, 2004).

O Estado exerceu papel decisivo no processo de produção do espaço santareno, na medida em que novas intencionalidades, pautadas no discurso desenvolvimentista de modernização do território amazônico, assim como a implantação de novos objetos técnicos, a partir da construção de "sistemas de engenharia" (SANTOS, 1993) (rede rodoviária, hidrelétrica, redes de comunicações) tenderam a contribuir para a indução de fluxos demográficos, econômicos e espaciais em direção a Santarém, estimulando sua centralidade urbana (RAMOS, 2004; OLIVEIRA, 2008b).

Entre os anos de 1987 a 1994 ocorreu um crescimento da mancha urbana da cidade de Santarém, da ordem de 7,19 Km², número bastante significativo quando se considera o período de sete anos. Essa expansão encontra-se associada à retomada do extrativismo mineral, particularmente, da exploração garimpeira na região, fato que interferiu nas atividades de comércio da cidade e no crescimento do fluxo de pessoas, mercadorias e serviços (RAMOS, 2004).

O período de 1995 a 2013 corresponde ao momento marcado pela expansão da mancha urbana da cidade de Santarém, desencadeado pelo avanço acelerado de novos vetores da urbanização (avanço de agentes econômicos, crescimento populacional), da divisão territorial do trabalho, do avanço do agronegócio, particularmente, da soja e da indústria madeireira. Neste sentido, a cidade obteve um acréscimo da ordem de 18,48 Km² em sua mancha urbana, significativo quando comparado ao momento imediatamente anterior e que sinaliza para as transformações em curso no espaço da cidade .

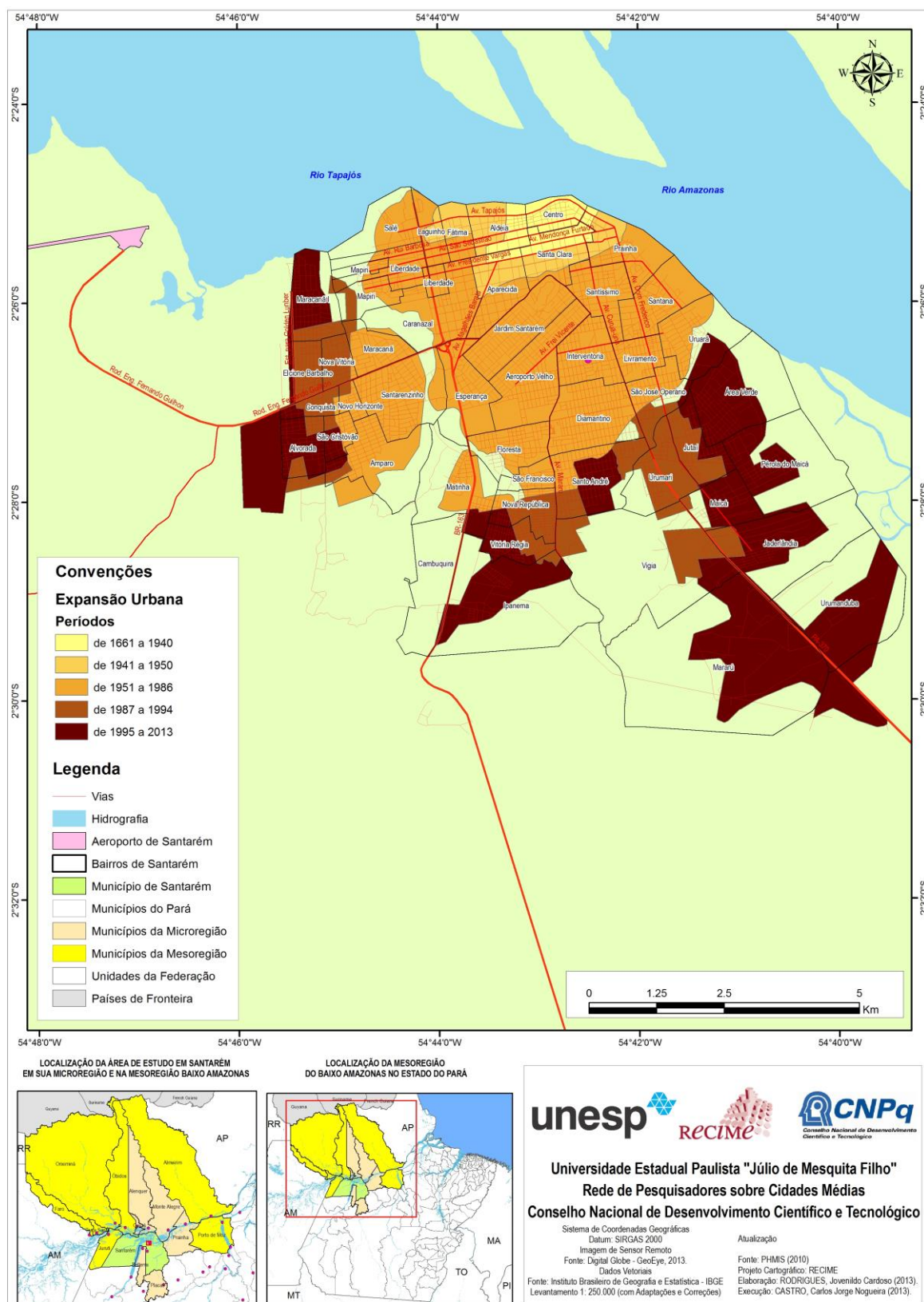
Quadro 6 - SANTARÉM: Crescimento físico-territorial da Cidade

Períodos	Área total em m²	Área total em Km²
De 1661 a 1940	1.642.838,62	1,64
De 1941 a 1950	2.318.091,32	2,32
De 1951 a 1986	23.739.933,83	23,74
De 1987 a 1994	7.185.373,88	7,19
De 1995 a 2013	18.472.850,48	18,48
Total	53.359.088,14	53,37

Fonte: Adaptado a partir de Silva (2001), Oliveira (2008b); PHMIS (2010).

Esse crescimento acelerado da cidade vem contribuindo para a expansão de atividades comerciais ao longo dos eixos rodoviários principais no perímetro urbano. O Mapa 3 possibilita-nos interpretar, ainda, algumas características da expansão da mancha urbana nos cinco momentos histórico-geográficos. Neste sentido, a respectiva representação ilustra que a cidade de Santarém, até aproximadamente os anos de 1940, apresentava um crescimento restrito a uma pequena porção de terra às margens dos rios Tapajós e Amazonas, no perímetro que compreende atualmente a área conhecida como Centro, além de pequenas porções de áreas do que hoje corresponde aos Bairros Santa Clara e Aldeia (OLIVEIRA, 2008b).

Mapa 3: SANTARÉM: Expansão da mancha urbana da cidade (1661-2013).



O período de 1941 a 1950 corresponde à fase em que a mancha urbana da cidade de Santarém se expandiu com a formação de outros bairros como os de Fátima, Aldeia e Santa Clara (SILVA, 2001).

Por sua vez, no período entre a década de 1950 até aproximadamente meados dos anos de 1980 ocorreu acelerada expansão da mancha urbana da cidade. Neste período surgiram aproximadamente 25 novos bairros, quais sejam: Salé, Lagunho, Mapiri, Liberdade, Caranazal, Maracanã, Novo Horizonte, Santarenzinho, São Cristovão, Amparo (na zona Oeste da cidade); Prainha, Santíssimo, Santana, Uruará, Livramento, Interventora, São José Operário, Diamantino (na Zona Leste da cidade) e Aparecida, Jardim Santarém, Esperança, Aeroporto Velho, Floresta, Matinha, São Francisco (na parte Sul da cidade) (SILVA, 2001; OLIVEIRA, 2008b; PHMIS, 2010).

A expansão da mancha urbana de Santarém, a partir dos anos de 1970 passou a ser direcionada para áreas mais afastadas do rio, conformando um traçado de ocupação que tendeu a margear as rodovias (BR-163, PA-457 e PA-370) implantadas, sobretudo, a partir dos anos de 1970, em um contexto marcado pelas políticas de integração nacional (2004; RAMOS, 2004).

Ao tratar da mancha urbana da cidade de Santarém, Oliveira (2008b) afirma que este traçado foi orientado no sentido Sul, em virtude dos igarapés do Urumari, a Leste; e o do Ururá/Mapiri, a Oeste; que serviam de obstáculos naturais para a expansão da mancha urbana da cidade nas décadas de 1970 e 1980.

Silva (2001) afirma que foi somente na década de 1980 que os respectivos igarapés foram ultrapassados, possibilitando o surgimento dos bairros Maicá, Jaderlândia, Urumari, Livramento e Área Verde, no sentido Leste. Na direção Oeste, os bairros que surgiram apresentaram relação com o aterramento do Igarapé do Irurá, realizado para interligar o novo aeroporto à cidade (SILVA, 2001).

Nos anos de 1995 a 2013 ocorreu a formação dos Bairros de Maracanã II, Alvorada, Ipanema, Urumanduba, Vitória Régia (SILVA, 2001; PHMIS, 2010), além da presença de novas áreas de ocupação às margens dos eixos rodoviários, BR-163, Rodovia Fernando Guilhaon (antiga Santarém - Alter do Chão) e a Rodovia Santarém - Curuá-Una, eixos que exercem papel significativo para a fluidez de pessoas, mercadorias e serviços (SILVA, 2001).

Os elementos apresentados permitem pensar mudanças relacionadas à expansão da mancha urbana da cidade de Santarém como expressão da coexistência de temporalidades e espacialidades da "cidade ribeirinha" e sua relação com temporalidades e espacialidades da "cidade das estradas" e dos ritmos rápidos associados à dinâmica de reprodução do capital. Permitem, ainda, tal como será abordado no capítulo 4 desta tese, analisar o conteúdo socioespacial de tais bairros em seus componentes de desigualdades.

Com efeito, a expansão da mancha urbana da cidade de Santarém constitui produto do acúmulo de tempos e temporalidades histórico-geográficas relacionadas a dinâmicas econômicas e espaciais, a processos de transformações socioespaciais vinculados a um conjunto de ações produzidas por agentes, que no âmbito de suas respectivas coexistências espaço-temporais, produziram mudanças na estrutura urbana, induzindo o espraiamento da mancha urbana desta cidade e reordenando/reproduzindo espacialmente as desigualdades socioespaciais.

3.2. PRODUÇÃO DESIGUAL DAS "FORMAS URBANAS"²⁸ NA CIDADE DE SANTARÉM.

A cidade de Santarém, localizada no Oeste do Pará (Mapa 4), constitui no plano de suas "formas-conteúdo", síntese de múltiplas determinações associadas ao avanço de dinâmicas econômicas de "reprodução do capital no espaço" (HARVEY, 2005), da urbanização, assim como das redefinições nas formas de uso e apropriação do espaço urbano.

Esta cidade constitui, no tempo presente, produto, condição e meio (CARLOS, 2008) para o avanço de agentes econômicos e para os processos de reestruturação urbana (SOJA, 1993) e reestruturação da cidade (SPOSITO, 2004), que tenderam a contribuir para o movimento de intensas transformações nas estruturas urbanas da cidade.

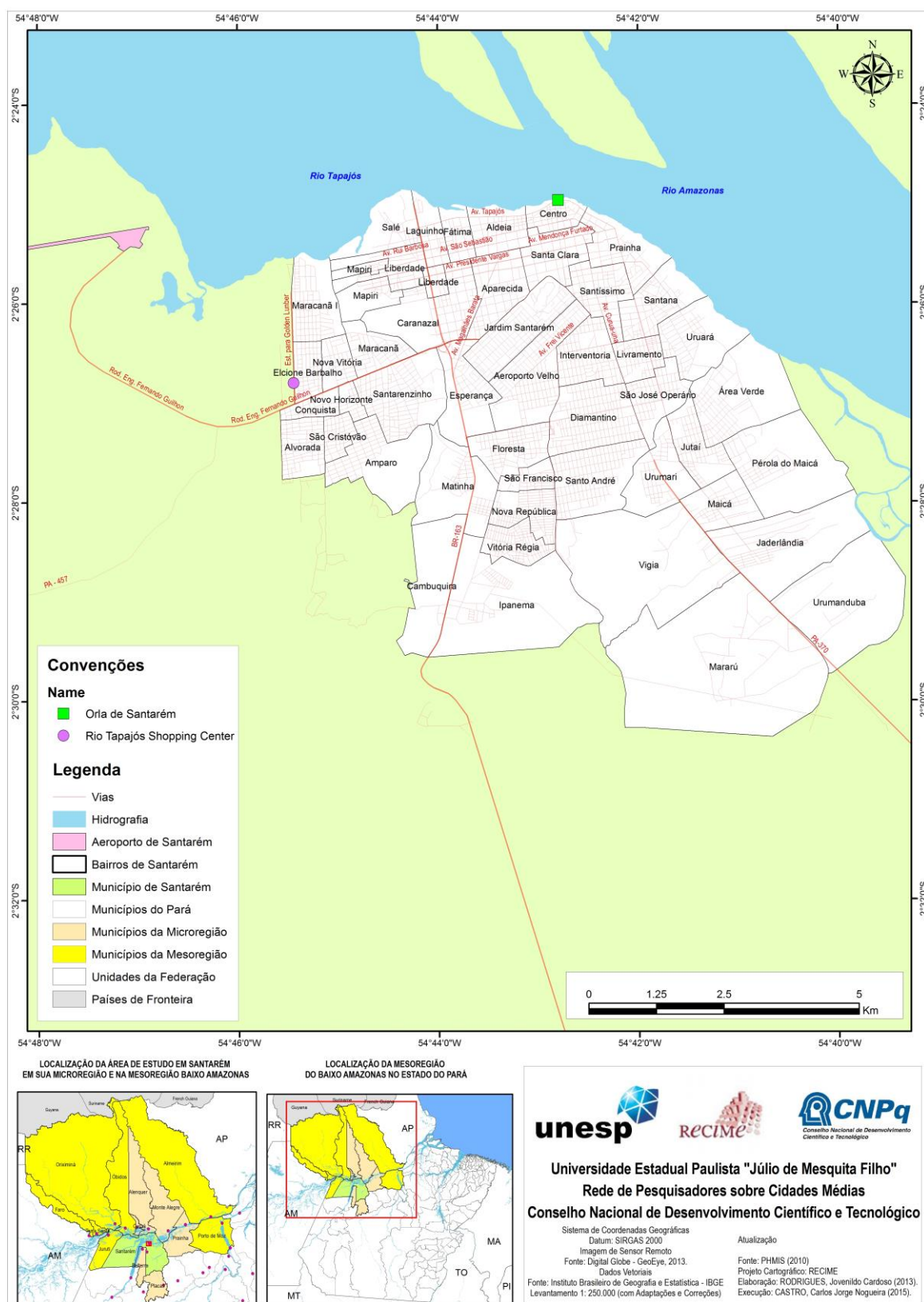
Pensar a produção desta cidade impõe o desafio de apreendemos não apenas o tempo curto das transformações espaciais, como já ressaltamos anteriormente, tão pouco apenas os eventos no tempo presente como sucessão de acontecimentos, mas a multiplicidade de tempos, temporalidades e espacialidades, fato que requer refletir acerca da espessura do tempo da cidade, suas fraturas por meio de uma análise sobre a relação entre o tempo curto e o tempo longo (BRAUDEL, 1992).

Considerando esta perspectiva de ler a realidade, a cidade pode ser compreendida enquanto trabalho morto cristalizado em suas formas espaciais e em seus conteúdos urbanos, como resultado da divisão social do espaço, cujas manifestações espaciais são notadamente marcadas pela coexistência por vezes conflituosa de tempos e temporalidades relacionadas às ações de agentes produtores do espaço urbano (CARLOS, 2008).

O Mapa 4 permite identificar a localização do Aeroporto de Santarém, a Oeste do núcleo urbano, a Orla da cidade de Santarém, na Avenida Tapajós, o "Rio Tapajós Shopping Center", localizado no Bairro Elcione Barbalho, às margens da Rodovia Engenheiro Fernando Guilhon. Tratam-se apenas de exemplos de objetos que a partir de suas localizações, ajudam a pensar as desigualdades nesta cidade.

²⁸ As formas urbanas são compreendidas, por Santos (1996), como "formas-conteúdo", como "rugosidades", ou seja, expressões do acúmulo de tempos histórico-geográficos materializadas nas formas espaciais urbanas das cidades.

Mapa 4 - SANTARÉM: Localização da Orla e do Rio Tapajós Shopping Center.



Dentro dessa perspectiva, as formas urbanas da cidade de Santarém permitem apreender elementos do encontro entre o arcaico e o moderno, do tempo lento relacionado ao modo de vida ribeirinho e do tempo veloz associado à lógica da rodovia, das conexões aeroviárias e dos grandes fluxos econômicos.

A Igreja Matriz de Santarém, localizada no Bairro do Centro, a área central da cidade, constitui fragmento de espaço que permite evidenciarmos usos associados a "cidade dos jesuítas" e os elementos da cultura local cristalizados nas suas formas espaciais como resquício do poder exercido pelas respectivas ordens religiosas entre meados do século XVII e metade do século XVIII.

A Foto 8 revela-nos a localização das torres da Igreja Matriz e as de telefonia constituindo-se expressões de dinâmicas que se cristalizaram nas formas de usos e apropriação desta cidade a partir de ações, de diferenciações e de contradições do movimento de produção do espaço urbano (Mapa 4). As espacialidades urbanas constituem elementos emblemáticos de coexistência do local e do global e suas manifestações na escala do lugar.

Foto 8 - Vista da Orla da cidade de Santarém.

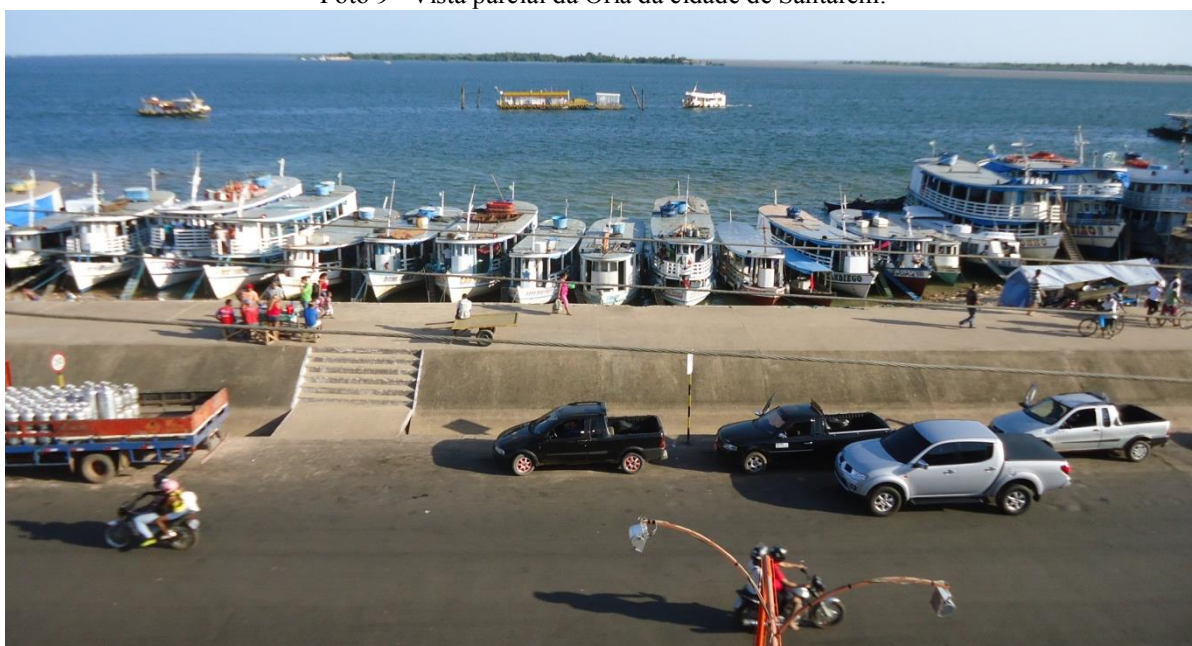


Fonte: Trabalho de campo, 2013.

A Foto 9 ilustra um fragmento da Orla como "elo entre mundos", ponto de encontro entre o tradicional, na forma das embarcações ancoradas à espera de passageiros; e o moderno, que tem a figura do automóvel como representação simbólica da modernidade, de um tempo e de um modo de vida urbano.

O moderno e o arcaico coexistem nas formas de usos e apropriação do espaço urbano da orla de Santarém, como síntese da diversidade urbana que se realiza enquanto encontro e desencontro entre sujeitos sociais, agentes econômicos, práticas de reprodução da vida urbana cotidiana em suas sociabilidades com o meio rural.

Foto 9 - Vista parcial da Orla da cidade de Santarém.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Dessa maneira, a Orla constitui-se espaço múltiplo e diverso, uma espécie de "elo entre vidas" na medida que possibilita o encontro, seja entre sujeitos sociais que usam a orla; seja como espaço de sobrevivência (vendedores ambulantes, carregadores de mercadorias); seja para a sua contemplação e entretenimento (turistas, moradores das proximidades); seja para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao consumo de produtos e serviços.

Vale ressaltar aqui a importância dos Rios Tapajós e Amazonas para o considerável número de pessoas que habitam pequenas cidades e espaços rurais às margens dos mesmos rios, que demandam produtos e serviços da cidade de Santarém, no Oeste do Pará.

Outro elemento que permite ilustrar a produção das formas urbanas na cidade pode ser identificado na Foto 10, o "Rio Tapajós Shopping Center", localizado no Bairro Elcione

Barbalho (Mapa 4). Esta forma/objeto demarca usos e apropriações desta cidade relacionados a uma racionalidade instrumental do capital produtivo e comercial, pautada em uma configuração territorial que tende a se instalar, muitas vezes por capitais originados em outras escalas, induzindo mudanças nas estruturas urbanas, contribuindo para a valorização do espaço urbano da cidade e para a produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais.

Foto 10. Vista do "Rio Tapajós Shopping Center" na cidade de Santarém.



Fonte: Trabalho de campo, 2014

A esse respeito, Lefebvre (1991) já nos advertia para o fato de que o capitalismo se impõe [e compõe] de muitos elementos, seja como capital fundiário seja como capital comercial ou como capital financeiro, intervindo nos mercados que se entrelaçam (o das mercadorias, o da mão de obra, o dos conhecimentos, o dos próprios capitais, o do solo) (LEFEBVRE, 1991).

Por sua vez, o centro comercial da cidade de Santarém apresenta formas de uso e apropriação do solo urbano marcados por diferenciações socioespaciais, como expressão e resultado da divisão social desigual do espaço historicamente constituída, da produção de processos de valorização do espaço, bem como, da redefinição de formas de uso e apropriação desigual do espaço urbano.

A Foto 11 constitui registro fotográfico que nos permite ilustrar alguns usos do solo urbano, com a presença de camelôs, os quais todos os dias da semana montam suas barracas improvisadas, cobertas por lona plástica na Praça Matriz, área central da cidade de Santarém

(Mapa 4), comercializando produtos como redes, roupas, calçados, brinquedos, bijuterias, produtos importados em geral.

Foto 11 - Mercado informal na Praça Matriz da cidade de Santarém.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

A presença do "circuito inferior da economia"²⁹ (SANTOS, 2004), de maneira bastante significativa neste fragmento da área central de Santarém, permite identificarmos um outro elemento da realidade urbana de Santarém, aquele marcado por usos do solo urbano associados à sobrevivência: trabalho informal dos vendedores que se reproduzem às margens dos grandes fluxos; e circuitos econômicos que produzem uma "cidade informal" dotada de precariedades e privações.

A Foto 12 refere-se ao Supermercado Y. Yamada, na Avenida Tapajós (Mapa 4), área central da cidade de Santarém; unidade que faz parte da rede de supermercados de capital regional, que possui sua sede na cidade de Belém, mas que atua em diversas cidades paraenses.

²⁹ Santos (2004) afirma que as cidades dos países subdesenvolvidos não funcionam como um aparelho maciço, ao contrário, no interior do sistema urbano podemos identificar a existência de dois circuitos econômicos: o circuito superior e o circuito inferior da economia urbana. Para Santos (2004), o "circuito superior" diz respeito ao conjunto de agentes, quais sejam bancos, comércio e indústria de exportação, serviços modernos, atacadistas e transportadoras; ao passo que o "circuito inferior" da economia, corresponde aos agentes de capital não intensivo, com serviços de pequena dimensão e impacto, como varejo ou mesmo o vendedor ambulante, o feirante.

Foto 12: Supermercado Y. Yamada na cidade de Santarém.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

O supermercado Y. Yamada³⁰ destaca-se pelo tamanho, pela condição de localização central, pelo fluxo de pessoas que circulam e consomem produtos, constituindo agente econômico do "circuito superior da economia" (SANTOS, 2004) que exerce forte centralidade no âmbito das atividades comerciais na pesquisada cidade.

As formas urbanas na área Central da cidade de Santarém são marcadas por usos do solo urbano diferenciados, quando comparada com outras áreas da cidade. Neste sentido, identificamos a presença de infraestrutura urbana: ruas pavimentadas, esgotamento sanitário, redes de água, iluminação pública, redes de telecomunicações com acesso à internet, a exemplo do NAVEGA PARÁ, programa do Governo do Estado, que teve início no ano de 2007 e que instalou internet livre ao longo da Avenida Tapajós, na Orla da cidade.

O Bairro do Centro apresenta formas urbanas e usos do solo urbano relacionados a atividades comerciais e de serviços, com presença de bancos, Supermercados de redes

³⁰ O grupo Y. Yamada é uma rede de supermercados composta por 36 unidades, que teve origem na cidade de Belém, no ano de 1950, fundado por imigrantes japoneses. Este agente econômico possui a maior rede de supermercados da região norte do Brasil, atuando em diversas cidades do Pará e Amapá, dentre as quais, Ananindeua, Capanema, Castanhal, Barcarena, Salinópolis, Macapá, Marabá e Santarém, dentre outros municípios menores.

regionais e nacionais, como as Lojas Americanas, Y. Yamada, City Lar, Esplanada, além de hotéis e restaurantes.

As formas de uso e apropriação do solo urbano que demarcam o cruzamento das ruas Silvino Pinto e Avenida Rui Barbosa (Mapa 4), Bairro do Centro, ilustram o fluxo de pessoas, presença de estabelecimentos comerciais, de equipamentos sociais urbanos importantes, pavimentação asfáltica, redes de telefonia fixa, torres de telefonia móvel, iluminação pública, sistema de coleta de lixo (Foto 13).

Foto 13 - Avenida Rui Barbosa, Bairro Centro, Santarém.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

A Foto 14 revela as precárias condições do arruamento, assim como as inúmeras ligações elétricas clandestinas, os chamados "gatos", que tendem a predominar na maioria das ruas e travessas do Bairro de Jaderlândia, localizado a Sudoeste da cidade, próximo à Rodovia PA-370 (Rodovia Curua Una), periferia da cidade de Santarém.

Foto 14: Rua B, no Bairro Jaderlândia, Santarém.



Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2013.

Neste bairro, assim como em outros bairros mais afastados da área central da cidade, a saber, os bairros Área Verde, Maracanã I, Vitória Régia, Maicá, Urumari, constatamos um conjunto de precariedades, notadamente associadas a condições de infraestrutura urbana, como ausência de esgotamento sanitário, de asfaltamento, de iluminação pública, de água encanada.

A Foto 15 permite ilustrar o caráter improvisado e precário da infraestrutura urbana de residência no Bairro Maicá, localizado a sudoeste da cidade, próximo à PA-370 (Rodovia Curua Una) (Mapa 4), na periferia da cidade de Santarém. Da mesma maneira, a Foto 15 possibilita-nos identificar uma forma urbana com fortes traços de precariedade, representada pelo tipo de habitação e pelo estado de conservação, que denota o predomínio de formas de habitação rústicas e improvisadas, resultado e expressão da produção desigual do espaço da cidade de Santarém.

Foto 15 - Casa na Rua Maicá, Bairro do Maicá, cidade de Santarém.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Com efeito, as formas urbanas da cidade constituem expressão de configurações territoriais resultantes das contradições sociais relacionadas ao acelerado movimento de urbanização, de divisão social e territorial do trabalho, de formas de uso e apropriação desigual do espaço da cidade. Tais elementos serão retomados no capítulo 4.

3.3. REESTRUTURAÇÃO URBANA E REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE MARABÁ (1990 - 2013).

A cidade de Marabá, tal como Santarém vem passando por intensas mudanças em suas estruturas urbanas a partir dos anos de 1990, como produto de um acelerado processo de reestruturação urbana (SOJA, 1993) e reestruturação da cidade (SPOSITO, 2007b) e do avanço de agentes econômicos em direção a esta “fronteira urbana” (BECKER, 2004).

E da mesma maneira geral, a urbanização do território amazônico, a partir do início do século XXI, enquanto condição para o avanço de novos agentes econômicos na escala local tem sua expressão e resultado na produção desigual do espaço construído da cidade de Marabá.

Do ponto de vista demográfico, a população urbana de Marabá saltou de 41.657 habitantes, no ano de 1980, para 102.364 habitantes, em 1991, o que corresponde a um crescimento da ordem de 145,73% no período em questão (IBGE, 1980, 1991), ainda que nesse momento tenham ocorrido processos de fragmentação territorial que resultaram na criação de outros municípios, como já ressaltamos anteriormente.

As décadas de 1990 e início do século XXI marcaram um novo crescimento demográfico, quando então a população urbana de Marabá salta dos 102.364 habitantes, no início dos anos de 1990, para 186.270 habitantes, no ano de 2010 (IBGE, 1991, 2010), representando um acréscimo da ordem de 81,97%.

Como resultado da divisão territorial do trabalho e das novas dinâmicas econômicas e demográficas inerentes à inserção desta cidade de maneira mais acentuada no processo de reprodução ampliada do capital, a cidade de Marabá teve fortalecimento de sua centralidade urbana no contexto do sudeste paraense, como centro de comércio e serviços (RODRIGUES, 2010).

Rodrigues (2010) ressalta a centralidade urbana exercida por esta cidade média no contexto do sudeste paraense, no início do século XXI, em razão da importância e do papel exercido pela mesma no contexto da rede urbana, sobretudo, no que tange ao fornecimento de produtos e serviços para as populações de cidades pequenas polarizadas por Marabá, como Rondon do Pará, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Jacundá, Goianésia do Pará, Dom Eliseu, Curionópolis, Xinguara, Redenção (RODRIGUES, 2010).

Ainda segundo Rodrigues (2010), Marabá apresenta uma “**centralidade da formação e informação**” (RODRIGUES, 2010), posto que esta cidade constitui sede de importantes instituições de educação como a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Universidade Estadual do Pará, dentre outras instituições educacionais de ensino superior particulares, que formam opinião, projetam discursos e influenciam na formação e posicionamento político acerca de projetos para o sudeste paraense.

Marabá possui ainda uma “**centralidade política**”, nos termos de Monnet (2000), e uma “**centralidade funcional**”, uma vez que a presença de instituições como sedes regionais (Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Subseção Judiciária do Tribunal Regional Federal, Movimentos Sociais como MST, ONGs) tende a promover ações que afetam direta ou indiretamente os espaços rurais e urbanos, no sudeste paraense (RODRIGUES, 2010).

O processo de reestruturação urbana e reestruturação da cidade de Marabá, a partir do início do século XXI, ao produzir mudanças na estrutura urbana, induzindo dinâmicas econômicas e espaciais relacionadas ao setor de comércio, serviços, novos fluxos econômicos e demográficos, vem contribuindo para a expansão de assentamentos urbanos na escala desta cidade média paraense.

Tendo em vista a necessidade de interpretarmos os elementos das transformações socioespaciais inerentes à cidade de Marabá, construímos uma espacialização sobre a expansão da mancha urbana da cidade expressa a partir do Quadro 7 e Mapa 5.

A produção da respectiva cartografia tem como ponto de partida as informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Marabá (Plano Diretor Urbano), assim como o trabalho de Dias (1958).

Quadro 7 - MARABÁ: Crescimento físico-territorial da Cidade

Períodos	Área Total em m²	Área total em Km²
De 1898 a 1920	630.889,31	0,63
De 1921 a 1970	1.702.861,81	1,71
De 1971 a 1980	13.307.480,42	13,31
De 1981 a 2004	9.877.361,94	9,88
De 2005 Até 2010	17.248.873,33	17,24
Total	42.767.466,81	42,77

Fonte: Adaptado a partir de Silva (2001), Oliveira (2008b); PHMIS (2010).

A periodização produzida ilustra cinco momentos, quais sejam: o primeiro momento, entre os anos de 1898 e 1920; o segundo momento, que vai de 1921 a 1970; o terceiro momento, compreendido entre 1971 a 1980; o quarto momento, correspondente a 1981 e 2004; e, finalmente, o quinto momento que apresenta como recorte espaço-temporal o período entre 2005 e 2010.

Nos anos de 1898 e 1920 a cidade de Marabá apresentou pequeno crescimento de sua mancha urbana, passando a apresentar uma dimensão espacial aproximada de 0,63 Km². O ciclo da borracha constituiu elemento que interferiu de maneira significativa para produção da mancha urbana da cidade naquele momento histórico-geográfico.

Naquelas circunstâncias espaço-temporais, Marabá apresentou uma lógica de organização espacial fortemente associada às redes dendríticas, que ditavam o ritmo da

circulação, das relações de trocas econômicas (RODRIGUES, 2010). Ainda naquele momento, o perímetro urbano de Marabá restringiu-se ao que hoje se entende como núcleo Marabá Pioneira ou Velha Marabá (Mapa 5).

Entre os anos de 1921 a 1970, a mancha urbana da cidade de Marabá saltou de 0,63 km² no período anterior, para 1,71 km². Esse momento foi marcado pelo crescimento do movimento demográfico em direção a Marabá, sobretudo de nordestinos, em busca de trabalho nos castanhais e na atividade extrativa da castanha do Brasil, que se desenvolveu de maneira mais intensa (EMMI, 2002).

A esse respeito, Dias (1958, p. 394) descreve a expansão da cidade de Marabá da seguinte maneira:

No período de 1929/1947 ainda tomou o mesmo sentido que o da fase anterior, isto é seguiu as margens do Tocantins largas Avenidas, foram posteriormente abertas; ruas paralelas à Antônio Maia surgiram, e, Marabá tomava outro aspecto. A cidade perdia uma de suas características mais primitivas – a instabilidade da população que se refletia nas casas de palha, que constituíam a maioria da cidade (1958, p.394).

Dias afirma, ainda, que a expansão se deu entre os anos de 1929 e 1947:

Pela Rua 5 de Abril a zona urbana atingiu a Praça Duque de Caxias, as repartições públicas foram transferidas para a Praça, ganhando maior importância esta parte da cidade que a extremidade do pontal, onde se instalara o núcleo inicial. Esta preferência é lógica; o crescimento da cidade teve como consequência a ocupação de regiões mais altas, muito raramente atingida pelas enchentes, o que não acontece com a extremidade do pontal, onde se instalara o núcleo inicial (DIAS, 1958, p.394).

No período que compreende entre os anos de 1947 e 1954, a área urbana de Marabá atingiu a fazenda Santa Rosa, área que até então constituía uma das zonas rurais, constituindo em novo “bairro” que conservou o nome da antiga Fazenda (DIAS, 1958). Atualmente este local constitui-se em bairro Santa Rosa, Núcleo Marabá Pioneira (Mapa 5). Ainda nesse momento, a localidade de São Félix passa a integrar parte da cidade.

O terceiro momento, entre os anos de 1971 a 1980, é marcado pela expansão acelerada da mancha urbana da cidade de Marabá. Nestas circunstâncias, surgiram os núcleos Nova Marabá e Cidade Nova, como resultado de ações do Estado, bem como, dos processos de reestruturação urbana e da cidade (Mapa 5) (TOURINHO, 1991).

O avanço de vetores da urbanização nesta "fronteira urbana" (BECKER, 1982), a inserção de agentes econômicos, o processo de estruturação urbana e estruturação da cidade constituíram elementos que contribuíram para a expansão da mancha urbana da cidade de Marabá, a qual saltou de 1,71 km² para 13,31 km² (Quadro 7).

Entre os anos de 1981 a 2004 ocorreu novo crescimento da mancha urbana da cidade de Santarém, que saltou de 13,31 km² para 23,19 km². Essa expansão estava associada ao avanço de novos agentes econômicos, bem como em razão processo de reestruturação urbana e reestruturação da cidade.

O quarto período, que vai de 1981 ao ano de 2004, constituiu momento de nova expansão da mancha urbana da cidade de Marabá, com ampliação de 9,88 km², na área total da cidade. Este período é marcado pela forte atuação da corporação VALE e pelo crescimento do setor industrial de Marabá (implantação do Distrito industrial de Marabá, no final dos anos de 1980), e pelo crescimento do setor de comércio e serviços na cidade (TOURINHO, 1991; RODRIGUES, 2010).

O quinto momento, entre os anos de 2005 a 2013 foi marcado pela intensificação do processo de expansão da mancha urbana da cidade de Marabá que foi ampliada, saltando de 23,19 km² para 42,77 km².

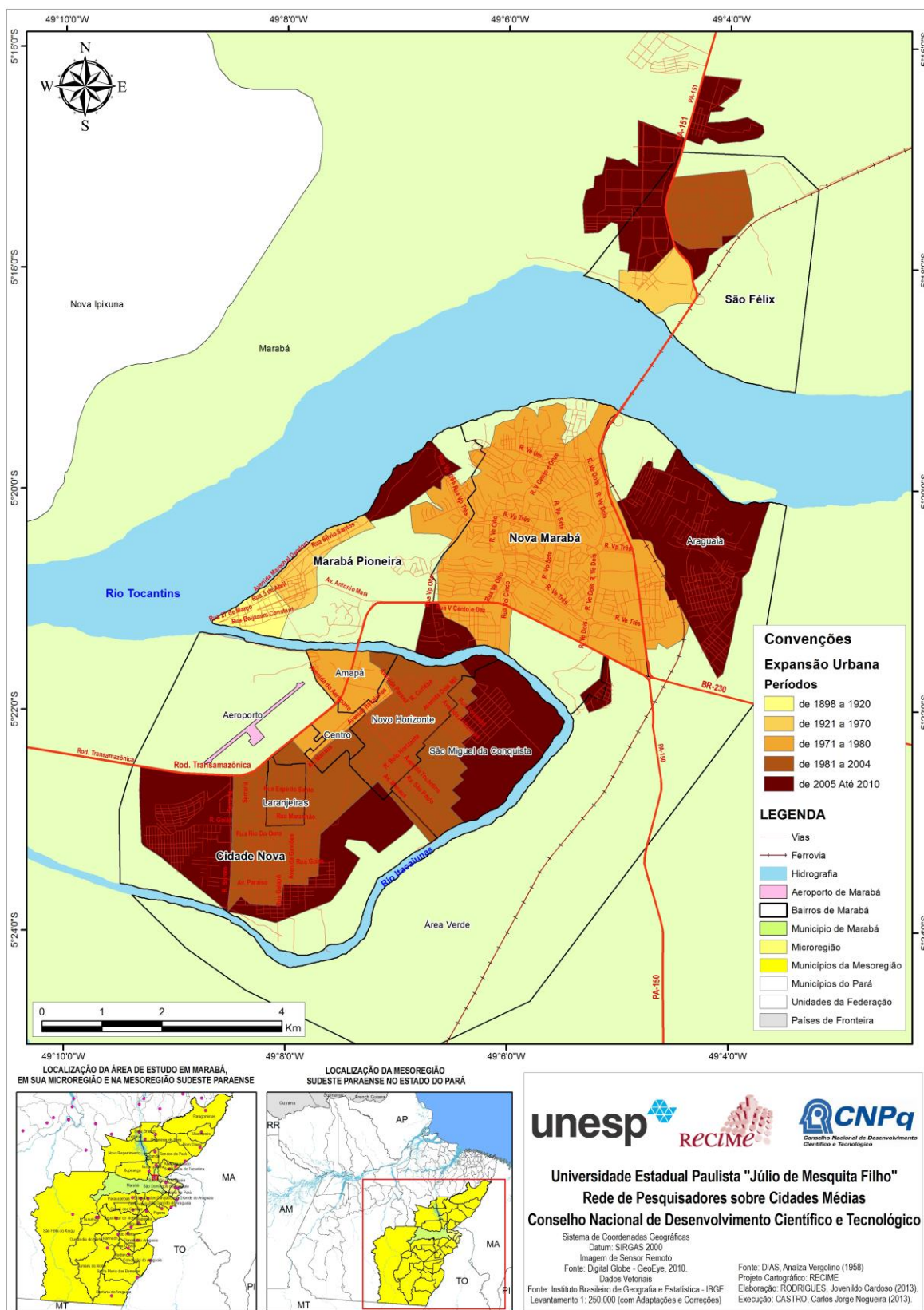
A expansão da mancha urbana da cidade de Marabá, nesse momento, foi desencadeada, ainda, pelo avanço acelerado de novos vetores da urbanização (avanço de agentes econômicos, crescimento populacional), da divisão territorial do trabalho.

Grosso modo, podemos identificar os dois últimos períodos como os marcos histórico-geográficos nos quais ocorreram uma maior expansão da mancha urbana da cidade de Marabá.

A expansão da mancha urbana desta cidade constitui elemento que permite pensar não apenas as transformações aceleradas no espaço urbano da cidade, mas também as implicações de tal crescimento acelerado, sobretudo no que diz respeito à produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais, que se aprofundaram³¹.

³¹ O primeiro momento, entre os anos de 1898 e 1920; o segundo momento, que vai de 1921 a 1970; o terceiro momento, que compreende entre 1971 a 1980; o quarto momento, correspondente a 1981 e 2004; e, finalmente, o quinto momento que apresenta como recorte espaço-temporal o período entre 2005 e 2013 (DIAS, 1958; SEPOF, 2006).

Mapa 5: MARABÁ: Expansão da mancha urbana da cidade.



A cidade de Marabá, como resultado e condição de antigas e novas temporalidades e espacialidades urbanas, apresenta uma forma espacial, com a formação de três núcleos urbanos articulados, mas também diferenciados, com características complexas, quais sejam: Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova.

Os elementos apresentados aqui nos levaram a refletir sobre a cidade de Marabá, no período atual, como espaço de coexistência de tempos, temporalidades e espacialidades urbanas que se realizam pelas formas espaciais e de conteúdos urbanos desta cidade média, "resultado, meio e condição" (CARLOS, 2011a) da reprodução das relações sociais de produção.

3.4. PRODUÇÃO DESIGUAL DAS "FORMAS URBANAS" NA CIDADE DE MARABÁ

As formas urbanas da cidade de Marabá, no começo do século XXI, enquanto formas espaciais dotadas de conteúdos urbanos vêm passando por um movimento intenso e incessante de transformações, como expressão dos processos de urbanização e reestruturação da cidade.

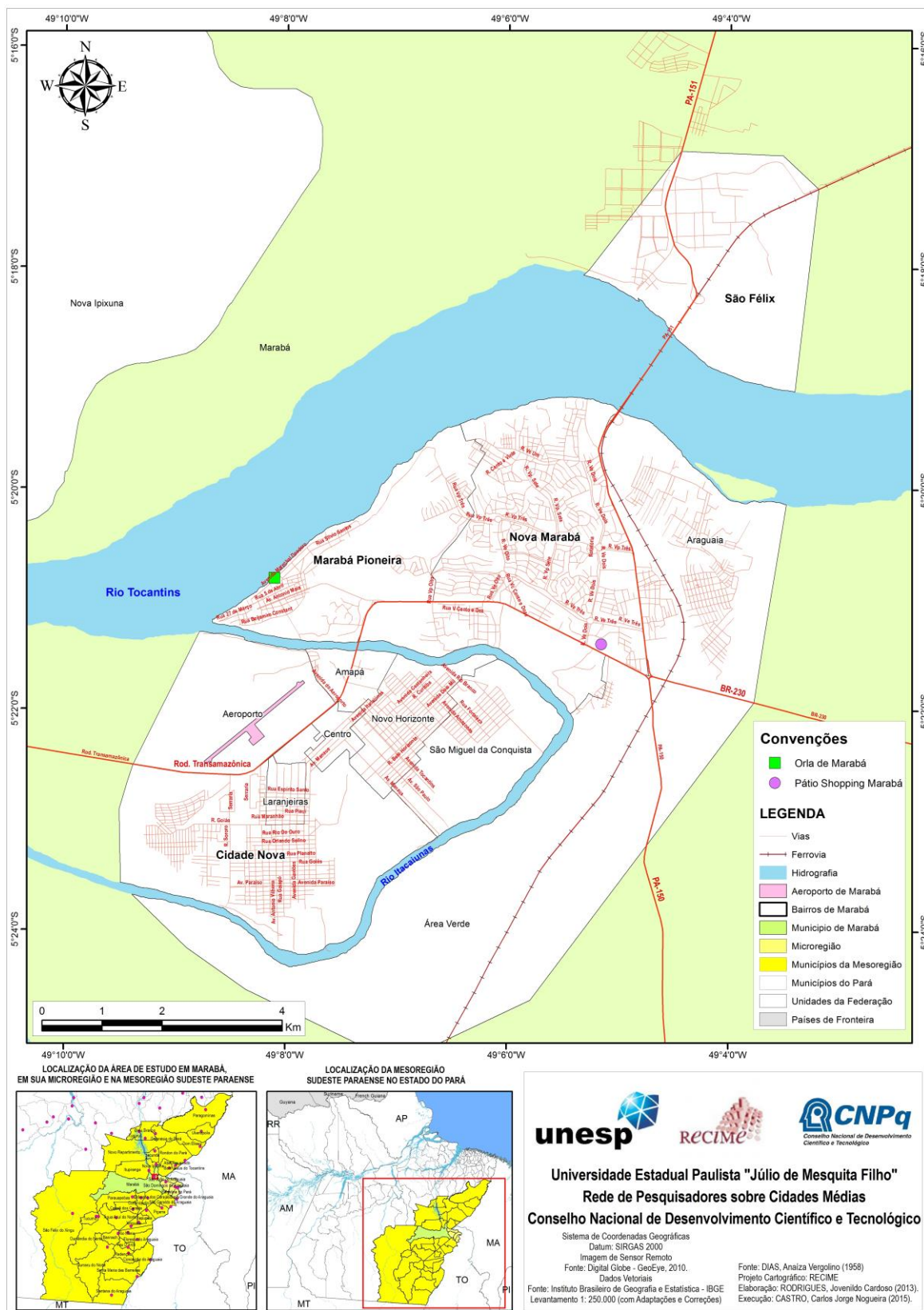
Marabá possui em suas formas urbanas as marcas da articulação e coexistência da "cidade da temporalidade ribeirinha", dos modos de vida associados ao meio rural, convivendo com a "cidade das estradas", estas vinculadas a dinâmicas mais aceleradas inerentes à reprodução do capital no espaço. Por sua vez, a "cidade dos migrantes" convive com a "cidade dos vendedores ambulantes", com a "cidade dos subempregados e desempregados", conformando um mosaico de elementos que demonstram a produção desigual da cidade e do urbano em Marabá.

Expressão e resultado da urbanização e da produção do espaço urbano, as formas urbanas e os usos do solo urbano das áreas centrais dos núcleos urbanos Nova Marabá, Marabá Pioneira e Cidade Nova (re)produzem "rugosidades" (SANTOS, 1996) associadas a tempos, temporalidades, densidades e ritmos mais acelerados de reprodução do capital, à medida que novos agentes capitalistas avançam sobre algumas áreas centrais da cidade e tendem a redefinir, continuamente, o papel das áreas centrais.

Tais agentes promovem processos de antecipação espacial (CORRÊA, 1995) ao apropriarem-se de espaços dotados de uma situação de localização privilegiada, de acessibilidade a equipamentos urbanos (CAMAGNI, 2005), e influenciam significativamente o mercado de terras, produzindo, a um só tempo, processos de valorização do espaço urbano (LOJKINE, 1981) e reforço de centralidades urbanas.

O Mapa 6 permite identificar a Orla da cidade de Marabá, localizada no Núcleo Marabá Pioneira, bem como, o Shopping Pátio Marabá, situado no principal eixo viário da cidade, as margens da Rodovia Transamazônica, no Núcleo Nova Marabá.

Mapa 6 - MARABÁ: Localização da Orla da cidade e do Shopping Pátio Marabá.



A Foto 16 ilustra a Orla da cidade de Marabá, localizada no Núcleo Marabá Pioneira, espaço marcado por formas espaciais e conteúdos urbanos relacionados a sociabilidades diversas, como lazer, turismo, comércio, serviços, moradia.

Foto 16 - Orla da cidade de Marabá.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2013.

Marabá Pioneira possui como uma de suas principais características, uma fraca relação entre a Orla da cidade e o Rio Tocantins do ponto de vista dos fluxos de pessoas e de relações de trocas econômicas, ainda que de maneira residual, possam existir algumas dessas relações.

Do ponto de vista das transformações nas formas urbanas, como resultado e condição da produção do espaço urbano de Marabá, a Foto 17 permite identificar **mos** o Shopping Pátio Marabá³², localizado à margem da BR-222, no núcleo Nova Marabá, folha 30, quadra 15, um dos eixos estruturantes mais valorizados do perímetro urbano da cidade. Este empreendimento corporativo foi construído a partir de associação entre o Grupo Leolar, o grupo AD Shopping, de capital nacional, o grupo Parkway, conglomerado norte americano que atua em diversos países.

³² O Mapa 6 permite localizar a Orla da cidade de Marabá, conhecida como Avenida Marechal Deodoro, no Núcleo Marabá Pioneira ou Velha Marabá, bem como o Shopping Pátio Marabá, localizado no núcleo Nova Marabá, às margens da Transamazônica, no perímetro urbano de Marabá.

Foto 17 - Vista do Shopping Pátio Marabá.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2013.

Tal empreendimento contou ainda como "braço" financiador o Banco Bradesco. O respectivo Shopping já em sua inauguração abriu com mais de 60 lojas, dentre as quais se destacam as lojas C & A, RENNER, MARIZA, RIACHUELO, POLISHOP, Boticário, além de salas de cinema Movie-com (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Esse se destaca em meio às formas urbanas da cidade de Marabá não apenas pela sua imponência e grandiosidade diante de seu entorno, mas também pela condição de objeto capaz de produzir reestruturações na escala da cidade. A materialização deste empreendimento tende a gerar novas centralidades urbanas que desestruturam circuitos econômicos locais e estimulam novas formas de uso e processos de valorização do espaço, inflacionando o mercado de terras.

A implantação do Shopping Pátio Marabá vem produzindo um reforço da centralidade de Marabá, no contexto do sudeste paraense, uma vez que, este empreendimento corporativo possui um poder de atração de fluxos de pessoas, produtos, serviços e consumo em nível intrarregional.

A duplicação da BR-222, no perímetro urbano do núcleo Nova Marabá, a implantação do Shopping Pátio Marabá, além da presença de agentes econômicos como o Grupo Mateus, rede de Hipermercado Mix Mateus (que atua com grande força em diversas cidades do

nordeste), vem contribuindo para mudanças nas formas urbanas, nos usos do solo urbano e o mercado de terras em Marabá, pois o aumento da demanda por solo urbano tende a interferir no preço da terra urbana, tanto nas áreas centrais quanto em áreas periféricas da cidade (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

As formas urbanas da cidade de Marabá constituem expressões do processo de reestruturação urbana e reestruturação da cidade, notadamente marcado por diferenciações socioespaciais no ambiente construído.

A Foto 18 revela-nos as formas de uso e apropriação do solo urbano, na Folha 5, no núcleo Nova Marabá, às margens da Rodovia PA-150 (Mapa 6). Essas formas urbanas são marcadas pela precariedade das habitações construídas às margens da BR150, constituindo condição de uma urbanização desigual, meio para a reprodução social por parte de um significativo segmento social da população que não possui moradia e produto de uma divisão social desigual do espaço urbano.

Foto 18: Ocupação urbana na Folha 5, às margens da PA-150, próximo ao Rio Tocantins, Nova Marabá.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2013.

A esse respeito, a Foto 19 permite ilustrarmos as formas de uso, apropriação do solo urbano e as condições de moradia no Bairro Araguaia, antiga ocupação no núcleo Nova Marabá (Mapa 6). A residência em questão localiza-se em baixo de barranco, em área de risco

de desabamento em período chuvoso, com ausência de esgotamento sanitário, iluminação pública e asfalto.

Foto 19: Residência no Bairro Araguaia, Núcleo Nova Marabá.



Fonte: trabalho de campo, 2013

Por sua vez, a Foto 20 ilustra o "espaço residencial fechado"³³, à margem da Rodovia BR-222, empreendimento já entregue pela Direcional Engenharia, construtora e incorporadora que atua em nível nacional (Mapa 6) .

As formas de uso do solo urbano do perímetro urbano, compreendido no eixo da BR-222, no núcleo Nova Marabá, apresenta uma tendência de avanço de novos agentes econômicos que passaram a adquirir terras na cidade de Marabá ou mesmo estabelecer cooperações com grupos econômicos locais, evidenciados a partir da presença de capitais imobiliários de porte nacional, como o grupo Buriti, A Deltaville empreendimentos imobiliários, o Grupo Direcional Engenharia.

³³ Para efeito de análise, adotamos a expressão "espaços residenciais fechados", utilizada por Sposito (2013), na medida que esta perspectiva evita dubiedades jurídicas e permite tratar tanto daqueles estabelecimentos em regime de propriedade condominial, como os não condominiais, em outras palavras, os loteamentos com áreas não muradas, as quais foi concedido o direito de cercamento da gleba parcelada.

Foto 20: Espaço residencial fechado "Total Ville Condomínio Tocantins" na Rodovia BR-222



Fonte: Trabalho de campo, novembro, 2013.

As formas de uso e apropriação do solo urbano do núcleo Cidade Nova apresentam características diferenciadas quando se consideram as formas espaciais e os conteúdos socialmente produzidos neste núcleo (Mapa 6).

A foto 21 identifica o Solar das Castanheiras, condomínio de médio padrão, situado no núcleo Cidade Nova, fragmento de espaço que apresenta usos do solo urbano marcado por certo "enobrecimento" da área, caracterizando-se por restrição de fluxos de pessoas não residentes, possuindo, ainda, guarita de segurança e espaços internos que visam atender às demandas do mercado consumidor local, particularmente, das classes médias da cidade.

Foto 21: Espaço residencial fechado "Solar das Castanheiras", Bairro das Castanheiras, Núcleo Cidade Nova.



Fonte: Trabalho de campo, novembro de 2013.

A Foto 22 ilustra residência localizada na Rua Rio Grande do Norte, no núcleo Cidade Nova. A casa construída de maneira rudimentar, o aterro depositado em frente à residência, a ausência de calçadas, de esgotamento sanitário, denotam uma forma de uso e apropriação do solo urbano marcado por condições precárias de habitação.

Foto 22: Residência na Rua Rio Grande do Norte, Núcleo Cidade Nova.



Fonte: Trabalho de campo, Novembro, 2013.

Já o núcleo Marabá Pioneira possui um conjunto de formas espaciais e de uso do solo urbano marcados por diferenciações socioespaciais, sobretudo quando se comparam as áreas centrais do respectivo núcleo e os espaços residenciais afastados do centro comercial e das áreas mais valorizadas deste núcleo urbano.

De maneira semelhante à cidade de Santarém, Marabá apresenta significativa presença de agentes que trabalham no "circuito superior" e no "circuito inferior da economia" urbana (SANTOS, 2004). A Foto 23 permite identificar usos do solo urbano comercial, com a presença de lojas comerciais na Avenida Getúlio Vargas, como a City Lar, além de camelôs que se aglomeram, principalmente entre a Avenida Antônio Maia e a Rua 5 de Abril (Mapa 6). Os usos deste fragmento de espaço estão predominantemente associados ao desenvolvimento de atividades comerciais.

Foto 23: Cruzamento entre Av. Antônio Maia e Av. Getúlio Vargas, Marabá Pioneira.



Fonte: Trabalho de campo, novembro, 2013.

As formas urbanas e o uso do solo urbano na Avenida Getúlio Vargas mudam drasticamente à medida que nos afastamos da área central deste núcleo. O respectivo conjunto de formas espaciais urbanas, identificado na Foto 24, demonstra-nos as formas de uso, apropriação e as condições de moradia a que estão submetidas uma parcela significativa da população, que sem condições de consumir espaços mais valorizados na cidade, submetem-se a precárias condições de infraestrutura urbana, redefinindo estratégias de sobrevivência.

População essa que promove a autoconstrução de casas em áreas de baixa topografia (áreas de várzeas) que inundam durante determinados períodos do ano.

Foto 24: Moradias na Avenida Getúlio Vargas, Núcleo Marabá Pioneira, próximo ao Rio Itacaiunas.



Fonte: Trabalho de campo, novembro, 2013.

A Foto 24 permite identificar as formas urbanas, os usos do solo urbano e as condições de moradia em área denominada vulgarmente como "Vila Rato", em alusão ao grande fluxo desses roedores na área. As casas erguidas em madeira nas partes mais baixas se apresentam mais elevadas, quando se considera o nível da rua. Esse tipo de construção funciona como estratégia para diminuir os problemas com inundações durante o período de cheia dos rios Itacaiunas e Tocantins.

Apresentamos aqui alguns elementos das formas-conteúdo da cidade de Marabá que constituem expressão de processos de urbanização, de reestruturação urbana e da cidade, do avanço de novos agentes econômicos, que tem contribuído para aprofundamento das desigualdades socioespaciais nessa cidade.

3.5. SEGUNDA SÍNTESE COMPARATIVA DAS CIDADES.

A análise do período que compreende entre os anos de 1990 e o início do século XXI possibilita-nos identificar algumas semelhanças e diferenças entre as cidades de Santarém e Marabá. Uma primeira semelhança diz respeito à articulação entre tempos, temporalidades e espacialidades associadas aos novos nexos da globalização e suas manifestações nas formas urbanas e na produção desigual do espaço construído dessas cidades médias.

Ainda dentro dessa perspectiva, as formas urbanas das referidas cidades médias, enquanto formas-conteúdo, revelam processos de diferenciação e desigualdades socioespaciais, inclusive na produção desigual da moradia.

Por sua vez, a urbanização do território amazônico, a partir do início do século XXI, induzida pelo Estado, enquanto condição para o avanço de novos agentes econômicos na escala local, possui expressão e resultado na produção desigual do espaço construído destas cidades médias paraenses.

Outra semelhança diz respeito ao fortalecimento das múltiplas funções exercidas por estas cidades médias, como os centros de comércio e serviços que atendem demandas de suas respectivas sub-regiões.

As cidades de Santarém e Marabá apresentam significativa presença de agentes que trabalham no circuito inferior da economia urbana. Esta presença constitui expressão de desigualdades socioespaciais que se realizam como resultado da produção de relações de trabalho desiguais e da necessidade de sobrevivência diante da não inserção destes agentes no mercado de trabalho formal.

O processo de reestruturação urbana (SOJA, 1993) e reestruturação das cidades (SPOSITO, 2004) de Santarém e Marabá, a partir dos anos de 1990, ao produzir mudanças na estrutura urbana, induzindo dinâmicas econômicas e espaciais relacionadas ao setor de comércio, serviços, novos fluxos econômicos e demográficos, contribuíram para a intensificação da expansão de assentamentos urbanos na escala das respectivas cidades médias.

Ao mesmo tempo e concordando com Bitoun (2010), as cidades alçam-se à condição de "cidades de responsabilidade territorial", em função da importância e do papel exercido pelas mesmas no fornecimento de produtos e serviços para as populações de suas respectivas áreas de influência.

Os processos de urbanização e suas manifestações espaciais, associados aos processos de reestruturação urbana e reestruturação das cidades colaboraram/colaboram para a intensificação do processo de diferenciações socioespaciais e reprodução das desigualdades socioespaciais com particularidades locais.

Do ponto de vista das diferenças entre Santarém e Marabá, a partir dos anos de 1990, percebemos que os diferentes tempos, temporalidades e espacialidades de formação das cidades contribuíram para a produção de diferentes formas espaciais e conteúdos urbanos das cidades.

As novas dinâmicas econômicas e espaciais relacionadas aos processos de reestruturação urbana e da cidade, a partir dos anos de 1990, contribuíram para a expansão do setor terciário da economia (comércio e serviços), para o caso da cidade de Santarém; ao passo que a cidade de Marabá sofreu a expansão dos setores secundário e terciário.

Necessitamos ressaltar que a crise econômica mundial a partir dos anos de 2008/2009, afetou de maneira significativa o setor secundário de Marabá, a partir de 2010, fato que resultou no fechamento da maioria das indústrias do parque industrial da cidade.

Ainda do ponto de vista das diferenças atuais, identificamos que a cidade de Marabá apresenta três núcleos complexos relativamente consolidados (Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova), além de dois núcleos satélites (São Félix e Morada Nova); ao passo que a cidade de Santarém possui uma forma urbana mononucleada consolidada.

As geometrias espaciais diferentes, a expansão da macha urbana das cidades constituem resultado dos processos de modernização do território e das espacialidades antigas e novas que se reproduzem em escala local.

Identificamos, também, que a cidade de Santarém possui forte articulação via rede rodoviária, principalmente pela BR-163, além de forte interação espacial via redes de rios associada à dinâmica ribeirinha, que exerce a função de núcleo urbano principal no Oeste do Pará; ao passo que a cidade de Marabá possui forte interação espacial via rede rodoviária e ferroviária, porém fraca interação espacial via rede de rios.

Quadro 8 - Elementos de formação das cidades de Santarém e Marabá, Pará (a partir da década de 1990).

PERÍODOS	CONFIGURAÇÕES DE FORMAÇÃO DA REDE URBANA PARAENSE	CONFIGURAÇÕES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS DE FORMAÇÃO DAS CIDADES DE SANTARÉM E MARABÁ	
		Semelhanças	Diferenças
Da década de 1990 ao início do século XXI	• Reestruturação da rede urbana anastomosada, com rebatimentos intensos em municípios e cidades com maiores níveis de centralidade (a exemplo de Santarém e Marabá); • Reforço ao papel das cidades médias e de porte médio ligadas às redes rodoviárias; • Consolidação dos novos centros regionais(Santarém, Marabá, Castanhal, Altamira, Castanhal); • Crescimento econômico e modernização em cidades situadas em zonas de expansão do agronegócio (Marabá, Santarém, Itaituba); • Permanência da condição de decadência econômica em cidades não inseridas no circuito produtivo de modernização do território, a exemplo de cidades como Breves, Monte Alegre, Bagre, Chaves, Anajás, Ponta de Pedras, Afuá.	• Antigas temporalidades e espacialidades coexistem com as novas temporalidades e espacialidades associadas aos atuais nexos da globalização e suas manifestações na escala das cidades; • As formas urbanas revelam o processo de produção desigual do espaço das respectivas cidades; • A reestruturação urbana e a reestruturação da cidade produzem intensificação de diferenciações socioespaciais em ambas as cidades; • A urbanização do território amazônico, induzida pelo Estado, constitui condição para a reprodução da "fronteira econômica do capital", tendo sua expressão na produção desigual do espaço construído; • Expansão acelerada da mancha urbana das cidades; • As formas espaciais da área central da cidade revelam a presença de filiais de grandes empresas de capital regional, nacional e internacional; • Fortalecimento das múltiplas funcionalidades exercidas pelas cidades, como centro de comércio e serviços que atendem demandas de suas respectivas subregiões; • O avanço do agronegócio no Oeste e Sudeste paraense vem contribuindo para promover a reestruturação urbana e reestruturação das cidades; • Crescimento do circuito inferior da economia como resultado da produção de diferenciações e de desigualdades socioespaciais; • Reestruturação de redes técnicas (transporte, comunicação, energia elétrica, aeroviária) e intensificação das interações espaciais das cidades; • O Estado promove uma série de ações estruturantes visando a indução de dinâmicas econômicas nas cidades; • Intensificação do processo de diferenciações socioespaciais e aprofundamento das desigualdades socioespaciais com particularidades locais como resultado do avanço de vetores da urbanização, de ações do Estado e de agentes econômicos;	• Os diferentes tempos e temporalidades de formação das cidades contribuíram na produção de diferentes formas urbanas na cidade; • A reestruturação urbana e reestruturação das cidades resultam na produção de formas-conteúdo urbanas com diferentes ritmos, intensidades e nexos de tempos e temporalidades relacionadas à espacialidades contemporâneas específicas; • Forma espacial conformada de três núcleos descontínuos relativamente consolidados e de dois núcleos satélites, para o caso de Marabá; e forma espacial monocêntrica consolidada espaiada, para o caso de Santarém. • Intensificação do processo de diferenciações e aprofundamento das desigualdades socioespaciais com particularidades locais associadas às dinâmicas de concentração da melhor estrutura espacial nas áreas centrais das cidades; • Os processos de transformações espaciais e o avanço de vetores técnicos contribuíram na produção de formas urbanas nas cidades e na expansão da mancha urbana das cidades, que apresentam geometrias espaciais diferentes, que se caracteriza a partir de um padrão centro-periferia, para o caso de Santarém; e pela configuração de três núcleos complexos relativamente consolidados, para o caso de Marabá. • A cidade de Santarém possui forte articulação via rede rodoviária, principalmente pela BR-316, além de forte interação espacial via redes de rios, associados à dinâmica ribeirinha, exercendo a função de núcleo urbano principal no Oeste do Pará; ao passo que a cidade de Marabá possui forte interação espacial via rede rodoviária e ferroviária, porém fraca interação espacial via rede de rios; • Em Marabá o ritmo de transformações foi mais acelerada do que em Santarém em razão da presença dos Grandes projetos minerais no sudeste paraense.

Org. Jovenildo Cardoso Rodrigues com base em Corrêa (1987); Pereira (2012); Vicentini (2004); Velho (1981); Becker (2004); Pinto (2010) Rodrigues (2010).

CAPÍTULO 4. DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES DE SANTARÉM E MARABÁ.

[...] Pode-se dizer que o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não-objeto, supraconsciência e totalidade das consciências. Ele se liga, de um lado, à lógica da forma, e de outro, à dialética dos conteúdos (às diferenças e contradições do conteúdo) (LEFEBVRE, 1999, p.112).

O conjunto das questões tratadas até o momento permitiram-nos não apenas uma avaliação das transformações sucessivas na produção do espaço urbano de Marabá e Santarém, desencadeadas no plano econômico e espacial, mas também indicar que estas transformações produziram processos de diferenciações e desigualdades socioespaciais.

Ao tratarmos, no segundo capítulo, da formação das Santarém e Marabá, de sua gênese, até a década de 1960, identificamos que as dinâmicas associadas aos chamados "ciclos econômicos" contribuíram para a produção de alterações ainda não tão intensas nas estruturas urbanas em ambas as cidades.

A abordagem do segundo capítulo apontou-nos ainda, um conjunto de transformações a partir da década de 1970, desencadeadas pelos processos de urbanização, estruturação urbana e estruturação da cidade, cujas manifestações no espaço construído, foram marcadas por uma divisão social desigual do espaço das cidades, com acelerada expansão da mancha urbana.

Naquele momento, os respectivos processos socioespaciais produziram mudanças nas estruturas urbanas de ambas as cidades médias, bem como novos ritmos e intensidades, engendrando diferenciações e tornando mais complexas as desigualdades socioespaciais.

Por sua vez, o terceiro capítulo, ao focar o período entre 1990 e o início do século XXI, permitiu-nos identificar um novo momento da aceleração contemporânea e suas manifestações espaciais na produção desigual de ambas as cidades, notadamente marcadas por intensos e sistemáticos processos de "reestruturação urbana e reestruturação da cidade", como já apontado em capítulo anterior, elementos que contribuíram para o processo de diferenciações e produção das desigualdades socioespaciais.

A composição de temporalidades e espacialidades urbanas desiguais destas cidades médias no período atual, necessita ser apreendida à luz desses múltiplos processos em suas articulações multiescalares, sobreposições e determinações, que se reproduziram na escala da cidade produzindo uma divisão social desigual do espaço.

Com efeito, daremos continuidade em nossas reflexões, procurando estabelecer uma abordagem sobre o processo de produção das desigualdades socioespaciais, a partir de uma análise sobre a distribuição desigual nos processos de produção da estrutura espacial destas cidades médias. Procuraremos ainda neste capítulo, entender como a localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se associam à produção das desigualdades socioespaciais nas respectivas cidades.

4.1. DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DA ESTRUTURA ESPACIAL NAS CIDADES MÉDIAS DE SANTARÉM E MARABÁ.

Pensar a produção das desigualdades socioespaciais nas cidades de Santarém e Marabá impõe o desafio de refletir a respeito da distribuição³⁴ dos elementos que compõem a estrutura espacial destas cidades, não apenas enquanto localização de objetos no espaço urbano, mas como formas espaciais dotadas de conteúdos urbanos que se realizam como condição e resultado de ações, de relações e de um conjunto de estruturas³⁵ (de produção, de renda, de consumo, de classes), cujas manifestações espaciais expressam tanto arranjos de técnicas produtivas, organizativas, quanto a desigualdade socioespacial em realização.

De um ponto de vista geográfico, coadunamos da pertinente afirmação de Santos (2008), para quem:

A estrutura espacial é algo assim: uma combinação localizada de demografia específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes (SANTOS, 2008, p.29).

A produção da estrutura espacial constitui, portanto, combinação de um conjunto de estruturas dialeticamente articuladas, produzindo transformações ao mesmo tempo em que são transformadas.

Por sua vez, a distribuição dos diferentes elementos da estrutura espacial permite-nos analisar as configurações espaciais enquanto expressão e resultado da divisão social desigual do espaço das respectivas cidades médias paraenses.

³⁴ O termo distribuição deve ser pensado aqui não apenas no sentido *stritu sensu*, enquanto simples distribuição de mercadorias e/ou objetos no espaço. O conceito de distribuição aqui adotado requer entendermos a distribuição também no sentido *latu sensu*, aproximando-nos da proposição de Marx (2011), para quem o termo distribuição remonta a necessidade de entendê-la como produção, como consumo e troca, sendo compreendida não como termos idênticos, mas como membros de uma totalidade e de diferenças dentro da mesma unidade. Ainda segundo Marx (2011), na produção, os membros da sociedade apropriam (elaboram, configuram) os produtos da natureza às sociedades humanas, ao passo que a distribuição determina a proporção na qual o indivíduo singular participa desses produtos. Em outros termos, a produção cria os objetos correspondentes às necessidades, ao passo que a distribuição os reparte, segundo leis sociais vigentes.

³⁵ A esse respeito, Santos (2008) afirma que as estruturas do espaço são formadas por elementos homólogos (as estruturas demográficas, econômicas, financeiras, dentre outras estruturas da mesma classe, que podem ser consideradas como estruturas simples) e não homólogos (formadas de classes diferentes), que interagem para formar estruturas complexas. Ainda para Santos (2008), as estruturas de elementos homólogos mantêm entre elas laços hierárquicos, ao passo que as estruturas de elementos heterogêneos mantêm laços relacionais.

Do ponto de vista da particularidade do urbano, como a distribuição da estrutura espacial vem se reproduzindo nas cidades médias amazônicas?

Investigar esta perspectiva implica analisar o urbano considerado como condição geral do processo de reprodução do capital no espaço, uma vez que o capitalismo, enquanto processo sociometabólico (MÉSZÁROS, 2007), expande-se a partir da existência e reprodução de capital fixo (CARLOS, 2008). Tal perspectiva pressupõe pensá-lo ainda como resultado de relações sociais de produção e meio para a expansão de fluxos de capital no território (CARLOS, 2008).

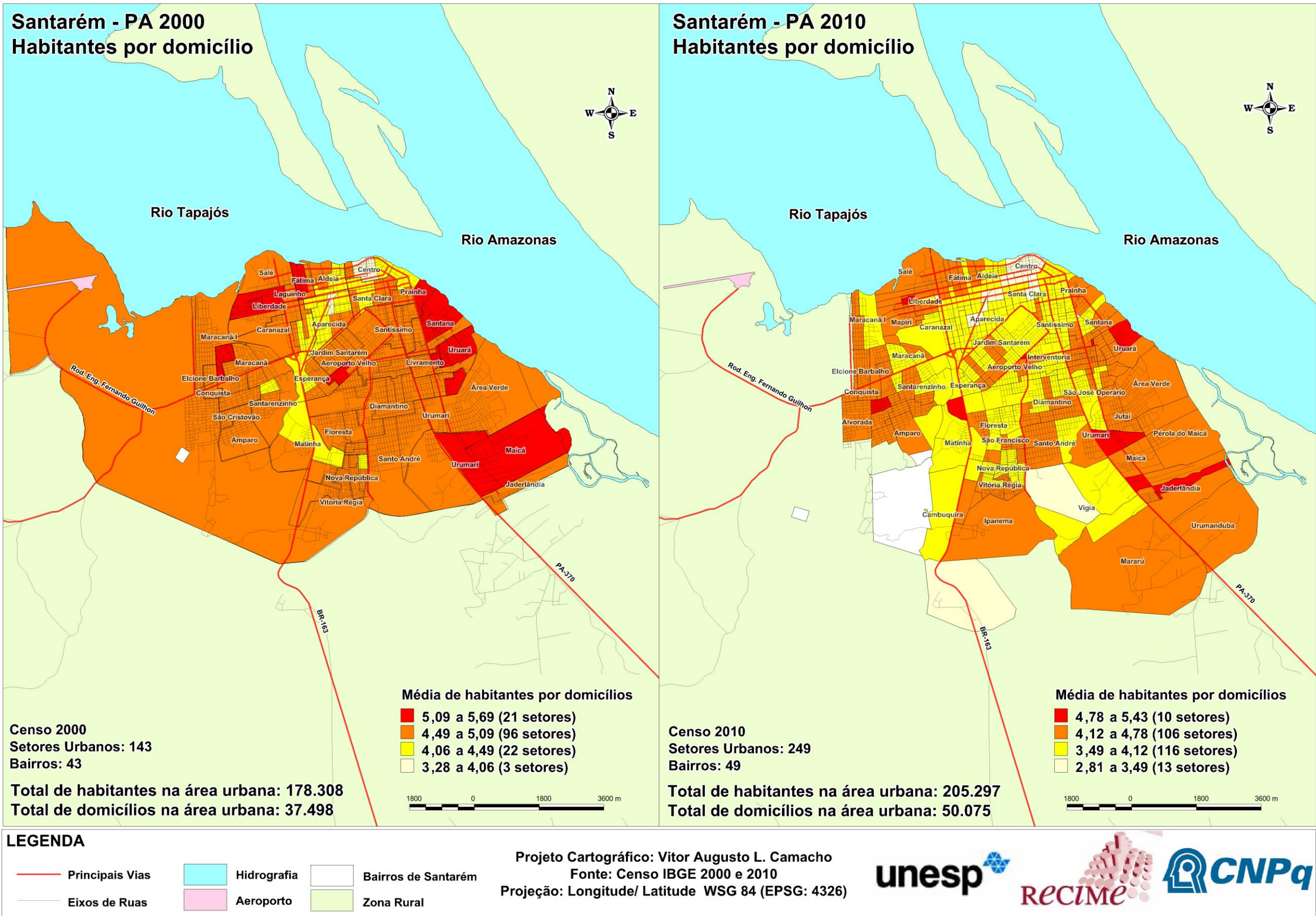
Ainda segundo Carlos (2008), o processo de produção do espaço, fundado nas relações de trabalho e na relação sociedade-natureza tem, na apropriação dos meios de produção, instrumento substancial na forma da propriedade privada, consubstanciando-se em dois momentos, quais sejam: o primeiro se refere à apropriação do processo real, que determina a direção do processo produtivo e se propaga em todos os níveis da sociedade e o outro, ligado à apropriação do produto criado pelo capital (CARLOS, 2011b).

É considerando esta perspectiva levantada que promovemos uma análise da distribuição de diferentes elementos da estrutura espacial³⁶ das cidades de Santarém e Marabá. Compreendemos que a compreensão de tal distribuição constitui, a um só tempo, condição para a reprodução do capital no espaço, produto de um conjunto de geometrias de poder (político, econômico), de assimetrias sociais espacializadas como resultado da divisão social desigual do espaço na escala da cidade, assim como, meio para a realização de fluxos de capital no espaço das cidades pesquisadas.

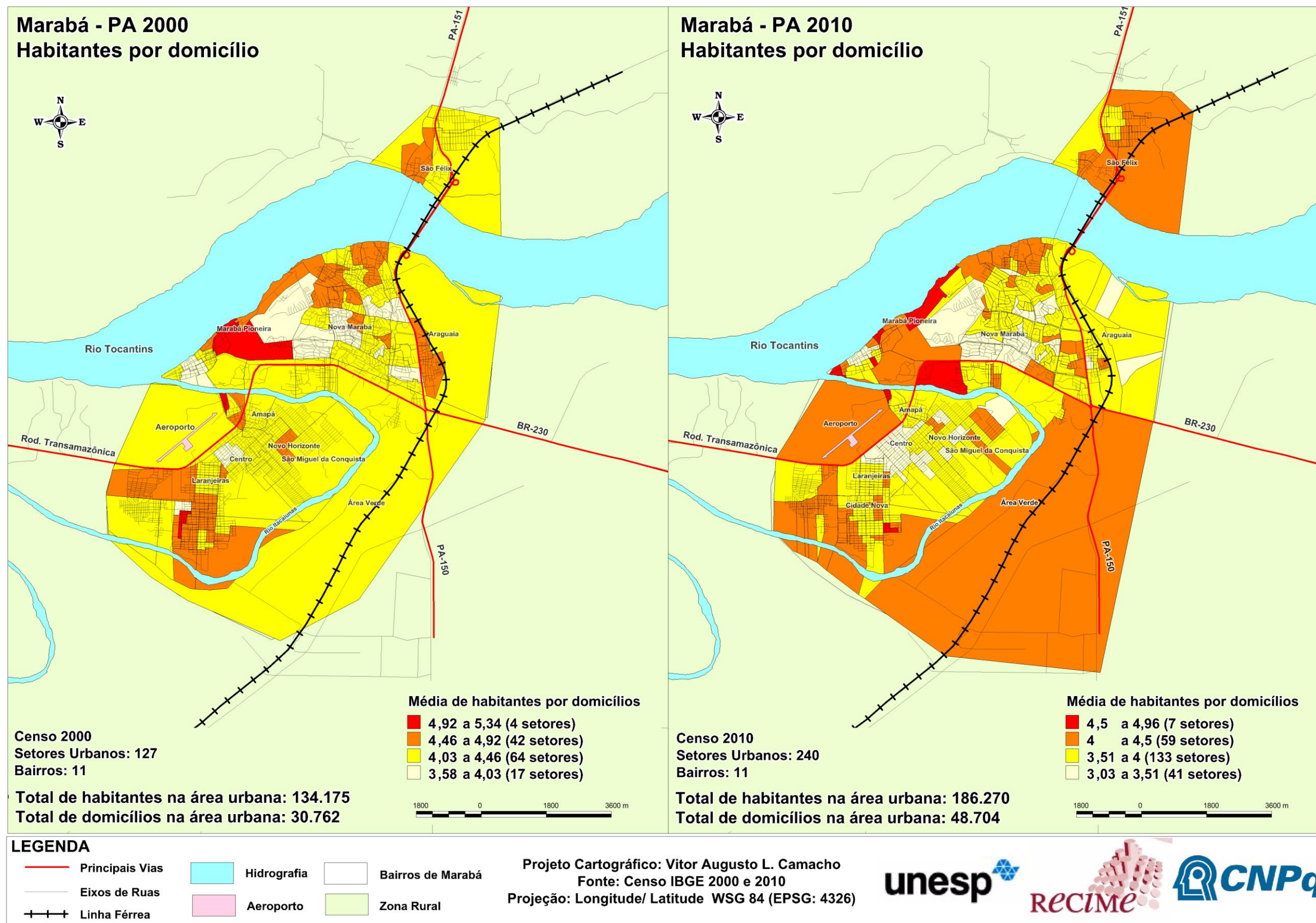
Tendo em vista este caminho teórico adotado e sua articulação como uma abordagem empírica, os dados censitários do IBGE (2000 e 2010) identificam que a cidade de Santarém apresentava 143 setores urbanos no ano de 2000, saltando para 249 setores no ano de 2010. Por sua vez, a cidade de Marabá possuía 127 setores urbanos no ano de 2000, passando a apresentar 240 setores no ano de 2010 (Mapas 7 e 8).

³⁶ A distribuição espacial constitui elemento importante na produção desta análise, à medida que a produção capitalista do espaço das cidades, as estratégias de reprodução dos agentes econômicos, as reestruturações urbana e da cidade contemporânea, imprimem, na escala da cidade, reconfigurações espaciais enquanto condição para a reprodução do capital no espaço (HARVEY, 2013).

Mapa 7- SANTARÉM: habitantes por domicílio (2000-2010).



Mapa 8 - MARABÁ: habitantes por domicílio (2000-2010).



Levando em consideração que cada setor censitário corresponde a aproximadamente 300 domicílios particulares permanentes, e que a partir desse patamar o IBGE tende a efetuar a subdivisão do setor censitário, criando novos setores, os referidos dados indicam que ocorreram mudanças demográficas relacionadas ao crescimento acelerado do número de setores e de domicílios em ambas as cidades médias.

Ao consideramos a afirmativa de Santos (2008), para quem a estrutura espacial constitui combinação localizada de contingentes demográficos específicos, bem como, de estrutura de produção e consumo específica, como vem se configurando a relação entre número de habitantes e domicílios na escala da cidade?

De maneira geral, os dados dos Mapas 7 e 8 ilustram uma tendência de diminuição na média de habitantes por domicílio nas áreas urbanas das cidades de Marabá e Santarém. Para o caso de Marabá, a diminuição da média de habitantes por domicílios na área urbana da cidade é expressa pela retração da média de 4,36, no ano de 2000, para 3,82, no ano de 2010, ao passo que a diminuição na média de habitantes por domicílio na área urbana da cidade de Santarém recuou de 4,75, no ano de 2000, para 4,10, no ano de 2010.

Do ponto de vista demográfico, os dados do IBGE (2000 e 2010), referentes à variável habitantes por domicílio, Mapas 7 e 8, permitem inferir que o crescimento de habitantes na área urbana da cidade de Marabá atingiu cerca de 38,83% (52.095 habitantes), no ano de 2010, em relação aos dados de 2000; ao passo que a cidade de Santarém apresentou um crescimento de habitantes na área urbana da cidade, na ordem de 15,14% (26.989 habitantes), no ano de 2010, quando comparado com os anos de 2000. Os dados permitem identificar uma diferença relacionada à tendência de crescimento demográfico mais rápido do número de habitantes na cidade de Marabá, quando comparado com o ritmo de crescimento do número de habitantes na cidade de Santarém.

Ainda do ponto de vista demográfico, os dados do IBGE, ilustrados nesses mesmos mapas, demonstram que ambas as cidades tiveram crescimento no número de domicílios, no ano de 2010, quando comparado com os dados de 2000. Tal crescimento de domicílios foi mais rápido em Marabá, que alcançou o percentual de 58,32% (17.942 domicílios); ao passo que a cidade de Santarém obteve crescimento de domicílios na ordem de 33,54% (12.577 domicílios).

Do ponto de vista espacial, um comparativo entre os Mapas 7 e 8 permitem ilustrar, para o caso de Marabá, um aumento no número de setores com os maiores indicadores,

referentes a média de habitantes por domicílio, representados pela cor vermelha, que saltou de quatro setores, no ano 2000, para sete setores, no ano de 2010. Por sua vez, a cidade de Santarém apresentou uma redução no número de setores com os maiores indicadores, referentes à média de habitantes por domicílio, representados pela cor vermelha, que saltou de 21 para 10 setores.

Convém ressaltar um aumento mais rápido no número de setores intermediários, referentes à média de habitantes por domicílio, de cor amarelo, na cidade de Marabá, quando comparado com o crescimento do setor intermediário melhor, na cidade de Santarém. Neste sentido, a cidade de Marabá apresentou um aumento de 69 setores intermediários, do ano de 2000, para o ano de 2010, o que representou um acréscimo de 107,81%; ao passo que em Santarém ocorreu aumento dos setores intermediários, de 22 para 116 setores, representando acréscimo da ordem de 427,27%.

Os dados permitem, assim, constatar que ocorreu um aumento mais rápido desses setores intermediários em Santarém, quando comparado com o ritmo de crescimento dos mesmos setores na cidade de Marabá.

Os referidos dados permitem, ainda, identificar uma diferença relacionada ao ritmo de aumento nos menores indicadores, referentes à média de habitantes por domicílio, e que está representado pela cor bege, cuja velocidade de crescimento é mais rápida na cidade de Santarém, com aumento em 10 setores (333,33%), de 2000 para 2010; isso quando comparado com o ritmo de crescimento do indicador menor, referente à média de habitantes por domicílio em Marabá, que aumentou em 24 setores (141,18%), de 2000 para 2010.

Do ponto de vista da representação espacial dos dados sobre setores censitários, advertimos o leitor para um limite da representação cartográfica de setores censitários. Este limite diz respeito a uma certa fragilidade no sentido de interpretar o agrupamento de domicílios de maneira pontual e precisa, tal como já alertado na introdução deste trabalho.

Tentamos minimizar tal imprecisão aos utilizamos, de maneira sobreposta, a base de arruamentos das cidades pesquisadas. Compreendemos que o uso desta base não resolve completamente as imprecisões, porém constitui uma alternativa para que possamos desenvolver nossas análises interpretativas, na medida em que identifica a não sobreposição imediata entre a área de um setor censitário e sua efetiva ocupação. Pelo contrário, quanto menores forem as áreas de um setor censitário mais densamente ocupado por domicílio e, via de regra, por habitantes.

Identificada esta imprecisão, ao analisarmos os dados sobre a cidade de Marabá, chamamos a atenção para os casos de setores localizados a Oeste (Bairro Aeroporto) e a Leste (Bairro Área Verde), na escala da cidade, cujos respectivos setores, apesar de apresentarem um recorte territorial extenso, do ponto de vista da representação cartográfica, possuem apenas um setor censitário cada. De maneira semelhante, constatamos, na cidade de Santarém, que setores censitários a Leste da cidade, onde estão localizados os Bairros de Urumanduba, Mararú e Ipanema, apresentam grande extensão territorial, do ponto de vista da representação cartográfica, porém pequeno agrupamento de domicílios³⁷.

Ainda em relação à análise dos Mapas 7 e 8, ao associarmos os dados quantitativos dos setores censitários do IBGE às informações obtidas a partir de imagens de satélite acerca do tecido urbano das cidades e a articulação com dados de natureza qualitativa obtida em trabalho de campo, pudemos identificar duas tendências: uma primeira, relacionada ao predomínio de setores censitários com menores percentuais de habitantes por domicílio, representados pela cor bege, localizados nas áreas centrais das respectivas cidades médias; e uma segunda tendência, relacionada ao predomínio de setores censitários com maiores percentuais de habitantes por domicílio, representados pela cor vermelha, localizados nas áreas periféricas.

O elevado número de habitantes por domicílios nas áreas periféricas de ambas as cidades médias, constituem expressão e um excelente ponto de partida para a análise das mudanças nas condições econômicas e sociais de reprodução de segmentos sociais na escala da cidade, diante da divisão social desigual do espaço.

Do ponto de vista da produção/distribuição na cidade, para o caso de Santarém, tais mudanças estão relacionadas ao avanço de fazendeiros, grileiros, "sojeiros"³⁸ e de novos agentes econômicos nos espaços rurais do oeste paraense (OLIVEIRA, 2005), desenvolvendo práticas de grilagem de terras, fato que vêm contribuindo para a indução de fluxos

³⁷ Para o caso da cidade de Santarém, até o censo de 2000, o poder público municipal considerou como perímetro urbano uma extensa zona a Oeste da cidade, estendendo-se em direção ao território do Aeroporto de Santarém. Não obstante, o poder público municipal, a partir de Plano Diretor, realizado no ano de 2006, passou a considerar esta área (denominada de Zona do Aeroporto e Zona Paisagística) como não integrantes do perímetro urbano da cidade. Dessa maneira, a partir do Censo de 2010, ocorreu mudança no recorte do perímetro urbano da cidade, de tal maneira que o respectivo perímetro urbano da cidade teve sua extensão diminuída.

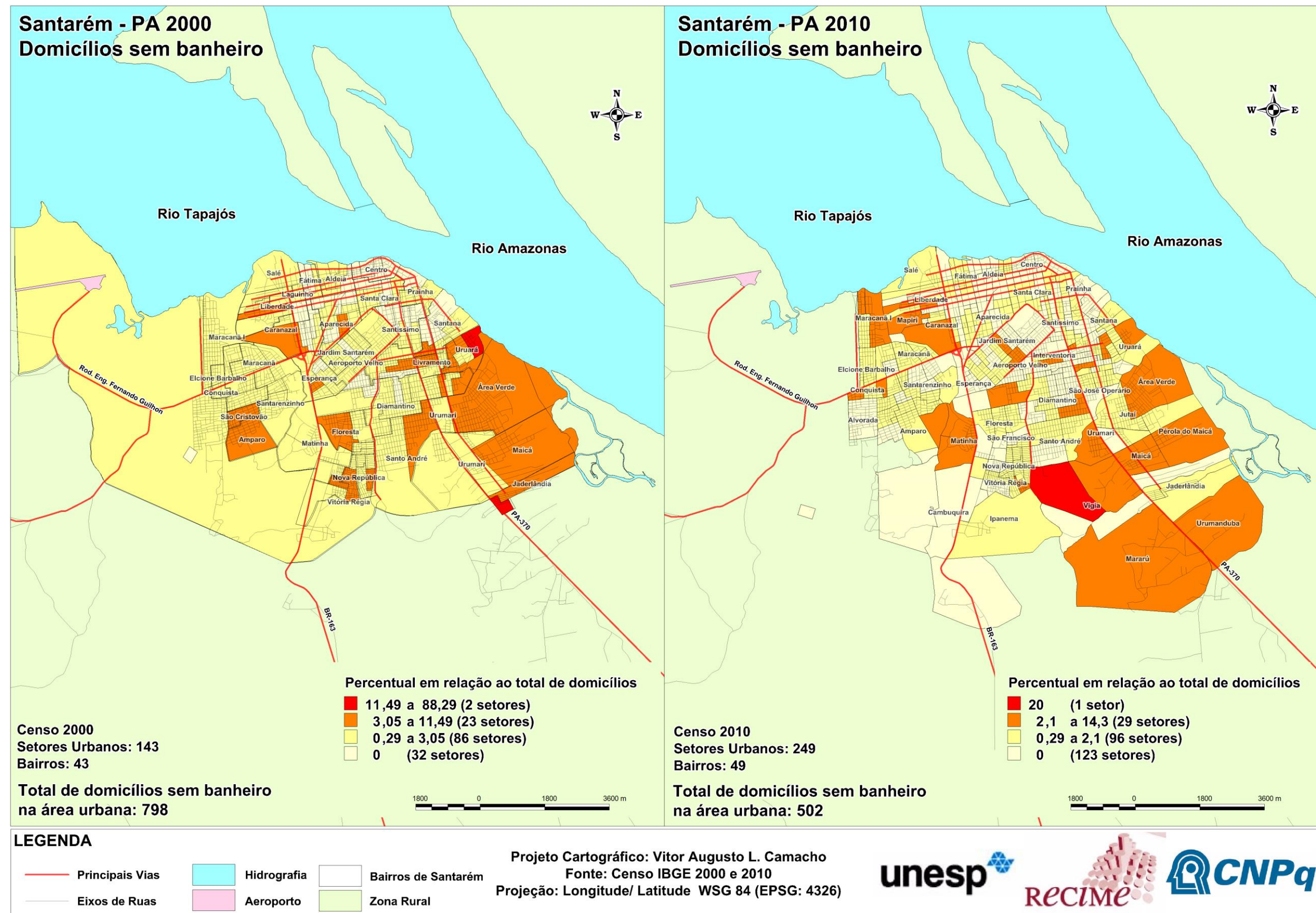
³⁸ Denominação local dada ao grupo de grileiros que vem promovendo expropriação de terras de camponeses nas áreas rurais do oeste paraense, para desenvolver atividades relacionadas ao plantio e produção de soja, de maneira a atender às demandas da corporação multinacional BUNGE, que vem atuando em Santarém (OLIVEIRA, 2005).

demográficos de áreas rurais em direção à cidade, bem como, para o aumento da demanda por equipamentos e serviços urbanos em Santarém.

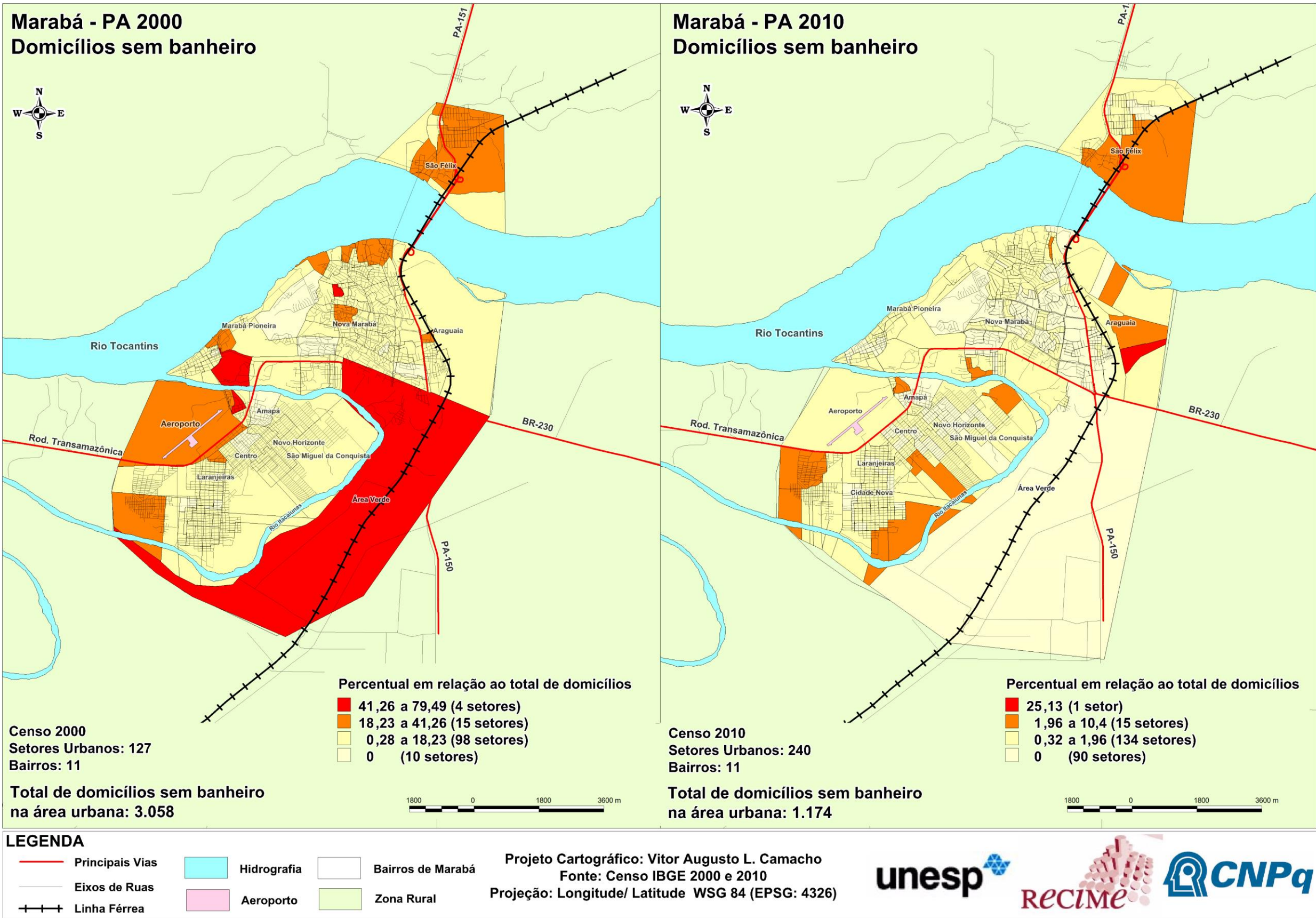
Um outro elemento importante a ser ressaltado diz respeito ao fato de que, a presença de novos agentes econômicos na escala da cidade de Santarém tende a engendrar processos de valorização do solo urbano nas áreas centrais, disputas territoriais pelos espaços mais bem localizados e de melhor acessibilidade a equipamentos urbanos.

Já para o caso de Marabá, o avanço de agentes econômicos como resultado do desenvolvimento das atividades da mineração na região sudeste paraense, tendo como principal agente indutor, a corporação VALE, contribui de maneira significativa para a indução de crescimento demográfico mais rápido na franja urbana da cidade, para valorização do preço da terra urbana, bem como, para disputas territoriais pelo uso do solo urbano relacionada a uma distribuição desigual da infraestrutura da cidade.

Mapa 9 - SANTARÉM: Domicílios sem banheiro (2000-2010).



Mapa 10 - MARABÁ: Domicílios sem banheiro (2000-2010).



Do ponto de vista das mudanças na distribuição de domicílios sem banheiro na área urbana das cidades, os Mapas 9 e 10, permitem ilustrar uma tendência de diminuição de 296 (37,09%) no número de domicílios sem banheiro, entre os anos de 2000 e o ano de 2010, na escala da cidade de Santarém; ao passo que a cidade de Marabá apresentou uma diminuição de 1884 domicílios (61,61%) no número de domicílios sem banheiro na escala da cidade, denotando, portanto, uma diminuição mais acentuada nesta última cidade.

Esses mapas permitem identificar ainda, uma diminuição mais rápida do total percentual de domicílios sem banheiro, na área urbana da cidade de Marabá, de 9,94%, em 2000, para 2,41%, no ano de 2010; ao passo que o total percentual de domicílios sem banheiro, na área urbana da cidade de Santarém, apresentou menor redução, saltando de 2,13%, em 2000, para 1%, em 2010.

Quando consideramos uma análise interpretativa e comparativa do percentual, em relação ao total de domicílios sem banheiro por setor em Santarém e Marabá, os mapas 9 e 10 permitem identificar um aumento de 26,09% no setor intermediário pior, representado pela cor alaranjada, na escala da cidade de Santarém, do ano 2000 para o ano de 2010; ao passo que o setor intermediário pior, representado pela cor alaranjada, em Marabá, não apresentou acréscimo.

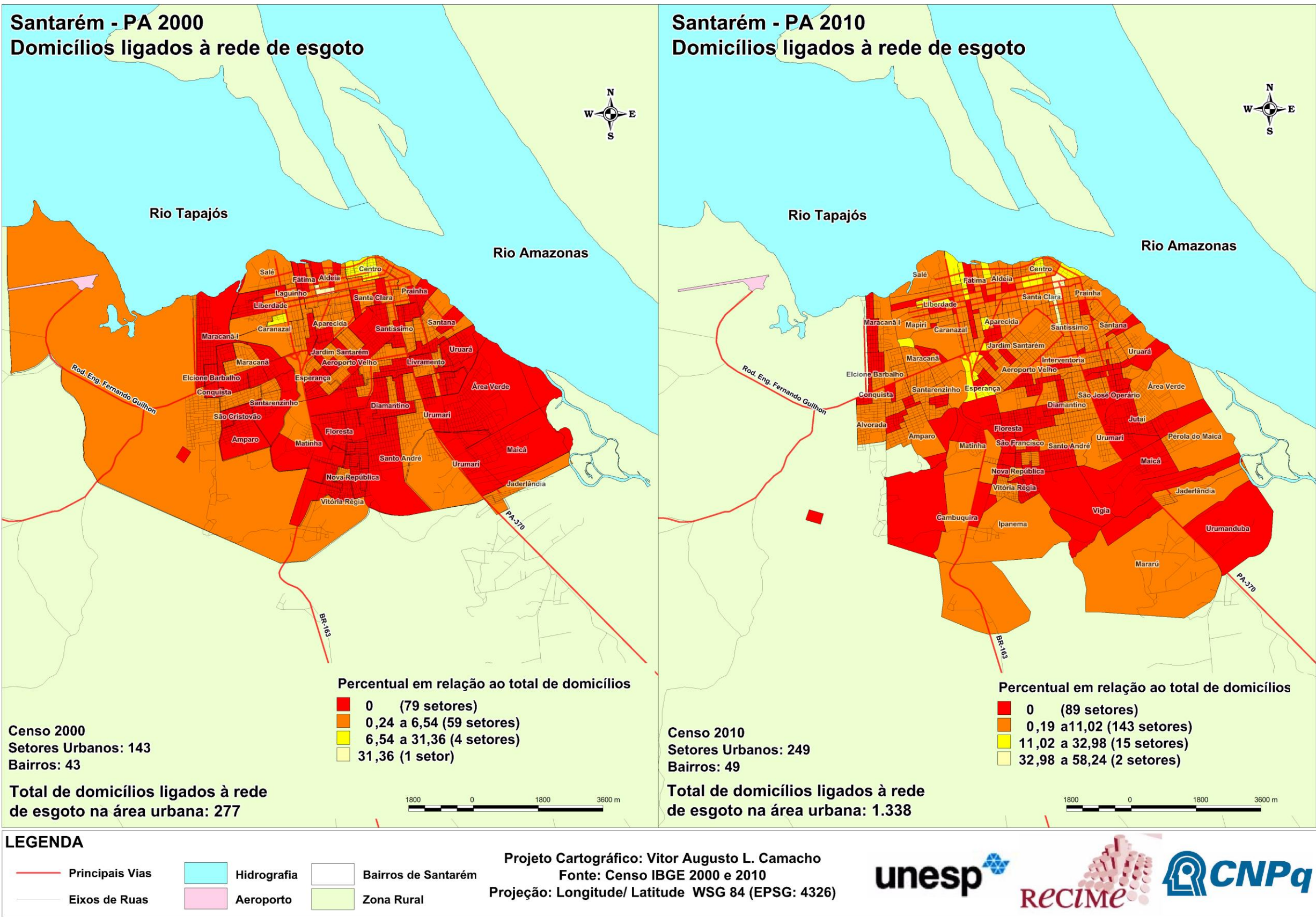
Por sua vez, os setores com melhores indicadores, representados pela cor bege, que apresentam zero (0) setores com domicílios sem banheiro, sofreram crescimento acelerado em ambas as cidades. Para o caso de Santarém, o crescimento foi menos intenso, representando 284,37%; já para o caso da cidade de Marabá o crescimento percentual deste setor com melhor indicador foi de 800%. Assim, podemos identificar mudanças na distribuição da estrutura espacial de ambas as cidades, associadas à disseminação de banheiros.

Tal crescimento possivelmente encontra relação com um conjunto de ações do Estado que contribuíram para elevação do nível de renda de segmentos sociais de baixa renda, com reatamentos na produção de infraestrutura urbana na escala das cidades.

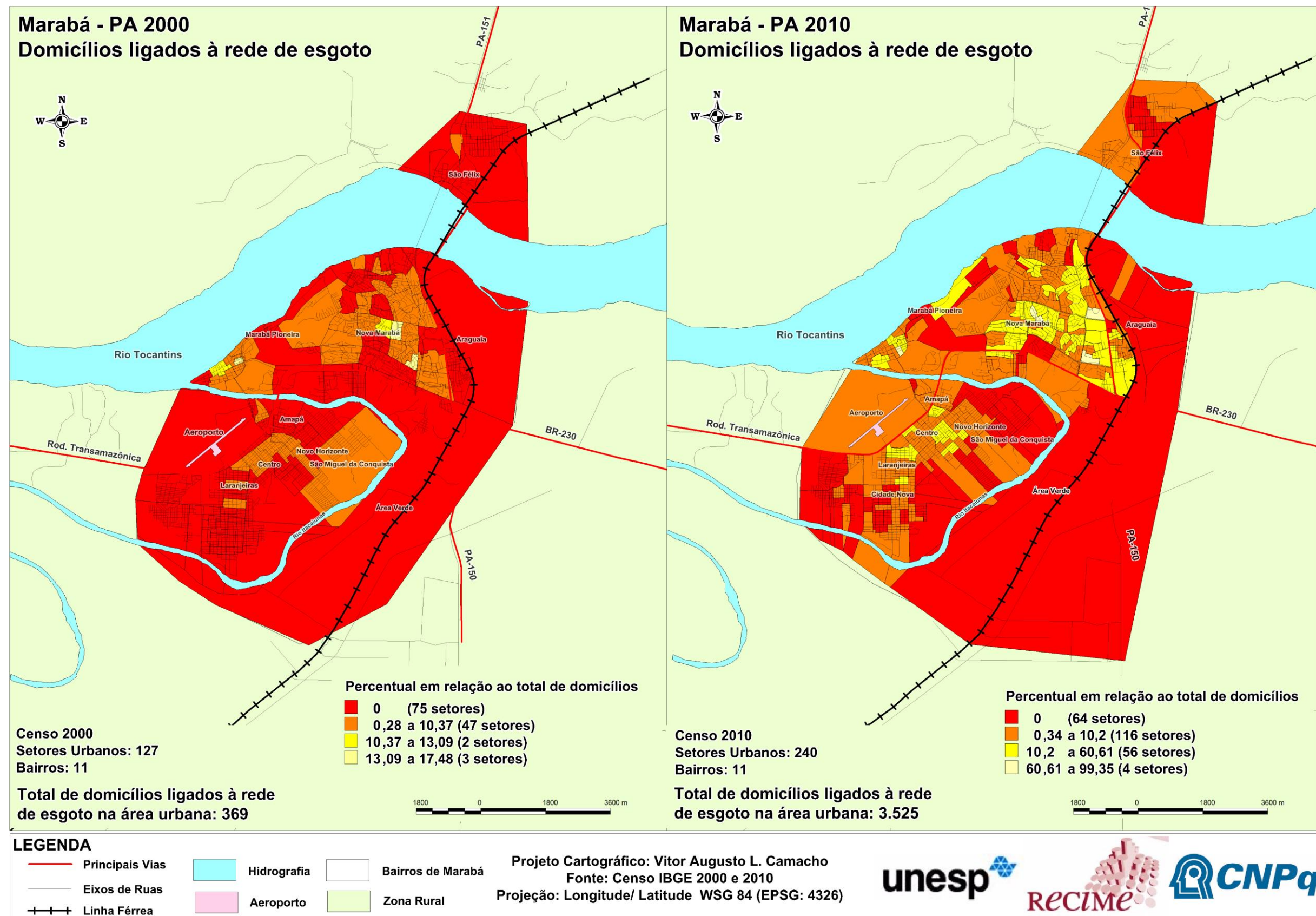
Com efeito, evidenciamos, ainda, a ocorrência de duas tendências de produção/distribuição de domicílios sem banheiro em Santarém e Marabá, entre os anos de 2000 e 2010, quais sejam:

- Uma primeira tendência, relacionada ao predomínio de espacialização dos setores com melhores indicadores, representados pela cor bege, localizados nas áreas centrais das duas cidades;
- Uma segunda tendência, que está associada ao predomínio de espacialização de setores com piores indicadores urbanos, referentes à variável "domicílios sem banheiro" (representados pela cores alaranjada e vermelha), nos espaços da periferia de ambas as cidades médias paraenses.

Mapa 11 - SANTARÉM: Domicílios ligados à rede de esgoto (2000-2010).



Mapa 12 - MARABÁ: Domicílios ligados à rede de esgoto (2000-2010).



Do ponto de vista da produção da estrutura espacial nas cidades de Santarém e Marabá, particularmente no que se refere ao indicador domicílios ligados à rede geral de esgoto, os Mapas 11 e 12 permitem demonstrar um aumento acelerado no percentual de domicílios ligados a essa rede, na área urbana da cidade de Marabá, em relação ao total de domicílios da cidade, que saltou de 1,2%, no ano de 2000, para 7,24%, no ano de 2010. Por sua vez, o crescimento percentual de domicílios ligados a rede de esgoto na área urbana da cidade de Santarém, saltou de 0,74%, no ano de 2000, para 2,74%, em 2010.

Os elementos apresentados permitem mostrar um aumento mais acelerado de domicílios ligados a rede de esgoto na área urbana de Marabá, quando comparado com a cidade de Santarém. Tal crescimento, como já ressaltado anteriormente, constitui possivelmente resultado de políticas urbanas direcionadas à redução do número de domicílios não ligados à rede de esgoto.

No que diz respeito ao percentual total de domicílios por setor, os mapas possibilitam identificar que o quartil intermediário pior, de cor alaranjada, na cidade de Marabá, aumentou 146,81% (69 setores) dos anos de 2000, para os anos de 2010; ao passo que o quartil intermediário pior apresentou crescimento da ordem de 142,37% (84 setores), em Santarém, do ano de 2000, para o ano de 2010.

Os dados demonstram, ainda, que os setores com indicador pior, referente ao percentual em relação ao total de domicílios por setor com acesso à rede de esgoto em Santarém, representado pela cor vermelha, apresentou aumento de 12,66%; ao passo que a cidade de Marabá apresentou uma diminuição de 14,67% no quartil correspondente a zero(0) de domicílios ligados à rede de esgoto.

Os Mapas 11 e 12 permitem interpretar que dos 143 setores urbanos da cidade de Santarém, no ano de 2000, 55,24% do total (89 setores com pior indicador), representados pela cor vermelha possuíam zero (0) de domicílios ligados à rede de esgoto. Por sua vez, dos 249 setores urbanos da cidade de Santarém, no ano de 2010, 35,74%, do total de setores da área urbana da cidade, possuem zero (0) de domicílios ligados à rede de esgoto.

De maneira semelhante, na cidade de Marabá, 127 setores urbanos no ano de 2000, 59,05% do total de setores da área urbana de Marabá (75 setores com piores indicadores) possuíam zero (0) de domicílios ligados a essa rede. No que diz respeito ainda a essa cidade, dos 240 setores urbanos existentes no ano de 2010, 26,67% (64 setores com piores

indicadores), representados pela cor vermelha, apresentam zero (0) de domicílios ligados à rede de esgoto.

Os dados demonstram mudanças na distribuição da estrutura espacial relacionada ao avanço da infraestrutura e de domicílios ligados à rede de esgoto em ambas as cidades médias, sendo que, a cidade de Marabá apresentou uma mudança mais rápida quando comparada com Santarém.

Os Mapas 11 e 12 possibilitam, ainda, identificar um aumento mais acelerado no quartil intermediário melhor, representado pela cor amarela, na cidade de Marabá, do ano de 2000 para o ano de 2010, em relação ao crescimento dos mesmos setores intermediários melhores na cidade de Santarém. Dentro dessa perspectiva, a cidade de Santarém apresentou um crescimento do número de setores no quartil intermediário melhor da ordem de 275%, o que corresponde ao acréscimo de 11 setores; enquanto que a cidade de Marabá apresentou um crescimento deste setor intermediário melhor, na ordem de 2700%, o que correspondeu a um acréscimo de 54 setores.

Os mapas ilustram duas semelhanças entre as cidades: uma primeira semelhança encontra-se relacionada à tendência de predomínio de localização dos setores com melhor indicador e com indicador intermediário melhor (representados pelas cores bege e amarelo, respectivamente), em áreas centrais das respectivas cidades. Uma segunda tendência diz respeito ao predomínio de localização dos setores com piores indicadores e intermediários piores, de domicílios ligados à rede de esgoto, nas franjas urbanas das cidades de Santarém e Marabá.

Estes dados expressam uma divisão social do espaço como resultado do processo de urbanização e de configurações inerentes ao "desenvolvimento geográfico desigual" nos termos de Harvey (2004a), cujas manifestações espaciais revelam nexos de modernização diferentes e desiguais, quando se considera a produção das áreas centrais em comparação com as áreas periféricas das respectivas cidades.

No que se refere ao total de domicílios ligados à rede de esgoto na área urbana das duas cidades médias, os dados dos mapas permitem observar um aumento da ordem de 383,03% no total de domicílios ligados à rede em Santarém, e de 885,28%, no total de domicílios ligados à rede de esgoto na cidade de Marabá, dos anos de 2000, em relação a 2010.

Os elementos apresentados demonstram que ambas as cidades apresentam níveis de infraestrutura urbana relacionada a domicílios ligados à rede de esgoto muito reduzidos, quando comparado com o ritmo de crescimento acelerado das cidades e as crescentes demandas das populações destas cidades. Uma segunda consideração a se fazer diz respeito ao fato de que o avanço da infraestrutura urbana de rede de esgoto, na escala das duas cidades, vem se dando com maior velocidade nas áreas centrais das mesmas, do que nas áreas periféricas.

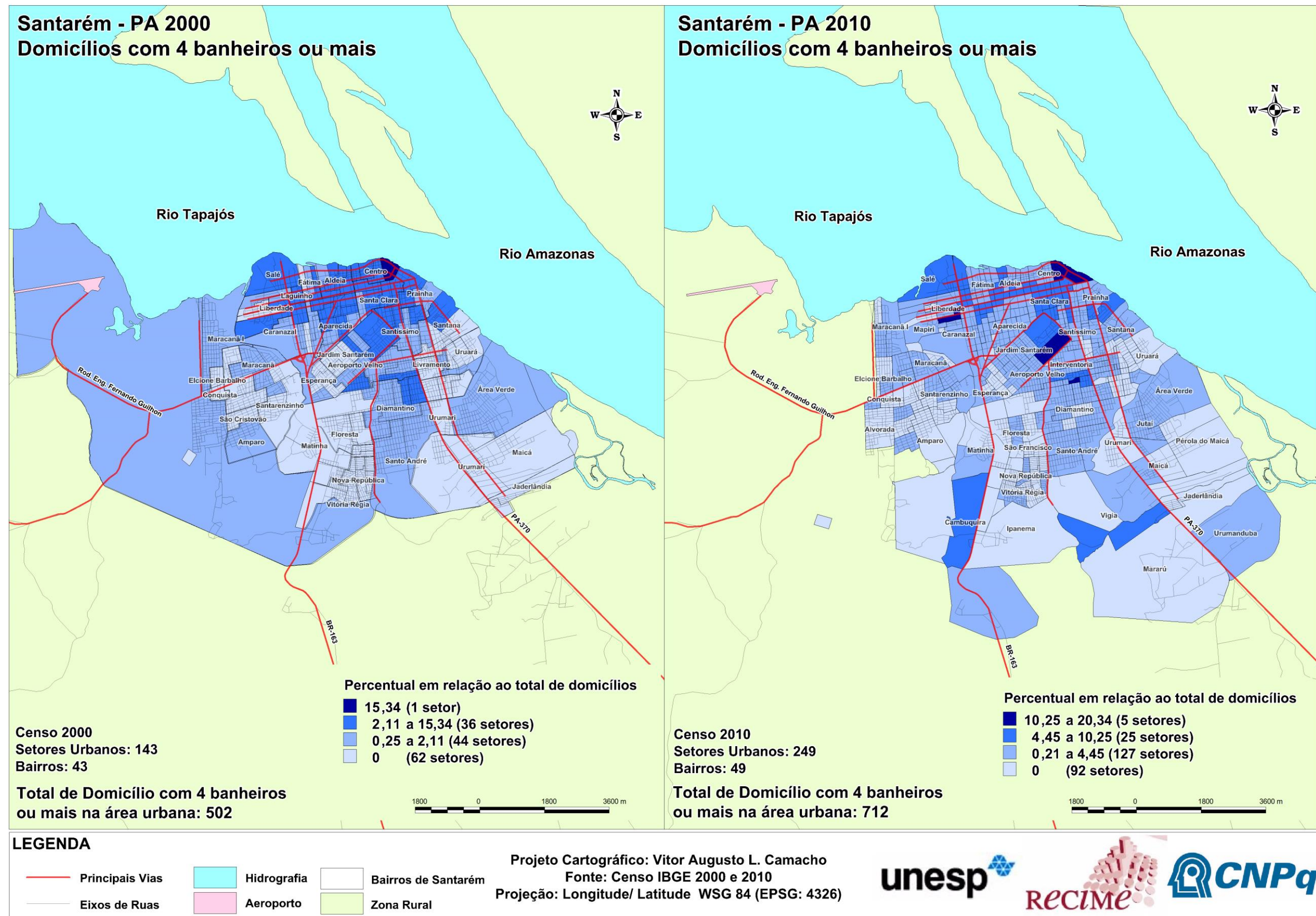
Um terceira consideração, de ordem comparativa entre as duas cidades, diz respeito ao fato de identificarmos uma diferença entre Santarém e Marabá, relacionada a uma tendência de mudança mais rápida na infraestrutura urbana, referente aos domicílios sem banheiro ligados à rede de esgoto em Marabá, quando comparada ao ritmo de avanço da infraestrutura de Santarém.

Os dados do IBGE, associados ao trabalho de campo realizado em Santarém e Marabá revelam que os setores que sofreram melhorias mais significativas encontram-se nas proximidades dos principais eixos viários estruturantes e nas áreas centrais das cidades.

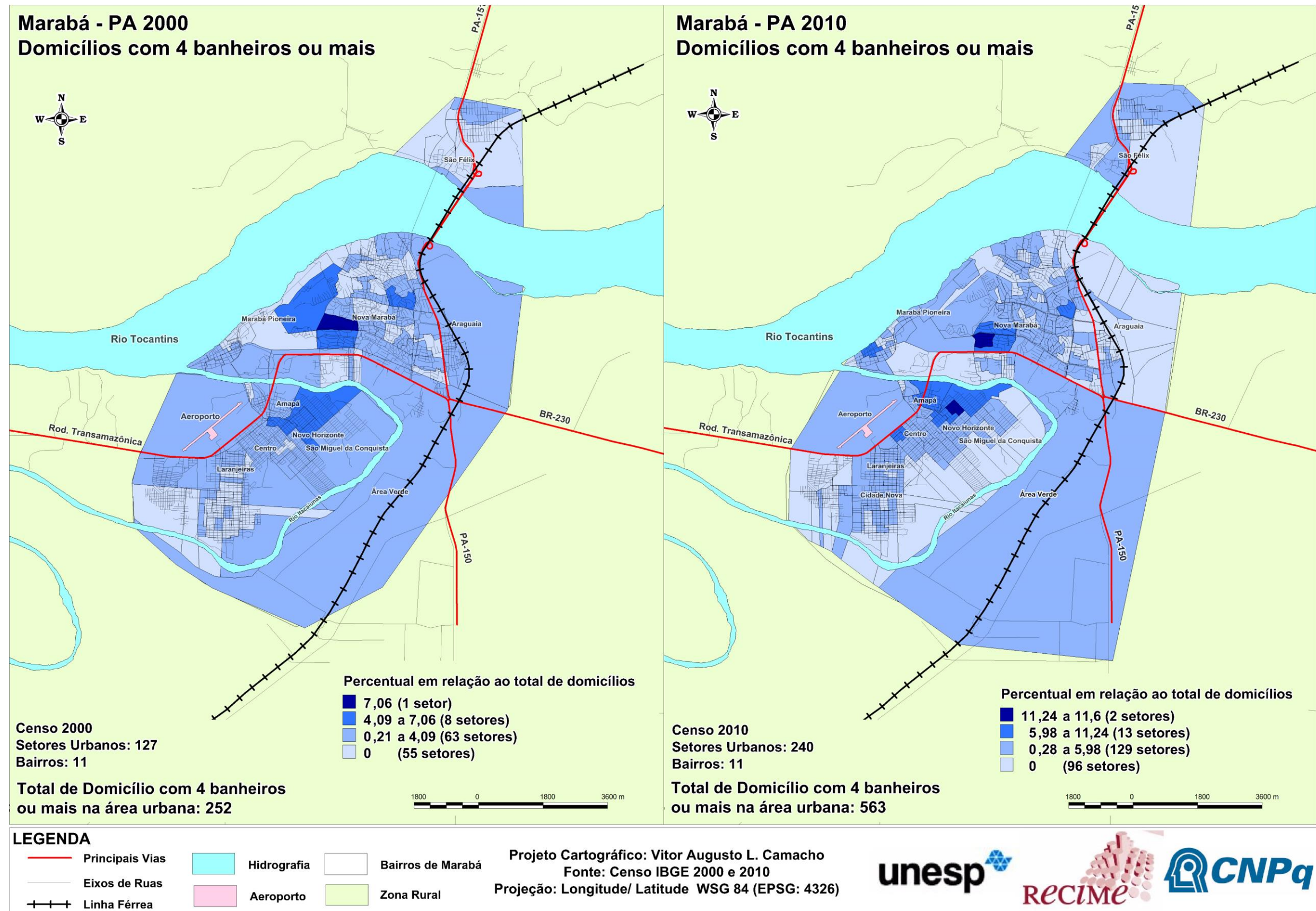
Os dados apresentados sugerem que a distribuição da estrutura espacial na escala das cidades de Santarém e Marabá vem se reproduzindo de maneira desigual, tendo como resultado, a melhoria mais rápida dos equipamentos nas áreas centrais e a manutenção ou mesmo melhoria pouco significativa de equipamentos nas franjas urbanas das cidades.

Com efeito, a distribuição desigual da estrutura espacial em Santarém e Marabá constitui expressão daquilo que Harvey (2008) compreende como "urbanização desigual" entendida pelo mesmo autor, como um fenômeno de classe extraído de algum lugar e de alguém, ao passo que o controle sobre sua distribuição repousa nas mãos de poucos agentes.

Mapa 13 - SANTARÉM: Domicílios com quatro banheiros ou mais (2000-2010).



Mapa 14 - MARABÁ: Domicílios com quatro banheiros ou mais (2000-2010).



Os Mapas 13 e 14 permitem analisar que os domicílios com quatro banheiros ou mais, nas cidades de Santarém e de Marabá apresentaram aumento. Para o caso da cidade de Santarém, o percentual de domicílios com quatro banheiros ou mais, em relação ao total de domicílios na área urbana da cidade, aumentou de 1,34%, em 2000, para 1,42%, no ano de 2010; ao passo que a cidade de Marabá obteve uma mudança de 0,82%, no ano de 2000, para 1,55%, no ano de 2010.

Ainda para o caso de Santarém, o aumento do total de domicílios com quatro banheiros ou mais, do ano de 2000 para 2010, foi de 41,82% (210 domicílios), ao passo que a cidade de Marabá apresentou um acréscimo no total de domicílios com quatro banheiros em torno de 123,41% (311 domicílios).

Quando analisamos os setores com melhores indicadores de infraestrutura (representados pela cor azul royal) referentes a domicílios com quatro banheiros ou mais, os mapas indicam uma tendência de aumento de setores tanto em Santarém, quanto em Marabá, do ano de 2000, para o ano de 2010.

Por sua vez, no que se refere ao setor intermediário melhor (representado pela cor azul), a cidade de Santarém apresentou uma redução de 30,55%, do ano de 2000, para o ano de 2010; ao passo que a cidade de Marabá obteve um aumento de 62,5%, do ano de 2000, para o ano de 2010.

Os quartis com melhores indicadores de infraestrutura, referentes a domicílios com quatro banheiros ou mais, representados pela somatória de setores dos quartis de cores azul royal e azul, permitem inferir que ocorreu uma tendência predominante de concentração espacial relativa de setores com os melhores indicadores em espaços muito específicos das áreas centrais de ambas as cidades médias paraenses.

Em trabalho de campo realizado em ambas as cidades identificamos para o caso de Santarém, que as áreas que apresentam maior quantidade de domicílios com quatro banheiros localizam-se em espaços onde residem as antigas e novas elites políticas locais, bem como, novos agentes econômicos capitalizados, como grandes comerciantes, madeireiros, fazendeiros. Identificamos ainda que estes espaços apresentam melhores amenidades e acessibilidades a equipamentos urbanos essenciais, quando comparado com as áreas periféricas da cidade.

Para o caso de Marabá, evidenciamos que as áreas que apresentam maior quantitativo de domicílios com quatro banheiros (área do Bairro Amapá e área nas proximidades da

Rodovia BR- 230) são espaços nos quais se localizam residências de alto padrão de propriedade de elites políticas e segmentos sociais capitalizados.

Os quartis intermediários piores dos mapas, representados pelas cores azul celeste, possibilitam identificar um aumento dos respectivos setores intermediários piores de 30,77% (44 setores censitários), no ano de 2000, para 51% (127 setores censitários), em relação ao total de setores censitários da cidade de Santarém, no ano de 2010. De maneira semelhante a Santarém, Marabá também apresentou um aumento no percentual de setores intermediários piores, que saltou de 49,61% (63 setores censitários), no ano de 2000, para cerca de 53,75% (129 setores censitários), em relação ao total de setores censitários da cidade, no ano de 2010.

Os Mapas 13 e 14 demonstram uma tendência de aumento no número de setores com zero (0) de domicílios com quatro banheiros ou mais, o que está representado pela cor azul claro, nas duas cidades. Para o caso da cidade de Santarém, o zero (0) de domicílios com quatro banheiros ou mais saltou de 62 setores, em 2000, para 92 setores, no ano de 2010, com aumento de 48,39% neste quartil. Por sua vez, a cidade de Marabá teve o quartil com zero (0) de domicílios com quatro banheiros ou mais ampliado em 74,54%, do ano de 2000, para o ano de 2010, aumentando de 55 setores, para 96 setores censitários. A esse respeito dos dados apresentados acima, podemos interpretar que o quartil com zero (0) de domicílios com quatro banheiros ou mais teve um crescimento mais rápido em Marabá do que em Santarém.

Os mapas evidenciam duas tendências, quais sejam: uma primeira tendência, relacionada ao fato de os quartis intermediários piores e piores - referentes a domicílios com quatro banheiros ou mais na cidade de Santarém e Marabá, representados pelas cores azul celeste e azul claro - encontram-se, predominantemente, localizados em áreas das periferias das respectivas cidades médias. Por sua vez, os elementos apresentados permitem identificar outra tendência, esta associada ao predomínio de concentração espacial de setores com melhores indicadores urbanos relacionados a domicílios com quatro banheiros ou mais, em ambas as cidades, em espaços específicos e restritos das áreas centrais das cidades pesquisadas.

Considerando a pertinente afirmação de Lojkin (1997) para quem, o processo de urbanização, a melhoria da infraestrutura e a busca por amenidades na escala da cidade contribui para que determinadas classes sociais busquem outras localizações com tais atributos, compreendemos que os dados expressam a concentração de domicílios com quatro banheiros ou mais, e para além disso, podem indicar uma tendência de concentração por parte

de determinados segmentos sociais capitalizados, que, na escala da cidade, tendem a se deslocar ou mesmo se (re)localizar em espaços dotados de melhores amenidades e melhor acessibilidade a equipamentos urbanos essenciais.

Quadro 9 - SANTARÉM E MARABÁ: Distribuição da estrutura espacial nas cidades.

ELEMENTOS DA PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA DISTRIBUIÇÃO DA ESTRUTURA ESPACIAL NAS CIDADES DE SANTARÉM E MARABÁ (2000-2010)	
Semelhanças	Diferenças
• As cidades tiveram crescimento acelerado no número de habitantes e no número de domicílios, no ano de 2010, quando comparado com os dados de 2000; • As cidades apresentaram aumento no número de setores intermediários piores, referentes à média de habitantes por domicílio de 2000 para 2010; • Aumento nos melhores indicadores de habitantes por domicílio, tanto nas cidades de Marabá quanto na cidade de Santarém, de 2000 para 2010; • Tendência de diminuição do total percentual de domicílios sem banheiro, na área urbana da cidade de Marabá e Santarém, de 2000 para 2010; • Aumento do número de domicílios ligados à rede de esgoto em Marabá e Santarém; • Tendências de localização dos setores com melhor indicador e com indicador intermediário melhor, de domicílios ligados à rede de esgoto, em áreas centrais das respectivas cidades; e de localização dos setores com piores indicadores e intermediários piores, de domicílios ligados à rede de esgoto, nas franjas urbanas das cidades de Santarém e Marabá; • Aumento de domicílios com quatro banheiros ou mais, na área urbana das cidades de Santarém e Marabá.	• Tendência de crescimento mais rápido do número de habitantes na cidade de Marabá, quando comparado com a cidade de Santarém; • Crescimento de domicílios mais rápido na cidade de Marabá do que na cidade de Santarém; • Aumento no número de setores com os piores indicadores, referentes à média de habitantes por domicílio, e redução no número de setores com os piores indicadores em Santarém; • Aumento mais rápido no número de setores intermediários piores, referentes à média de habitantes por domicílio na cidade de Marabá, quando comparado com o crescimento do setor intermediário pior, na cidade de Santarém, de 2000 para 2010; • Diminuição mais rápida no número de domicílios sem banheiro em Marabá, em relação a Santarém; • No que se refere ao indicador domicílios sem banheiro, o crescimento do setor com melhor indicador é mais rápido em Marabá (800%), do que em Santarém (284,37%); • Aumento mais rápido do número de domicílios ligados à rede de esgoto em Marabá, do que em Santarém, de 2000 para 2010; • Aumento de domicílios com 4 banheiros ou mais é mais rápido em Marabá, do que em Santarém, do ano de 2000, para o ano de 2010.

Org. Jovenildo Cardoso Rodrigues.

4.2. RENDA DOS CHEFES DE FAMÍLIA NAS CIDADES MÉDIAS DE SANTARÉM E MARABÁ.

Considerando ainda o desafio de analisar a mudança na distribuição da estrutura espacial das cidades de Santarém e Marabá e suas implicações na produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais, optamos pelo uso da variável renda do chefes de família.

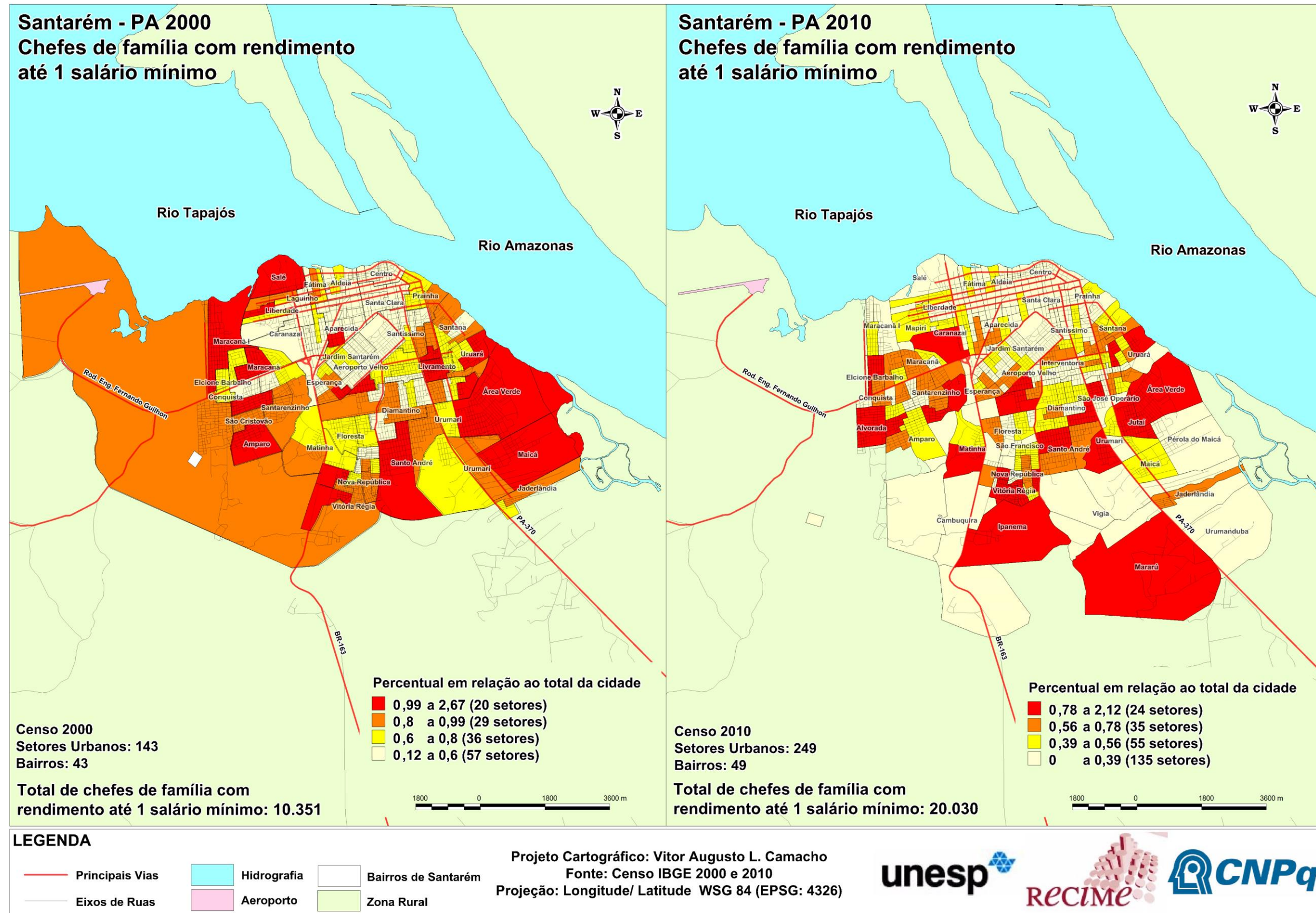
Do ponto de vista da potencialidade dessa variável, os elementos de natureza quantitativa permite-nos identificar tendências de localização e, mesmo, de mudanças nas estruturas espaciais que se encontram articuladas às modificações nas estruturas econômicas e na divisão social desigual do espaço nessas cidades médias paraenses.

Do ponto de vista empírico, os dados censitários do IBGE permitem identificar um total de 10.351 chefes de família com rendimento até um salário mínimo no ano de 2000 na cidade de Santarém, saltando para 20.030 chefes de família com este rendimento no ano de 2010.

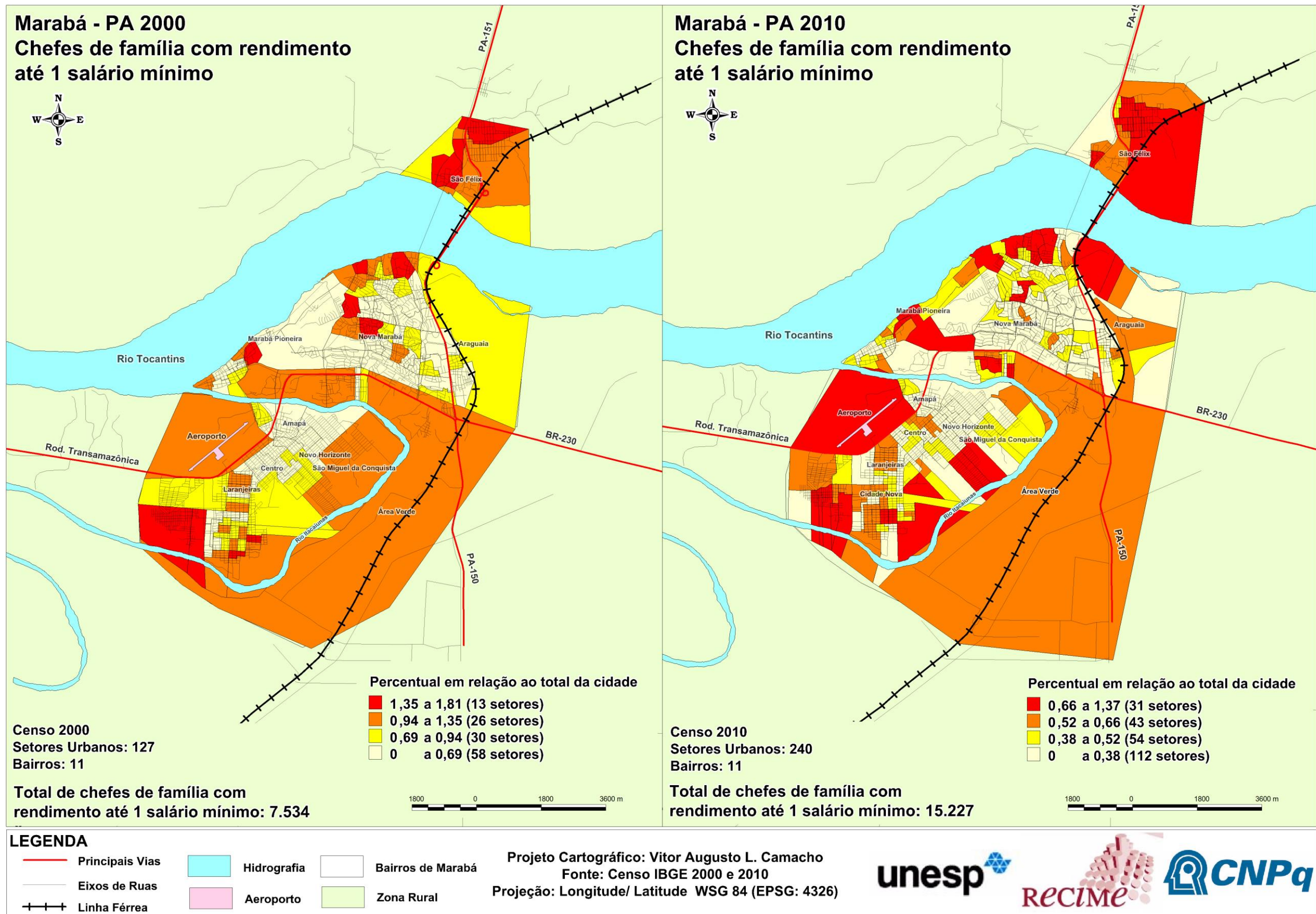
Os dados censitários indicam ainda um total de 7.534 chefes de família com rendimento até um salário mínimo³⁹ no ano de 2000 em Marabá, elevando-se para 15.227 chefes de família com o respectivo rendimento nominal mensal no ano de 2010.

³⁹ O salário mínimo que vigorava no mês de Julho de 2000, era de R\$151,00 (cento e cinquenta e um reais), alcançando no ano de 2010, o valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

Mapa 15 - SANTARÉM: Chefes de família com rendimento até 1 salário mínimo (2000-2010).



Mapa 16 - MARABÁ: Chefes de família com rendimento até 1 salário mínimo (2000-2010).



Os Mapas 15 e 16 ilustram uma tendência de crescimento percentual mais rápido dos chefes de família com rendimento de até 1 salário mínimo, entre os anos de 2000 e 2010, na cidade de Marabá, quando comparado com o ritmo de crescimento percentual deste mesmo indicador na cidade de Santarém. Dentro dessa perspectiva, a cidade de Marabá apresentou um aumento da ordem de 102,11% no número de chefes de família com rendimento de até 1 salário mínimo, do ano de 2000 para o ano de 2010; ao passo que a cidade de Santarém teve um aumento de 93,51%, do ano de 2000 para o ano de 2010.

Estes dados, que sinalizam para aumento da renda deste segmento social, possivelmente, constituem resultado de ações e políticas de distribuição de renda empreendidas pelo governo federal no período em questão, como por exemplo, o Bolsa Família, além de reajustes reais no valor do salário mínimo, bem como o aumento de postos de trabalho formais, fatores que contribuíram de maneira significativa para o aumento no número de chefes de família até um salário mínimo nestas cidades médias paraenses, em outras palavras, para a melhoria relativa das condições de renda desse segmento social na escala das cidades.

Ainda que Marabá apresente um aumento mais rápido no percentual de chefes com rendimento de até 1 salário mínimo, em relação a Santarém, do ano de 2000 para o ano de 2010, esta segunda cidade apresentou maior acréscimo quantitativo (9679 chefes de família, do ano de 2000, para o ano de 2010) em relação à cidade de Marabá, que apresentou uma ampliação de 7693, do ano de 2000, para o ano de 2010.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE/ CAGED⁴⁰/RAIS⁴¹ (2014), entre os anos de 2002 e 2010⁴², o número de empregos formais (com carteira assinada) gerados no município de Marabá foi da ordem de 21.741. Por sua vez, ainda segundo o MTE/CAGED/RAIS (2014), o município de Santarém registrou entre os anos de 2002 e 2010, um aumento de 10.029 postos de trabalho formais no município. Este fator também exerceu influência no aumento de chefes de família com rendimento até um salário mínimo em ambas as cidades.

⁴⁰ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE.

⁴¹ Registro Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE.

⁴² Os Sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e do Emprego estava disponibilizando apenas os dados referentes aos anos de 2002 a 2010 no momento de nossa pesquisa. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>

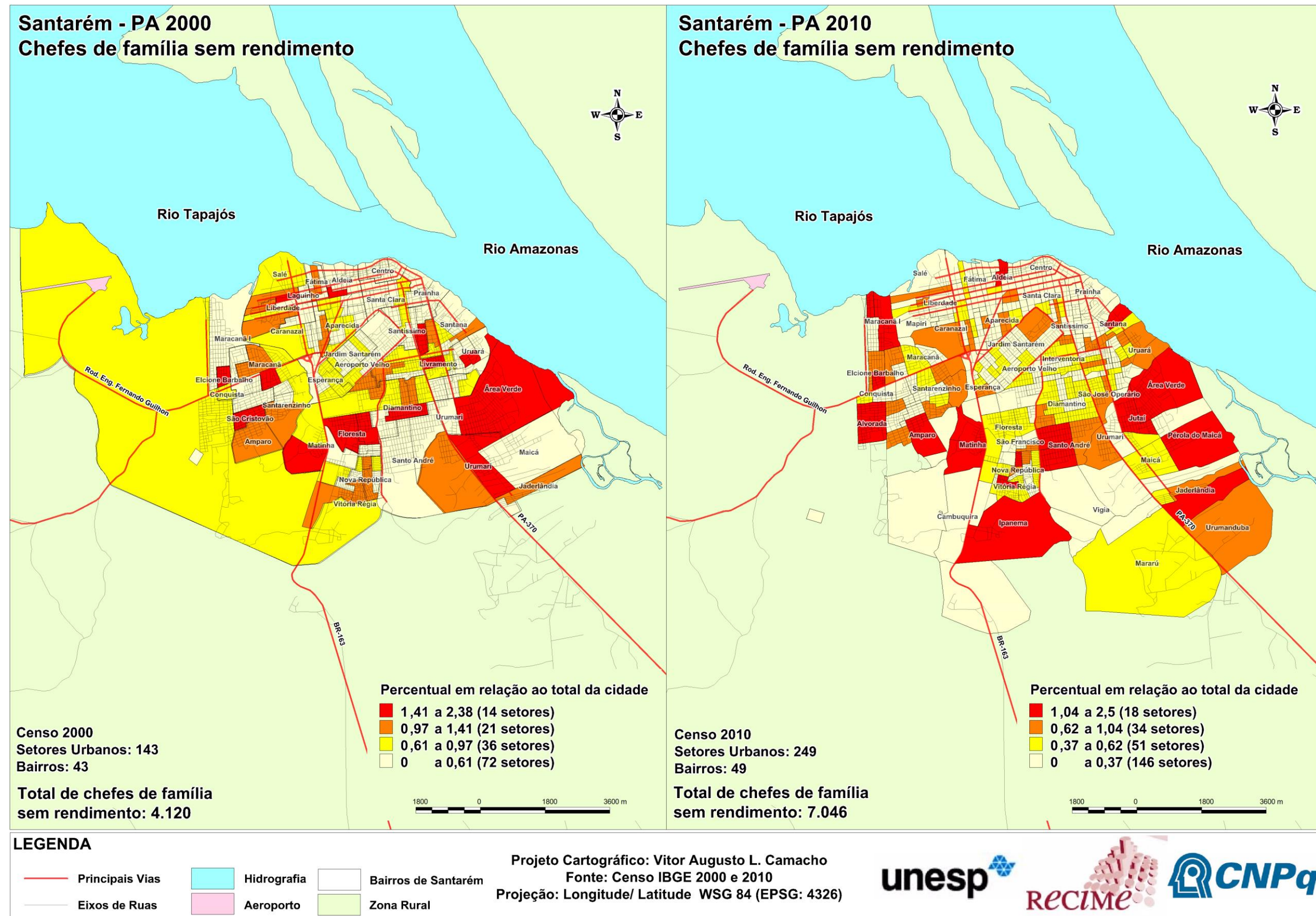
Os Mapas 15 e 16 permitem inferir ainda que a soma dos setores com indicadores piores e intermediários piores, relativos a chefes de família com rendimento de até um salário mínimo, do ano de 2000, para o ano de 2010, representados pelos quartis de cores vermelho e alaranjado apresentaram tendência de crescimento percentual mais rápido na cidade de Marabá, com taxa de 89,74% (35 setores), quando comparado com o crescimento dos setores com indicadores piores e intermediários piores, na cidade de Santarém, que obteve crescimento de 20,41% (10 setores).

Por sua vez, a soma dos setores com indicadores melhores e intermediários melhores, referentes a chefes de família com rendimento até um salário mínimo, identificados nos mapas, e representados pelos quartis de cores amarelo e bege, permitiu-nos demonstrar uma tendência de crescimento mais rápido destes setores na cidade de Santarém, que alcançou um aumento percentual em torno de 104,30% (97 setores), do ano de 2000, em relação ao ano de 2010; isso quando comparado com a cidade de Marabá, que teve um aumento de setores com indicadores melhor e intermediário melhor na ordem 88,64% (78 setores), do ano de 2000 para o ano de 2010.

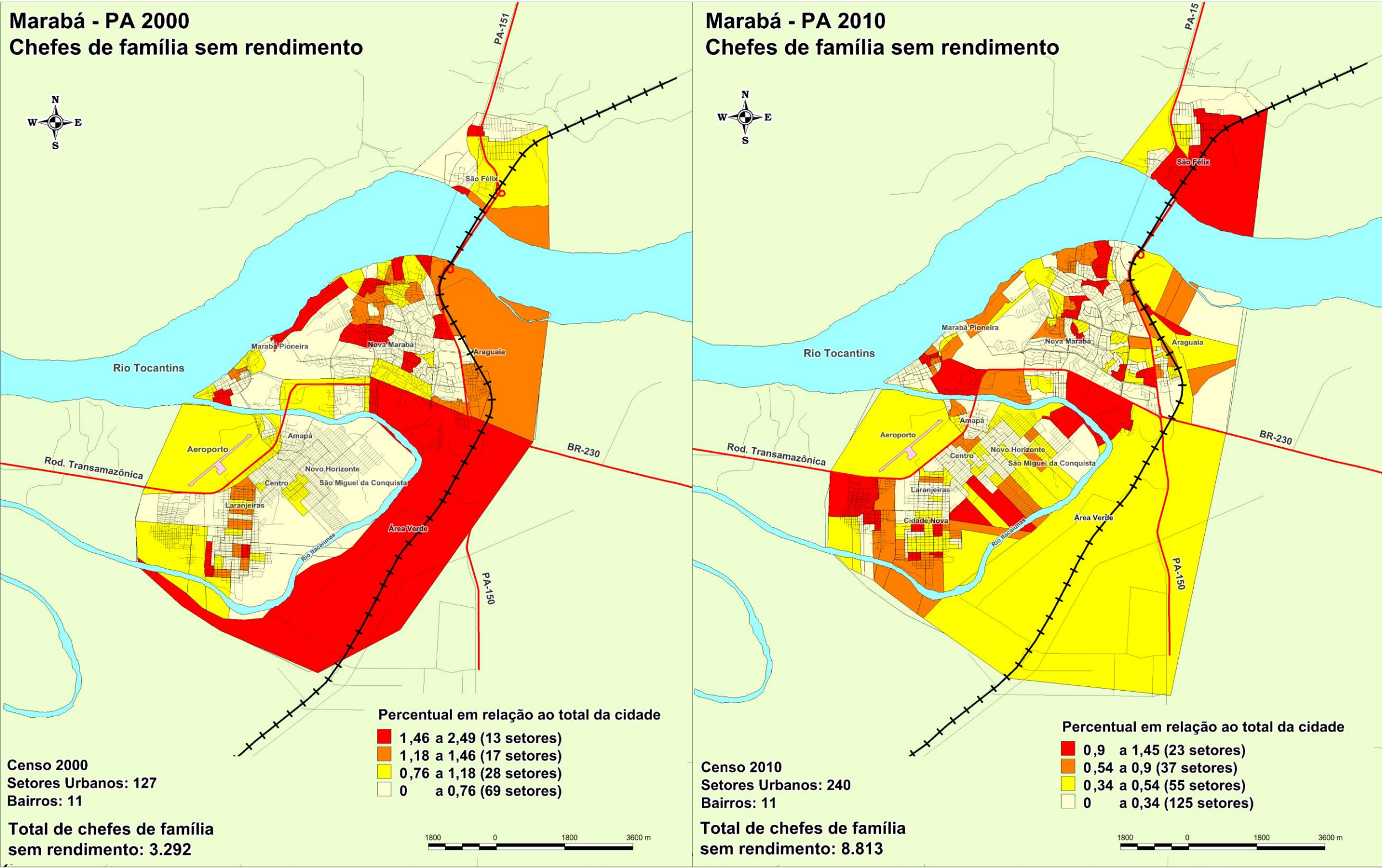
Em termos comparativos, os Mapas 15 e 16 ilustram duas tendências: a de predomínio da concentração espacial de setores com melhores indicadores e indicadores intermediários melhores (representados pelas cores bege e amarela, respectivamente), em espaços de áreas centrais das cidades de Santarém e Marabá (ainda que possamos identificar, de maneira esporádica, setores com melhores indicadores, localizados em áreas consideradas periféricas); e uma segunda tendência que diz respeito ao predomínio de concentração espacial de setores com piores indicadores e intermediários piores, localizados em áreas das periferias destas cidades médias paraenses.

Com efeito, essas tendências revelam não apenas o aumento destes segmentos sociais, mas a localização dos mesmos que percebem até um salário mínimo na escala das cidades, como resultado de uma divisão social do espaço na qual se reproduzem, residindo em espaços da franja urbana das cidades estudadas, no qual a infraestrutura urbana é precária, quando não inexistente.

Mapa 17 - SANTARÉM: Chefes de família sem rendimento (2000-2010).



Mapa 18 - MARABÁ: Chefes de família sem rendimento (2000-2010).



LEGENDA

- | | | |
|-----------------|-------------|-------------------|
| Principais Vias | Hidrografia | Bairros de Marabá |
| Eixos de Ruas | Aeroporto | Zona Rural |
| Linha Férrea | | |

Projeto Cartográfico: Vitor Augusto L. Camacho
Fonte: Censo IBGE 2000 e 2010
Projeção: Longitude/ Latitude WSG 84 (EPSG: 4326)



Os Mapas 17 e 18 expressam uma espacialização de chefes de família sem rendimento, nas cidades de Santarém e Marabá, nos anos de 2000 e 2010. Dentro dessa perspectiva, as referidas representações cartográficas permitem demonstrar um crescimento mais rápido do percentual de chefes de família sem rendimento na cidade de Marabá, com uma elevação em torno de 167,71% (5521 chefes de família), do ano de 2000, para o ano de 2010; ao passo que a cidade de Santarém apresentou elevação de 71,02% (2926 chefes de família), do ano de 2000, para o ano de 2010.

Tal crescimento mais rápido dos chefes de família sem rendimento em Marabá quando comparado com a cidade de Santarém encontra-se relacionado à condição daquela cidade como "fronteira urbana do sudeste paraense", espaço dinâmico de transformações associadas aos grandes projetos minerais, tendo a corporação VALE como agente indutor de reestruturação produtiva, reestruturação urbana e da cidade, determinações processuais que contribuem de maneira significativa para a indução de fluxos demográficos e para a reprodução das desigualdades socioespaciais na escala da cidade.

Por sua vez, o crescimento dos chefes de família sem rendimento em Santarém encontra-se associada à condição desta cidade enquanto espaço urbano que apresenta centralidade no contexto de sua sub-região como resultado de dinâmicas econômicas relacionadas ao avanço do agronegócio, de fluxos econômicos e demográficos, de processos de urbanização, reestruturação urbana (PEREIRA, 2004), elementos que exercem papel significativo na reprodução das desigualdades socioespaciais da cidade.

As representações cartográficas ilustram, ainda, um crescimento mais rápido dos setores com indicadores piores e intermediários piores, representados pelas cores vermelho e alaranjado, respectivamente, referentes a chefes de família sem rendimento na cidade de Marabá, quando comparados com a cidade de Santarém, do ano de 2000, para o ano de 2010. Neste sentido, o conjunto (soma) dos setores piores e intermediários piores, referentes a esse indicador, na cidade de Marabá, apresentou um aumento de 100% (30 setores) de 2000, para 2010; ao passo que os setores piores e intermediários piores, referentes ao mesmo indicador, na cidade de Santarém, apresentaram um crescimento da ordem de 48,57% (17 setores).

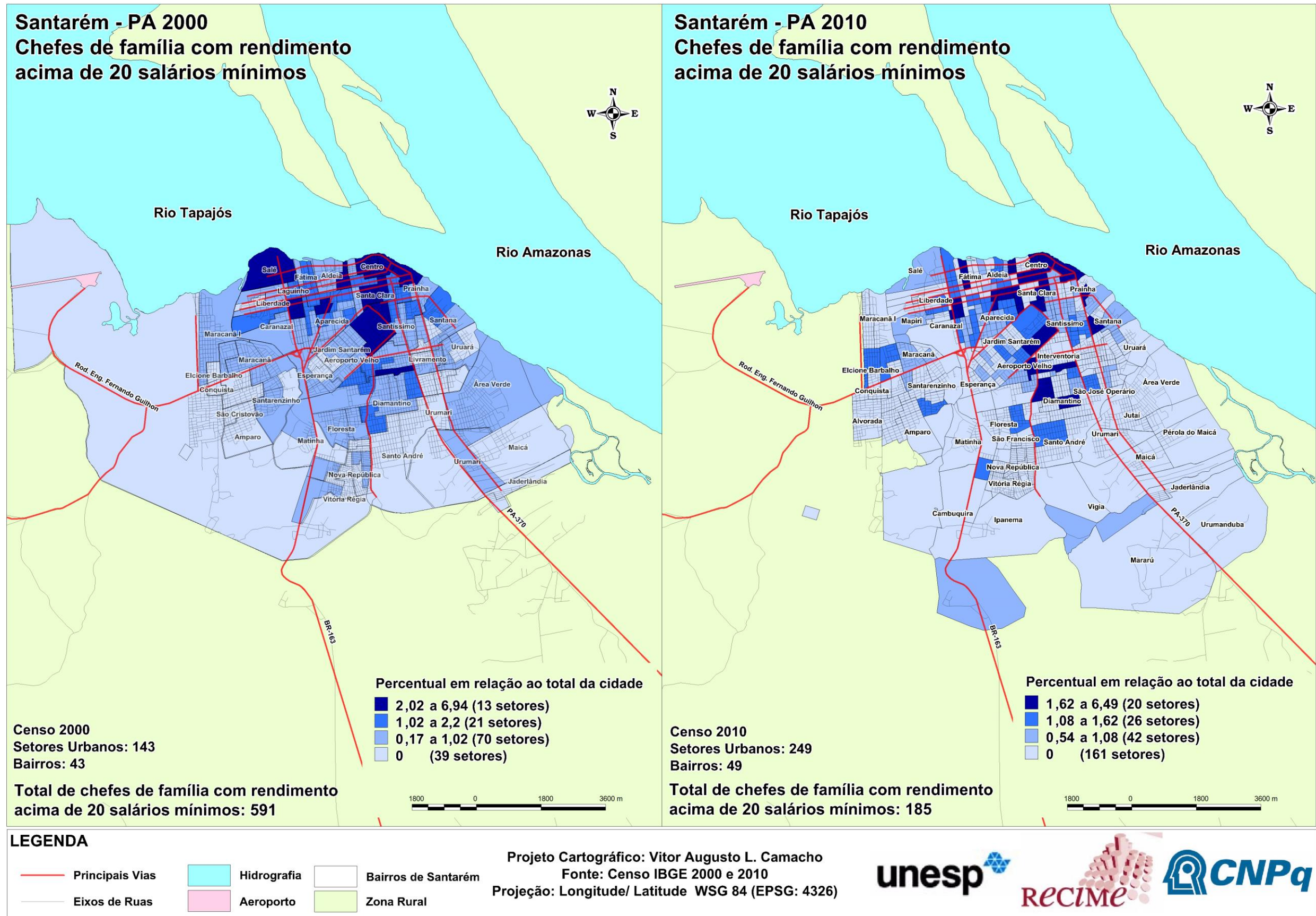
No que concerne à interpretação dos setores com indicador melhor e intermediário melhor, representados pelas cores bege e amarela, os Mapas 17 e 18 demonstram a ocorrência de uma tendência de crescimento mais rápido em termos percentuais, na cidade de Marabá, que alcançou aumento de 85,57% (83 setores), do ano de 2000, em relação ao ano de 2010;

comparada com o crescimento do percentual dos setores com melhor indicador e indicador intermediário na cidade de Santarém, que aumentou em 82,41% (89 setores), do ano de 2000, para o ano de 2010.

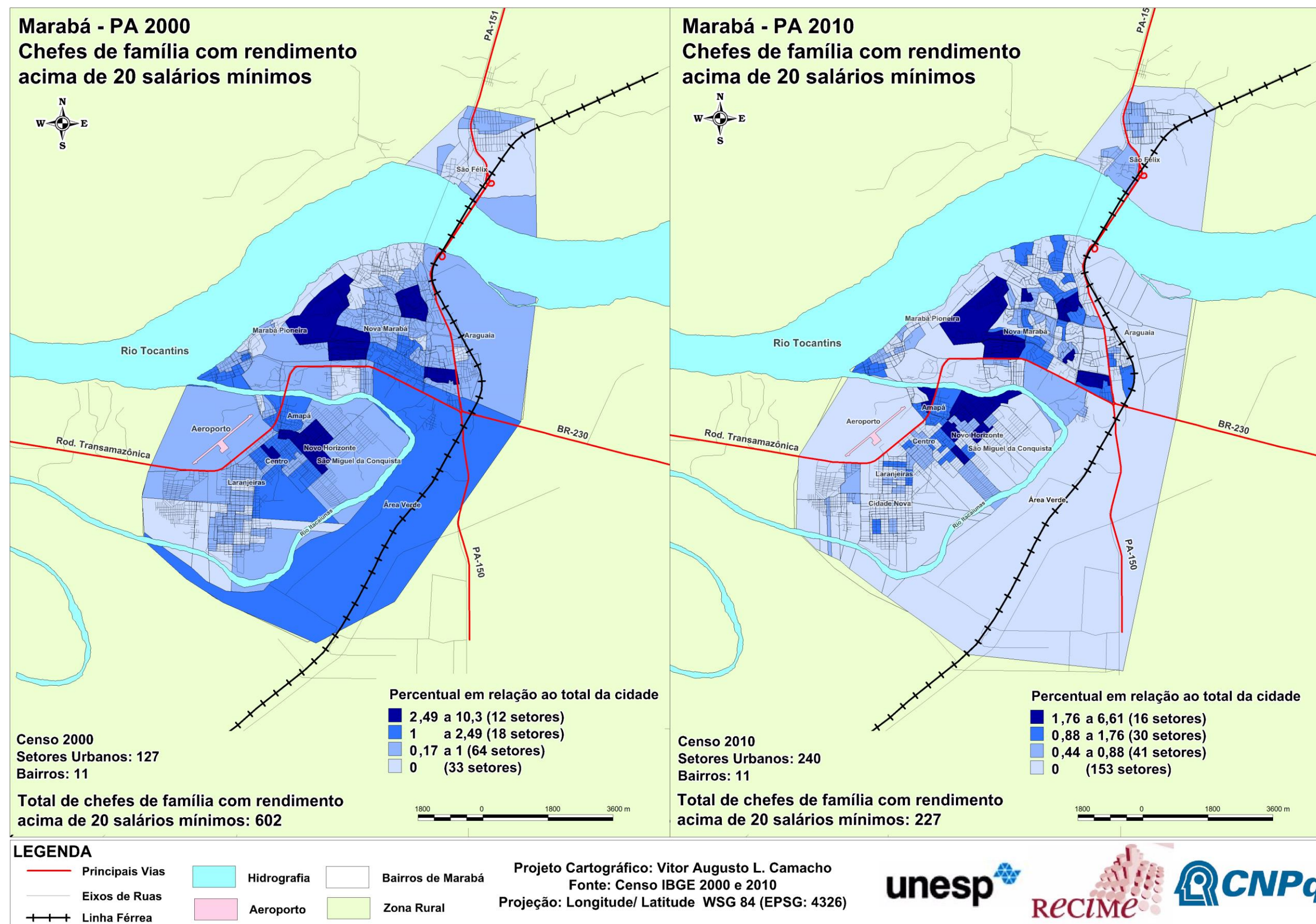
Do ponto de vista espacial, os mapas permitem identificar a tendência de predomínio da localização de setores com indicadores piores e intermediários piores, representados pelas cores vermelha e alaranjada, respectivamente, nas franjas urbanas das cidades de Santarém e Marabá; assim como se observa a tendência de localização de setores com indicadores melhores e intermediários melhores, representados pelas cores bege e amarela, respectivamente, nas áreas centrais das cidades médias paraenses estudadas.

Os elementos apresentados revelam a um só tempo, a localização destes segmentos sociais na escala das cidades pesquisadas, como também o aumento quantitativo deste segmento social como resultado e condição de processos de "urbanização desigual" (HARVEY, 2008), de reestruturação urbana (SOJA, 1993), reestruturação da cidade (SPOSITO, 2004), determinações que vem contribuindo para a reprodução das desigualdades socioespaciais nas cidades de Santarém e Marabá.

Mapa 19 - SANTARÉM: Chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos (2000-2010).



Mapa 20 - MARABÁ: Chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos (2000-2010).



A espacialização dos chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos, nos anos de 2000 e 2010, expressa nos Mapas 19 e 20, permite-nos demonstrar que ocorreu uma diminuição mais rápida no número desse indicador, na cidade de Santarém, quando comparado com a cidade de Marabá.

A esse respeito, as referidas representações possibilitaram identificar que a cidade de Santarém apresentou diminuição de 406 chefes com rendimento acima de 20 salários mínimos, o que corresponde a uma redução de 68,70% no percentual de chefes de famílias com esse rendimento, no ano de 2010, em relação ao ano de 2000; ao passo que a cidade de Marabá teve uma redução de 375, o que corresponde a uma diminuição da ordem de 62,29% no percentual, no ano de 2010, quando comparado com o ano de 2000.

Vale ressaltar que o aumento real do salário mínimo de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais), em julho de 2000, para R\$510,00 (quinhentos e dez reais), no ano de 2010 interferiu no número de chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos, em ambas as cidades médias.

Tal interferência possivelmente encontra-se relacionada ao fato de que o aumento da renda salarial dos respectivos chefes de família até 20 salários não acompanhou a elevação do valor real do salário mínimo ao longo desse período, fato que contribuiu para a diminuição relativa desse segmento, quando interpretamos a escala das cidades de Santarém e Marabá.

Aos compararmos as informações dos Mapas 19 e 20 com as informações dos Mapas 15 e 16, referentes a chefes de família com rendimento de até 1 salário mínimo, identificamos a elevação do percentual de famílias que recebem até 1 (um) salário mínimo, de 2000 para 2010; além da diminuição do percentual de chefes de família com rendimento de até 20 salários mínimos, do ano de 2000, para o ano de 2010, nas respectivas cidades médias paraenses.

Ainda do ponto de vista da espacialização do indicador chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos identificamos que a cidade de Marabá apresentou uma tendência de aumento mais rápido nos setores com indicador melhor e intermediário melhor, representado pelas cores azul royal e azul, respectivamente, quando comparado com os setores com indicador melhor e intermediário melhor, na cidade de Santarém, do ano de 2000, para o ano de 2010. Esta interpretação tem por base o fato de que os referidos setores agrupados (indicador melhor e intermediário melhor) sofreram um acréscimo de 12 setores (aumento de 35,29%), para o caso da cidade de Santarém, do ano de 2000 para 2010 e um

crescimento de 16 setores (aumento de 53,33%) para o caso da cidade de Marabá, do ano de 2000, para 2010.

Nos Mapas citados se observa que as cidades de Santarém e Marabá apresentaram uma tendência de diminuição nos setores com indicador intermediário pior, no que se refere a chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos, de 2000 para 2010. Para o caso da cidade de Santarém, a diminuição do setor intermediário pior foi de 40% (28 setores), do ano de 2000 a 2010; ao passo que a cidade de Marabá apresentou diminuição da ordem de 35% (23 setores) no quantitativo destes setores intermediário pior, do ano de 2000, para o ano de 2010.

Esses mesmos mapas demonstram que a cidade de Marabá apresenta um crescimento mais rápido do setor com pior indicador, referente a chefes de família acima de 20 salários mínimos, o que se encontra representado pela cor azul claro, quando comparado com a cidade de Santarém, do ano de 2000, para o ano de 2010. Nossa interpretação se baseia no fato de que o setor com zero (0) chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos, apresentou um crescimento da ordem de 363,64% (aumento de 120 novos setores), na cidade de Marabá, do ano de 2000, para 2010; ao passo que a cidade de Santarém apresentou um aumento de 312,82% (acréscimo de 122 setores), do ano de 2000, para o ano de 2010.

Os elementos apresentados permitem observar duas semelhanças no plano das respectivas cidades médias paraenses: a primeira semelhança está relacionada a uma tendência de concentração espacial dos setores com melhores indicadores, referentes a chefes de família com rendimentos acima de 20 salários mínimos, localizados em espaços das áreas centrais de ambas as cidades médias. A segunda semelhança diz respeito à tendência de concentração espacial dos setores com piores indicadores, referentes a chefes de família com rendimentos acima de 20 salários mínimos, que tendem a se localizar nas bordas das periferias das referidas cidades.

Do ponto de vista analítico, o que os elementos revelam ou permitem revelar?

Para além dos aspectos descritivos, os dados revelam a concentração espacial deste segmento social em áreas centrais das cidades pesquisadas, como produto da divisão social desigual do espaço, da nova "urbanização territorialmente seletiva", dos processos de reestruturação urbana (SOJA, 1993) e reestruturação da cidade, elementos que contribuem para a reprodução das desigualdades sociespaciais, espacializadas na cidade.

Quadro 10: SANTARÉM E MARABÁ: Renda do chefe de família nas cidades(2000-2010).

ELEMENTOS DA PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA RENDA DOS CHEFES DE FAMÍLIA DAS CIDADES DE SANTARÉM E MARABÁ (2000-2010)	
Semelhanças	Diferenças
• Crescimento do número de chefes de família com rendimento de até 1 salário mínimo, nas cidades de Santarém e Marabá, do ano de 2000, para o ano de 2010; • Predomínio da concentração espacial de setores com melhores indicadores e indicadores intermediários melhores, no que se refere a chefes de família com até 1 salário mínimo, em espaços das cidades de Santarém e Marabá; • Predomínio de concentração espacial de setores com piores indicadores e intermediários piores, no que se refere a chefes de família com até 1 salário mínimo, localizados em áreas das periferias destas cidades médias paraenses; • Tendência de predomínio da localização de setores com indicadores piores e intermediários piores, no que refere a chefes de família sem rendimento, nas franjas urbanas das cidades de Santarém e Marabá; • Localização de setores com indicadores melhores e intermediários melhores, no que refere a chefes de família sem rendimento, nas áreas centrais das respectivas cidades médias; • Diminuição no número de chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos em Santarém e Marabá, dos anos de 2000, para 2010; • Diminuição nos setores com indicador intermediário pior, no que se refere a chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos, de 2000, para 2010; • Tendências de concentração espacial dos setores com melhores indicadores referentes a chefes de família com rendimentos acima de 20 salários mínimos, localizados em pontos específicos das áreas centrais de ambas as cidades médias; e de concentração espacial dos setores com piores indicadores, referentes a chefes de família com rendimentos acima de 20 salários mínimos, que se localizam nas bordas da periferias das respectivas cidades médias paraenses.	• Crescimento do percentual mais rápido dos chefes de família com rendimento de até 1 salário mínimo, na cidade de Marabá, quando comparado com o ritmo de crescimento percentual deste mesmo indicador, na cidade de Santarém; • Os setores piores e intermediários piores, referentes a chefes de família com rendimento de até 1 salário mínimo crescem mais rápido em Marabá do que em Santarém, de 2000, para 2010; • O setores melhores e intermediários melhores, referentes a chefes de família com rendimento de até 1 salário mínimo cresceram mais rápido em Santarém do que em Marabá, do ano de 2000, para o ano de 2010; • Crescimento mais rápido dos chefes de família sem rendimento, na cidade de Marabá, quando comparada com a cidade de Santarém, do ano de 2000, para o ano de 2010; • Crescimento mais rápido dos setores piores e intermediários piores, referentes a chefes de família sem rendimento, na cidade de Marabá, quando comparada com a cidade de Santarém, do ano de 2000, para o ano de 2010; • Diminuição mais rápida no número de chefes de família com rendimentos acima de 20 salários mínimos na cidade de Santarém, quando comparado com a cidade de Marabá; • No que se refere a chefes de família com rendimentos acima de 20 salários mínimos, o crescimento dos setores melhores e intermediários melhores é mais rápido em Marabá do que em Santarém; • Tendência de crescimento mais rápido nos setores com pior indicador, no que se refere a chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos, na cidade de Marabá, quando comparado com a cidade de Santarém, do ano de 2000, para o ano de 2010; • Crescimento mais rápido do setor com pior indicador, referente a chefes de família acima de 20 salários mínimos em Marabá, quando comparado com a cidade de Santarém;

Org. Jovenildo Cardoso Rodrigues.

4.3. A PRODUÇÃO HABITACIONAL RECENTE E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS.

Iniciamos nossas reflexões advertindo o leitor para o fato de que este subcapítulo não possui como propósito debater o papel das políticas habitacionais produzidas e estimuladas pelo Estado brasileiro, tão pouco objetiva discorrer sobre as inúmeras perspectivas concernentes ao papel do Estado na produção do território, ainda que possamos abordar alguns elementos destas perspectivas, de maneira transversal e eventual. Nosso objetivo é bem mais modesto e encontra-se relacionado à necessidade de entendermos como a localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) associam-se aos processos de produção das desigualdades socioespaciais nas cidades médias de Santarém e Marabá.

Essa perspectiva se apresenta como importante elemento de reflexão, à medida que a sobrevivência nas cidades depende, fundamentalmente, do acesso à moradia. Da mesma maneira que educação, saúde, renda, infraestrutura urbana se fazem elementos primordiais na reprodução social dos cidadãos que residem nas cidades, assim também a habitação constitui elemento essencial, concebido por Cardoso (2012) como "mínimo social", que habilita os indivíduos e os grupos sociais na busca de outras escolhas e no desenvolvimento das suas potencialidades (CARDOSO, 2012).

Neste sentido, compreendemos que a habitação não deve ser pensada apenas enquanto abrigo, ou morada do homem, mas como um direito básico de cidadania. Esta compreensão já encontrava respaldo internacional na Declaração Universal de Direitos Humanos, no ano de 1948; assim como se fez presente na Declaração de Istanbul sobre Assentamentos Humanos, no ano de 1996, como resultado dos acordos feitos durante a Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.

Nessa última conferência, reafirmou-se o compromisso dos governos nacionais com a melhoria das "[...] condições de vida em assentamentos humanos de forma consoante com as necessidades e realidades locais [...]" (DECLARAÇÃO DE ISTANBUL SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS, 14/06/1996), bem como foi ratificado o compromisso com a "[...] total e progressiva realização do direito a moradias adequadas, [...] a custos acessíveis, para todas as pessoas e famílias" (DECLARAÇÃO DE ISTANBUL SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS, 14/06/1996).

Segundo Cardoso (2012), no Brasil, o direito à moradia foi reconhecido mediante emenda constitucional que alterou o Artigo 6º da Constituição Federal, incluindo a moradia como um direito social. A referida Emenda Constitucional discorre da seguinte maneira:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Emenda Constitucional nº26, de 14/02/2000).

Não obstante, o exercício do direito à moradia apresenta como uma condição para a sua realização a possibilidade de acesso ao solo urbano, que é regulado, do ponto de vista jurídico, pelo direito à propriedade. Diante desse paradoxo, coadunamos com a pertinente afirmação de Cardoso (2012), para quem o solo urbano deve ser entendido como um bem de caráter social, tal como a educação, a saúde, a renda, a moradia, enquanto uma condição primordial para a sobrevivência.

Essa perspectiva de compreender a moradia⁴³ e o solo urbano assume maior relevância quando constatamos que o acesso à terra urbana implica e deve implicar, a um só tempo, no acesso a um conjunto de equipamentos e serviços urbanos necessários à realização de condições dignas de vida para as pessoas. Não obstante, a habitação, no período atual, encontra-se vinculada ao processo de produção capitalista, em razão da possibilidade de realização de lucro, a partir da produção de diferenciações socioespaciais e estímulo ao consumo de casas, condomínios residenciais, espaços residenciais fechados.

Do ponto de vista da produção habitacional recente no território brasileiro, o poder público federal tem interferido de maneira significativa na indução de dinâmicas econômicas visando alavancar a economia brasileira, diante da crise econômica mundial (ARANTES; FIX, 2009) e estimular a produção e consumo de moradia nas cidades brasileiras.

Considerando tais circunstâncias, o "Programa Minha Casa, Minha Vida", criado em 2009, pelo governo Lula, constitui estratégia que buscou dinamizar a economia brasileira, além de promover o estímulo a políticas habitacionais voltadas à construção de moradias em diversas cidades brasileiras (ARANTES; FIX, 2009)⁴⁴.

⁴³ Partilhamos da definição de moradia concebida por Cardoso (2012), para quem a moradia necessita ser compreendida de maneira ampliada, como habitação em si e também, como o solo e o conjunto de equipamentos, serviços e amenidades, cuja acessibilidade possibilita.

⁴⁴ O pacote habitacional lançado em abril de 2009 teve como meta a construção de um milhão de moradias (ARANTES; FIX, 2009). "Apresentado como uma das principais ações do governo Lula em reação à crise

Ainda segundo Arantes; Fix (2009); Fix (2011), o objetivo do governo federal, ao criar o Programa Minha Casa, Minha Vida foi de ampliar o crescimento e atuação do setor imobiliário e ao mesmo tempo atender à demanda habitacional de baixa renda, ao induzir o mercado habitacional a incorporar as faixas de 0 a 3 salários mínimos, enquanto novos segmentos ao mercado consumidor de habitações.

Segundo Fix (2011), a implementação do PMCMV constituiu resposta do governo a pressões de lutas sociais urbanas. Não obstante, este mesmo Estado formulou e implementou a política habitacional do MCMV, a partir de estratégias de poder e dos negócios. Para Fix (2011), o MCMV não se propôs a enfrentar a questão fundiária, tema central da reforma urbana e não mobilizou os instrumentos do Estatuto da Cidade. Este fato abriu espaço para que empresas procurassem maximizar os seus ganhos por meio de operações especulativas com a terra questão estão não abordada nesta tese mas que certamente interage e condiciona vários dos processos aqui analisados.

Considerando as cidades médias de Santarém e Marabá, em que medida as localizações dos empreendimentos do PMCMV ratificam ou não as desigualdades socioespaciais já apontadas nesta tese?

econômica internacional - ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção - e também como uma política social em grande escala" (ARANTES; FIX, 2009, p.1).

Minha Casa, Minha Vida em Santarém

Rio Tapajós, Rio Amazonas

LEGENDA

MCMV em Santarém

- Residencial Moçara I
- Residencial Moçara II
- Residencial Salvação II
- Vias
- Rio Tapajós Shopping
- Aeroporto Santarém
- Hidrografia
- Bairros de Santarém
- Município de Santarém
- Limite Municipal
- Unidades da Federação
- Países

Minha Casa, Minha Vida em Marabá

Residencial Magalhães, Residencial Vale do Tocantins

LEGENDA

MCMV em Marabá

- Residencial Jardim Edem
- Residencial Magalhães
- Residencial Tiradentes
- Residencial Vale do Tocantins
- Vias
- Estrada de Ferro Carajás
- Shopping Pátio Marabá
- Hidrografia
- Aeroporto Marabá
- Bairros de Marabá
- Município de Marabá
- Limite Municipal
- Unidades da Federação
- Países

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO EM SANTARÉM

MAPA DE LOCALIZAÇÃO SANTARÉM E MARABÁ NO ESTADO DO PARÁ

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO EM MARABÁ

unesp **RECIME** **CNPq**

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCime
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000
Imagem de Sensor Remoto
Fonte: Digital Globe - GeoEye, 2014.
Dados Vetoriais
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Levantamento 1: 250.000 (com Adaptações e Correções)

Projeto Cartográfico: RECIME
Elaboração: RODRIGUES, Jovenildo Cardoso.
Execução: CASTRO, Carlos Jorge Nogueira.
Ano, 2014.

O Mapa 21 permite identificar a localização da produção habitacional do PMCMV, nas cidades de Santarém e Marabá, tendo como foco as famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos (até R\$ 1.395,00), em valores de 2011, identificando algumas características da operacionalização do programa, localmente.

Para o caso da cidade de Santarém, o Programa Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1, apresenta investimentos no valor total de R\$ 243.612.266,00 (Duzentos e quarenta e três milhões, seiscentos e doze mil, duzentos e sessenta e seis reais), com vistas à construção de 4.489 unidades habitacionais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional da Habitação, 15/11/2013).

Foto 25 e 26: Residencial Salvação, Bairro Nova Conquista, à esquerda; e Residencial Moaçara I e II, Bairro Floresta, à direita, na cidade de Santarém, novembro de 2013.



Fonte: Trabalho de campo, Novembro, 2013.



Fonte: Trabalho de campo, Novembro, 2013.

Para o caso da cidade de Marabá, o PMCMV, Faixa 1, totaliza um valor investido de R\$ 233.547.430,00 (Duzentos e trinta e três milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais), consistindo na construção de 4.968 unidades habitacionais, (MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional da Habitação, 15/11/2013).

Foto 27 e 28: Residencial Magalhães, à esquerda; e Residencial Vale do Tocantins, à direita, Núcleo São Félix, na cidade de Marabá.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Foto 29 e 30: Residencial Jardim do Edem, Núcleo Morada Nova, à esquerda; e Residencial Tiradentes, BR-222, Núcleo São Félix, à direita, na cidade de Marabá.



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

O número de unidades habitacionais produzidas em ambas as cidades médias paraenses pelo MCMV responde apenas, timidamente, às demandas por moradia nas respectivas cidades.

A esse respeito, para o caso de Marabá, o senhor Jorge Luiz Ribeiro dos Santos, ex-advogado da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), ressaltou que, no ano de 2008, existiam 10.928 famílias vivendo em áreas de ocupação no perímetro urbano da cidade (RODRIGUES, 2010).

Considerando a realidade da cidade de Santarém, o Coordenador de Habitação e Desenvolvimento urbano da Prefeitura de Santarém, quando indagado sobre o número de famílias em ocupações irregulares, afirmou que: [...] Nós tivemos que fazer agora uma atualização do nosso déficit e passamos pra 30 mil [...] (Informação verbal)⁴⁵.

Ainda em relação à realidade habitacional na cidade de Santarém, Margarete Ferreira, representante do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM), fez a seguinte afirmação:

Hoje nós estamos com 30.000 (trinta mil) famílias que não têm sua própria moradia, vivem agregados, vivem de aluguéis e vivem reféns, porque essas famílias que vivem de aluguéis vivem reféns [...] (Informação Verbal)⁴⁶.

[...] nós estamos cercados de muitas comunidades, de muitas famílias que realmente precisam também de ter uma moradia própria, digna aqui na cidade [...] é muito dolorido as pessoas viverem agregados, "amontoados" famílias que precisam muito e que muitas vezes precisam cuidar de sua saúde, e que moram em comunidades vizinhas (Informação Verbal)⁴⁷.

⁴⁵ Entrevista concedida por Edilson Quaresma. Coordenador de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Santarém. Santarém, Novembro, 2013.

⁴⁶ Entrevista concedida por Margarete Ferreira, Liderança do MTLM. Santarém, Setembro, 2013.

⁴⁷ Entrevista concedida por Margarete Ferreira, Liderança do MTLM. Santarém, Setembro, 2013.

A fala de Margarete Ferreira sugere a questão da mobilidade de populações rurais em direção à cidade de Santarém. O discurso de Margarete Almeida permite refletir ainda sobre as manifestações espaciais inerentes à produção das desigualdades socioespaciais, sobretudo, as relacionadas à produção da moradia na cidade de Santarém.

Por sua vez, a fala de Jorge Luiz Ribeiro dos Santos, permite inferir que em Marabá o direito à moradia, enquanto um direito social do cidadão tem sido negligenciado, relegado a segundo plano por parte da gestão municipal, ao mesmo tempo em que as demandas dos habitantes da cidade tendem a ampliar-se continuamente.

A caixa de texto 1, apresenta informações adicionais - obtidas a partir de entrevistas realizadas em trabalho de campo⁴⁸, associadas a documentos do Ministério das Cidades - relacionadas aos empreendimentos do PMCMV, nas cidades de Santarém e Marabá.

Caixa de texto 1: Minha Casa, Minha Vida, em Santarém e Marabá.

As casas que vêm sendo produzidas no "O Residencial Salvação", pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, às margens da Rodovia Fernando Guilhon, na cidade de Santarém, possuem uma tamanho de área construída de 40,9 m², tamanho superior à média nacional que é de 38,5m². As respectivas casas estão subdivididas em dois quartos, uma sala e uma cozinha. A área total de cada terreno é de 10 (dez) metros por 20 (Vinte) metros (Informação verbal)⁴⁹.

A área total destinada à construção do Residencial Salvação na Rodovia Fernando Guilhon é de 120 hectares e teve seu início a partir de 2011 e a previsão de entrega das casas é fevereiro de 2014. Este empreendimento, do Programa Minha Casa Minha Vida tem como valor total da obra em R\$ 161.911.787,70, e visa beneficiar 3081 famílias. Poderão concorrer às respectivas casas pessoas que possuem renda mínima de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e, no máximo, 3 (três) salários mínimos. Essas pessoas que adquirirem as casas estão proibidas de vendê-las por pelo menos 10 (dez) anos. Do ponto de vista dos critérios para concorrer às casas do PMCMV, uma primeira triagem é feita pela Caixa Econômica Federal, que analisa os critérios, dentre os quais o candidato não poderá possuir outro imóvel, ser inadimplente junto à Receita Federal (Informação verbal)⁵⁰

⁴⁸ As entrevistas realizadas e descritas na caixa de texto 1, foram transcritas em diário de campo, uma vez que, os respectivos informantes não autorizaram a gravação em áudio.

⁴⁹ Entrevista com Fernando Mendonça, engenheiro responsável da Construtora EMCASA, Santarém, 2013.

⁵⁰ Entrevista com Fernando Mendonça, engenheiro responsável da Construtora EMCASA, Santarém, 2013.

Os empreendimentos conduzidos pela Construtora Carmona Cabrera são: "Residencial Moaçara I", "Residencial Moaçara II", na Rua Moaçara, Bairro do Aeroporto Velho, na cidade de Santarém. O "Residencial Moaçara I", que teve seu início em 2012, e previsão de término no final de 2013, é composto por um complexo de 48 prédios, sendo que cada prédio possui quatro pavimentos, e cada pavimento apresenta quatro apartamentos, num total de 768 unidades habitacionais. Os terrenos destinados para cada unidade habitacional é de 10 metros por 20 metros. A área construída das unidades habitacionais é de 40,8 m² (Informação verbal)⁵¹.

O "Residencial Moaçara II", que teve seu início em 2012, e previsão de término no final de 2013, possui 40 prédios, de quatro pavimentos, e cada pavimento apresenta quatro apartamentos, num total de 640 unidades habitacionais. Os terrenos destinados para cada unidade habitacional é de 10 metros por 20 metros. A área construída das unidades habitacionais é de 40,8 m². Os dois residenciais supracitados apresentam-se entre as faixas de consumidores que vão de zero (R\$50,00 cinquenta reais) a três salários mínimos. As unidades habitacionais a serem produzidas pela Construtora Carmona Cabrera, na Rua Moaçara, Bairro do Aeroporto Velho, nas proximidade da BR-163, totalizam 1888 unidades. O Residencial Moaçara I terá uma área ocupada de 45.351 m², já o Moaçara II possuirá uma área de 44.887,82 m² (Informação verbal)⁵².

Para o caso da cidade de Marabá, a construção do "Residencial Vale do Tocantins" (no núcleo São Félix), do Residencial Tiradentes (entre São Félix e Morada Nova), e do Residencial Magalhães (no núcleo São Félix), encontram-se sobre responsabilidade da Construtora HS e Empreendimentos LTDA, Construtora que vem atuando nos estados do Pará, de Goiás e do Rio de Janeiro. As unidades habitacionais e a infraestrutura construída pela Construtora HF, na cidade de Marabá, segue os padrões nacionais de construção estabelecidos e acordados com a Caixa Econômica Federal (Informação verbal)⁵³.

O "Residencial Jardim do Edem", localizado no núcleo rural Morada Nova, encontra-se sob responsabilidade da CCM Construtora. Teve início em outubro de 2012 e prazo para término o mês de abril de 2014 (MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional da Habitação, 15/11/2013).

⁵¹ Entrevista com Elder Pimentel, engenheiro da Construtora Carmona Cabrera, Santarém, 2013.

⁵² Entrevista com Elder Pimentel, engenheiro da Construtora Carmona Cabrera, Santarém, 2013.

⁵³ Entrevista com Cláudio, engenheiro responsável da Construtora HF, Marabá, 2013.

Este Residencial apresenta o valor total da obra orçado em R\$ 58.080.000 (Cinquenta e oito milhões e oitenta mil reais), e consiste na construção de 968 Unidades Habitacionais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional da Habitação, 15/11/2013).

Já o "Residencial Vale do Tocantins" teve início em 2010 e prazo para término da obra em 2012. Com valor total da obra orçado em de R\$ 42.496.052 (Quarenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e cinquenta e dois reais) visa construir 1090 unidades habitacionais(MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional da Habitação, 15/11/2013). Quando de nosso trabalho de campo este empreendimento já havia sido entregue.

O "Residencial Tiradentes", localizado às margens da PA-151, entre São Felix e Morada Nova, teve início em 2010 e prazo para término em 2012, apresentando um valor da obra na ordem de R\$54.972.128 (Cinquenta e quatro milhões, novecentos e setenta e dois mil, cento e vinte e oito reais). Consistiu na construção de 1.410 unidades habitacionais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional da Habitação, 15/11/2013).

O Residencial Magalhães teve início em 2012 e prazo para término em 2014. Possui como valor total da obra a cifra de R\$ 77.999.250 (Setenta e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil e duzentos e cinquenta reais); visando a construção de 1500 Unidades Habitacionais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional da Habitação, 15/11/2013).

Uma particularidade do PMCMV, em Marabá e Santarém, diz respeito ao fato de que, em ambas as cidades, alguns destes empreendimentos foram construídos em zonas de expansão do perímetro urbano.

As novas formas de ocupação do solo urbano tendem a contribuir para a produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais, à medida que as mudanças, tanto em formas de uso e ocupação do solo, quanto nas leis de zoneamento urbano, tendem a interferir na valorização da terra urbana.

Isso contribui para que especuladores fundiários e imobiliários possam induzir processos de especulação fundiária na escala das respectivas cidades médias, uma vez que o

uso e ocupação de áreas, ainda que periféricas ao centro, tendem a interferir tanto no preço da terra nas áreas da periferia, quanto no preço da terra urbana nas áreas centrais das respectivas cidades médias.

Dentro dessa perspectiva, para o caso de Santarém, o Residencial Salvação encontra-se localizado em área rural. Já para o caso de Marabá, o Residencial Vale do Tocantins e o Residencial Magalhães localizam-se na Zona de expansão do núcleo satélite São Félix; ao passo que o Residencial Tocantins, localizado às margens da Rodovia PA-151, assim como o Residencial Jardim do Edem, encontram-se localizados em zona Rural do município.

Outra particularidade do PMCMV, em Marabá e Santarém, diz respeito à dificuldade de acessibilidade destes empreendimentos, localizados em espaços de áreas periféricas das cidades, distantes de equipamentos e serviços urbanos essenciais, como escolas, hospitais, farmácias. Além disso, a carência de transporte público que atenda dignamente as demandas das populações das respectivas cidades, tende a contribuir para uma acessibilidade desigual aos equipamentos urbanos essenciais à reprodução da vida urbana na escala das respectivas cidades médias. Esta perspectiva vai ao encontro da afirmação de Rolnik e Nakano (2009) para quem:

O modo de produção de moradias populares para além dos limites da cidade tem conseqüências graves que acabam prejudicando a todos. Além de encarecer a extensão das infra-estruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana (ROLNIK; NAKANO, 2009, p.A3).

Para o caso das cidades médias de Santarém e Marabá, em que pese o fato de o Plano Diretor Urbano de 2006⁵⁴ destas cidades enfatizarem a garantia de "justa distribuição dos benefícios decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana" aos seus cidadãos, além de "acesso a direitos e a políticas públicas voltadas para a promoção de consolidação de uma sociedade mais justa, fazendo com que a propriedade cumpra com a sua função social", tratando ainda do "direito à moradia digna", o poder público municipal não interferiu na

⁵⁴ A Lei municipal número 17.213, de 9 de outubro de 2006, instituiu o Plano Diretor Urbano Participativo do Município de Marabá. Por sua vez, a Lei municipal número 18.051, de 29 de dezembro de 2006, instituiu o Plano Diretor Urbano Participativo do Município de Santarém.

produção habitacional do MCMV, de maneira a considerar importante a acessibilidade à localização dos empreendimentos, que encontram-se distantes das áreas centrais das cidades.

Uma das dificuldades encontradas pela pelo poder público municipal de Marabá, para o desenvolvimento de uma política habitacional que permita o uso e ocupação de terra urbana da cidade, segundo Luiz Carlos Pies, vice-prefeito, diz respeito ao fato de que:

[...] hoje tem mais de 800 terrenos murados na cidade [...]. Então vamos dizer assim, o poder público [...], a sociedade realmente não conseguiu fiscalizar [...] essa apropriação indevida, mesmo a privatização do espaço urbano público. Então tem lá 30, 40 famílias que são donas da metade das terras urbanas e tem vazios urbanos em todos os bairros, em bairros nobres, terrenos enormes mesmo, só muros, e a dificuldade de você, vamos dizer assim, fazer cumprir o Estatuto da Cidade [...] (Informação verbal)⁵⁵.

Para o caso de Santarém, um elemento que tende a dificultar a obtenção de terra no perímetro urbano da cidade é relatado no discurso de Margarete Ferreira, representante do Movimento de Trabalhadores em Luta por Moradia. Para ela, a maior dificuldade está relacionada ao fato de que em Santarém: [...] são umas quatro famílias mais ou menos que são as famílias que querem ser donas da cidade, [...] grileiros antigos [...] eles tomam posse da terra para querer tornar o povo refém [...] (Informação verbal)⁵⁶

Ainda em relação aos efeitos da política habitacional do MCMV, nas cidades de estudadas, os elementos apresentados nos permitem concluir que a oferta de moradia pelo MCMV, ainda que possibilite uma ampliação da oferta de habitações, tem contribuído para a ratificação do padrão de desigualdade socioespacial.

A ratificação desse padrão de desigualdade socioespacial se realiza na escala das cidades, a partir da implementação da produção das unidades habitacionais distantes de áreas centrais. Este fato colabora para produzir uma acessibilidade desigual a equipamentos urbanos essenciais para a reprodução da vida urbana nas cidades

⁵⁵ Entrevista com Luiz Carlos Pies, Vice-prefeito de Marabá, Marabá, Novembro de 2013.

⁵⁶ Entrevista com Margarete Ferreira, Representante do Movimento de Trabalhadores em Luta por Moradia - MTLM, Santarém, Novembro de 2013.

4.4. TERCEIRA SÍNTESE COMPARATIVA DAS CIDADES

Os elementos analíticos apresentados ao longo deste capítulo nos permitiram identificar particularidades referentes à distribuição espacial desigual da infraestrutura urbana, nas cidades de Santarém e Marabá. Uma primeira particularidade que pudemos identificar está relacionada à concentração espacial de domicílios com melhor indicador e com indicador intermediário melhor, em áreas centrais das referidas cidades. Uma segunda tendência que identificamos diz respeito ao predomínio de localização dos setores com piores indicadores e intermediários piores, nas franjas urbanas dessas cidades.

O entrecruzamento de análises interpretativas possibilitou, ainda, identificar diferenças nos ritmos de crescimento, tanto de habitantes, quanto de domicílios, assim como em relação aos piores e melhores indicadores destas cidades médias. Tal fato nos levou a identificar um ritmo de transformações espaciais mais intenso em Marabá, quando comparado com o ritmo de transformações espaciais na cidade de Santarém, no período de 2000 a 2010.

Neste sentido, identificamos, também, uma tendência de crescimento mais rápido do número de habitantes na cidade de Marabá, quando comparado à cidade de Santarém; assim como um crescimento mais rápido de domicílios na cidade de Marabá do que na cidade de Santarém.

Registramos um aumento mais rápido no número de setores intermediários, referentes à média de habitantes por domicílio na cidade de Marabá, quando comparado com o crescimento dos setores intermediários, na cidade de Santarém, de 2000, para 2010.

A análise interpretativa da produção da desigualdade socioespacial, a partir do uso da variável renda domiciliar nas cidades de Santarém e Marabá, propiciou-nos a identificação de semelhanças entre estas cidades. Dentre um conjunto de semelhanças interpretadas, destacamos a tendência de concentração espacial de setores com melhores indicadores e indicadores intermediários melhores, no que se refere a chefes de família que recebem até 1 salário mínimo, em espaços de áreas centrais das mencionadas cidades; além da concentração espacial de setores com piores indicadores e intermediários piores, no que se refere a chefes de família com até 1 salário mínimo, localizados em áreas das periferias destas cidades médias paraenses.

Outra particularidade relaciona-se à tendência de localização de setores com indicadores piores e intermediários piores, no que refere a chefes de família sem rendimento, nas franjas urbanas das cidades de Santarém e Marabá.

Outra característica, associada à interpretação das espacialidades urbanas, no que se refere à variável chefes de família, diz respeito às tendências de concentração espacial dos setores com melhores indicadores, referentes a chefes de família com rendimentos acima de 20 salários mínimos, localizados em pontos específicos das áreas centrais de ambas as cidades médias; e de concentração espacial dos setores com piores indicadores referentes a chefes de família com rendimentos acima de 20 salários mínimos, que se localizam nas bordas da periferias.

Do ponto de vista das diferenças, identificamos a tendência de crescimento percentual mais rápido dos chefes de família com rendimento de até 1 salário mínimo, na cidade de Marabá, quando comparado com o ritmo de crescimento percentual deste mesmo indicador na cidade de Santarém. Além disso, os setores piores e intermediários pior, referentes a chefes de família com rendimento de até 1 salário mínimo, crescem mais rápido em Marabá do que em Santarém, de 2000, para 2010.

Os setores melhores e intermediários melhores, referentes a chefes de família com rendimento de até 1 salário mínimo, cresceram mais rápido em Santarém do que em Marabá, do ano de 2000, para o ano de 2010; ao passo que ocorreu crescimento mais rápido dos chefes de família sem rendimento na cidade de Marabá, quando comparada com a cidade de Santarém, do ano de 2000 até o ano de 2010.

No que se refere a chefes de família com rendimentos acima de 20 salários mínimos, o crescimento dos setores melhores e intermediários melhores é mais rápido em Marabá do que em Santarém; ao mesmo tempo, identificamos uma tendência de crescimento mais rápido nos setores com pior indicador, no que se refere a chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos, na cidade de Marabá, quando comparado com a cidade de Santarém, do ano de 2000, para o ano de 2010.

Ao tratarmos de elementos referentes à maneira como o PMCMV interfere na produção das desigualdades socioespaciais nas cidades de Santarém e Marabá, concluímos que a política habitacional do MCMV, nessas cidades, vem contribuindo para a ratificação do padrão de desigualdade socioespacial.

A política habitacional do MCMV corrobora para a ratificação do padrão de desigualdade socioespacial existente à medida que estes empreendimentos, contribui para a produção de uma acessibilidade desigual a equipamentos urbanos essenciais à reprodução da vida urbana nas cidades.

Os elementos apresentados aqui permitem inferir que as dinâmicas de transformações e configurações espaciais, destas cidades médias paraenses, encontram-se associadas a uma divisão social desigual do espaço, que caminha rumo a uma "urbanização sem cidade" (FIX, 2011), uma vez que a maioria da população passa a se inserir de maneira precária no movimento de transformações do urbano.

CONCLUSÕES

A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais [...] inseridas integralmente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida [...] (HARVEY, 2004a, p.110-111).

As reflexões apresentadas no percurso da construção de nossa tese permitiram-nos apreender alguns elementos particulares da produção da cidade e do urbano amazônico no início do século XXI. Procuramos pensar ainda, a condição das cidades médias de Santarém e Marabá enquanto partes da diversidade urbana brasileira, em permanente movimento de transformações.

Dessa maneira, buscamos fazer uma leitura destas cidades pensando-as enquanto espaços que apresentam universalidades do processo de urbanização, particularidades engendradas a partir de uma combinação de elementos que as distinguem tanto nas redes em que se inserem, quanto na escala da cidade produzida, bem como singularidades, conformadas por determinações únicas e específicas.

A articulação dialética entre estes planos da realidade permitiu-nos ler as cidades como lugares do acontecer histórico-geográfico, resultante da formação onde se inserem e das trajetórias das cidades, que compõem e conformam a diversidade urbana amazônica e brasileira em realização.

A construção apresentada ao longo desta tese não teve a pretensão de se constituir como verdade absoluta e acabada. O conjunto de pensamentos concebidos e sistematizados ao longo de nossa tese constitui um olhar sobre a realidade. Compreendemos que o pensamento científico deve ser construído tendo por base, 'certezas provisórias', refeitas, retrabalhadas e atualizadas enquanto possibilidade para acompanharmos continuamente as mudanças da realidade e da sociedade.

Dentro dessa perspectiva, procuramos abordar a diversidade urbana não como diferença, mas a diferença e a diversidade urbana enquanto desigualdade socioespacial, processo complexo, dotado de múltiplas interfaces e contradições, cuja realização se dá de maneira particular nos espaços-tempos das cidades de Santarém e Marabá.

Para tanto, procuramos acionar procedimentos metodológicos de natureza qualitativa e quantitativa, de maneira a podermos viabilizar o processo de pesquisa. A construção articulada de elementos de natureza qualitativa e quantitativa possibilitou-nos estabelecer um conjunto de bases analíticas que se complementam dialeticamente, enquanto elementos potencialmente relevantes para lermos a realidade urbana atual.

Por sua vez, nossa leitura pautou-se numa perspectiva de ler a realidade urbana a partir da articulação entre as escalas cartográfica, temporal e espacial. Esta possibilidade acionada permitiu pensarmos as sobreposições e articulações entre dinâmicas e processos

socioespaciais que são produzidos em escala nacional e internacional, mas tem sua realização na escala local.

Levando em consideração os elementos apresentados, nossa pesquisa objetivou analisar a maneira como vem se configurando a produção das desigualdades socioespaciais nas cidades de Santarém e Marabá, a partir do final do século XX e início do século XXI.

Os argumentos apresentados e sistematizados contribuíram para a defesa da seguinte tese: No plano das particularidades, a mudança na natureza da produção das cidades médias de Santarém e Marabá vem contribuindo para a reprodução das desigualdades socioespaciais, que se apresentam de maneira mais acentuada na segunda cidade que na primeira.

No plano geral, aquele do conteúdo universal da urbanização, o acúmulo de tempos desiguais, a coexistência de antigas e novas temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, associadas ao ritmo, densidade e intensidade dos processos de transformações socioespaciais, vem engendrando formas espaciais e conteúdos urbanos que expressam ações, diferenciações e desigualdades socioespaciais, que encontram particularidades nas respectivas cidades médias paraenses.

As reflexões apresentadas ao longo do primeiro capítulo da tese foram construídas a partir de um diálogo de cunho teórico a respeito dos conceitos de diferenciação e desigualdade socioespacial, urbanização, estruturação urbana e cidades médias. Este diálogo possibilitou-nos a instrumentalização e embasamento necessário à composição e análise das dinâmicas e processos socioespaciais que se reproduzem ao produzirem mudanças nas estruturas urbanas das respectivas cidades.

Neste ínterim, portanto, nossa preocupação não foi estabelecer teorizações sobre os conceitos apresentados. Buscamos apresentar ao leitor os marcos conceituais para a construção de uma análise a respeito das desigualdades socioespaciais, enquanto possibilidade para pensarmos a um só tempo, as particularidades e a diversidade urbana.

O segundo capítulo consistiu em abordagem específica da formação das cidades de Santarém e Marabá. Neste momento, promovemos resgate de alguns dos principais períodos de formação das respectivas cidades, de maneira a identificarmos dinâmicas e processos socioespaciais que se realizaram na escala destas cidades ao longo do tempo histórico-geográfico e que contribuíram para a produção das diferenciações e desigualdades socioespaciais.

Ao promovermos uma leitura da formação destas cidades, tivemos como propósito a identificação e análise dos movimentos de rupturas nas estruturas urbanas, como resultado do avanço de processos de urbanização, estruturação urbana e estruturação das cidades.

Neste sentido, efetuamos uma periodização em quatro momentos, levando em consideração a articulação entre a longa e a curta duração das cidades: 1) o período entre meados do século XIX até a segunda década do século XX; 2) o período que corresponde entre as décadas de 1920 à década de 1960; 3) o período que compreende entre as décadas de 1970 e 1980; 4) e, finalmente, o período entre os anos de 1990 e 2013.

Os dois primeiros períodos de formação das cidades são notadamente marcados por transformações tanto nas formas espaciais, como nos conteúdos urbanos das mesmas, resultantes de mudanças nas funções, nas estruturas urbanas e nos processos de produção do espaço urbano.

Ainda dentro dessa perspectiva, as cidades de Santarém e Marabá na primeira metade do século XX, enquanto expressões das estruturas urbanas denotam segmentações sociais, diferenciações e desigualdades socioespaciais no espaço construído. Por sua vez, o fortalecimento da função destas cidades na rede urbana paraense contribuiu para mudanças nas formas e estruturas urbanas.

O terceiro período de formação das cidades de Santarém e Marabá, entre as décadas de 1970 e 1980, é notadamente marcado pelo avanço dos processos de estruturação urbana e estruturação das cidades como resultado e condição da expansão e reprodução de relações e lógicas capitalistas de produção na escala das cidades.

Neste contexto, a urbanização do território amazônico, induzida pelo Estado nos anos de 1970 e 1980, constituiu condição para a expansão do capital nos espaços urbanos ainda não consolidados, tendo sua expressão na produção desigual do espaço construído destas cidades, a partir do aumento de ocupações humanas nas franjas urbanas.

Este momento é marcado por intensas rupturas no padrão de organização do espaço regional amazônico tal como analisado, outrora baseado predominantemente nas redes dendríticas e na ascensão e predomínio de um novo padrão de organização do espaço, alicerçado na rede complexa, conjunto de redes (rodoviárias, de transportes, comunicações, elétricas) que repercutiram em mudanças nas estruturas urbanas no território paraense.

Por sua vez, o avanço de vetores da urbanização e suas manifestações expressas nas formas espaciais e nos conteúdos urbanos que se realizam na escala das cidades foram cruciais para a produção desigual no espaço urbano das cidades médias estudadas.

Os processos de estruturação urbana e estruturação das cidades de Santarém e Marabá nas décadas de 1970 e 1980, ao promoverem mudanças intensas nas estruturas urbanas das cidades, contribuíram para a produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais na escala local.

O período entre os anos de 1990 e 2013 assinala momento de intensas transformações das cidades de Santarém e Marabá, como resultado do avanço da nova urbanização territorialmente seletiva, bem como da reestruturação urbana e da reestruturação da cidade.

Dentro dessa perspectiva, as formas urbanas compreendidas enquanto formas-conteúdo, cuja composição resulta do acúmulo de tempos histórico-geográficos desiguais materializados nas formas espaciais das cidades, sofrem profundas alterações. A análise das formas espaciais e dos conteúdos urbanos permitiu-nos revelar elementos da produção desigual do espaço urbano dessas cidades.

A reestruturação urbana e reestruturação das cidades de Santarém e Marabá a partir dos anos de 1990, enquanto processos não necessariamente concomitantes, ao produzirem mudanças aceleradas na produção do espaço urbano, vem induzindo dinâmicas econômicas, demográficas e espaciais nestas cidades médias, bem como sugerem intensos processos de valorização do solo urbano, especulação imobiliária, além de conflitos fundiários pela posse do solo urbano.

O período atual vem sendo marcado ainda pelo fortalecimento da centralidade urbana de ambas as cidade médias estudadas, seja em razão do acelerado crescimento econômico e demográfico destas cidades, seja pela função que exercem na rede urbana, seja pela condição de espaços potencialmente reprodutores de processos de acumulação do capital.

Guardadas as suas particularidades, estas cidades médias apresentam intensas mudanças nas suas estruturas urbanas no início do século XXI. Tais mudanças estão vinculadas ao avanço dos processos de reestruturação urbana e reestruturação das cidades, contribuindo para a intensificação de diferenciações socioespaciais e para a reprodução das desigualdades socioespaciais nestas cidades médias paraenses.

Elementos emblemáticos da produção desigual do espaço urbano destas cidades médias são expressos pelas periferias destas cidades, através da expansão acelerada de assentamentos urbanos precários informais e ilegais nas bordas das cidades.

Por sua vez, evidenciamos ainda, uma tendência de concentração espacial de segmentos sociais potencialmente dotados de demanda solvável, que residem e se reproduzem em áreas com melhor infraestrutura e melhor acessibilidade a equipamentos urbanos.

No último capítulo, traçamos reflexões sobre a produção das desigualdades socioespaciais nas cidades estudadas. Este capítulo foi subdividido em dois momentos: um primeiro momento no qual nos debruçamos na construção de uma análise sobre a produção desigual da estrutura espacial das cidades e da renda dos chefes dos domicílios, enquanto expressões da produção desigual do espaço urbano.

Finalizamos nossas reflexões do quarto capítulo, em um segundo momento, estabelecendo uma abordagem de natureza qualitativa, que buscou analisar de que maneira a produção habitacional representada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, no segmento destinado à população e mais baixos rendimentos vem contribuindo na produção das desigualdades socioespaciais nas cidades de Santarém e Marabá. O conjunto de entrevistas efetuadas, associadas à pesquisa de documentos, de fontes bibliográficas, registros fotográficos e observações sistemáticas qualitativas permitiu-nos algumas conclusões importantes para entendermos as transformações socioespaciais nas cidades médias estudadas.

Os elementos argumentativos apresentados ao longo da tese permitiu que possamos fazer algumas afirmações:

- Os processos de transformações socioespaciais das cidades de Santarém e Marabá no início do século XXI constituíram a um só tempo, resultado do acúmulo de temporalidades e espacialidades urbanas desiguais e condição para a realização da reprodução do capital no espaço.
- A desigualdade socioespacial, compreendida neste trabalho enquanto processo, constitui-se, também, como *produto* de temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, *meio* para a reprodução das relações sociais de produção e *condição* para a reprodução do capital no espaço.

- A espessura do tempo de formação diferente das cidades de Santarém e Marabá, associadas a múltiplos processos de transformações socioespaciais, a ações do Estado, de agentes econômicos, da sociedade civil, os movimentos de aceleração contemporânea nos termos de Santos (1994) e de mundialização do capital no território (BENKO, 2002) destas cidades médias vem contribuindo para a reprodução das desigualdades socioespaciais, cuja particularidade se realiza com maior intensidade em Marabá do que em Santarém.

- As cidades médias de Santarém e Marabá passaram por intensos e sucessivos processos de estruturação urbana e de estruturação da cidade, a partir dos anos de 1970, como resultado das ações do estado na indução de dinâmicas econômicas e espaciais para a região amazônica e como condição para a reprodução do capital na fronteira urbana amazônica.

- A urbanização do território brasileiro e amazônico a partir dos anos de 1970 constituiu condição para a expansão e reprodução do capital no espaço urbano-regional.

- A reestruturação urbana e a reestruturação das cidades de Santarém e Marabá, enquanto processos de ampliação e aceleração dos ritmos de transformações nas estruturas urbanas das cidades vem contribuindo não apenas para a intensificação de diferenciações socioespaciais, como também, para a reprodução das desigualdades socioespaciais nestas cidades médias paraenses.

- As intensas e sucessivas mudanças nas estruturas urbanas destas cidades médias a partir dos anos de 1990, como resultado dos processos de reestruturação urbana e de reestruturação da cidade, tem produzido alterações profundas no espaço construído destas cidades médias, sobretudo no tange a distribuição desigual da estrutura espacial e da renda domiciliar na escala das cidades.

- O PMCMV, ao estimular processos de valorização do solo urbano e o mercado de terras nas cidades pesquisadas, além de produzir acessibilidade desigual aos equipamentos urbanos; vem contribuindo para a ratificação do padrão de desigualdades socioespacial vigente nas cidades.

Os diálogos estabelecidos ao longo desta construção permitiram abordar alguns debates de maneira transversal, despertando-nos indagações a serem devidamente problematizadas e debatidas em momentos futuros. Neste sentido, enumeramos de maneira breve algumas questões que merecem ainda ser aprofundadas:

- Na medida em que verificamos na tese que Marabá e Santarém se inserem de maneira cada vez mais articulada na divisão territorial do trabalho como cidades importantes, seja da produção, seja do consumo, como pensar o papel destas cidades na rede urbana brasileira e amazônica?
- Tendo em vista que constatamos em nossa tese, a intensificação de processos de diferenciações e reprodução das desigualdades socioespaciais na escala das cidades de Santarém e Marabá, como este processo vem se realizando em outras cidades médias brasileiras?
- Ao averiguarmos ao longo desta pesquisa, que os processos de reestruturação urbana e reestruturação da cidade vem contribuindo para mudanças aceleradas nas estruturas urbanas das cidades médias de Santarém e Marabá a partir dos anos de 1990, compreendemos como interessante investigar a maneira como estes processos vem se produzindo em outras realidades urbanas no Brasil?
- Ao constatarmos que a urbanização do território amazônico constituiu processo primordial na reprodução da "fronteira econômica do capital", apresentando expressão nas estruturas urbanas das cidades pesquisadas, qual a relevância deste processo para entendermos a produção das desigualdades socioespaciais em espaços não metropolitanos?

- Levando em consideração que a política habitacional do PMCMV tem contribuído para a ratificação do padrão de desigualdade socioespacial nas respectivas cidades médias paraenses; ao contribuir para a produção de uma acessibilidade desigual a equipamentos urbanos, bem como, para processos de valorização do solo urbano; que papel vem exercendo este programa na produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias?

As questões levantadas acima visam estimular futuros estudos sobre o papel das cidades médias e aprofundar debates sobre as particularidades da produção da cidade e do urbano, sem perdermos de vista, a condição das cidades médias enquanto partes da diversidade urbana brasileira. Ou seja, permitem, a nosso ver, dar mais um passo para apreendermos elementos da totalidade, processos que são expressos através de particularidades e singularidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **A evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987, 140 p.

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Manaus: Universidade do Amazonas, 2001.

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. **Contribution à l'étude des villes moyennes au Minas Gerais - Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais**. 1973. 361 f. Université de Bordeaux III, Bordeaux 1973.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. **Os Limites demográficos das cidades médias**. Minas Gerais, 2002. 22 p. (Mimeografado.)

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, T. A.; LODDER, C. A. **Sistema urbano e cidades médias**. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: IPEA (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.129-169.

ARANTES, P. F.; FIX, M. Minha Casa Minha Vida: o pacote habitacional de Lula. **Correio da Cidadania**. 30 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/66/171>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto/Unesp, 1996.

AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2010, p.592.

BASTIDE, R. Introdução ao estudo do termo "estrutura". In: _____. (Coord.). **Usos e sentidos do termo "estrutura" nas ciências humanas e sociais**. São Paulo: Herder/Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 1-12.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian 1997.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

BECKER, B. K. **Amazônia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

BECKER, B. K. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros em Carajás. In: LENA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Org). **Amazônia: a fronteira 20 anos depois**. 2ª ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p.333-351.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Emílio Goeldi**, v.5, n.1, p.17-23, 2010.

BECKER, B. K; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

BELLET SANFELIU, C. Del concepto ciudad media al de ciudad intermédia em los tiempos de la globalización. In: SANFELIU, C. B.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs) **Las Ciudades Médias o Intermédias em um mundo globalizado**. Lleida: edicions de la Universidad de Lleida, 2009.

BELMAR, A. **Voyages aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazonas**: en 1860, précède d'un rapide coup d'oeil sur le littoral du Brésil. Londres: Therezise Imprimeur, 1961.

BENKO, G. Mundialização da economia e metropolização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, v.15, p. 45-54, 2002.

BIROU, A. **Vocabulaire pratique des sciences sociales**. Paris: Editions Ouvrières, 1966.

BITOUN, J. Tipologias da cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, J.; MIRANDA, L. (Orgs). **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. Recife: FASE/Observatório das Metrópoles, 2009.

BRAGA, T. "A história de fundação das principais cidade do Pará destacando os nomes de seus fundadores o lugar dos primitivos estabelecimentos e seu nome indígena". In: **Apostilas de Histórias do Pará**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1915, p.83.

BRASIL. **Constituição Federal**. Emenda Constitucional nº 26 de 14 de Fevereiro de 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE. **Evolução do emprego formal no Município de Marabá**, 2014.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre história**. São Paulo: Editora perspectiva, 1992.

BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Manaus: UFAM, 2006.

CAMAGNI, R. **Economia urbana**. Barcelona: Antonio Bosch Editor S.A., 2005.

CANO, W. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. In: **Encontro de Estudos Populacionais**, 6., 1988 Olinda, [Anais...] 1988, p.67-100. v.2.

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. O Programa Minha Casa, Minha vida e seus efeitos territoriais. In: CARDOSO, A. L. (Org). **O Programa Minha Casa, Minha vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p.7-16.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação Socioespacial. **Revista CIDADES**, v.4, p. 45-60, 2007.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARLOS, A. F. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011a.

CARLOS, A. F. A. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011b. p.53-73.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELO BRANCO, M. L. G. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. ; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org). **Cidades médias: produção do espaço**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p376.

CASTELO BRANCO, M. L. G. Algumas considerações sobre a identificação de Cidades Médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 632.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. p.13-39.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação Online**, Presidente prudente, n.18, volume 2, p.39-62, jul./dez., 2011.

CATELAN, M. J. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescales e cidades médias**. Presidente Prudente, 2012. (Tese) Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente, 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: XAMÃ, 1996.

COELHO, M. C. N. A CVRD e o processo de (Re)Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará). In: COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (Org.). **Dez anos da estrada de ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

COELHO, M. C. N. A CVRD e a (re)estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará). In: **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

COLORAMA - **ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL**, Companhia melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1973

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS. Declaração de Istanbul sobre Assentamentos Humanos. Istanbul: Turquia, 1996. Disponível em: <pfdc.pgr.mpf.mp.br/.../declaracao-de-istambul-sobre-assentamentos-hum>. Acesso em: 18/03/2015.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v.49, n.3, p.39-68, 1987.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. Diferenciação Socio-espacial: escala e práticas espaciais. **Revista CIDADES**, v.4, , p. 61-72, 2007a.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de Cidade Média. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: Espaços em Transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

COSTA, E. M. Cidades Médias: contributos para a sua definição. **Finisterra**, v.37, n.74, p.101-128, 2002.

DAMIANI, A. L. urbanização crítica e produção do espaço. **CIDADES: Revista científica/grupo de Estudos Urbanos**, v.1, n. 1, p. 307-339, 2004.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **América Latina: Cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. p.135-147.

DIAGNÓSTICO do Município de Marabá. Belém: IDESP. 1977, 285p

DIAS, C. V. Marabá: Centro Comercial da Castanha. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano 20, n.4, p.45-89, 1958.

DIAS, M. N. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1758)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. **Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira**. Belo Horizonte: Nova Economia, 1996.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. O canto do cisne de 1967 aos nossos dias. São Paulo, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2ª ed. Belém: UFPA: NAEA, 1999.

EMMI, M. F. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. **Papers do NAEA**, n. 166, p.1-21, 2002.

ENCICLOPÉDIA LOGOS. Rio de Janeiro: Luso-Brasileira de Filosofia, editora Verbo, 1989.

FIX, M. **São Paulo cidade global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 588 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Júlio de Mesquita, Presidente Prudente, 2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Revista Psicologia: teoria e pesquisa**, v.22, n.2, p.201-210, 2006.

HARTSHORNE, R. "Location as a Factor in Geography". **Annals of the Association of Geographers**. Volume 17, Issue 2, 1927.

HARTSHORNE, Richard. **The Nature of Geography**: a critical survey of current thought in light of the past. Lancaster, Association of American Geographers: EUA, 1939.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

- HARVEY, D. **The new imperialism**. EUA: Oxford University Press, 2003.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2004b.
- HARVEY, D. L'Urbanisation du capital. **Actuel Marx**, n. 35, p.41-70, 2004c.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. The right the city. **New Left Review**, n. 53, 2008.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEBÉTTE, J. **Cruzando a fronteira**: trinta anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.
- HENRIQUEZ RUIZ, C.; ARENAS VASQUEZ, F. HENRIQUEZ FERNANDEZ, M. Transformaciones urbanas en la ciudad de Chillán, Chile: lo local y lo tradicional frente a la influencia global. In: SPOSITO, M. E. B. ; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. 1ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- IBGE - Censos demográficos 2000 e 2010. Setores censitários.
- IBGE. **Censos demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010**. Dados do arquivo de universo. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, 2014.
- JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil - conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.
- JANNUZZI, P. M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Campinas: Ed. do Autor/PUCAMP, 2002.
- KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.
- LA BLACHE, P. V. Tableau Géographique. In: RIOUX, J.-P. **Tableaux de la France**. Paris: Omnibus (2007 [1903]).
- LA BLACHE, V. **Vidal, Vidais**: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- LAKATOS, E. M. Metodologia qualitativa. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LAN, D; LINARES, S.; NUCCI, J. LÓPEZ, PONS, M. La lógica de la organización espacial en la ciudad de Tandil. In: SPOSITO, M. E. B. ; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. 1ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2010.

LAROUSSE. **Dictionnaire de Français**. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/>> Acesso em: 23/02/2014.

LAVINAS, L. **Reestruturação do espaço urbano e regional do Brasil**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

LEFEBVRE, H. La notion de totalité dans les sciences sociales. Paris: PUF, **Cahier Internationaux de Sociologie**, v. 28, p.55-77, 1955

LEFEBVRE, H. **L'ideologie structuraliste**. Paris: Editions Antropos, 1971.

LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Portugal: Editora Ulisseia, 1972.

LEFEBVRE, H. **The Production of space**. Ed. Blackweel: EUA, 1991.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LENCIONI, S. **Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas**. In: **VI Encontro de Geógrafos da América Latina**. Anais. Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998, p. 1-10.

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, n.39, p. 7-20, 2008a.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e de urbano. **GEOUSP - Espaço e tempo**, n.24, p.109-123, 2008b.

LÉVI-STRAUSS, C. A noção de estrutura em etnologia. In: LÉVI-STRAUSS, C. **Os pensadores**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980 [1958], p. 1- 43.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, Ano 1, n. 1, p.71-91, 1999.

LIMONAD, E. Espaço-tempo e urbanização: algumas considerações sobre a urbanização brasileira. **Revista Cidades**, v.4, n.1, p. 1-15, 2008.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e debates**, n.25, p.12-29, 1988.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1981].

MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. 1989. 252 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Barcelona, Barcelona, 1989.

MAIA, D. S.; CARDOSO, C. A. A.; ALONSO, S. F.; BEZERRA, R. S. Campina Grande: dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e transformações. In: SPOSITO, M. E. B. ; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina**. 1ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MARABÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Marabá**. Marabá: Prefeitura Municipal de Marabá, 2006.

MARRE, J. A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: UNIOESTE, 1991. (Digitado).

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Boitempo, 2011.

MELAZZO, E. S. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio. A agenda das políticas públicas em disputa**. 2006. 222 f. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? **Revista Terra Livre**, n. 28, p.133-142, 2008.

MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. et. al. Ponto de Partida: a desigualdade social e a definição da política urbana. In: MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. **Exclusão social em cidades brasileiras**. Um desafio para as políticas públicas. São Paulo: UNESP, 2010. p.11-32.

MELAZZO, E. S. Marília: especialização industrial e diversificação do consumo. trajetórias de uma cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. ; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. 1ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MELO, Mariana Félix. Talcott Parsons na Teoria Sociológica Contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 136, Ano XII, 2012.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Secretaria Nacional da Habitação**. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/>>. Acesso em: 15/11/2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO - MTE. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/registros-administrativos/comparativo-rais-x-caged.htm>. Acesso em: 15/11/2013.

MONNET, Jérôme. Les dimensions symboliques de la centralité. **Cahiers de Géographie du Québec**. v. 44, n. 123, p. 399-418, 2000.

MONTE-MÓR, R. L. de M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p.69-181.

MORAIS, M. P.; LIMA, R. Indicadores urbanos como instrumento de gestão e formulação de políticas públicas. **Revista de Administração Municipal**, Ano 46, n. 232, p. 21-27, 2001.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: MOREIRA, E. **Obras reunidas de Ediorfe**. Belém: CEJUP, 1989.

OLIVEIRA, A. U. **BR-163 Cuiabá-Santarém**: Geopolítica, grilagem, violência e globalização. In: TORRES, M. Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. (Org.) Brasília: CNPQ, 2005. p.67-183.

OLIVEIRA, E. M. A.; SANTANA, I. C.; ALVES, A. Radcliffe-brown e o estrutural-funcionalismo: a questão da mudança na estrutura e no sistema social. **Revista diálogos**. Nº 11, abril/maio, 2014.

OLIVEIRA, J. A. Espacialidades urbanas como urbanização da sociedade: as cidades e os rios na Amazônia brasileira. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M.(Org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: Espacialidades Contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, Anpege, 2008a. p.165-186.

OLIVEIRA, J. G. C. **Expansão urbana e periferização de Santarém-PA, Brasil**: Questões para o planejamento urbano. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2008b.

PALHETA DA SILVA, J. M. **Poder, Governo e território em Carajás**. 2004. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

PALHETA DA SILVA, J. M. **Território e mineração em Carajás**. 1ª edição, Belém: GAPTA/ UFPA, 2014.

PATERNOSTRO, J. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PENTEADO, A. C. R. **Problemas da colonização e uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. (Série José Veríssimo).

PEREIRA, J. C. M. **Importância e significado das Cidades Médias na Amazônia**: uma abordagem a partir de Santarém (PA). Belém, 2004. 127 f. Dissertação. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

PEREIRA, J. C. M. **Os modos de vida na cidade**: Belterra, um estudo de caso na Amazônia Brasileira. 2012. 256 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1960.

PETERS, M. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

PETIT, P. **Chão de Promessas**: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, L. F. **A cidade não está alegre como queria**". O ESTADO DE SÃO PAULO". 20 de outubro de 1976, p.10. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19761010-31152-nac-0001-999-1-not>.

PINTO, L. F. **Memórias de Santarém**. Santarém: Editora O Estado do Tapajós, 2010.

PONTES, B. M. S.. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: SPOSITO, M. E. B. **Urbanização e cidades**. Perspectivas geográficas. São Paulo: Gasper/EDUSP, 2001. p.569-607.

POPE, C.; MAYS, N. Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health service research. **British Medical Journal**, n. 311, p.42-45, 1995.

PRADO JUNIOR, C. P. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAMOS, J. R. B. **A urbanização de Santarém e a preservação ambiental do Lago Mapiri**: Um Estudo de Caso. 2004. 117 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional Urbano), Instituto de Pesquisas Públicas Urbanas, Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

REIS, A. C. F. **Santarém**: seu desenvolvimento histórico. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Governo do Estado do Pará, 1979.

RIBEIRO, M. Â. C. **A complexidade da rede urbana Amazônica**: três dimensões de análise. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

ROCHA, G. M. **Todos convergem para o lago! Hidrelétrica de Tucuruí**. Municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

RODRIGUES, J. C. **Marabá**: centralidade urbana de uma cidade média paraense. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

RODRIGUES, J. C. Cartografia crítica para análise do discurso geográfico. **Revista GeoAmazônia**, v.2, n.2, p.79-91, 2013.

ROLNIK, R.; NACANO, A. K. Direito à moradia ou salvação do setor? **Folha de São Paulo**, p.A3, 14 mar. 2009.

SANTAMARIA, M. F. La notion de "ville moyenne" en France, en Espagne et au Royaume-Uni. **Annales de Géographie**, v.109, n. 613, p.227-239, 2000.

SANTARÉM. Plano de Habitação Municipal de Interesse social. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santarém. Prefeitura Municipal de Santarém, 2010.

SANTARÉM. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santarém. Prefeitura Municipal de Santarém, 2006.

SANTOS, C. R. S. **A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana.** 2013. 307 f. (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, M. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e método.** 5ª edição. São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, R. A. O. **História econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, v. 9, p. 49-87, 1998.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ. **Diagnóstico do Plano Diretor urbano de Marabá.** Marabá, 2006.

SENDRA, J. B. **Sistemas de información geográfica.** Madrid: Rialp, 1992.

SILVA, C. A. **Crescimento urbano e periferação em Santarém**: estudo do bairro do Amparo. 2001. Monografia (Curso de Graduação em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

SILVA, W. R. Londrina e a reestruturação urbana. Atividades econômicas, papéis, agentes e escalas. In: SPOSITO, M. E. B. ; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina**. 1ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVEIRA, M. L. Globalização, Trabalho, Cidades Médias. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 11, p.11-17, 2002.

SILVEIRA, Maria Laura. Geografia y formación socioespacial: por un debate sustantivo. Estudios socioterritoriales. **Revista de Geografia**. Nº 16, vol.2, jul-dic, 2014, p.141-168.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, B. R. et. al. Uberlândia (MG): leituras geográficas de uma cidade média em transição. In: SPOSITO, M. E. B. ; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília**. 1ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2010.

SOBARZO, O. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, M. E. B. ; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial": a visão (apenas) de sobrevôo como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Revista CIDADES**, v.4, 2007, p. 111-114.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPERR, 2001. p.609-643.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, M. E. B. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, v. 3, p. 143-157, 2006.

SPOSITO, M. E. B. O estudo das cidades médias brasileiras: Uma proposta metodológica. In: SPOSITO, E. ; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007a. p.24-34.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, E. ; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b, p.233-256.

SPOSITO, M. E. B. **Desafios para o estudo de cidades médias**. In: XI Seminário da Red Internacional Iberoamericana de Investigadores sobre Globalizacion y Territorio. Mendoza. Argentina. 2010.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p.123-145.

SPOSITO, M. E. B. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. In: SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M (Orgs). São Paulo: UNESP, 2013.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capital financeiro**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1972.

THERBORN, G. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, v.3, n. 6, p.122-169, 2000.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1980.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURINHO, H. L. Z. **Planejamento urbano em área de fronteira econômica: o caso de Marabá**. 1991. 270 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1991.

TOURINHO, H. L. Z. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana**. 2011. 576f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento urbano) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TRABALHO DE CAMPO - Relatório do trabalho de campo realizado na cidade de Marabá/Pará, 2013 e 2014.

TRABALHO DE CAMPO - Relatório do trabalho de campo realizado na cidade de Santarém/Pará, 2013 e 2014.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; PEREIRA, J. C. M. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental. In: SPOSITO, M. E. B. (Org). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.313-342.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires**: l'économie d'archipel. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

VIEIRA, A. B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias**: Interfaces da geografia econômica com a geografia política. 2009. 206 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.

WALLE, P. **Au Pays de l'or noir**: le caoutchouc du Brésil. Paris: Editions "Alsatia", 1908.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucitec, 1993.

YOSCHIOKA, H. **Avaliação de implantação de um núcleo urbano em área na Amazônia: o exemplo de Nova Marabá, Pará**. 1986. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.

APÊNDICE

Anexo 01: Roteiro de entrevistas com representante do poder público municipal em Santarém e Marabá.

- 1ª) Que papel vem exercendo o poder público municipal na estruturação do espaço da cidade?
- 2ª) Quais os eixos estruturantes da cidade?
- 3ª) Quais as áreas mais urbanizadas da cidade?
- 4ª) Quais as áreas ou bairros que receberam infra-estrutura urbana recentemente?
- 5ª) Quais os bairros mais populosos da cidade?
- 6ª) Quais os bairros mais carentes de infraestrutura urbana (asfaltamento, esgotamento sanitário, água encanada)?
- 7ª) Quantas ocupações espontâneas existem na cidade?
- 8ª) Como a prefeitura de Santarém vem enfrentando a questão do déficit habitacional na cidade? Qual o tamanho dele?
- 9ª) Quais os principais projetos habitacionais desenvolvidos atualmente pela prefeitura?
- 10ª) Como se dá a escolha dos moradores que receberão as unidades habitacionais do PMCMV?

Anexo 02: Roteiro de entrevistas com lideranças do Movimento dos Trabalhadores em Luta Por Moradia (MTLM).

- 1ª) Que papel vem exercendo o MTLM em Santarém? quais os objetivos?
- 2ª) De que maneira o poder público vem atuando na definição dos critérios para seleção de pessoas que receberão as casas do PMCMV?
- 3ª) Que ações o poder público municipal efetuou no sentido de apropriação e uso do espaço para implantar o PMCMV nas proximidades do Bairro Nova conquista, em Santarém?
- 4ª) As ações geraram desapropriação de pessoas?
- 5ª) Como a empresa BURITI Empreendimentos Imobiliários vem atuando em loteamento na Rodovia Fernando Guilhon, em Santarém? Esta empresa Buriti é de outro empreendimento? Acima temos a EMCASA no PMCMV
- 6ª) Como vem se configurando as ações entre o poder público municipal e a Construtora EMCASA em Santarém?
- 7ª) Como você vê o padrão das casas do PMCMV? Ele atende às demandas da população de Santarém? se atende, em que proporção atende?

Anexo 03: Roteiro de entrevistas com lideranças do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) - Marabá.

- 1ª) Que papel vem exercendo o MST em Marabá? quais os objetivos?
- 2ª) De que maneira o poder público vem atuando na definição dos critérios para seleção de pessoas que receberão as casas do PMCMV?
- 3ª) Que ações o poder público municipal efetuou no sentido de apropriação e uso do espaço para implantar o PMCMV nas proximidades do Bairro Nova que receberam as obras na cidade?
- 4ª) As ações geraram desapropriação de pessoas?
- 5ª) Como os Empreendimentos Imobiliários vem atuando na produção do loteamento na cidade?
- 6ª) Como vem se configurando as ações entre o poder público municipal e das Construtoras responsáveis pelas obras do PMCMV na cidade?
- 7ª) Como você vê o padrão das casas do PMCMV? Ele atende às demandas da população da cidade? se atende, em que proporção atende?

Anexo 04: Roteiro de entrevistas com morador antigo da cidade.

- 1ª) Que papel vem exercendo o poder público municipal na estruturação do espaço da cidade?
- 2ª) Quais os eixos estruturantes da cidade?
- 3ª) Quais as áreas mais urbanizadas da cidade?
- 4ª) Quais as áreas ou bairros que receberam infra-estrutura urbana recentemente?
- 5ª) Quais os bairros mais populosos da cidade?
- 6ª) Quais os bairros mais carentes de infraestrutura urbana (asfaltamento, esgotamento sanitário, água encanada)?
- 7ª) Quantas ocupações espontâneas existem na cidade?
- 8ª) Como a prefeitura vem enfrentando a questão do déficit habitacional na cidade? Qual o tamanho dele?
- 9ª) Quais os principais projetos habitacionais desenvolvidos atualmente pela prefeitura?
- 10ª) Como se dá a escolha dos moradores que receberão as unidades habitacionais do PMCMV?

Anexo 05: Roteiro de entrevistas com representante das construtoras que vem atuando na construção do PMCMV nas cidades de Marabá e Santarém.

- 1ª) Quantas casas a construtora vem produzindo aqui na cidade?
- 2ª) A construtora é daqui da região?
- 3ª) Como se dá a relação entre a Construtora e o poder público municipal na produção das habitações do PMCMV?
- 4ª) Qual o tamanho das habitações?
- 5ª) A construtora possui parceria com empresas terceirizadas locais?
- 6ª) Existe algum padrão de habitação a ser seguido a nível nacional?
- 7ª) qual o tamanho do terreno e da área construída?
- 8ª) Além das casas, a construtora vai construir a infra-estrutura urbana (arruamentos, iluminação, esgotamento sanitário, enfim, equipamentos urbanos)?